

Fernando Diogo, coord.

Ana Cristina Palos

Carlos F. Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colab.

De acordo com a taxa de pobreza, aferida pelo Instituto Nacional de Estatística, 17,2% da população em Portugal encontrava-se em risco de pobreza em 2018. Este valor, composto por três algarismos, um separador decimal e um símbolo matemático, condensa as vidas de mais de 1,7 milhões de pessoas. Sem sabermos quem é e como vive esta parte da população, partindo das suas próprias perspetivas, dificilmente compreenderemos o país no seu todo.

A pobreza em Portugal é Uma porque inclui um conjunto de indivíduos que tem em comum essa condição socioeconómica, considerando diversos critérios de medida, e Diversa porque cada situação é única, vivida no singular e no seio de um contexto social e de uma família concreta. Compreender a diversidade da pobreza, conhecer as trajetórias da população pobre e perceber de forma aprofundada como vivem foi o que norteou a realização deste estudo que agora se apresenta.



A pobreza em Portugal

Trajetos e quotidianos

A pobreza em Portugal

Trajetos e quotidianos

Fernando Diogo, coordenação

Ana Cristina Palos

Carlos Farinha Rodrigues

Elvira Pereira

Fernando Bessa Ribeiro

Francisco Branco

Gabriela Trevisan

Lídia Fernandes

Oswaldo Silva

Pedro Perista

Inês Amaro, colaboração

Largo Monterroio Mascarenhas, n.º 1, 7.º piso
1099-081 Lisboa
Telf: 21 001 58 00
ffms@ffms.pt

Director de publicações: António Araújo
Director da colecção Estudos da Fundação: Gonçalo Saraiva Matias
Título: A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos
Autores: Fernando Diogo (coordenação), Ana Cristina Palos,
Carlos Farinha Rodrigues, Elvira Pereira, Fernando Bessa
Ribeiro, Francisco Branco, Gabriela Trevisan, Lídia Fernandes,
Osvaldo Silva, Pedro Perista e Inês Amaro (colaboração)
Revisão de texto: Rita Cabral
Design: Inês Sena
Paginação: Guidesign

© Fundação Francisco Manuel dos Santos
Abril de 2021

ISBN: 978-989-9064-22-5

As opiniões expressas nesta edição são da exclusiva responsabilidade dos autores e não vinculam a Fundação Francisco Manuel dos Santos. Os autores desta publicação adotam o novo Acordo Ortográfico. A autorização para reprodução total ou parcial dos conteúdos desta obra deve ser solicitada aos autores e ao editor.

Índice

Introdução geral 7

Das estatísticas aos perfis de pobreza

Capítulo 1

Crítica das fontes sobre a pobreza em Portugal 13

Introdução 13

1.1. O conceito oficial de pobreza e a sua operacionalização 14

1.2. Fontes de dados utilizadas neste estudo – ICOR e IDEF 20

1.3. Principais técnicas estatísticas usadas 23

Capítulo 2

Evolução dos principais indicadores de pobreza 27

2.1. Evolução dos principais indicadores (2003-2016) 27

2.2. As diferentes dimensões da pobreza (2016-2017) 35

2.3. Caracterização da população pobre em 2017 38

Capítulo 3

Probabilidades de pobreza nas famílias portuguesas: análise Probit 43

Capítulo 4

Perfis de indivíduos adultos em situação de pobreza 49

4.1. Análise das Correspondências Múltiplas 49

4.2. Aprofundamento de resultados da ACM 57

Conclusão 61

Capítulo 5

Procedimentos de recolha e análise de dados qualitativos 63

5.1. Definição da estrutura da amostra 64

5.2. Caracterização do grupo de entrevistados 72

5.3. Algumas notas sobre as estratégias de recolha e análise de dados 74

Conclusão do capítulo 75

Capítulo 6

Reformados 77

Introdução 77

6.1. Enquadramento familiar na infância 79

6.2. Relação com o sistema educativo 82

6.3. Transição para a vida adulta 85

6.4. Relação com o mundo do trabalho 88

- 6.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada **91**
- 6.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal **95**
- 6.7. Redes de apoio não institucional e território **98**
- 6.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza **101**
- 6.9. Perspetivas face ao futuro **105**
- Conclusão do capítulo **108**

Capítulo 7

Precários 111

Introdução **111**

- 7.1. Enquadramento familiar na infância **113**
- 7.2. Relação com o sistema educativo **116**
- 7.3. Transição para a vida adulta **118**
- 7.4. Relação com o mundo do trabalho **121**
- 7.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada **125**
- 7.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal **129**
- 7.7. Redes de apoio não institucional e território **132**

- 7.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza **135**
- 7.9. Perspetivas face ao futuro **138**
- Conclusão do capítulo **141**

Capítulo 8

Desempregados 145

Introdução **145**

- 8.1. Enquadramento familiar na infância **147**
- 8.2. Relação com o sistema educativo **150**
- 8.3. Transição para a vida adulta **152**
- 8.4. Relação com o mundo do trabalho **156**
- 8.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada **159**
- 8.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal **163**
- 8.7. Redes de apoio não institucional e território **166**
- 8.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza **169**
- 8.9. Perspetivas face ao futuro **172**
- Conclusão do capítulo **175**

Capítulo 9

Trabalhadores 179

Introdução 179

9.1. Enquadramento familiar na infância **180**

9.2. Relação com o sistema educativo **184**

9.3. Transição para a vida adulta **186**

9.4. Relação com o mundo do trabalho **189**

9.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada **192**

9.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal **196**

9.7. Redes de apoio não institucional e território **199**

9.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza **203**

9.9. Perspetivas face ao futuro **207**

Conclusão do capítulo **210**

Conclusão geral 215

Posfácio 231

Bibliografia 239

Agradecimentos 253

Anexos 255

A. Tabela dos perfis dos *clusters* **255**

B. Distribuição dos perfis por quotas **257**

C. Guião de entrevista **259**

Notas 265

Introdução geral

Este livro é uma síntese dos resultados obtidos no projeto «Trajetos e quotidianos de pobreza em Portugal». Foi desenvolvido por uma equipa multidisciplinar e multi-institucional para a Fundação Francisco Manuel dos Santos¹.

O trabalho teve como objetivo responder à seguinte pergunta: *quem são e como vivem os pobres a sua situação de pobreza em Portugal?* A resposta à questão exige a mobilização de diversos recursos metodológicos, nomeadamente de tipo qualitativo. Assim, optou-se pela realização de um estudo em duas fases: 1. uma fase extensiva, contribuindo para se conhecer melhor, do ponto de vista sociodemográfico, a população pobre e, sobretudo, para definir perfis de indivíduos em situação de pobreza e 2. uma fase intensiva, permitindo abordar as diferentes trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza, a partir de um conjunto de temáticas definidas pela equipa de investigação. O elemento aglutinador destas temáticas é a história de vida, enquanto instrumento de recolha de informação fundamental, aplicado através de entrevistas semiestruturadas.

Neste livro salientam-se duas questões importantes. Por um lado, a perspetiva diacrónica da história de vida. Esta foi privilegiada considerando que a vida das pessoas, mais do que uma fotografia da situação atual, é um filme que implica revisitar episódios e trechos do passado para se compreender o momento presente. Quer isto dizer que há limites para a segmentação a que se pode submeter a análise da realidade. Tentar evitar a sobreposição temática é um exercício de elegância estilística que faz perigar a compreensão e a

contextualização. Por outro lado, temos um aprofundado trabalho realizado na definição de perfis de pobreza, bem como na sua operacionalização, considerando a necessidade de se dar conta da unicidade e da diversidade da pobreza em Portugal.

O presente livro inicia-se com a componente de natureza mais quantitativa, que vai das estatísticas aos perfis da pobreza em Portugal. Nesta é apresentada, em primeiro lugar, uma crítica dos conceitos e das fontes usadas. Em relação aos dados propriamente ditos, começamos por apresentar a evolução dos principais indicadores de pobreza nos últimos anos para, de seguida, caracterizar a população em causa.

Esta caracterização é feita, num primeiro momento, com base nos dados oficiais (do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento – ICOR) para, num segundo momento, se apresentarem resultados obtidos através dos microdados que nos foram fornecidos pelo INE ao abrigo de protocolo específico, referentes ao ICOR 2017 e centrados nos indivíduos com 18 e mais anos². Estes microdados foram tratados usando, essencialmente, duas técnicas de análise estatística. Em primeiro lugar, a análise Probit, recorrendo a um *software*, complementarmente ao SPSS, o NLOGIT – LIMDEP, cujo modelo Probit nos permitiu obter os efeitos marginais, avaliados com base numa categoria de referência para cada uma das variáveis. Em segundo lugar, foi realizada uma Análise das Correspondências Múltiplas (ACM), com todos os indivíduos em situação de pobreza existentes na amostra do ICOR, complementada por uma análise de *k-means*. Foi, ainda, realizado um aprofundamento desta análise através do confronto dos resultados

obtidos ao nível dos perfis individuais identificados com a condição perante o trabalho (na perspetiva da ocupação).

Com a primeira das análises referenciadas foi possível identificar as variáveis mais pertinentes para a definição de perfis de indivíduos em situação de pobreza. E com a segunda, a ACM, foi possível identificar quatro perfis de pobreza em Portugal: 1. Reformados; 2. Precários; 3. Desempregados e 4. Trabalhadores.

A segunda parte deste livro inicia-se com uma incursão metodológica, incluindo a análise dos procedimentos na seleção das pessoas entrevistadas. Nesse capítulo dá-se particular relevância ao processo de validação dos perfis obtidos na análise quantitativa, em confronto com a literatura e, sobretudo, ao procedimento de operacionalização, isto é de passagem dos perfis teóricos às características concretas das pessoas a entrevistar.

A análise qualitativa dos perfis foi concretizada através da realização de 87 entrevistas semiestruturadas (antecedida da realização de quatro entrevistas exploratórias para a aferição do Guião e da grelha de análise, uma por perfil).

De seguida, apresentam-se os quatro perfis de pobreza identificados. Cada um corresponde a um capítulo, seguindo estes um esquema semelhante, construído com base no Guião de Entrevista e na grelha de análise de conteúdo. Estes capítulos são, essencialmente, as conclusões dos diferentes pontos dos livros eletrónicos desenvolvidos para cada um dos quatro perfis. A informação foi, sempre que necessário, condensada e adaptada e foram acrescentadas citações das entrevistas.

Nos quatro capítulos relativos aos perfis tentou identificar-se a diversidade de situações envolvidas nos quotidianos e trajetos de pobreza em Portugal incluídos em cada perfil, mas também as questões de maior regularidade, quer as que contribuem para dar coerência e unidade a cada um dos perfis, quer as que são transversais aos quatro perfis em análise. Neste livro apresenta-se uma síntese deste processo. Uma versão mais extensiva dos resultados pode ser encontrada em quatro publicações eletrónicas que o complementam (uma para cada um dos perfis de pobreza encontrados). A apresentação dos procedimentos relativos à validação do Guião e ao tratamento dos dados foram remetidos para os capítulos metodológicos destas publicações.

Os perfis são alvo de interrogação e análise a partir de uma perspetiva que conjuga dois eixos. Por um lado, um eixo temporal, mais objetivo, no âmbito do qual se conduz o entrevistado/a ao longo dos diversos períodos que constituem a sua trajetória de vida. Neste eixo podemos encontrar as seguintes temáticas: 1. Enquadramento familiar na infância; 2. Relação com o sistema educativo; 3. Transições para a vida adulta; 4. Relação com o mundo do trabalho; bem como a mobilização de dois temas a que damos destaque, dada a sua importância para quem está em situação de pobreza: 6. Redes de apoio social não institucional; e 7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social.

Num segundo eixo podemos encontrar as questões mais subjetivas, que nos permitem compreender a forma como os indivíduos se posicionam no mundo social e os esquemas de inteligibilidade a partir dos quais constroem a sua agência: 5. Autoperceção do percurso e comparação da vida presente com a passada; 8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza; 9. Perspetivas face ao futuro.

Na realidade, a divisão entre trajetória de vida e dimensão subjetiva não é tão linear, que com regularidade elementos de um eixo aparecem nos temas do outro.

Na conclusão final procede-se a uma sistematização das questões transversais e das especificidades de cada perfil. O livro termina com um posfácio onde se discute a relação dos resultados com o problema da pandemia, partindo dos perfis mas sem esquecer outros aspetos relevantes.

Das estatísticas aos perfis de pobreza

Capítulo 1

Crítica das fontes sobre a pobreza em Portugal

Introdução

Os próximos capítulos incidem, essencialmente, sobre a exploração dos dados quantitativos recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) em relação à pobreza. Pretendemos atingir dois objetivos que se encontram entrelaçados. Em primeiro lugar, construímos perfis típicos de indivíduos em situação de pobreza em Portugal. Este resultado permite, por si só, fazer avançar a investigação sobre a pobreza e completar outros estudos, de natureza sobretudo qualitativa, que têm vindo a trabalhar a diversidade dos indivíduos em situação de pobreza (Garcia *et al.*, 2000; Castro *et al.*, 2002a e 2010; Capucha, 2005; Diogo, 2007; Amaro e Branco, 2010). Com efeito, os relatórios oficiais do INE e boa parte dos estudos realizados no país com base nas estatísticas oficiais permitem perceber que existem diversas variáveis associadas à pobreza em Portugal, mas incidem normalmente sobre o conjunto dos indivíduos em situação de pobreza (Capucha, 2005; Rodrigues, 2007 e 2012; Diogo, 2007; Costa *et al.*, 2008; Alves, 2009; Pereira, 2010a; Perista e Baptista, 2010). Mesmo os trabalhos mais recentes são sobretudo genéricos (por exemplo em Diogo *et al.*, 2016), não contribuindo de forma decisiva para desbravar as diferentes formas de ser pobre que se podem intuir das conclusões alcançadas.

O facto de a maioria dos resultados disponíveis sobre a existência de diferentes perfis de indivíduos em situação de pobreza ter origem

em estudos qualitativos implica que esses resultados não são representativos relativamente à situação portuguesa, mau grado o seu pioneirismo e relevância para a compreensão deste problema social.

Ora, para se combater a pobreza há que ter em conta as diferentes formas em que esta se traduz, para que se possam encontrar remédios (medidas) adequados aos diversos perfis específicos, por contraponto a medidas genéricas, de baixo impacto nos diversos subgrupos em que é divisível. Este é um trabalho que necessita claramente de ser reforçado, apesar da pesquisa já desenvolvida nesta área ao longo dos últimos 30 anos³. Acresce que o impacto da crise de 2008 ainda está em boa parte por aferir no que à pobreza respeita, mau grado alguns contributos importantes entretanto realizados (como os desenvolvidos por Rodrigues, Figueiras e Junqueira, 2012 e 2016; Wall *et al.*, 2015). E, claro, o mesmo se verifica no que respeita aos efeitos da pandemia. Com a agravante de que estes ainda estão, até, por acontecer.

Os perfis de indivíduos em situação de pobreza são, em particular, cruciais para a fundamentação da análise qualitativa que se produz nos capítulos seguintes deste livro. Com efeito, para que a seleção dos entrevistados não fosse arbitrária e para se poder cumprir a exigência da variabilidade em análise qualitativa, foi necessário encontrar os

melhores critérios de seleção dos entrevistados. Só assim é viável garantir a representatividade possível neste tipo de abordagem.

A mobilização dos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR) para a construção de perfis de pobreza foi, portanto, fundamental para garantir que a seleção dos entrevistados refletiu a realidade portuguesa, na sua variedade.

O segundo grande objetivo está associado à mobilização de técnicas específicas para se realizar a análise. Referimo-nos à utilização da análise Probit e da Análise das Correspondências Múltiplas (ACM, seguida de *k-means*). Ambas são pouco ou nada utilizadas na análise da pobreza em Portugal; nesse sentido, a sua mobilização pode ser classificada como inovadora. A informação obtida com estas ferramentas constituiu, assim, um importante auxílio para se aprofundar a compreensão da pobreza na atualidade.

A análise Probit forneceu-nos a probabilidade de pobreza mediante a construção de modelos de regressão. Neste último caso, os resultados mostraram quais as variáveis que mais influenciam a situação de pobreza, contribuindo assim para a seleção das variáveis a utilizar na ACM, com o objetivo de identificar os (principais) perfis de indivíduos em situação de pobreza.

Por fim, é-nos ainda possível visitar as estatísticas oficiais sobre a pobreza em Portugal atualizando trabalhos anteriores, quer do INE, quer de investigadores (incluindo dos membros da equipa), e relevando as principais características da pobreza em Portugal, bem como as suas tendências. Este exercício também contribui para a identificação das

variáveis mais relevantes para a análise da pobreza na ACM, complementando o trabalho realizado com a análise Probit.

1.1. O conceito oficial de pobreza e a sua operacionalização

A literatura evidencia diversas abordagens à operacionalização do conceito de pobreza. De uma forma lata, a pobreza pode ser identificada «como uma situação em que não são satisfeitas determinadas necessidades, ou em que não é realizado um nível de vida mínimo aceitável, por carência de recursos» (Pereira, 2010a, p. 23). Contudo, os estudos realizados refletem opções muito diversificadas na operacionalização do conceito de pobreza, sendo possível distinguir três linhas principais de diferenciação: a) a dimensão de observação (recursos *versus* necessidades ou padrão de vida), b) o padrão de referência (absoluto *versus* relativo), e c) o grau de integração das perceções sociais e individuais (Pereira, 2010b).

Neste estudo, esta discussão teórico-conceitual não é aprofundada, dado que, tendo em conta os seus objetivos, a opção recaiu sobre a adoção do conceito e do procedimento de operacionalização subjacentes à definição de pobreza oficialmente adotada na União Europeia. Importa, contudo, explicitar o conceito e detalhar a respetiva operacionalização, tornando claros os procedimentos metodológicos inerentes à identificação dos indivíduos em situação de pobreza e os seus limites.

O primeiro registo de adoção oficial de uma definição de pobreza no contexto da União Europeia remonta a 1975: pessoas em situação de pobreza são indivíduos ou famílias cujos recursos são de tal forma baixos, que os excluem do modo de vida mínimo aceitável no

Estado-membro em que vivem, acrescentando que os recursos a considerar incluíam bens, rendimento monetário e serviços de fontes públicas e privadas (75/458/EEC, Decisão do Conselho de 22 de julho de 1975).

Mais recentemente, em 2004, esta definição de pobreza foi ligeiramente modificada e mais especificada:

As pessoas encontram-se em situação de pobreza se o seu rendimento e os seus recursos forem tão inadequados que as impedem de ter o padrão de vida considerado aceite na sociedade em que vivem. Por causa da sua situação de pobreza podem sofrer de múltiplas desvantagens através do desemprego, rendimento baixo, habitação pobre, cuidados de saúde inadequados e barreiras à aprendizagem ao longo da vida, cultura, desporto e lazer. Elas são muitas vezes excluídas e marginalizadas da participação em atividades (económicas, sociais e culturais) que são a norma para outras pessoas e o seu acesso a direitos fundamentais pode ser limitado. (Eurostat, 2010, p. 6)

Embora esta definição remeta para uma situação de inadequação do rendimento e dos recursos para alcançar o padrão de vida considerado aceitável na sociedade em que vivem, o indicador eleito desde 1981, adotado no «Relatório Final da Comissão para o Conselho sobre o Primeiro Programa de Projetos-Piloto e Estudos-Piloto para Combater a Pobreza», baseia-se no rendimento monetário líquido dos indivíduos e identifica a inadequação deste rendimento através de um critério puramente relativo, considerando que os indivíduos com um nível de rendimento equivalente inferior a uma percentagem do valor do rendimento equivalente mediano observado no país se encontram em situação de «risco de pobreza».

No caso do principal indicador utilizado, e adotado neste estudo para identificar os indivíduos em situação de pobreza, o valor de referência do limiar de pobreza corresponde a 60% do rendimento mediano, valor de referência adotado pelo Eurostat em 2000 (Atkinson *et al.*, 2002) e consagrado com a adoção oficial dos designados indicadores de Laeken, em 2001. Este critério traduz, ainda que de forma algo imperfeita, a ideia subjacente ao conceito de privação relativa proposto por Townsend (1979). Assim, se os recursos obtidos pelo indivíduo estiverem «tão seriamente abaixo dos controlados pelo indivíduo ou família médios, [...] eles são de facto excluídos dos padrões de vida, costumes e atividades correntes» (Townsend, 1979, p. 31).

A observação da realidade, numa perspetiva agregada e para fins estatísticos, implica a utilização de critérios de observação, nomeadamente selecionando os aspetos mais facilmente observáveis, e de classificação, em particular estabelecendo fronteiras definidas, que traduzem simplificações importantes quando lidamos com fenómenos complexos e difusos cuja quantificação é particularmente difícil. Neste contexto, torna-se relevante explicitar os princípios que muitas vezes guiam a seleção dos indicadores. Atkinson *et al.* (2002, pp. 20-24) identificam seis, que são aplicáveis de forma individual aos indicadores: identificar a essência do problema que se pretende medir e ter uma interpretação normativa clara e aceite de forma generalizada; ser robusto e passível de validação estatística por referência a outras evidências; ser sensível a intervenções políticas eficazes mas não ser passível de manipulação; ser medido de forma suficientemente comparável nos países da União Europeia; passível de ser calculado em tempo útil e de revisão; a medição do indicador não deve constituir uma sobrecarga para os Estados-membros ou para os seus cidadãos

(respondentes). Os últimos três princípios têm um carácter essencialmente pragmático e implicam compromissos importantes entre aquilo que gostaríamos de saber e aquilo que se pode observar de forma comparável, rápida e eficiente.

Os procedimentos metodológicos associados à observação indireta da pobreza, baseada nos recursos que os indivíduos detêm e mais concretamente no rendimento que obtêm, estão relativamente consolidados em orientações de modo geral aceites para a observação do rendimento com o objetivo de comparação interpessoal e medição da pobreza (ver por exemplo *Expert Group on Household Income Statistics*, 2001; *Expert Group on Poverty Statistics*, 2006). Além disso, as opções metodológicas que lhes são inerentes, bem como a seleção das alternativas disponíveis e respetivas limitações, têm sido detalhadas e discutidas de forma aprofundada quer internacionalmente (ver, entre outros, Citro e Michael, 1995; Atkinson *et al.* 2002; Eurostat, 2007), quer em estudos realizados em Portugal (ver entre outros Costa *et al.*, 1985; Ferreira, 2000; Rodrigues, 2007; Pereira, 2010a).

Embora não caiba neste trabalho uma discussão aprofundada do critério utilizado, importa detalhar as principais opções metodológicas prosseguidas na identificação dos indivíduos em situação de pobreza, de acordo com o procedimento Eurostat, identificando também algumas das limitações que reconhecidamente lhes estão associadas. Nomeadamente, porque estas opções metodológicas, em especial as relativas à escolha da variável e do período de observação, da unidade de observação, das escalas de equivalência e do limiar de pobreza, influenciam de forma determinante os resultados obtidos em termos de identificação dos indivíduos em situação de pobreza.

Em primeiro lugar, a escolha da variável rendimento a observar; esta corresponde ao rendimento monetário líquido, que tem em conta o rendimento monetário proveniente de diversas fontes, incluindo transferências sociais depois de deduzidos os impostos que sobre eles incidem e as contribuições para a segurança social (INE, março de 2016). Sendo uma variável fluxo, torna-se necessário delimitar um período de observação, que é, neste caso, um ano. Ora, esta variável exclui, desde logo, o rendimento não monetário, nomeadamente o autoconsumo e a autolocação, que em Portugal têm um peso relevante no conjunto do rendimento observado. Acresce que não tem em conta outros recursos, nomeadamente eventuais poupanças que possam ser mobilizadas pelos indivíduos e que dependem em grande medida das trajetórias de vida e do nível de rendimento obtido em anos anteriores (veremos, contudo, na parte qualitativa, que o impacto deste tipo de rendimentos é pequeno entre os nossos entrevistados). De facto, o rendimento anual obtido pode flutuar e em cada ano existem indivíduos que obtêm um nível de rendimento que pode não refletir a sua situação mais típica. Neste sentido, o rendimento monetário líquido obtido num ano pode afastar-se substancialmente dos recursos que os indivíduos detêm para obter um determinado padrão de vida. Um dos principais argumentos avançados para a não inclusão de outras componentes do rendimento, quando o indicador foi adotado e o instrumento para recolher os dados necessários para o calcular foi concebido, centrou-se nas dificuldades inerentes à observação das componentes não monetárias do rendimento, em particular numa perspetiva comparada (Atkinson *et al.*, 2002; Eurostat, 2007). A trajetória de vida dos indivíduos é um filme, mas a análise estatística fornece-nos apenas um retrato. A análise dos percursos de vida feita nos capítulos

seguintes deste livro ajuda-nos a minimizar este problema, dado que tem como esteio uma abordagem biográfica.

Em segundo lugar, a unidade de observação do rendimento é o Agregado Doméstico Privado (ADP), tendo em conta que existe, por definição, partilha de recursos no seio deste. De facto, o ADP corresponde ao

conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. (INE, 2016, p. 90)

Neste sentido, o rendimento a atribuir a cada indivíduo no ADP depende do rendimento obtido por todos os membros do ADP. Este pressuposto de partilha de recursos é normalmente aceite como válido, tendo em conta que existem despesas que beneficiam todos os membros do agregado, por exemplo na habitação, e que os bens e serviços consumidos por alguns indivíduos, por exemplo as crianças, são financiados pelo rendimento obtido pelos seus cuidadores. Contudo, esta partilha não é necessariamente equitativa. As particulares dificuldades associadas à obtenção de informação sobre a distribuição intrafamiliar dos recursos/rendimento traduz-se na assunção de uma hipótese simplificadora de distribuição equitativa do rendimento pelos membros do ADP, que é em grande medida inescapável, mas tem consequências relevantes para a observação da pobreza (ver por exemplo Daly, 1992, sobre a incapacidade deste tipo de abordagem para revelar o quadro real da pobreza feminina nas sociedades europeias).

Em terceiro lugar, uma vez que o rendimento é observado ao nível do ADP, é necessário tornar comparável o rendimento obtido por ADP com diferentes dimensões e composições. O procedimento normalmente utilizado é o de recorrer a uma escala de equivalência que tem em conta quer a existência de economias de escala no consumo, quer a composição demográfica do agregado. O rendimento equivalente atribuído a cada membro do agregado resulta assim da divisão do rendimento monetário líquido obtido por parte do ADP e respetivos membros ao longo de um ano pelo número de adultos equivalentes, utilizando uma escala de equivalência, assumindo-se assim, como já foi referido, que existe uma distribuição equitativa dos recursos dentro do ADP.

Existem múltiplas escalas de equivalência, que são calculadas tendo em conta diferentes objetivos e métodos, e os estudos sugerem que as necessidades relativas de diferentes ADP variam com o rendimento e, em particular, com o peso das despesas com a habitação. A opção por uma única escala de equivalência aplicada independentemente do nível de rendimento é uma simplificação aceite como razoável pela dificuldade de implementar pressupostos mais sofisticados (*Expert Group on Household Income Statistics*, 2001, p. 40).

A escala de equivalência atualmente utilizada pelo Eurostat é a modificada da OCDE, sendo atribuída uma ponderação de um valor ao primeiro adulto no agregado, uma ponderação de 0,5 aos restantes indivíduos com 14 ou mais anos e uma ponderação de 0,3 aos indivíduos com menos de 14 anos. É importante notar que a opção por esta última escala é normalmente justificada por questões práticas de harmonização e comparabilidade, o que não significa, como refere Rodrigues, que esta seja «a escala ideal ou a que melhor traduz a realidade portuguesa» (2007, p. 43). Esta escala não é, assim, de todo consensual na literatura e

os resultados de um estudo recente realizado em Portugal sugerem por exemplo que, para níveis de rendimento abaixo da mediana, ela sobrestima as economias de escala no consumo e, sobretudo, subestima as necessidades relativas das crianças (Pereirinha *et al.*, 2017).

Em quarto lugar, a identificação dos indivíduos em situação de pobreza, ou seja, a tradução da pobreza numa variável dicotómica que separe os indivíduos que estão em situação de pobreza, daqueles que não estão nessa situação requer a identificação de um valor de rendimento equivalente utilizado como limiar – o designado limiar de pobreza – que, no caso, corresponde a 60% da mediana do rendimento equivalente observado.

Esta dicotomização na observação da pobreza, apesar de em grande medida ser artificial, é necessária para o exercício de identificação das pessoas em situação de pobreza para fins estatísticos. Em particular, esta dicotomização leva a que um euro (ou mesmo um cêntimo) a menos ou a mais no rendimento monetário se traduza numa classificação do indivíduo como estando ou não numa situação de pobreza.

Embora se reconheça que a medição de um fenómeno implica sempre uma redução da informação sobre o mesmo (Pereirinha, 1995), a eleição do critério referido para determinar o limiar de pobreza tem sido alvo de diversas críticas no seio da comunidade científica (ver entre outros Atkinson *et al.*, 2002; Costa *et al.*, 2008; Pereira, 2010a) que suscitam cautelas na interpretação dos resultados obtidos com a sua utilização, sobretudo numa perspetiva comparada no tempo e no espaço.

Um dos problemas suscitados é que o indicador utilizado se encontra em grande medida divorciado do conceito oficial adotado, refletindo

essencialmente uma situação de rendimentos relativamente baixos (Pereira, 2010a). Aliás, alguns autores preferem utilizar a designação de indicador de baixos rendimentos (Atkinson *et al.*, 2002). De facto, tal como qualquer outro limiar relativo, que é estabelecido de forma arbitrária, o rendimento implícito neste limiar pode ou não ser o rendimento necessário/adequado para obter um padrão de vida mínimo aceitável. Os resultados de um estudo realizado em Portugal sugerem que o limiar de pobreza assim identificado está bastante abaixo do rendimento necessário para alcançar um padrão de vida digno em Portugal. De facto, o valor de rendimento implícito no limiar (422 euros) em 2014, no caso de um indivíduo a viver só, a residir numa freguesia não atípica em Portugal, não seria suficiente para cobrir as despesas estimadas como necessárias para alimentação, habitação e transportes (Pereirinha *et al.*, 2017).

Tendo em conta a arbitrariedade da escolha do limiar relativo, a nível europeu acordou-se a disponibilização dos resultados obtidos com a utilização de outros limiares – 40%, 50% e 70% do rendimento mediano (limiares também adotados em Laeken como base de indicadores secundários). Estes indicadores continuam, contudo, associados à identificação de situações de rendimentos relativamente baixos. Neste sentido, ignoram o «irreducible absolutist element» (Sen, 1983) na noção de pobreza. Este «elemento» absoluto na noção de pobreza implica que a identificação de um indivíduo como estando numa situação de pobreza não pode depender exclusivamente do quadro relativo da distribuição de rendimento.

A desconexão entre um limiar estabelecido de forma puramente relativa e o rendimento necessário para obter um determinado padrão de vida mínimo aceite como tal e a implicação da adoção deste critério

para a observação da pobreza tornou-se evidente durante a crise económica em Portugal (2008-2014), como veremos de seguida. De facto, a utilização de um limiar relativo implica que o limiar de pobreza flutue anualmente em consonância com as flutuações do rendimento mediano. Em Portugal, entre 2010 e 2012 o limiar de pobreza reduziu por efeito da redução do rendimento equivalente mediano. Assim, nestes anos, embora recorrendo a outros indicadores parecesse claro que a pobreza estava a aumentar significativamente, a percentagem de indivíduos identificados em situação de pobreza praticamente não se alterou em 2010 e 2011 e registou apenas um pequeno aumento em 2012. A disponibilização pelo Eurostat e pelo INE dos resultados obtidos para um limiar ancorado (indicador secundário adotado em Laeken), em 2009, evidencia claramente esta situação.

Finalmente, importa salientar que a grande heterogeneidade dos seres humanos, expressa em características individuais e em circunstâncias externas, implica a existência de diferenças substanciais na conversão do rendimento e recursos pessoais em realizações valorizadas, como, por exemplo, estar adequadamente nutrido e participar na vida da comunidade (Sen, 1992). Algumas destas características individuais diferenciadoras perduram no tempo, nomeadamente alguns problemas de saúde e, ao implicar despesas adicionais, levam a necessidades superiores de rendimento para obter um determinado padrão de vida. As circunstâncias externas, nomeadamente as que se traduzem em diferenças no custo de vida entre diferentes localizações – por exemplo o facto de os agregados enfrentarem preços diferentes e/ou terem necessidades diferenciadas de acordo com a localização geográfica –, podem originar igualmente diferenças no rendimento necessário para obter um determinado padrão de vida. Nesse sentido, a não

consideração dessas diferenças pode enviesar as medidas e o perfil de pobreza. Neste contexto, será importante ter em conta, por exemplo, as situações de saúde/doença, as despesas com a habitação e a localização geográfica na observação da pobreza.

Ao nível da UE, o reconhecimento das limitações, já apresentadas, do principal indicador adotado para observar a pobreza – a designada taxa de risco de pobreza que corresponde à percentagem de indivíduos com rendimento equivalente inferior a 60% do rendimento mediano observado no país de residência –, originou desde logo a seleção de outros indicadores primários complementares de observação da pobreza com base no rendimento: a taxa de risco persistente da pobreza e a taxa de intensidade da pobreza. A taxa de risco persistente da pobreza corresponde à percentagem de indivíduos com rendimento inferior ao limiar de pobreza no ano corrente e em dois dos três anos precedentes e acomoda, de certa forma, o problema relativo ao período de observação e à existência de flutuações anuais no rendimento obtido pelos indivíduos. A taxa de intensidade da pobreza corresponde à diferença entre o valor mediano do rendimento dos indivíduos com rendimento inferior ao limiar e o valor dessa linha, expressa numa percentagem do valor desse limiar, acomodando, de certa forma, o problema relativo à dicotomização da observação da pobreza ao ter em conta o quão distantes estão os rendimentos dos indivíduos em situação de pobreza da linha de pobreza assim calculada.

O esforço de aperfeiçoamento da observação da pobreza associado ao reconhecimento das insuficiências dos indicadores referidos, nomeadamente tendo em conta situações muito diferenciadas de rendimento e condições de vida nos diferentes países, tem levado igualmente ao desenvolvimento e à adoção de novos indicadores (pós-Laeken), entre

os quais se destacam o de privação material, adotado em 2009, o de população em risco de pobreza ou exclusão social, taxa de privação material severa e intensidade laboral *per capita* muito reduzida, adotados em 2010, no contexto da Estratégia Europa 2020 e, mais recentemente, o de privação material e social, adotado em 2017.

É também no contexto das limitações do indicador selecionado para a observação da pobreza, já referidas, que a designação adotada na União Europeia de «risco de pobreza» para a situação observada de rendimento inferior a 60% do rendimento mediano pode ser justificada. Contudo, tendo em conta a distribuição dos rendimentos em Portugal e o valor do limiar obtido com o critério utilizado, sobretudo quando confrontado com os resultados do estudo sobre o rendimento adequado em Portugal (Pereirinha *et al.*, 2017), parece evidente que, pesem embora as eventuais distorções no perfil de pobreza, os indivíduos com rendimento inferior ao limiar definido, salvaguardadas algumas situações mais excecionais, se encontram numa situação de pobreza. Ou seja, os procedimentos metodológicos, as opções prosseguidas e os critérios utilizados tenderão a pecar mais por defeito, não identificando indivíduos cujos recursos são efetivamente insuficientes para obter o padrão de vida aceite, e menos por excesso. Nesse sentido, e no resto deste livro, deixaremos cair a expressão «risco de».

1.2. Fontes de dados utilizadas neste estudo – ICOR e IDEF

Neste trabalho recorreremos aos microdados anonimizados de um inquérito realizado pelo Instituto Nacional de Estatística – o Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias de 2017 (ICOR 2017), cedido para a realização do presente estudo ao abrigo

do Protocolo entre o Instituto Nacional de Estatística, a Fundação para a Ciência e Tecnologia e a Direção-Geral das Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

O ICOR, realizado anualmente desde 2004 (com dados do ano anterior, pelo que os primeiros são de 2003), é um inquérito desenhado para obter a informação necessária com vista à elaboração de estatísticas sobre o rendimento, as condições de vida e exclusão social na União Europeia, consubstanciadas numa base de dados estatística europeia designada por «European Union Statistics on Income and Living Conditions» (EU-SILC). Este inquérito substitui o anterior Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP, parte integrante do ECHP desenvolvido em todos os países comunitários), realizado anualmente entre 1994 e 2001.

Trata-se de um inquérito harmonizado ao nível europeu e concebido especificamente para possibilitar o cálculo dos indicadores adotados para a monitorização do desempenho da União Europeia e dos respetivos Estados-membros na promoção da inclusão social, com base em dados comparáveis entre os diferentes Estados-membros. Especificamente, esta operação estatística permite a realização de análises transversais e longitudinais:

da composição e distribuição do rendimento das famílias e dos indivíduos; das condições de vida (condições de habitação e conforto, capacidade financeira, etc.); do impacto das transferências sociais ao nível da pobreza e exclusão social; da ligação entre a pobreza e exclusão social e a atividade económica, emprego, tipologia socio-familiar, educação, saúde e habitação. (INE, março de 2016, p. 9)

O universo do ICOR 2017 corresponde ao conjunto dos agregados familiares e indivíduos residentes no período de referência em alojamentos familiares (não coletivos) no território nacional – Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Desde 2016, a base de amostragem deste inquérito é constituída por um ficheiro de alojamentos familiares de residência principal, designado Ficheiro Nacional de Alojamentos. A seleção da amostra segue um esquema de amostragem estratificada e multietápica (para mais informações ver INE, março de 2016). A partir de 2015, a amostra foi redimensionada para garantir representatividade regional ao nível de NUTS II⁴.

Para permitir a obtenção de informação longitudinal, além de transversal e, ao mesmo tempo, não sobrecarregar os respondentes, o modelo amostral assenta num esquema de rotação de quatro subamostras independentes, com rotação de 1/4 da amostra em cada ano, o que significa que cada agregado/indivíduo permanece na amostra durante um máximo de quatro anos consecutivos (INE, março de 2016).

A recolha da informação do ICOR 2017 foi realizada no segundo trimestre de 2017 e o período de referência dos dados é, para a maioria das variáveis, o do momento da entrevista/ano do inquérito; já para as variáveis relacionadas com o rendimento o período de referência corresponde ao do ano anterior ao da realização da entrevista. Em 2017, foram inquiridos 12 091 ADP (entrevistas conseguidas e válidas).

Existe uma outra fonte possível para a análise da pobreza em Portugal, o Inquérito às Despesas das Famílias de 2015/2016 (IDEF 2015/2016), brevemente usado neste livro e uma possível alternativa ao ICOR. O IDEF corresponde a uma operação de recolha de dados sobre os orçamentos familiares com periodicidade quinzenal que é realizada pelo

INE desde 1967/1968 (tem assumido diferentes designações ao longo do tempo, nomeadamente Inquérito às Receitas e Despesas Familiares, Inquérito às Despesas Familiares e Inquérito aos Orçamentos Familiares). Nesta operação são recolhidos dados sobre consumo, despesas e rendimento das famílias em Portugal, bem como as características demográficas, económicas, sociais e territoriais das unidades de observação (o agregado doméstico privado e os indivíduos).

Especificamente, os objetivos estabelecidos para esta operação foram:

1. Determinar o volume e a estrutura da despesa das famílias, nomeadamente: a. Determinar a estrutura de consumo para cálculo dos ponderadores do Índice de Preços no Consumidor, b. Fornecer informação sobre consumo final das famílias às Contas Nacionais Portuguesas, c. Fornecer informação sobre quantidades consumidas de bens alimentares para a construção da Balança Alimentar e para o apuramento das quantidades alimentares desenvolvida pela Direção Geral de Saúde e Consumidores (SANCO) da Comissão Europeia;
2. Avaliar as fontes e o valor do rendimento dos indivíduos, permitindo uma avaliação integrada dos rendimentos e despesas familiares com outros inquéritos realizados às famílias na vertente rendimentos, e a realização de estudos sobre as determinantes das decisões de despesa assentes no binómio rendimento-despesa;
3. Conhecer algumas das condições de habitabilidade, conforto e bens disponíveis das famílias residentes em Portugal. (INE, janeiro de 2015, p. 7)

O universo do IDEF 2015/2016 corresponde ao conjunto dos agregados familiares e indivíduos residentes no período de referência em alojamentos familiares (não coletivos) no território nacional – Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da

Madeira. A base de amostragem deste inquérito é constituída por um ficheiro de alojamentos familiares de residência principal, designado Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA), que foi construído em 2013 a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2011 (INE, 2015). A seleção da amostra segue um esquema de amostragem estratificado por NUTS II e multietápico (para mais informações ver INE, janeiro de 2015).

A recolha da informação foi realizada no período compreendido entre 16 de março de 2015 e 13 de março de 2016, com as unidades de alojamento a inquirir distribuídas de um modo uniforme pelas 26 quinzenas (INE, 2017). O período de estudo do inquérito é o ano e o período de observação direta corresponde a uma quinzena. O período de referência dos dados varia com a variável observada: para as variáveis de caracterização do alojamento, do agregado e do indivíduo é o momento da entrevista, para as receitas monetárias líquidas do indivíduo é o ano fiscal de 2014, para as variáveis relativas à despesa/ ao consumo varia entre a quinzena em curso, os 30 dias anteriores, os 90 dias anteriores e os 365 dias anteriores, contabilizados tendo em conta o primeiro dia da quinzena da entrevista. Foram inquiridos, pelo INE, 11 398 ADP (entrevistas conseguidas e válidas), a que correspondem 15 665 alojamentos elegíveis e contactados, tendo atingido uma taxa de respostas específica de 73 % (INE, 2017).

Para a análise transversal que se pretende realizar neste trabalho, as duas principais vantagens do IDEF 2015/2016 na observação e no estudo da pobreza, comparativamente ao ICOR, são a disponibilização detalhada de informação sobre a despesa das famílias e, até 2016, a de recorrer a uma amostra representativa a nível regional. A principal desvantagem reside no facto de, não sendo um instrumento concebido

para a observação das condições de vida e da exclusão social, não recolher informação relevante para uma observação e caracterização mais detalhada dos indivíduos em situação de pobreza.

Os dados do ICOR, e também do IDEF, que agora se trabalham apresentam determinadas características que limitam e condicionam decisivamente os resultados obtidos. Uma parte dessas limitações está associada a questões concretas da definição dos conceitos realizada pelo Eurostat, e adotadas pelos organismos nacionais de estatística da União Europeia, como o INE. Estas limitações foram já abordadas. Contudo, existem outras que apresentam uma maior amplitude e que não podem ser ignoradas. Referimo-nos, em primeiro lugar, à ilusão de conhecimento da realidade que nos é dada por apropriações erradas das estatísticas oficiais. Estas são, em primeiro lugar, produzidas pelos aparelhos estatísticos para fins políticos (e estatísticos) de gestão da *Res Publica*. Como tal, têm um alcance muito específico, dando-nos uma imagem rápida e diacrónica de um conjunto de variáveis-chave. De uma forma geral cumprem a função para que foram criadas; o problema, no que à pobreza respeita, reside na apropriação dos resultados estatísticos de forma a que estes são tomados como sendo suficientes para a compreensão da realidade social, criando-se assim a ilusão de que, conhecendo-se a taxa de pobreza (e um conjunto limitado de indicadores associados), se conhece também o que é a pobreza em Portugal. O uso errado da taxa de pobreza implica a redução de um processo social a um único número, condensando massivamente as vidas e características de milhões de indivíduos.

Os investigadores usam os microdados do INE precisamente para ir mais longe na análise, encontrar outros modelos estatísticos, conhecer melhor a realidade e, dessa forma, produzir um manancial precioso

de informação adicional sobre a pobreza. É isso que se faz neste livro, aliás, como em boa parte das pesquisas sobre pobreza em Portugal¹⁵.

Contudo, mesmo este trabalho adicional não desfaz o perigo, muito concreto, da ilusão do conhecimento. Os dados estatísticos continuam a ser obtidos para fins estatísticos, e mesmo que interrogados com todo o arsenal de teorias, métodos e técnicas ao dispor dos investigadores não podem fornecer mais informações do que aquelas que contêm, como já afirmámos. Para conseguirmos ir mais além, temos que desafiar as limitações inscritas na própria forma como os dados são construídos e se revelam inultrapassáveis, independentemente da sofisticação e da profundidade como são interrogados pelos cientistas sociais. A única resposta é produzir outros dados, de natureza qualitativa. Só assim conseguimos uma compreensão aprofundada das populações, das suas características, dos problemas e potencialidades, bem como das suas perceções subjetivas acerca dos fenómenos sociais que se condensam nas estatísticas.

Isto sem se cair na armadilha do particularismo; esta faz com que nos centremos nas especificidades dos indivíduos e dessa forma percamos de vista as regularidades sociais que pesam e presidem sobre as suas vidas, em particular entre os pobres, dado que a escassez de recursos de todo o tipo que os afeta e os torna especialmente vulneráveis aos constrangimentos sociais, reduzindo a sua margem de manobra para pensar e agir de forma autónoma.

1.3. Principais técnicas estatísticas usadas

Já identificamos a utilização de técnicas estatísticas pouco usadas na análise da pobreza em Portugal, esperando assim obter resultados

inovadores, como o segundo objetivo do projeto que subjaz a este livro, e enunciamos brevemente as suas potencialidades. Consideramos importante caracterizar, de seguida e de forma relativamente breve, as principais características e potencialidades destas técnicas.

A Análise de Correspondências Múltiplas (ACM) é adequada à abordagem simultânea de múltiplos indicadores e ao tratamento de variáveis qualitativas (como é o caso de boa parte das variáveis do ICOR) e visa o estudo das associações entre as categorias dessas variáveis que caracterizam um conjunto de indivíduos (Benzécri, 1992; Greenacre e Blasius, 2006).

A Análise de Correspondências teve a sua origem teórica na primeira metade do século xx, com o trabalho de Hirschfeld (1935); mas foi o matemático e linguista francês Jean-Paul Benzécri que deu um impulso realmente significativo às aplicações modernas da Análise de Correspondências, a partir da década de 60 do século passado, com estudos realizados na Universidade de Rennes e, posteriormente, na Universidade de Paris. Anos mais tarde, o holandês Jan de Leeuw e o japonês Chikio Hayashi também fizeram importantes contribuições para o desenvolvimento teórico e prático da Análise de Correspondências. Em 1984, Greenacre publica uma importante obra (*Theory and Applications of Correspondence Analysis*), que acaba por contribuir para uma ampla difusão das técnicas de análise de correspondência em diversas partes do mundo.

A Análise das Correspondências Múltiplas (ACM) é uma técnica multivariada que possibilita a investigação da existência de associação entre mais de duas variáveis categóricas. Envolve uma quantificação (entre zero e um) para cada uma das variáveis em cada dimensão, designada

por medida de discriminação. Quanto mais próximos de um forem os valores das medidas de discriminação, mais as variáveis correspondentes discriminam os objetos numa determinada dimensão (e.g., Benzécri, 1992; Carvalho, 2004). A importância de cada uma das dimensões para explicar a variância dos dados originais pode ser analisada através dos valores próprios e da inércia. O valor próprio (contribuição absoluta) de uma dimensão quantifica a variância explicada por essa dimensão. É usual utilizar-se a escolha das dimensões cujos valores próprios sejam superiores a um, sendo de salientar que as dimensões mais relevantes são aquelas que apresentam os valores próprios mais elevados (Carvalho, 2004). A inércia (contribuição relativa) de uma dimensão é obtida dividindo a contribuição absoluta pelo número de variáveis ativas e varia entre zero e um, sendo de referir que quanto mais próximo de um for o seu valor, maior será a quantidade de variância explicada por dimensão (e.g., Greenacre e Blasius, 2006).

A ACM pode ser representada num gráfico, designado por mapa perceptual, a partir do qual se podem interpretar as similaridades e diferenças de comportamento entre variáveis e entre categorias. Os gráficos produzidos são interpretáveis com base nas contribuições de cada categoria para os eixos (dimensões) e nas proximidades e oposições entre as projeções das categorias nos eixos, permitindo avaliar visualmente se as variáveis de interesse se afastam do pressuposto de independência e sugerindo possíveis associações (e.g., Benzécri, 1992; Greenacre e Blasius, 2006).

Articular a ACM com uma Análise Classificatória não hierárquica ajudará a conhecer de forma mais pormenorizada os grupos (perfis) que poderão ser encontrados com base nas dimensões consideradas na ACM.

De entre os métodos não hierárquicos, o procedimento *k-means* é o mais utilizado por investigadores nas mais diversas áreas do conhecimento. Dado que o número de *clusters* é definido preliminarmente pelo investigador, esse procedimento pode ser elaborado após a aplicação de uma Análise Classificatória Hierárquica com recurso a métodos aglomerativos quando não se tem ideia do número de *clusters* que se podem formar. Em alternativa, podem utilizar-se as componentes resultantes de uma Análise de Correspondências Múltiplas, fazendo-se a respetiva articulação com a Análise Classificatória Não Hierárquica.

Os métodos não hierárquicos produzem uma partição de n elementos a classificar em k *clusters*, geralmente otimizando uma função-objetivo e com as restrições de que cada *cluster* contenha pelo menos um objeto e cada objeto pertença a um só *cluster*. O método das *k*-médias (*k-means*) divide o conjunto de dados em k *clusters*, sendo k um parâmetro de entrada do algoritmo, mediante uma técnica de realocação iterativa que procura um ótimo local (MacQueen, 1967). As principais vantagens dos métodos não hierárquicos em relação aos hierárquicos são a possibilidade de um elemento poder mudar de *cluster* no decurso da aplicação do algoritmo (Aldenderfer e Blashfield, 1984) e a possibilidade de operarem com bases de dados de maiores dimensões e serem mais rápidos, por não requererem a atualização e o armazenamento da matriz de proximidades. Por outro lado, as suas principais desvantagens são a necessidade da escolha *a priori* do número de *clusters* e a sensibilidade às condições iniciais, podendo ser obtidos resultados diferentes a cada iteração.

O segundo método por nós aplicado respeita aos modelos de regressão Probit. Estes podem ser utilizados como alternativa aos modelos de regressão logística binária, para os casos em que a curva

de probabilidades de ocorrência de determinado evento se ajusta mais adequadamente à função densidade de probabilidade acumulada da distribuição normal padrão.

A ideia da regressão Probit foi inicialmente concebida por Bliss (1934a; 1934b), mas só duas décadas depois Finney (1952), apoiando-se nas ideias e nos experimentos de Bliss, apresentou novos desenvolvimentos da técnica, num livro intitulado *Probit Analysis*. Nos modelos de regressão Probit, a variável dependente segue uma distribuição de Bernoulli e, portanto, a expressão da função-objetivo (logaritmo da função de verossimilhança) que tem por intuito estimar os parâmetros $\alpha, \beta_1, \beta_2, \dots, \beta_k$ de determinado modelo de regressão Probit é exatamente a mesma que para um modelo de regressão logística binária. O que varia entre os modelos de regressão logística binária e os modelos de regressão Probit é a expressão das probabilidades de ocorrência do evento de interesse p_i .

Já que na regressão Probit a expressão das probabilidades de ocorrência do evento de interesse, que apresenta distribuição normal padrão acumulada, pode expressar-se por

$$p_i = \Phi(Z_i) = \Phi(\alpha + \beta_1 \cdot X_{1i} + \beta_2 \cdot X_{2i} + \dots + \beta_k \cdot X_{ki}),$$

em que F representa a própria função densidade de probabilidade acumulada da distribuição normal padrão.

A opção pela escolha do modelo Probit, em detrimento do modelo Logit dá-se, como refere Finney (1952), pela aderência da curva de probabilidades de ocorrência do evento de interesse à distribuição normal padrão acumulada. Na prática, a decisão pode ser tomada com base em quatro critérios: modelo com o mais alto valor do

logaritmo da função de verossimilhança; modelo com maior pseudo R^2 de McFadden; modelo com mais alto nível de significância no teste de Hosmer-Lemeshow (menor estatística χ^2 deste teste); e modelo com maior área abaixo da curva *ROC*.

No presente trabalho, para a avaliação global do modelo com recurso à regressão Probit foi utilizado o teste da razão de verossimilhanças (LR, Likelihood Ratio), com o intuito de avaliar a significância dos coeficientes estimados simultaneamente, de modo a avaliar se o modelo é globalmente significativo. Para avaliar a significância de cada uma das variáveis independentes separadamente no modelo foi usado o teste de Wald, o qual nos permite verificar se cada uma das variáveis independentes está ou não significativamente associada à variável dependente.

Capítulo 2

Evolução dos principais indicadores de pobreza

2.1. Evolução dos principais indicadores (2003-2016)

2.1.1. Evolução da taxa de pobreza e da intensidade da pobreza

Na janela temporal de análise, a taxa de pobreza e a taxa de intensidade da pobreza alteraram-se em sentidos diferentes, se atentarmos no primeiro e último anos (Quadro 1). A taxa de pobreza observada em 2016 era inferior em 2,1 pontos percentuais à observada em 2003. Já a taxa de intensidade da pobreza observada em 2016 era superior em 2,3 pontos percentuais à observada em 2003. Nesse sentido, regista-se uma diminuição da percentagem de indivíduos em situação de pobreza e, ao mesmo tempo, os dados sugerem um aumento da distância, em termos medianos, do rendimento dos indivíduos em situação de pobreza em relação ao valor do limiar de pobreza⁶.

A trajetória destes indicadores não é, contudo, linear ao longo destes 14 anos de observação (Quadro 1). No caso da taxa de pobreza, verifica-se uma tendência de diminuição entre 2003 e 2008, uma estabilização entre 2008 e 2011, um aumento entre 2011 e 2013⁷ e uma diminuição posterior entre 2014 e 2016, com regresso aos níveis pré-crise. Já no caso da taxa de intensidade da pobreza, a interpretação é dificultada pelas frequentes oscilações anuais e os erros padrão relativos dos valores observados⁸. Ainda assim, vistos globalmente, os dados sugerem uma diminuição desta taxa entre 2003 e 2009, uma tendência de aumento entre 2009 e 2013, com especial incidência entre 2011 e 2013, e uma diminuição posterior, com especial incidência em 2015.

Quadro 1 Taxa de pobreza e da intensidade da pobreza (%)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de pobreza	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18	17,9	18,7	19,5	19,5	19	18,3
Taxa de intensidade da pobreza	24,7	26,0	23,5	24,3	23,2	23,6	22,7	23,2	24,1	27,4	30,3	29,0	26,7	27,0
Limiar de Pobreza (em euros)	4149	4317	4386	4544	4886	4969	5207	5046	4994	4906	4937	5061	5269	5443

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02; llc_li11; ilc_li01].

2.1.2. Evolução da taxa de pobreza por escalões etários e sexo

A decomposição da evolução da taxa de pobreza por escalões etários e sexo (Quadro 2) revela algumas regularidades. Em primeiro lugar, quando se considera o total da população e os grupos etários com 18 anos ou mais, a taxa de pobreza observada nas mulheres é, com duas exceções localizadas, sempre superior à taxa de pobreza observada nos homens. Não obstante, existem razões para se pensar que a pobreza no feminino se encontra subestimada, como já se referiu e mais à frente se detalhará. É, contudo, no grupo dos 65 anos ou mais e a partir de 2006 que encontramos maiores diferenças (eventualmente significativas).

Quadro 2 Taxa de pobreza por escalões etários e por sexo (%)

Idade	Sexo	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	Masc.	19,2	18,7	17,7	17,2	17,9	17,3	17,3	17,6	17,5	18,8	18,9	18,8	18,2	17,8
	Fem.	21,6	20,1	19,1	19,0	19,1	18,4	18,4	18,4	18,2	18,7	20,0	20,1	19,6	18,7
Menos de 18 anos	Total	24,6	23,7	20,8	20,9	22,8	22,9	22,4	22,4	21,8	24,4	25,6	24,8	22,4	20,7
	Masc.	22,7	23,1	21,4	21,6	25,4	23,6	24,9	23,8	22,4	24,6	25,2	23,9	21,2	20,6
	Fem.	26,6	24,4	20,1	20,3	20,0	22,2	19,8	20,9	21,1	24,3	26,1	25,8	23,7	20,7
Dos 18 aos 64 anos	Total	17,0	15,9	15,7	15,2	16,3	15,8	15,7	16,2	16,9	18,4	19,1	18,8	18,2	18,1
	Masc.	16,0	15,3	14,8	14,4	15,4	15,2	15,0	15,7	16,4	18,5	18,7	18,6	18,0	17,8
	Fem.	17,9	16,5	16,6	16,1	17,1	16,3	16,4	16,7	17,4	18,3	19,5	18,9	18,4	18,4
65 ou mais anos	Total	28,9	27,6	26,1	25,5	22,3	20,1	21,0	20,0	17,4	14,6	15,1	17,0	18,3	17,0
	Masc.	28,7	27,5	25,8	23,6	19,2	17,7	17,5	18,0	16,1	13,7	12,6	14,2	16,0	15,2
	Fem.	29,1	27,8	26,4	26,9	24,5	21,8	23,5	21,4	18,4	15,2	16,9	19,0	19,9	18,3

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02].

Os dados apresentados no Quadro 2 ilustram igualmente uma importante alteração entre 2003 e 2016 nos subgrupos etários com maior risco de pobreza. De facto, se em 2003 as taxas de pobreza mais elevadas estavam associadas aos indivíduos com 65 anos ou mais, em 2016 eram os indivíduos com menos de 18 anos que registavam taxas de pobreza superiores. A alteração observada traduz aliás uma inversão no posicionamento dos indivíduos com idade equivalente ou superior a 65 anos, que passaram de grupo etário com taxa mais elevada de pobreza associada, entre 2003 e 2006, a grupo etário com taxa inferior de pobreza associada, entre 2012 e 2014 e em 2016. O grupo etário com taxas de pobreza mais elevadas passa a ser, a partir de 2007 e até 2016, o dos indivíduos com menos de 18 anos.

Olhando para a evolução da taxa de pobreza por escalões etários e utilizando um número índice (Quadro 3), verifica-se, se considerarmos o primeiro e último anos da janela temporal, uma diminuição de magnitude elevada na taxa de pobreza dos indivíduos com 65 ou anos mais, uma diminuição de magnitude mais reduzida na taxa de pobreza dos indivíduos com menos de 18 anos e um aumento de pequena magnitude na taxa de pobreza dos indivíduos entre os 18 e os 64 anos.

Quadro 3 Evolução da taxa de pobreza por escalões etários (número índice)

Idade	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	100,0	95,1	90,7	88,7	90,7	87,7	87,7	88,2	87,7	91,7	95,6	95,6	93,1	89,7
Menos de 18 anos	100,0	96,3	84,6	85,0	92,7	93,1	91,1	91,1	88,6	99,2	104,1	100,8	91,1	84,1
Dos 18 aos 64 anos	100,0	93,5	92,4	89,4	95,9	92,9	92,4	95,3	99,4	108,2	112,4	110,6	107,1	106,5
65 ou mais anos	100,0	95,5	90,3	88,2	77,2	69,6	72,7	69,2	60,2	50,5	52,2	58,8	63,3	58,8

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02]. Cálculos dos autores.

A trajetória desta taxa por grupo etário não é, também, linear ao longo destes 14 anos de observação (Quadro 3). No caso dos indivíduos com 65 anos ou mais, regista-se uma tendência de diminuição da taxa de pobreza entre 2003 e 2012, quando atinge o valor mais baixo da janela temporal (50,5% do valor observado em 2003), e um aumento entre 2012 e 2015, quando atinge um valor de 63,3% do seu valor inicial. Nos indivíduos entre os 18 e os 64 anos, depois de uma oscilação no período inicial até 2009, e tendo-se registado em 2006 o seu valor mais baixo, verifica-se uma trajetória ascendente da taxa de pobreza entre 2009 e 2013, seguida de uma diminuição entre 2013 e 2016, que coloca ainda assim a taxa neste grupo acima dos valores pré-crise. Nos indivíduos com menos de 18 anos, a trajetória até 2009 é relativamente semelhante à dos indivíduos entre os 18 e os 64 anos; contudo, a trajetória ascendente inicia-se apenas em 2011, com um aumento na taxa de pobreza até 2013, e uma redução substancial entre 2013 e 2016, ano em que atinge o valor mais baixo na janela temporal, próximo dos valores observados em 2005/2006.

2.1.3. Evolução da taxa de pobreza ancorada em 2005

Para observar a evolução da taxa de pobreza (Quadro 1), o limiar utilizado com o objetivo de identificar os indivíduos em situação de pobreza varia anualmente, com o valor do rendimento equivalente mediano. Isto significa que, mesmo sem alterações no rendimento real auferido, os indivíduos podem passar a ser ou deixar de ser classificados como estando em situação de pobreza por efeito da alteração no valor do limiar.

Nesse sentido, importa observar a evolução da taxa de pobreza para um limiar ancorado, neste caso utilizando o limiar observado no ICOR de 2005, apenas ajustado para o valor da inflação (Quadro 4).

Quadro 4 Taxa de pobreza usando um limiar ancorado – ICOR 2005 (%)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de pobreza	19,2	18,2	17,0	15,0	14,1	15,8	18,0	19,5	20,4	19,3	17,4	16,5

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li22].

A trajetória deste indicador é bastante clara: entre 2005 e 2009 verifica-se uma diminuição desta taxa, traduzindo uma melhoria no rendimento real da população com rendimentos relativamente baixos (os pobres). Entre 2009 e 2013 verifica-se que a taxa aumenta, o que traduz uma redução no rendimento real da população com rendimentos relativamente baixos. Finalmente, entre 2013 e 2016 observa-se uma diminuição da taxa, associado a uma recuperação do rendimento real desta parte da população portuguesa. Em 2016 a taxa assume, ainda assim, um valor superior aos níveis pré-crise (compare-se com o ano de 2008).

2.1.4. Sensibilidade da taxa de pobreza face a diferentes limiares de pobreza

Tendo em conta a arbitrariedade da escolha de um determinado limiar relativo para observar a pobreza, importa conhecer os valores da taxa de pobreza perante limiares relativos alternativos, nomeadamente a 40%, 50% e 70% do rendimento mediano (Quadro 5), para posterior comparação com o limiar oficial de 60%.

Quadro 5 Taxas de pobreza para diferentes limiares de pobreza do rendimento equivalente mediano (%)

Limiar	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
40%	7,3	6,9	6,5	6,3	5,7	6,4	6,3	5,5	6,5	8,1	8,6	8,5	7,3	7,5
50%	13,2	12,5	11,2	11,5	11,9	10,8	11,3	11,1	11,4	12,6	13,8	13,8	13,0	12,3
60%	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0	17,9	18,7	19,5	19,5	19,0	18,3
70%	28,2	27,1	25,8	25,6	27,2	25,6	26,0	25,6	24,9	25,5	27,1	27,0	26,4	25,4

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02].

Apesar de as trajetórias das diferentes taxas revelarem um panorama semelhante em termos de períodos de diminuição e aumento da pobreza entre 2003 e 2016, a utilização de limiares inferiores (de 40% e 50% do rendimento mediano, em particular o primeiro) denotaria um agravamento relativo superior na pobreza entre 2010 e 2013. Este resultado revela uma deterioração do rendimento dos indivíduos em situação de pobreza, já assinalada pelo aumento da taxa de intensidade da pobreza nestes anos.

Regista-se também que, para os limiares mais baixos, em particular no caso do limiar de 40% do rendimento equivalente mediano, as taxas observadas em 2016 estão muito próximas das observadas em 2003.

Importa também perceber as implicações da utilização de um limiar de pobreza diferente para o perfil da pobreza e a sua evolução na janela temporal de observação, nomeadamente por grupos etários (Quadro 6).

Quadro 6 Taxas de pobreza para diferentes limiares de pobreza do rendimento equivalente mediano por grupo etário (%)

Idade	Limiar	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
		Menos de 18 anos	40%	9,4	8,8	7,9	7,6	8,4	9,6	9,1	7,7	9,1	12,1	12,3	11,6
	70%	32,0	30,9	27,5	28,0	32,2	31,1	30,3	30,2	29,5	31,6	31,9	30,8	29,5	26,5
Dos 18 aos 64 anos	40%	6,9	6,4	6,1	5,9	5,2	5,9	6,1	5,7	7,0	8,7	9,2	9,2	7,8	8,3
	70%	23,3	22,4	21,8	21,6	23,2	21,7	22,3	22,8	23,3	24,3	25,6	25,7	24,6	24,0
65 ou mais anos	40%	6,5	6,6	6,2	6,3	4,6	4,6	4,3	2,8	2,7	2,4	3,3	3,9	4,2	3,7
	70%	42,6	40,4	39,0	38,0	36,5	33,7	34,8	30,4	26,0	23,8	27,7	27,7	29,0	28,6

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02].

Efetivamente, como se pode observar, a utilização dos limiares extremos de 40% e 70% revelam panoramas diferentes no que se refere à taxa de pobreza por grupos etários, ao longo dos 14 anos de observação. Desde logo, o grupo etário com maior incidência de rendimento inferior a 40% do rendimento mediano é sempre, ao longo de toda a janela temporal de observação, o dos menores de 18 anos, assumindo em 2016 o mesmo valor que assumia em 2003. Por outro lado,

entre 2003 e 2006, a incidência de indivíduos com rendimento inferior a 40% do rendimento mediano era muito semelhante nos grupos etários com 18 ou mais anos e, logo a partir de 2007, o grupo etário com menor incidência de rendimento inferior a 40% do rendimento mediano passou a ser o dos indivíduos com 65 anos ou mais. Já o limiar de 70% revela um panorama mais semelhante ao do limiar de 60%, assinalando-se, contudo, duas diferenças. Por um lado, verifica-se uma inversão mais tardia (em 2011) de posicionamento entre os indivíduos com 65 anos ou mais e os indivíduos com idade inferior a 18 anos. Por outro lado verifica-se, ao longo de toda a janela temporal, incluindo os anos mais recentes – com uma única exceção – uma menor incidência de indivíduos com rendimento inferior a 70% do rendimento mediano no escalão etário dos 18 aos 64 anos.

Assinala-se, igualmente, que o grupo etário onde se regista maior dispersão na incidência para os limiares relativos extremos, quer do ponto de vista absoluto quer do ponto de vista relativo, é o dos indivíduos com 65 anos ou mais. Ou seja, existe uma maior concentração de indivíduos nesta faixa etária com rendimento entre os limiares de 40% e 70%. Nesse sentido, este grupo etário está mais protegido de situações de rendimentos muito baixos (abaixo de 40% do rendimento equivalente mediano), o que poderá explicar-se pela existência de apoios sociais específicos para os indivíduos desta faixa etária com rendimentos baixos ou sem outros rendimentos, como é o caso das pensões sociais e do Complemento Solidário para Idosos (CSI), e pelos valores de referência dos mesmos. Por outro lado, existe uma maior concentração de indivíduos nesta faixa etária com rendimento entre os limiares de 50% e 70%, que pode explicar-se quer por valores de rendimento auferido relativamente baixos, cuja origem é predominantemente a de transferências

relativas a pensões, quer pelo facto de o valor de referência do Complemento Solidário para Idosos se situar próximo do limiar de 60% do rendimento equivalente mediano.

2.1.5. Evolução da taxa de pobreza antes de transferências sociais

É importante ainda observar o efeito que as transferências sociais têm sobre o rendimento disponível dos indivíduos e, por essa via, na taxa de pobreza (após transferências sociais). Os dados apresentados no Quadro 7 ilustram a importância quer das pensões de velhice e de sobrevivência, quer das outras transferências sociais no rendimento disponível dos indivíduos com rendimentos relativamente mais baixos, embora as primeiras tenham uma importância maior, traduzida numa redução muito substancial na taxa de pobreza observada.

Quadro 7 Taxas de pobreza antes de e após transferências sociais (%)⁹

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Antes de qualquer transferência social (1)	41,3	40,8	40,2	40,0	41,5	41,5	43,4	42,5	45,4	46,9	47,8	47,5	46,1	45,2
Após transferências relativas a pensões (2)	26,5	25,7	25,1	24,2	24,9	24,3	26,4	25,4	25,3	25,5	26,7	26,4	25,0	23,6
Após transferências sociais (3)	20,4	19,4	18,5	18,1	18,5	17,9	17,9	18,0	17,9	18,7	19,5	19,5	19,0	18,3

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02; ilc_li09; ilc_li10].

É no período entre 2011 e 2014 que se observa uma maior diferença (igual ou superior a 27,5 pontos percentuais) entre a taxa de pobreza antes de qualquer transferência social e a taxa de pobreza após transferências sociais (Quadro 8). Esta maior diferença traduz um efeito relativamente protetor e estabilizador das pensões de velhice e de sobrevivência face à redução observada do rendimento do trabalho e de outros rendimentos privados dos indivíduos com rendimentos relativamente baixos, que se manifesta num aumento da taxa de pobreza antes de qualquer transferência social nesse período. A diferença entre a taxa de pobreza após transferências relativas a pensões e a taxa de pobreza antes de qualquer transferência social manteve-se, aliás, relativamente estável entre 2012 e 2016 (entre 21,1 e 21,6 pontos percentuais de redução).

Quadro 8 Diferença (em pontos percentuais) entre as taxas de pobreza antes de e após transferências sociais¹⁰

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Diferença entre (2) e (1)	-14,8	-15,1	-15,1	-15,8	-16,6	-17,2	-17,0	-17,1	-20,1	-21,4	-21,1	-21,1	-21,1	-21,6
Diferença entre (3) e (2)	-6,1	-6,3	-6,6	-6,1	-6,4	-6,4	-8,5	-7,4	-7,4	-6,8	-7,2	-6,9	-6,0	-5,3
Diferença entre (3) e (1)	-20,9	-21,4	-21,7	-21,9	-23,0	-23,6	-25,5	-24,5	-27,5	-28,2	-28,3	-28,0	-27,1	-26,9

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li02; ilc_li09; ilc_li10]. Cálculo dos autores.

Já a diferença entre a taxa de pobreza após transferências sociais e a taxa de pobreza após transferências relativas a pensões atingiu um máximo em 2009, correspondendo a 8,5 pontos percentuais.

2.1.6. Evolução da taxa de pobreza persistente

A taxa de pobreza persistente permite conhecer a incidência de indivíduos em situação de pobreza num determinado ano que se encontravam igualmente nessa situação em pelo menos dois dos três anos anteriores, o que traduz uma persistência na situação de pobreza (Quadro 9).

Quadro 9 Taxa de pobreza persistente (%)

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Total	14,1	13,1	9,8	13,2	13,6	11,4	11,7	12,0	13,6	11,5	14,2

Fonte: Eurostat, novembro 2018 [ilc_li21].

Ao longo da janela de observação, verificam-se taxas relativamente elevadas de pobreza persistente. O valor mínimo observou-se em 2008 e o valor máximo em 2016, equivalente ao valor observado em 2006. Em 2006 e em 2016, a proporção de indivíduos em situação de pobreza persistente no total de indivíduos em situação de pobreza correspondia a 78%; em 2008 essa proporção era de 55%¹¹.

2.1.7. Evolução da taxa de pobreza do rendimento monetário e não monetário (2005-2009-2014)

Como anteriormente referido, o cálculo do indicador oficial taxa de pobreza, realizado com base nos dados do ICOR, baseia-se na variável

rendimento monetário líquido, excluindo assim o rendimento não monetário, que em Portugal tem um peso relevante no conjunto do rendimento observado. Importa por isso recorrer aos dados dos Inquéritos às Despesas das Famílias (IDEF, 2005-2006; 2010-2011 e 2015-2016), para conhecer a taxa de pobreza que seria observada se a variável utilizada fosse o rendimento total.

Como se pode verificar no Quadro 10, a taxa de pobreza observada para o rendimento total é sempre inferior à taxa de pobreza observada para o rendimento monetário (entre 2,5 e 3,2 pontos percentuais mais baixa). Nesse sentido, as componentes de rendimento não monetário têm um efeito atenuador da taxa de pobreza.

Quadro 10 Taxa de pobreza do rendimento monetário e não monetário, com base nos dados do IDEF (%)

	2005	2009	2014
Taxa de pobreza (rendimento monetário)	19*	17,3	19,1
Taxa de pobreza (rendimento total)	16,4	14,8	15,9

* Em 2005, nas fontes consultadas, o valor disponibiliza-se arredondado à unidade.
Fonte: INE, 2008; INE, 2012; INE, 2017.

2.1.8. Evolução da privação material severa

Analisada a evolução dos principais indicadores de pobreza monetária, podemos alargar o campo de análise das condições de vida das famílias através da adoção de uma análise multidimensional que tenha em conta não somente a escassez de recursos monetários, mas também em que medida as famílias e os indivíduos têm acesso aos recursos necessários para desfrutar de um padrão mínimo de vida e de participação

social. A análise da pobreza pode e deve ser então aprofundada investigando-se a sua dimensão material, ou seja, o modo como os indivíduos são afetados pela sua incapacidade de atingir certos padrões básicos de vida e consumo.

Nesse sentido, no quadro da UE considera-se um conjunto de nove itens (nove dificuldades) para medir o nível de privação material:

1. sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo);
2. sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado;
3. atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal;
4. sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de dois em dois dias;
5. sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida;
6. sem disponibilidade de máquina de lavar a roupa por dificuldades económicas;
7. sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas;
8. sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas;
9. sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Um indivíduo ou agregado familiar encontra-se em situação de privação material se tiver carência de pelo menos (quaisquer) três dos nove itens referidos e em situação de privação material severa se esse número for de quatro ou mais. A taxa de privação material é então definida como a proporção da população que carece de, pelo menos, três dos itens e a taxa de privação material severa como a proporção dos que carecem de, pelo menos, quatro dos nove itens.

A privação material pode assim ser considerada como uma segunda dimensão dos níveis de precariedade e de exclusão social, que deve ser analisada conjuntamente com os indicadores de pobreza monetária (primeira dimensão), de forma a termos uma imagem mais fina das condições de vida das famílias.

O Quadro 11 ilustra a evolução destes dois indicadores ao longo do período 2004-2017. Ambos os indicadores revelam um comportamento semelhante. Um ligeiro desagendamento até ao ano de 2012, mais relevante relativamente ao indicador de privação material severa, uma reversão dessa tendência decrescente no período de maior agravamento socioeconómico resultante da crise em 2012/2013 e o retomar da diminuição desses indicadores após 2014.

Quadro 11 Indicadores de Privação Material (%)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Privação Material	21,7	21,2	19,9	22,4	23,0	21,5	22,5	20,9	21,8	25,5	25,7	21,6	19,5	18,3
Privação Material Severa	9,9	9,3	9,1	9,6	9,7	9,1	9,0	8,3	8,6	10,9	10,6	9,6	8,4	6,9

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2004-2017.

2.1.9. Evolução da intensidade laboral muito reduzida

Uma terceira dimensão da exclusão social considerada pelo sistema estatístico europeu tem a ver com a não participação no mercado de trabalho dos indivíduos em idade ativa. Considera-se que um agregado familiar se encontra numa situação de intensidade laboral *per capita* muito reduzida quando os indivíduos adultos (entre os 18 e os 59 anos, mas excluindo os estudantes) que constituem o agregado familiar trabalham em média menos de 20% do tempo total de trabalho possível. Mais do que um indicador do desemprego, este índice mede o alheamento, ou não inserção, do agregado no mercado laboral.

Como se pode observar no Quadro 12, este índice evidenciou claramente um agravamento da proporção de indivíduos que vivem em famílias com baixa intensidade laboral no período 2008-2013, acompanhando o acréscimo da taxa de desemprego ocorrida nesse período.

Quadro 12 Indivíduos com menos de 60 anos vivendo em famílias com baixa intensidade laboral (%)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
6,9	6,0	6,6	7,2	6,3	7,0	8,6	8,3	10,1	12,2	12,2	10,9	9,1	8,0

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2004-2017.

2.1.10. Evolução da exclusão social

O último indicador cuja evolução aqui analisaremos é o da taxa de pobreza ou de exclusão social definida como a proporção da população que se encontra em pelo menos uma das três situações: pobreza, vivendo

em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida, ou em privação material severa. Este é um indicador síntese que reúne a pobreza monetária, a privação material e a fraca ligação ao mercado de trabalho e que reforça o carácter multidimensional da exclusão social.

Este indicador adquiriu uma importância acrescida após a aprovação da «Estratégia Europa 2020» pelo Conselho Europeu de junho de 2010, onde é inscrita como o indicador chave para medir o principal objetivo social desta estratégia: a redução, em 20 milhões, do número de cidadãos europeus em situação de risco de pobreza e de exclusão social.

Apesar da evolução conceptual implícita na passagem de um indicador baseado exclusivamente na distribuição dos rendimentos, como a taxa de pobreza, para um indicador multidimensional, a taxa de risco de pobreza ou exclusão social não está isenta de críticas, particularmente por resultar da interseção das três dimensões consideradas. Por exemplo, pode questionar-se o facto de um indivíduo que esteja afastado do mercado de trabalho, isto é, que esteja inserido numa família com baixa intensidade de trabalho, mas simultaneamente disponha de rendimentos acima da linha de pobreza e não enfrente problemas de privação material, seja ainda assim considerado em situação de exclusão social.

Quadro 13 Taxa de pobreza ou exclusão social (%)

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
27,5	26,1	25,0	25,0	26,0	24,9	25,3	24,4	25,3	27,5	27,5	26,6	25,1	23,3

Fonte: Eurostat, EU-SILC 2004-2017.

O comportamento deste indicador ao longo do período 2004-2017 encontra-se representado no Quadro 13. A sua evolução é muito semelhante à registada para os diferentes indicadores que o compõem, em particular à evolução da taxa de pobreza. Após um período de redução sustentada entre 2004 e 2009 (diminuição de 2,5 pontos percentuais), verificou-se um agravamento no período 2010-2014 que anulou todos os ganhos obtidos no período anterior, voltando esta taxa a fixar-se nos 27,5%, valor idêntico ao ocorrido em 2004. Após 2015, este indicador voltou a registar um decréscimo, alcançando em 2017 o valor mais baixo desde o início da presente série estatística (23,3%).

2.2. As diferentes dimensões da pobreza (2016-2017)

2.2.1. As diferentes dimensões da pobreza – Interseção das várias dimensões da exclusão social

Ao longo desta secção iremos analisar com mais detalhe os principais indicadores cuja evolução atrás descrevemos, tomando como referência os últimos dados disponíveis, aquando da elaboração deste livro, referentes a 2017.

O Quadro 14 possibilita uma análise mais detalhada da taxa de pobreza ou exclusão social em 2017, ao identificar as diferentes interseções dos três indicadores que a constituem.

Em 2017, 2,4 milhões de pessoas encontravam-se em situação de pobreza e de exclusão social em Portugal (23,3% da população total). Dos 18,3% da população pobre, uma parte significativa (66%) encontrava-se em situação de pobreza ou exclusão social exclusivamente devido à carência de recursos económicos, isto é, não estavam em privação nem tinham participação reduzida no mercado de

trabalho. Dos indivíduos em privação severa ou com intensidade de trabalho reduzida, menos de metade (37,0%, e 43,9%, respetivamente) são somente afetados por essa mesma componente.

Quadro 14 Interseção das várias dimensões da exclusão social (2017)

	Indivíduos	%
Famílias não pobres, não em privação material severa e com baixa intensidade laboral	224109	2,2
Famílias não pobres, em privação material severa e sem baixa intensidade laboral	262343	2,5
Famílias não pobres, em privação material severa e com baixa intensidade laboral	24204	0,2
Famílias pobres, não em privação material severa e sem baixa intensidade laboral	1251034	12,1
Famílias pobres, não em privação material severa e com baixa intensidade laboral	213895	2,1
Famílias pobres, em privação material severa e sem baixa intensidade laboral	286380	2,8
Famílias pobres, em privação material severa e com baixa intensidade laboral	135406	1,3
Famílias em situação de pobreza ou exclusão social	2397371	23,3

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

Os diferentes indicadores constantes do Quadro 14 permitem um retrato mais preciso da realidade portuguesa para o ano de 2017.

- 2,4 milhões de indivíduos (23,3% da população) em situação de pobreza ou exclusão social;
- 1,9 milhões (18,3%) em situação de pobreza;
- 0,7 milhões (6,8%) em privação material severa;
- cerca de 1,7 milhões de indivíduos afetados por uma dimensão da pobreza, 524 mil por duas e 135 mil pelas três, simultaneamente.

2.2.2. Caracterização do indicador de privação material

Em 2017, 1,9 milhões de indivíduos (18,0% da população) encontrava-se em situação de privação material, não conseguindo satisfazer as suas necessidades em pelo menos três dos nove itens considerados no índice acima referenciado. Se observarmos o indicador de privação material severa (não satisfação de quatro ou mais itens), existem 708 mil residentes em Portugal (6,9%) nessa situação.

Analisando com mais detalhe no Quadro 15 os nove itens de privação material em Portugal em 2017, destaca-se o facto de 36,9% da população indicar que não tem capacidade de assegurar o pagamento de «uma despesa inesperada de cerca de 420 euros sem recorrer a empréstimo», 20,4% não dispor dos recursos necessários para «manter a casa adequadamente aquecida» e 7,6% destacar que tem «atrasos no pagamento de despesas básicas regulares, como a renda de casa», devido a dificuldades económicas. O item que apresenta um maior nível de privação material (44,3% da população) é, porém, a incapacidade para «pagar uma semana de férias por ano fora de casa». O facto de a privação deste item ser tão elevada, poderá significar que a maioria dos portugueses abdica das férias fora de casa em favor da satisfação de outras carências materiais consideradas mais prioritárias.

Quadro 15 Itens de privação material (2017) (%)

Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato e uma despesa sem recorrer a empréstimo	36,9
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	44,3
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	7,6
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,0
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	20,4
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,1
Sem disponibilidade de televisão a cores	0,4
Sem disponibilidade de telefone	0,5
Sem disponibilidade de automóvel	6,5

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

O Quadro 16 mostra a distribuição da população de acordo com o número de itens de privação em 2017. Cerca de 43% da população não se encontra privada de qualquer dos itens, enquanto 18,3% se encontra privada de três ou mais, 6,9% está em privação material severa (quatro ou mais) e 2,5% em situação de privação material extrema (privação em cinco ou mais itens).

Quadro 16 Número de itens de privação material (2017)

Número de itens de Privação Material	(%)	Número de itens de Privação Material	(%)
0 itens	43,2	5 itens	1,9
1 item	21,1	6 itens	0,4
2 itens	17,6	7 itens	0,2
3 itens	11,2	8 itens	0,0
4 itens	4,3	9 itens	0,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

2.2.3. Pobreza e privação habitacional

As condições da habitação são um dos aspetos importantes da análise das condições de vida das famílias e dos indivíduos que as compõem. De acordo com os dados do ICOR 2017, 17,7% dos indivíduos com rendimento equivalente inferior ao limiar de pobreza viviam em alojamentos cujo número de divisões habitáveis era insuficiente, tendo em conta o número e o perfil demográfico dos indivíduos do ADP (Quadro 17). A taxa de privação severa das condições da habitação, que corresponde à proporção da população que vive em alojamentos sobrelotados e com, pelo menos, um problema adicional nas condições da habitação era de 9,3% para os indivíduos em situação de pobreza.

Quadro 17 Indicadores de privação habitacional por grupo de rendimento (2017) (%)

	Abaixo do limiar de pobreza	Acima do limiar de pobreza
Taxa de sobrelotação da habitação	17,7	7,4
Taxa de privação severa das condições da habitação	9,3	2,8
Carga mediana das despesas em habitação	24,1	10,7
Taxa de sobrecarga das despesas em habitação	26,0	2,4

Fonte: INE, maio de 2018 [destaque Rendimento e Condições de Vida 2017].

Por outro lado, as despesas na habitação e, muito em particular, a parte do rendimento disponível que é alocado a estas despesas, ou seja, a carga das despesas em habitação, é um indicador importante das condições de vida dos indivíduos, nomeadamente porque um peso mais elevado destas despesas traduz uma proporção menor do rendimento disponível para fazer face a outras responsabilidades.

Os dados apresentados no Quadro 17 revelam uma carga mediana das despesas em habitação de 24,1% para os indivíduos em situação de pobreza, sendo que 26% dos indivíduos em situação de pobreza vivia em agregados cujo peso das despesas anuais com a habitação no rendimento disponível era superior a 40%.

2.3. Caracterização da população pobre em 2017

2.3.1. Indicadores de pobreza por escalão etário e sexo

A análise da evolução global dos principais indicadores de pobreza não é só por si suficiente para uma verdadeira compreensão do fenómeno da pobreza e para a definição de políticas que possibilitem a sua redução de forma sustentada. Torna-se necessário identificar quais os setores da população mais vulneráveis à pobreza, isto é, identificar que setores da população se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

O Quadro 18 apresenta a taxa de pobreza e a distribuição da população pobre de acordo com o sexo e o escalão etário dos indivíduos em 2017. A primeira constatação é que a diferença não é muito expressiva mas, ainda assim, a taxa de pobreza feminina é 0,9 pontos percentuais superior à da masculina.

Estes resultados não são surpreendentes, dada a hipótese de partilha igualitária de recursos no seio de cada família, utilizada para estimar o rendimento de cada indivíduo nos inquéritos às famílias. Esta hipótese acaba por esbater uma parte significativa das diferenças de género no acesso e no controlo dos recursos económicos, pelo que os indicadores refletem apenas de forma parcelar as diferenças de género no que concerne à efetiva situação de pobreza.

Quadro 18 Indicadores de pobreza segundo o sexo e grupo etário (2016) (%)

		Taxa de Pobreza	Distribuição da população pobre
Homens	0-17 anos	20,6	10,0
	18-64 anos	17,8	28,8
	65 + anos	15,2	7,3
	Total	17,8	46,1
Mulheres	0-17 anos	20,7	9,6
	18-64 anos	18,4	32,0
	65 + anos	18,3	12,3
	Total	18,7	53,9
Total	0-17 anos	20,7	19,5
	18-64 anos	18,1	60,9
	65 + anos	17,0	19,6
Total		18,3	100,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

O Quadro 18 possibilita igualmente avaliar a situação de grande precariedade de uma parte significativa das crianças no nosso país. Considerando os três grupos etários representados, o dos 0-17 anos apresenta os valores mais elevados para a pobreza monetária (20,7%), significando que mais de 350 mil crianças e jovens se encontravam em 2016 em situação de pobreza. Cerca de 20% da população pobre era constituída, nesse ano, por crianças e jovens.

Consequência da profunda descida da sua taxa de pobreza nas últimas décadas, a população idosa apresenta indicadores de pobreza inferiores ao do conjunto da população, no Quadro 18. A existência de apoios sociais específicos para a população idosa em situação de carência de recursos, como a pensão social e o Complemento Solidário para Idosos

(CSI), explica certamente uma parte significativa da muito menor intensidade da pobreza neste grupo.

2.3.2. Indicadores de pobreza por nacionalidade/cidadania

A base de dados anonimizada do ICOR disponibilizada pelo INE somente de forma muito agregada permite analisar a incidência da pobreza por nacionalidade de origem dos indivíduos. Qualquer análise mais aprofundada da pobreza das famílias imigrantes em Portugal está, assim, sujeita a severas restrições impostas pela informação estatística disponível.

No Quadro 19 calculou-se a taxa de pobreza e a distribuição da população pobre tomando como referência a origem do indivíduo de referência do agregado, isto é, do indivíduo que em cada ADP auferiu um maior volume dos rendimentos individuais. Três categorias foram consideradas: cidadãos nacionais, cidadãos originários de outro país da União Europeia e cidadãos provenientes de outros países.

Quadro 19 Indicadores de pobreza segundo a nacionalidade do indivíduo de referência (2016) (%)

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
Outro país da UE	4,1	0,1
Nacionais	18,2	97,8
Outros países	37,7	2,1
Total	18,3	100,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

Apesar da limitação da informação disponível, os dados são particularmente elucidativos. A taxa de pobreza dos cidadãos com origem em outros países da UE é claramente inferior à dos indivíduos portugueses. No caso das famílias cujo representante é proveniente de outros países, a taxa de pobreza é duas vezes superior à dos cidadãos nacionais.

2.3.3. Indicadores de pobreza por tipo de ADP

O Quadro 20 identifica a influência da composição do agregado familiar na incidência da pobreza e confirma a situação de grande precariedade em que se encontra uma proporção significativa das crianças no nosso país. Identificam-se neste quadro os dois tipos de famílias mais vulneráveis: as famílias monoparentais, com uma taxa de pobreza de 33,3 % e as famílias alargadas (com três e mais crianças dependentes), com uma incidência de pobreza de taxas de 41,4 %.

Quadro 20 Indicadores de pobreza segundo o tipo de família (2016) (%)

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
1 adulto sem crianças	25,4	12,4
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	18,2	10,1
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	15,5	11,6
Outros agregados, sem crianças	12,5	11,1
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	33,1	7,1
2 adultos com 1 criança	12,4	10,8
2 adultos com 2 crianças	16,9	15,0
2 adultos com 3 + crianças	41,4	7,1
Outros agregados, com crianças	23,1	14,6
Famílias sem crianças	16,9	45,2
Famílias com crianças	19,7	54,8
Total	18,3	100,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

A parte inferior do quadro anterior confronta a posição relativa das famílias com e sem crianças dependentes. A incidência da pobreza dos agregados familiares com crianças é 2,8 pontos percentuais superior à das famílias sem crianças. A população pobre residindo em famílias com crianças representava, em 2016, 55 % do conjunto da população em situação de pobreza monetária.

2.3.4. Indicadores de pobreza por nível de escolaridade

O Quadro 21 apresenta os indicadores de pobreza segundo o nível de escolaridade dos indivíduos com mais de 18 anos. O aspeto mais evidente que resulta da leitura deste quadro é a relação inversa entre o nível de instrução mais elevado obtido e a fragilidade face a situações

de pobreza, confirmando-se assim a importância apontada por diversos estudos quanto ao papel das qualificações na redução da pobreza monetária. Note-se, no entanto, que contrariamente ao que acontecia há alguns anos atrás, ter um curso de nível superior não é suficiente para assegurar a imunidade face a situações de pobreza. Quase 5 % dos indivíduos com curso superior encontravam-se, em 2016, em situação de pobreza. O forte aumento do desemprego jovem, e em particular do desemprego jovem qualificado, constitui certamente uma parte da explicação para este fenómeno.

Quadro 21 Indicadores de pobreza segundo o nível de escolaridade (2016) (%)

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
Inferior ao 1.º ciclo do Ensino Básico	46,5	5,5
1.º e 2.º ciclo do Ensino Básico	28,7	44,4
3.º ciclo do Ensino Básico	19,6	23,6
Secundário	14,2	20,2
Pós-Secundário	10,1	0,4
Ensino Superior	4,9	5,8

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*
Nota: Nos cálculos deste quadro consideram-se exclusivamente as pessoas entre os 18 e 64 anos.

2.3.5. Indicadores de pobreza por condição perante o trabalho

A análise dos indicadores de pobreza de acordo com a condição perante o trabalho dos indivíduos em idade ativa (18-64 anos) apresentados no Quadro 22 evidencia dois traços marcantes da pobreza económica em Portugal. Em primeiro lugar, as elevadas taxas de

pobreza (44,8%) da população desempregada demonstram a forte associação entre o desemprego e as condições mais severas de fragilidade social. Em segundo lugar, a constatação de que a inserção no mercado de trabalho não é só por si suficiente para evitar as situações de pobreza: 10,8% dos indivíduos empregados são pobres, correspondendo a 31,0% dos indivíduos em situação de pobreza.

Quadro 22 Indicadores de pobreza segundo a condição perante o trabalho (2016) (%)¹²

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
Empregado	10,8	31,0
Desempregado	44,8	20,5
Reformado	15,1	22,5
Outros Inativos	32,3	26,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

2.3.6. Indicadores de pobreza segundo o regime de ocupação do alojamento

O Quadro 23 apresenta a taxa de pobreza e a distribuição da população pobre de acordo com o regime de ocupação do alojamento. Da análise dos dados, verifica-se que as maiores taxas de pobreza estão associadas à situação de arrendatário da habitação, em particular à situação de arrendatário com renda inferior ao preço de mercado. Por outro lado, a maioria da população em situação de pobreza (60,7%) vive em alojamentos de que é proprietária.

Quadro 23 Indicadores de pobreza segundo o regime de ocupação do alojamento (2017) (%)

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
Proprietário sem encargos	19,5	39,9
Proprietário com encargos	10,2	20,8
Arrendatário ou subarrendatário, pagando renda a preços de mercado	22,7	15,9
Arrendatário, com renda inferior ao preço de mercado (renda apoiada, condicionada, ...)	49,1	11,3
Alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário	26,9	12,1

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

Estes dados podem igualmente revelar uma situação bastante diferenciada dos indivíduos em situação de pobreza no que toca às condições de vida que conseguem alcançar, em particular entre os indivíduos proprietários sem encargos ou com alojamento cedido gratuitamente ou a título de salário e os indivíduos arrendatários ou subarrendatários, pagando renda a preços de mercado. De facto, a despesa necessária para satisfazer as necessidades relacionadas com a habitação será, à partida, superior no caso dos últimos, reduzindo substancialmente o rendimento disponível para satisfazer outras necessidades e originando, assim, situações de maior privação.

2.3.7. Indicadores de pobreza por grau de urbanização do local de residência

Por último, o Quadro 24 apresenta as taxas de pobreza de acordo com o grau de urbanização do local de residência. A consideração desta

variável permite uma aproximação à análise das diferenças entre a pobreza rural e a urbana, que é muitas vezes associada à discussão entre as formas mais tradicionais e mais recentes dessa mesma pobreza. A análise dos diferentes indicadores sugere maiores níveis de pobreza nas áreas pouco povoadas/rurais, com uma taxa de pobreza de 22,9%, 5,1 pontos percentuais superior à das zonas densamente povoadas/urbanas, em que se verifica uma incidência da pobreza de 17,8%. Note-se, igualmente, que as profundas alterações demográficas que conduziram nas últimas décadas à maior concentração da população nas grandes cidades alteraram o perfil do conjunto da população pobre e, em 2016, somente cerca de um terço (32,9%) da população pobre vivia em zonas rurais. A pobreza mais tradicional poderá representar uma menor parcela da pobreza total, mas continua a existir e a afetar de forma severa uma parte significativa da população.

Quadro 24 Indicadores de pobreza segundo o grau de urbanização do alojamento (2016) (%)

	Taxa de Pobreza	Distribuição população pobre
Área densamente povoada	17,8	42,3
Área intermédia	15,1	24,9
Área pouco povoada	22,9	32,9
Total	18,3	100,0

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados. *Amostra ponderada.*

Os dados da área intermédia, relativamente próximos das áreas mais densamente povoadas, permitem-nos, nos resultados abaixo apresentados, fundir as duas.

Capítulo 3

Probabilidades de pobreza nas famílias portuguesas: análise Probit

Neste capítulo são analisados os dados do ICOR 2017, tendo como unidade de análise o Agregado Doméstico Privado (ADP). Nesse contexto, as variáveis consideradas são de dois tipos: ou variáveis de caracterização do conjunto do ADP, ou variáveis que refletem a posição do indivíduo de referência do ADP e que consideramos que, de forma indireta, caracterizam o conjunto do agregado (por exemplo, o nível de instrução do indivíduo de referência).

Apesar de o INE não utilizar o conceito de indivíduo de referência no ICOR, esta é uma prática comum em outros inquéritos às famílias efetuados pelo sistema estatístico como, por exemplo, no Inquérito às Despesas Familiares (IDEF). A metodologia aqui seguida replica a utilizada pelo INE nesses inquéritos: o indivíduo de referência é aquele que auferir uma maior proporção dos rendimentos familiares de natureza individual.

Esta opção explica-se pelas razões aduzidas no capítulo um e aqui sintetizadas: a unidade de observação do rendimento que permite determinar a situação de pobreza dos indivíduos é o ADP. Assim, todos os resultados para indivíduos apresentados nas estatísticas oficiais resultam de um procedimento estatístico que apresenta algumas fragilidades (subestimando a pobreza das mulheres e das crianças, por exemplo, como também é referido nos capítulos anteriores).

Isto significa que, no Quadro 25, sempre que estivermos perante uma variável individual esta respeita ao indivíduo de referência do ADP.

O nosso objetivo é tentar identificar os principais determinantes da pobreza em Portugal através da identificação da influência de certas variáveis que caracterizam os ADP na probabilidade de pobreza deste. Para cada variável é também importante conhecer a magnitude do efeito de pertencer a uma determinada categoria em relação a uma categoria de referência previamente definida pelos investigadores para cada variável, conforme é apresentado no Quadro 25.

As categorias selecionadas são as que, na opinião dos investigadores e de acordo com os resultados dos capítulos anteriores, bem como da análise da literatura, foram identificadas como as que mais protegem de uma situação de pobreza.

Assim, construiu-se um modelo explicativo da incidência da pobreza, assente na definição dos seus principais determinantes socioeconómicos. Pretendeu-se aferir, com base num conjunto de variáveis explicativas elencadas no Quadro 25, a probabilidade da variável explicada (ou seja, a probabilidade do ADP ou do indivíduo de referência ser pobre).

O objetivo é observar como os coeficientes estimados medem o efeito marginal de cada variável sobre a probabilidade do ADP ou do indivíduo de referência se encontrar numa situação de pobreza, controlando o impacto das restantes variáveis¹³.

A variável dependente (incidência de pobreza) é uma variável binária que toma o valor um quando um ADP ou indivíduo de referência é pobre e zero nos restantes casos. O modelo da análise Probit pode ser formalizado da seguinte forma: $P(y_i=1|x_i)=\Phi(x_i\beta)$. Com base nesta fórmula, podemos afirmar que a probabilidade da variável explicada ser igual a um (ser pobre), dado um conjunto de variáveis explicativas x_i , ou seja, como uma função não linear das variáveis explicativas x_i , β representa o vetor de coeficientes a estimar e Φ é a função de distribuição normal acumulada. A estimação deste modelo é realizada pelo método de máxima verossimilhança.

No Quadro 25 são apresentados, respetivamente, os valores estimados do efeito marginal, dos valores dos erros padrão e do *p-value* associado a cada uma das categorias das variáveis independentes, tendo em consideração a categoria de referência de cada uma dessas variáveis.

É de realçar que estes efeitos marginais são avaliados com referência a uma categoria base, para a qual todas as variáveis explicativas assumem o valor zero. O efeito marginal para uma variável explicativa X é, deste modo, calculado como sendo $P(Y=1|X=1) - (Y=1|X=0)$. Os efeitos marginais são calculados a partir de derivadas parciais em relação a cada uma das categorias de cada variável independente tendo em consideração a categoria de referência dessa variável. Neste modelo não se teve em consideração as interações entre as variáveis, foi

somente testado o efeito de cada uma das variáveis na probabilidade de o ADP ser pobre.

No presente trabalho, com base no valor obtido da estatística da razão das verossimilhanças ($LR=2480.243$, $p=0.000$), rejeitou-se ao nível de significância de 1% a hipótese de que as variáveis explicativas em conjunto não têm influência sobre Y (indicador de pobreza). Esta estatística da razão de verossimilhanças é um indicador da qualidade do modelo, indiciando que pelo menos um dos coeficientes estimados é significativo (diferente de zero). Pode-se adicionalmente usar outros indicadores para avaliar a qualidade do ajustamento do modelo, como seja o teste de Hosmer-Lemeshow. O modelo em análise é adequado, dado que a hipótese nula não é rejeitada ($\chi^2=9.574$, $p=0.296$), o que indicia que o modelo se ajusta aos dados.

Quadro 25 Resultados utilizando um modelo com função de ligação

Probit para a variável dependente Indicador de Pobreza

Variáveis independentes	Categorias	Efeito marginal	Erro padrão	p-value
Sexo (<i>face ao sexo masculino</i>)	Feminino	0,057	0,008	0
Idade (<i>face ao escalão etário 25-64</i>)	18-24 anos	0,143	0,033	0
	65 anos ou mais	-0,032	0,013	0,015
Educação (<i>face ao Ensino Superior</i>)	Básico ou menos	0,104	0,017	0
Nacionalidade (<i>face ao nacional</i>)	Secundário	0,044	0,023	0,042
	União Europeia	-0,048	0,041	0,299
Condição de trabalho (<i>face ao empregado</i>)	Outros	0,057	0,045	0,17
	Desempregado	0,199	0,027	0
Profissão (<i>face às das atividades intelectuais e científicas</i>)	Reformado	-0,043	0,02	0,034
	Outros inativos	0,189	0,036	0
Profissão	Forças-Armadas	-0,077	0,038	0,105
	Dirig_Direct	-0,133	0,014	0
	Tec_p_n_inter	-0,055	0,017	0,003
	Pessoal administ.	-0,046	0,019	0,026
	Trab. Serv. pessoal	0,068	0,021	0,001
	Agric_Trab_APF	0,235	0,03	0
	Trab_Qual_ICA	0,114	0,023	0
	Oper_Inst_MTM	0,034	0,022	0,101
Número de crianças (<i>face aos com nenhuma</i>)	Trab_N_Qualif	0,154	0,025	0
	Trab_outros	0,076	0,04	0,036
	1	0,064	0,012	0
Número de adultos (<i>face aos com dois</i>)	2	0,125	0,017	0
	3 ou mais	0,313	0,04	0
Número de adultos (<i>face aos com dois</i>)	1	0,024	0,01	0,013
	3 ou mais	0,017	0,01	0,066

Variáveis independentes	Categorias	Efeito marginal	Erro padrão	p-value
Fonte principal de rendimento (<i>face ao do trabalho</i>)	Pensões	0,128	0,022	0
	Out. transf. sociais ¹⁴	0,386	0,033	0
	Out. tipos rendimentos	0,077	0,03	0,007
Existência de doença crónica (<i>face ao não</i>)	Sim	-0,007	0,008	0,411
Grau de urbanização (<i>face aos da área urbana</i>)	Área rural	0,015	0,007	0,04

Fonte: ICOR 2017. Cálculos efetuados pelos autores a partir dos microdados, utilizando o ponderador do ADP reescalado.

Constatou-se que todas as variáveis independentes consideradas afetam significativamente a variável dependente, com exceção das relativas à nacionalidade e à existência de doença crónica. É de realçar que o sinal e significância dos coeficientes estimados são maioritariamente robustos para as categorias em análise, tendo em atenção a categoria de referência de cada uma das variáveis em estudo.

Faremos de seguida uma leitura das diversas variáveis, estando estas organizadas, no quadro, em dois grandes grupos: as primeiras respeitam a características dos indivíduos de referência do ADP e as seguintes a características dos agregados familiares.

No que concerne à variável Sexo, o efeito marginal revela que a probabilidade de se estar entre os pobres é menor, entre os indivíduos de referência, para os homens do que para as mulheres. Ou seja,

as mulheres têm um aumento de 5,7 pontos percentuais na probabilidade de serem pobres, quando comparadas com os homens.

O facto de o indivíduo de referência do ADP ter mais de 65 anos implica uma redução de 3,2 pontos percentuais na probabilidade de ser pobre, comparativamente aos que se encontram na faixa etária dos 25 aos 64 anos. Já os indivíduos de referência mais jovens, na faixa etária entre os 18 e os 24 anos, têm uma probabilidade mais elevada de serem pobres quando comparados com os indivíduos que se encontram entre os 25 e os 64 anos (14,3 pontos percentuais a mais).

No que diz respeito às habilitações literárias (medidas através do nível ISCED [International Standard Classification of Education]), os resultados evidenciam que quanto menores as habilitações literárias dos indivíduos de referência, maior a probabilidade de pobreza do ADP. A probabilidade de o indivíduo de referência do ADP ser pobre aumenta em 10,4 pontos percentuais no caso de ter o Ensino Básico, ou menos em comparação com aqueles que têm habilitações ao nível do Ensino Superior. Os indivíduos de referência do ADP com habilitações ao nível do Ensino Secundário evidenciam uma probabilidade de serem pobres de mais 4,4 pontos percentuais, quando comparados com aqueles que têm habilitações ao nível do Ensino Superior.

Quanto à condição de trabalho, os resultados evidenciam que a probabilidade de um indivíduo de referência ser pobre é mais elevada nos desempregados (em 19,9 pontos percentuais) e em outros inativos (18,9 pontos percentuais), em comparação com os que estão numa situação de emprego. Os indivíduos que se encontram numa situação de reforma tendem a ter uma menor probabilidade de serem pobres (menos 4,3 pontos percentuais), comparativamente aos empregados.

No que respeita aos grandes grupos profissionais, apresentamos os resultados agrupados em três grandes grupos: os que não apresentam resultados significativos; os que têm menor probabilidade de serem pobres em relação à categoria de referência (especialistas das atividades intelectuais e científicas); e os que se posicionam com uma maior probabilidade de pobreza.

No primeiro grupo, encontram-se os Membros das Forças Armadas e os Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem.

No segundo, entre os que têm uma menor probabilidade de serem pobres, estão os Dirigentes e diretores (menos 13,3 pontos percentuais); Técnicos e profissões de nível intermédio (menos 5,5 pontos percentuais); e, finalmente, o Pessoal administrativo (menos 4,6 pontos percentuais).

Em sentido contrário, no terceiro grupo, encontramos: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta (23,5 pontos percentuais); Trabalhadores não qualificados (15,4 pontos percentuais); Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (11,4 pontos percentuais); outros trabalhadores (7,6 pontos percentuais); e, também, os Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (6,8 pontos percentuais).

No que respeita às variáveis referentes ao agregado familiar, podemos observar que quanto maior for o número de crianças, maior é a probabilidade de o agregado ser pobre. A categoria que mais se destaca refere-se aos agregados com três ou mais crianças, com uma probabilidade acrescida de pobreza, em relação aos agregados sem crianças, de 31,3 pontos percentuais (o segundo maior valor em todas as

categorias consideradas no Quadro 25). Relativamente ao número de adultos, a probabilidade de os agregados serem pobres aumenta no caso de o mesmo ser constituído somente por um adulto (2,4 pontos percentuais), mas de forma pouco significativa, em relação à existente nos agregados de dois adultos.

No que respeita à principal fonte do rendimento do ADP, as pensões aumentam em 12,8 pontos percentuais a probabilidade de pobreza. Contudo, isso verifica-se sobretudo quando o que está em causa são as outras transferências sociais (38,6 pontos percentuais, o maior valor de todas as categorias das diversas variáveis) e também aumenta em outros tipos de rendimentos (7,7 pontos percentuais), comparativamente aos que têm como principal fonte de rendimento o trabalho. Os resultados evidenciam que, no ADP, aumenta a probabilidade de pobreza quando se passa do rendimento obtido no trabalho para outras formas de rendimento.

Finalmente, no que respeita ao grau de urbanização, a vivência numa zona rural aumenta a probabilidade de se residir num agregado familiar pobre em 1,6 pontos percentuais, um valor muito pouco significativo. Tal implica que a maior pobreza associada às zonas rurais está, sobretudo, relacionada com o efeito de composição (maior incidência de ADP com características de vulnerabilidade à pobreza) ou com fatores distintos do território.

Em sùmula, os agregados familiares mais vulneráveis à pobreza são aqueles onde os indivíduos de referência são as mulheres, os mais novos, os que têm o Ensino Básico ou habilitações inferiores, os mais desqualificados, os desempregados e os que habitam em agregados com crianças.

De entre todas estas categorias destacamos as que apresentam maiores probabilidades de estar em situação de pobreza em relação à categoria de referência: os que têm como principal fonte de rendimento do ADP Outras transferências sociais¹⁵ e a existência de três ou mais crianças no agregado, seguindo-se os que trabalham na agricultura, pescas e florestas e, com valores um pouco mais reduzidos, os Desempregados, Outros inativos e os Trabalhadores não qualificados. Em sentido inverso, ter uma profissão enquadrada nos Dirigentes e diretores reduz substancialmente a probabilidade de se ser pobre (sempre em relação à categoria de referência).

Capítulo 4

Perfis de indivíduos adultos em situação de pobreza

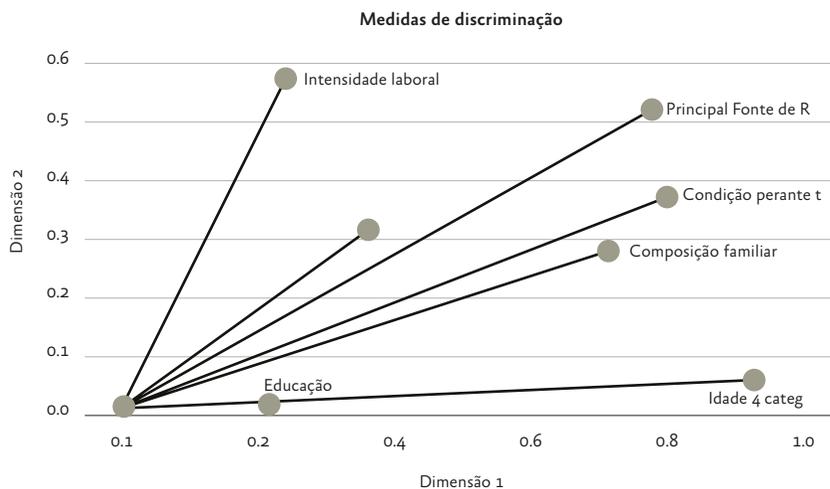
4.1. Análise das Correspondências Múltiplas

A amostra selecionada foi obtida a partir do inquérito desenvolvido pelo ICOR 2017, referente a indivíduos com 18 anos ou mais classificados em situação de pobreza, utilizando-se um ponderador reescalado, o qual resulta do reescalamento dos ponderadores disponibilizados para que a sua soma seja igual ao tamanho da amostra. Com o intuito de se perceber se a pobreza pode apresentar tipologias diferenciadas tendo em atenção as características dos indivíduos (sexo, idade, educação, nacionalidade, estado civil, profissão, condição perante o trabalho) e das variáveis definidas para o ADP (existência de doença crónica ou problema de saúde prolongado, número de adultos, número de crianças, principal fonte de rendimento, grau de urbanização, grau de intensidade laboral e composição do agregado familiar), foram averiguadas as associações entre estas variáveis com o recurso a uma Análise de Correspondências Múltiplas (ACM). A ACM permite a descrição de um espaço multidimensional, caracterizado pela interdependência de variáveis qualitativas, sendo a mesma suportada com o apoio de representações gráficas, desta forma permitindo identificar as associações que se estabelecem entre as categorias das diversas variáveis em análise, aferindo-se a existência (ou não) de perfis distintos, cada um deles com características similares e específicas¹⁶.

Assim, na ACM selecionámos duas dimensões enquanto eixos estruturantes do espaço das representações. Esta foi efetuada considerando-se apenas que as variáveis ativas são aquelas que apresentaram elevado poder discriminativo na sua definição. As variáveis consideradas ativas apresentam-se no Quadro 26.

A informação obtida, referente à associação entre as variáveis utilizadas na ACM, com base nos indivíduos com 18 anos ou mais em situação de pobreza, foi sintetizada em duas componentes ortogonais que explicam 87,4% da variância total das variáveis originais. No Quadro 26 apresentam-se os pesos e as contribuições das variáveis de cada dimensão, a percentagem da variância explicada e a consistência interna com base no coeficiente alfa de Cronbach. Através da Figura 1 podemos analisar as associações entre as variáveis e a respetiva importância para a definição das duas primeiras dimensões.

Figura 1 Medidas de discriminação (disposição das variáveis ativas)



As variáveis relacionadas com a idade, a condição perante o trabalho, a principal fonte de rendimento, a composição do agregado familiar e a educação do indivíduo são as que mais discriminam na dimensão 1, com contribuições para a dimensão a variar entre os 5,3% e os 23%. No caso da dimensão 2, as variáveis que mais contribuem são a intensidade laboral (27,4%), seguida da principal fonte de rendimento (24,7%) e do estado civil do indivíduo (14,7%), conforme é ilustrado no Quadro 26.

Quadro 26 Contribuições das variáveis em cada uma das dimensões

Variáveis	DIMENSÃO 1		DIMENSÃO 2	
	Discriminação	Contribuição	Discriminação	Contribuição
Idade (em categorias)	0,932	23,0%	0,049	2,4%
Educação	0,213	5,3%	0,002	0,1%
Condição perante o trabalho	0,805	19,8%	0,362	17,6%
Intensidade laboral	0,244	6,0%	0,563	27,4%
Principal fonte de rendimento do ADP	0,782	19,3%	0,509	24,7%
Composição do agregado familiar	0,720	17,7%	0,269	13,1%
Estado civil	0,362	8,9%	0,303	14,7%
Variância explicada	0,580		0,294	
Alfa de Cronbach	0,876		0,600	

A primeira dimensão é estruturada principalmente pelas variáveis relacionadas com as características do indivíduo, como sejam as suas habilitações literárias e a sua idade, as quais têm reflexo na sua condição perante o trabalho e na principal fonte de rendimento e implicações na composição do agregado familiar. Já na segunda dimensão encontramos, principalmente, variáveis referentes ao trabalho: a intensidade laboral, a principal fonte de rendimento e também a condição perante o trabalho.

As quantificações das categorias das variáveis utilizadas, como apresentado no Quadro 27, permitem projetar as categorias num gráfico bidimensional (Figura 2). A representação das categorias tem como objetivo facilitar a análise e a visualização das associações entre as categorias das variáveis.

Quadro 27 Quantificação das categorias das variáveis nas dimensões 1 e 2

Dimensão	Variáveis	Quantificações negativas	Quantificações positivas
	1	Idade	18-24 anos 25-44 anos
	Condição perante o trabalho	Empregado Desempregado	Reformado
	Composição do agregado familiar	2 adultos com 1 criança ou mais 1 adulto com 1 criança ou mais	2 adultos com 0 crianças e 1 ou mais adultos com 65 anos ou mais
	Educação	Secundário Superior	Básico
2	Intensidade laboral	Sim	Não
	Fonte principal de rendimento	Out. transferências sociais Out. tipos rendimentos	Rendimento do trabalho
	Estado civil	Divorciado Viúvo Solteiro	Casado

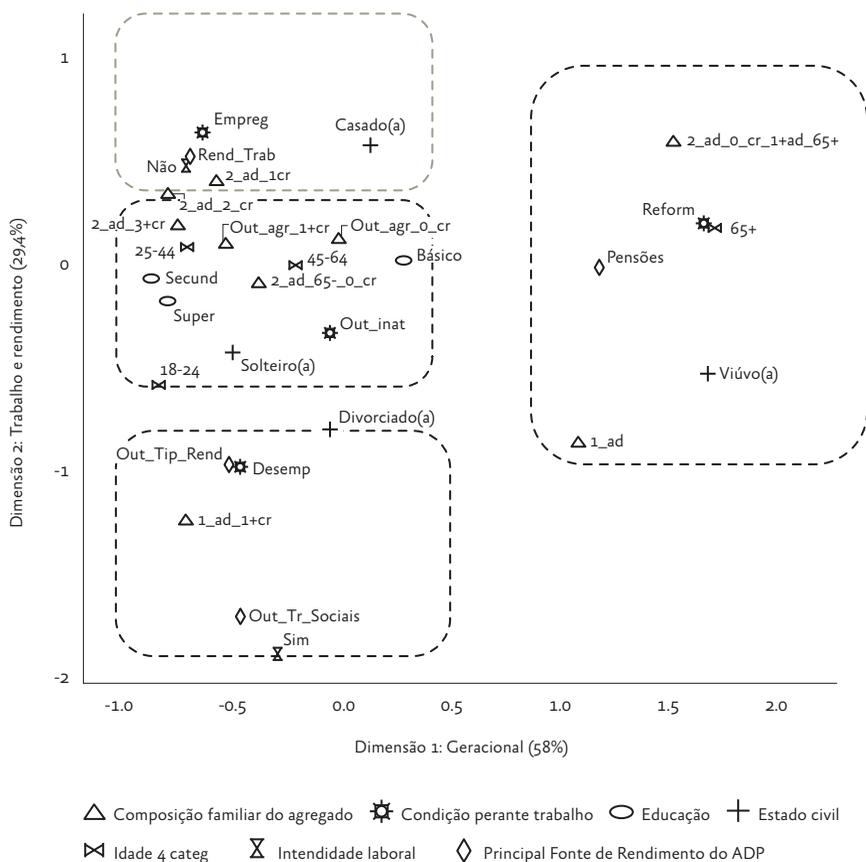
A Figura 2 representa o plano que cruza as duas primeiras dimensões, as quais explicam 87,4% da variação dos dados, como já referido. A primeira dimensão (58%) opõe, em geral, os indivíduos nas faixas etárias dos 18 aos 44 anos, com as habilitações mais elevadas (Ensino Secundário e Superior), numa condição perante o trabalho de empregado ou de desemprego, a viver principalmente em agregados familiares com pelo menos um adulto e com uma ou mais crianças, aos indivíduos mais idosos (com 65 anos e mais) e com as mais baixas qualificações académicas (Ensino Básico ou menos), numa situação de reformados, a viver em agregados familiares sem crianças e em que pelo menos um dos adultos tem 65 anos ou mais.

A segunda dimensão (29,4%) opõe principalmente os indivíduos que se encontram com uma intensidade laboral muito reduzida e que têm como principal fonte de rendimento outras transferências sociais e outros tipos de rendimento e que não têm cônjuge (divorciado, viúvo ou solteiro), aos que não estão em intensidade laboral muito reduzida e que têm como principal fonte de rendimento o trabalho, e se encontram no estado civil de casado.

Tendo por base as coordenadas dos indivíduos nas duas componentes principais retidas na ACM, aplicou-se o método não hierárquico das *k*-médias (*k-means*), de forma a maximizar as diferenças entre os indivíduos incluídos em classes diferentes e com o intuito de agrupar os indivíduos nessas classes e confirmar os perfis identificados na ACM. Assim, as principais características dos 5155 indivíduos que foram avaliadas para cada um dos quatro *clusters* encontrados definem-se da seguinte forma: o primeiro *cluster* inclui 1417 indivíduos (27,5% do total), o segundo 1372 (26,6% do total), o terceiro 672 (13% do total) e, finalmente, o quarto *cluster* compreende 1694 indivíduos (32,9% do total).

Com base no mapa perceptual, apresentado na Figura 2, podemos destacar essencialmente quatro grupos de indivíduos em situação de pobreza.

Figura 2 – Mapa perceptual: perfis dos indivíduos em situação de pobreza



Para ajudar a detalhar a análise de forma mais minuciosa, foi efetuado o cruzamento de todas as variáveis em estudo, para a caracterização do indivíduo e do ADP, mesmo tendo em consideração as variáveis que não tiveram um poder discriminatório relevante na ACM

(ver no anexo A o cruzamento das variáveis *versus* os quatro *clusters*). Seguidamente, caracterizamos cada um dos quatro perfis de pobreza que foi possível encontrar em Portugal.

O primeiro perfil (correspondendo ao primeiro *cluster*, retângulo isolado no quadrante direito) é o dos **Reformados**, correspondendo a 27,5% do total da amostra. Este é constituído maioritariamente por indivíduos do sexo feminino (63,0%), algo que o destaca como o perfil mais feminizado dos quatro e, ao mesmo tempo, o único que está claramente associado a um dos sexos. Os seus membros têm, sobretudo, 65 ou mais anos (85,2%) e uma escolaridade ao nível do Básico ou inferior (98,6%), definindo-se como o perfil menos escolarizado do conjunto. Praticamente todos têm nacionalidade portuguesa (99,6%)¹⁷. Em consonância com estas características, o estado civil da grande maioria é casado¹⁸ (52,6%) ou viúvo (29,8%). Aliás, é basicamente aqui que se encontram os viúvos da amostra global, nos restantes perfis o número de viúvos é residual (em dois dos perfis) ou muito modesto (no terceiro caso).

Os adultos que habitam no ADP (agregado doméstico privado) são em geral dois (50,1%), existindo também um elevado número que inclui apenas um adulto (34,5%). Isso significa que, em termos de composição do agregado familiar (uma variável consonante com a anterior), em cerca de 46,2% dos casos este é constituído por dois adultos sem crianças, pelo menos um com 65 anos ou mais e, para 34,3%, apenas por um adulto. Dada a sua posição no ciclo vital, não têm crianças¹⁹ no agregado (95,8%) e 84,3% dos indivíduos referiram ter pelo menos um indivíduo com doença crónica no ADP. Este último valor é o mais elevado dos quatro perfis, destacando-se claramente dos restantes, mas isso não impede que nos quatro perfis encontrados a maioria dos indivíduos

(70,9% para o total da amostra) declare a existência de alguém com uma doença crónica ou incapacitante no agregado. Contudo, se este valor é elevado no contexto dos indivíduos em situação de pobreza, para o conjunto dos portugueses com mais de 18 anos (pobres e não pobres) é igualmente elevado, correspondendo a 66%²⁰.

Em relação ao trabalho, 97,2% dos entrevistados enquadram-se em agregados onde a questão da intensidade laboral *per capita*²¹ muito reduzida não se aplica, pois a grande maioria encontra-se na situação de reformado (78,5%) e, por isso, tem as pensões (97,5%) como principal fonte de rendimento do agregado. De relevar, também, a presença de um contingente significativo de doméstico(a)s (15,0%)²².

São mais os que vivem em ambiente urbano (onde incluímos as áreas intermédias), com 57,4%, do que rural (42,6%). Entendemos este dado sobretudo como um efeito da distribuição dos efetivos demográficos no território nacional (mais gente a habitar em cidades), sem relação com o facto de a pobreza rural ser maior do que a urbana, como vimos no capítulo dois. De qualquer forma, é de destacar que este é, de entre todos os perfis, o que apresenta uma maior proporção de indivíduos que residem em ambiente rural (para a totalidade da amostra, a residência em ambiente rural é de 34,7%). Todos os restantes perfis têm uma incidência de população rural menor e abaixo da média global.

Este grupo destaca-se, em resumo, como sendo o menos escolarizado, o mais idoso e feminizado, com mais reformados. Estes têm como principal fonte de rendimento familiar as pensões. É, finalmente, o perfil mais rural (ou menos urbano) do conjunto.

O segundo perfil (*cluster 2*, retângulo do meio, entre os três do lado esquerdo) respeita a 26,6% da amostra e é constituído por indivíduos de ambos os sexos em proporções similares ao conjunto da amostra (cf. Anexo A), o que implica uma pequena sobrerrepresentação do sexo feminino (53,1%). Maioritariamente situam-se na faixa etária dos 18 aos 64 anos (99,1%). Neste *cluster*, e em relação à amostra global, estão sobrerrepresentados os mais novos (16-44 anos), em especial os que têm 18 a 24 anos (com 29,6%, em contraste com um valor de 12,0% na globalidade). É, pois, neste perfil que se concentram os mais novos.

Em relação ao estado civil, a grande maioria é constituída por solteiros (61,0%, um valor que é sensivelmente o dobro do da amostra global). Em relação à escolaridade, predomina claramente o Básico ou escolaridade de nível inferior (66,4%). Contudo, é o perfil mais escolarizado do conjunto e o que se destaca pelo facto de o peso dos menos escolarizados ser inferior ao da amostra global (79,5%). É, também, onde existe uma maior proporção dos que atingiram o Secundário (26,9%) e o Superior (6,6%).

Em relação à condição perante o trabalho, a maioria não trabalha. São desempregados (33,2%) e estudantes (19,4%), sendo ainda de relevar o(a)s doméstico(a)s (10,4%) e os outros inativos (7,4%) e contrastam com a existência de poucos empregados (29,0%). De entre os que trabalham, a maioria fá-lo em profissões enquadradas em duas categorias: trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (21,8%) e trabalhadores não qualificados (26,5%).

Este perfil foi designado como o dos **precários** tendo em conta, por um lado, o forte enfoque na inatividade (por via do desemprego, da condição de doméstico(a) e da de estudante) e, por outro, o facto

de a maioria (62,9%) não pertencer a agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida, e de os restantes 30,5% se encontrarem em agregados em que essa condição não se aplica, ou seja, em que os agregados são constituídos por indivíduos com 60 e mais anos e, eventualmente, estudantes²³. Isto está associado ao facto de as principais fontes de rendimento dos agregados onde se enquadram serem os Rendimentos do trabalho (54,5%) e as Pensões (com 27,7%).

No que respeita aos dados sobre os agregados familiares, este perfil destaca-se como aquele onde existe um maior número de casos com três adultos ou mais, correspondendo mesmo à maioria (52,8%). Em contrapartida, o número de crianças no agregado é baixo: em 56,9% dos casos não existem crianças. Não obstante, este último valor não é muito diferente do da globalidade da amostra, situando-se até abaixo desta (63,1%).

Em termos de composição do agregado familiar, destaca-se em primeiro lugar a categoria dos Outros agregados familiares com uma ou mais crianças dependentes (16,8%, contra 13,4% para a totalidade da amostra), mas também os Outros agregados sem crianças dependentes (18,9% e 13,8%, respetivamente). O que se salienta é a atipicidade de alguns agregados por contraponto à amostra global e não tanto a distribuição de crianças nos agregados, já que esta é relativamente equilibrada (sem crianças dependentes 46,4% e com crianças dependentes 53,6%), embora com menos agregados onde se regista a presença da criança dependente do que na totalidade da amostra (56,2% e 43,8%, respetivamente).

Neste perfil salienta-se, pois, a presença de bastantes jovens, uma escolaridade um pouco superior à dos restantes, um elevado grau de

inatividade e alguma atipicidade na composição dos agregados familiares. A relação com o emprego é, como aliás no perfil seguinte, marcada por alguma distância. O que os individualiza é, sobretudo, o seu enquadramento em agregados familiares sem baixa intensidade de trabalho. Lendo conjugadamente este último dado com o seu afastamento do mundo do trabalho, a sua (relativa) juventude e os dados sobre a composição do agregado familiar, parece-nos que uma boa parte dos indivíduos incluídos neste perfil são filhos que habitam a casa dos pais²⁴. Não obstante, como é possível verificar no mapa perceptual (Figura 2), estamos em presença de um grupo intermédio entre os Perfis 3 e 4, partilhando algumas das características destes dois perfis e sendo, por isso, o mais heterogéneo. A característica que mais o individualiza, em particular em relação ao Perfil 3, relaciona-se com a inserção dos indivíduos aqui representados em agregados familiares sem baixa intensidade de trabalho. Veremos, na análise qualitativa, que emergem outras características que o singularizam.

O terceiro perfil respeita aos **Desempregados** (*cluster 3*, retângulo inferior, entre os três do lado esquerdo, correspondendo a um total de 13,0% da amostra e constituindo o perfil menos numeroso). Neste grupo, os sexos apresentam valores relativamente semelhantes ao conjunto da amostra, embora com valores mais próximos entre si do que no perfil anterior. Assim, os homens representam 49,0% e as mulheres os restantes 51,0%.

A maioria dos seus membros são indivíduos em idade ativa e mais velhos, pois metade (50,3%) tem entre 45 e 64 anos. Neste perfil destaca-se claramente a condição de divorciado, com 22,7% (um valor que mais do que duplica o valor global de 10,2%). De resto, a maioria é solteiro (49,3%), algo que contrasta com as idades que apresentam

(apenas 17,7% tem entre 18 e 24 anos). Em termos educativos, a generalidade tem o Ensino Básico ou escolaridade inferior (79,5%, o mesmo valor da amostra).

Em relação ao mundo do trabalho, quase dois terços dos indivíduos encontram-se desempregados (61,1%). Entre os restantes, 13,7% são outros inativos. Apenas 4,2% se declara trabalhador. Este valor é muito baixo, apenas comparável ao do perfil dos reformados e mais idosos (C1, onde é de 3,2%). Por si só, estas características marcam o perfil de forma vincada.

Para os que trabalham, a sua atividade profissional respeita aos Trabalhadores não qualificados (31,4%) e aos Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (20,1%). Não será, pois, de estranhar que quase todos estejam inseridos em agregados familiares onde a intensidade laboral é reduzida (83,6%), sendo que este é, de longe, o valor mais alto dos quatro perfis e bastante superior ao conjunto da amostra (13,0%). Este resultado contrasta com o perfil anterior onde, apesar de algumas características similares no que respeita à inserção laboral, os agregados em que os seus membros se inserem não apresentam baixa intensidade laboral. Outra característica que distingue este perfil do anterior respeita às idades: são claramente mais velhos.

Em relação à vida familiar, o número de adultos no agregado não se distingue muito da amostra e distribui-se pelas três categorias consideradas (33,5% um adulto, 40,8% dois e 25,6% três e mais). Já no que respeita ao número de crianças, na maioria dos agregados em que se inserem estas não existem (57,7%). Mesmo assim, este é o perfil onde existe um maior número de agregados com três e mais crianças (9,8%) em relação à amostra (5,2%). Isto reflete-se em agregados familiares em

que o destaque vai para os adultos isolados (26,8%) e os dois adultos com menos de 65 anos, sem crianças (17,4%). Mas também para os casos de um adulto com uma ou mais crianças dependentes (15,5%), o triplo da amostra global (4,8%), e o maior valor do conjunto dos perfis.

É, pois, um perfil caracterizado por uma relação particularmente difícil com o mundo do trabalho, quer por parte dos próprios, quer dos agregados onde se enquadram, bem como por percursos familiares algo distantes da norma, considerando o elevado número de solteiros (em contraste com as idades) e de divorciados, algo que se compagina com o elevado número de casos de indivíduos a viver isolados ou em famílias monoparentais.

O último grupo é o dos **Trabalhadores** (*cluster 4*, retângulo superior, entre os três do lado esquerdo, corresponde a cerca de um terço do total, 32,9% e é o mais numeroso). Em relação ao sexo, as proporções são basicamente as da totalidade da amostra, isto é, apresenta uma ligeira sobrerrepresentação das mulheres (51,8%). Neste grupo podemos encontrar maioritariamente indivíduos com idades entre os 25 e os 64 anos (93,0%), distribuídos de uma forma muito semelhante entre os que têm 25-44 e 45-64 (40,7% e 50,3%, respetivamente), quase nenhum é mais jovem (18-24 anos, 5,5%) ou mais velho (65+, 1,5%). Em relação ao estado civil, quase todos (70,8%) são casados e os restantes são solteiros (23,4%). A sua escolaridade está em linha com a totalidade da amostra e dos restantes perfis, o mesmo é dizer que quase todos têm o Ensino Básico ou escolaridade inferior (74,2%).

No que respeita à sua inserção laboral, este perfil distingue-se francamente dos restantes (e até da amostra global), por concentrar um grande número de empregados (76,8% para um valor global de 34,4%).

Em relação aos grupos profissionais, destaca-se o dos Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (22,3 %) mas também, em menor grau, o dos Trabalhadores não qualificados (20,8 %) e de Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (17,4 %). De notar que os Trabalhadores não qualificados aparecem em destaque em todos os perfis, dado que correspondem ao grupo profissional mais numeroso na globalidade da amostra. De facto, é aqui que o seu peso é menor (e ainda assim representa um quinto do total dos trabalhadores deste perfil). Os membros deste *cluster* estão enquadrados em agregados familiares sem baixa intensidade laboral (92,8 %), algo que sublinha a forte relação com o trabalho que os caracteriza. Em consonância, a principal fonte de rendimento dos seus agregados é constituída por Rendimentos do trabalho (94,3 %).

No que respeita às variáveis de caracterização familiar, o número de adultos no agregado concentra-se à volta das categorias de dois adultos (49,2 %) e de três e mais adultos (49,8 %). Em relação ao número de crianças, a maioria dos agregados que os enquadram inclui crianças (57,2 %), algo que contrasta com os restantes perfis. Assim, assinala-se que os agregados mais numerosos neste perfil são os de dois adultos com uma criança (18,7 %, acima dos 10,3 % da amostra global); dois adultos com duas crianças (20,7 % e 11,4 %, respetivamente), bem como outros agregados, com crianças (19,8 % e 13,4 %, respetivamente). Estes dados mostram claramente que nos encontramos na presença de famílias que em regra incluem dependentes (66,5 %).

Estamos, pois, perante um perfil que se caracteriza por ser numeroso, por ter uma relação forte com o mercado de trabalho e ser aquele onde podemos encontrar um maior número de agregados com crianças.

O quadro abaixo resume as principais características dos quatro perfis encontrados.

Quadro 28 Resumo dos perfis

Nome do perfil	C1 27,5 %	C2 26,6 %	C3 13,0 %	C4 32,9 %
	Reformados	Precários	Desempregados	Trabalhadores
V. Individuais	Feminino 65+ anos Casados e viúvos	18-64 anos 18-24 anos Solteiros	45-64 anos Divorciados Solteiros	25-64 anos Casados e alguns solteiros
V. Família	2 adultos e 1 adulto 2 adultos com +65 anos sem crianças e isolados 0 crianças Rural	3 e mais adultos Outros agregados com crianças Outros agregados sem crianças	Maioria dos agregados sem crianças Agregados com 3+ crianças Famílias monoparentais	2 e 3 adultos Com crianças
V. Trabalho	Não se aplica a baixa intensidade de trabalho Reformados e doméstico(a)s Principal fonte: Pensões	Desempregados, estudantes e doméstico(a)s Alguns empregados Agregados sem baixa intensidade laboral Principal fonte: trabalho e pensões	Desempregados e outros inativos Quase sem trabalhadores Baixa intensidade laboral Principal fonte: Outras transferências sociais	Empregados A baixa intensidade laboral não se verifica Principal fonte: trabalho

Nota: A negrito as modalidades de variável que apresentam valores iguais ou superiores a 80%.

4.2. Aprofundamento de resultados da ACM

Considerando a centralidade da relação dos indivíduos com o mundo do trabalho (algo que ganha ainda mais expressão entre os pobres), entendemos cruzar cada perfil com a condição perante o trabalho: empregado, desempregado, reformado e outros inativos. Optámos por desdobrar esta última categoria em dois componentes com algum peso percentual²⁵, designadamente invalidez permanente e doméstico(a)s, na tentativa de compreender melhor os perfis. Embora estas duas categorias tenham um pequeno peso estatístico, como veremos de seguida, são importantes para se compreender a configuração dos perfis.

Este exercício mobilizou boa parte das variáveis usadas na ACM e, no geral, permite-nos compreender melhor a forma como cada perfil se relaciona com o mundo do trabalho.

4.2.1. Empregados

Assumindo-se como o grupo mais representativo no respeitante à condição face ao trabalho, os empregados representam 34% da amostra em análise. Situam-se quase na totalidade (95,8%) em dois perfis: Precários (Perfil 2) e Trabalhadores (Perfil 4). Acrescente-se que cerca de 73,3% desta população está enquadrada neste último perfil (o mais numeroso dos quatro em análise).

Os empregados presentes no Perfil 4 são, na sua maioria, casados ou encontram-se em união de facto (63,2%) e fazem parte de um agregado doméstico privado sem particular predominância em termos de composição, embora se destaque a ausência dos isolados e de famílias monoparentais.

No que respeita ao Perfil 2, o peso dos empregados no perfil é muito mais reduzido (22,5%). Neste caso, a diferenciação é essencialmente constatada através do estado civil dos indivíduos, maioritariamente divorciado(a)s ou solteiro(a)s (76,8%), com domínio dos agregados familiares com um único adulto ou com uma estrutura monoparental que inclui uma ou mais crianças dependentes, totalizando 48,4%. Características que contrastam fortemente com as do Perfil 4.

A escolaridade é outra variável a ter em conta na caracterização dos empregados. Quer no Perfil 2, quer no Perfil 4, a maioria dos indivíduos tem um nível educacional (aferido pela Classificação Internacional Normalizada da Educação) situado entre o primeiro e o terceiro ciclo, com um peso muito aproximado em relação ao total dos indivíduos considerados: 65,2% no primeiro caso e 68,1% no segundo, com especial predominância do primeiro e segundo ciclo, com 37,9% e 43,3%, respetivamente. De salientar que a distribuição pelos restantes níveis de escolaridade também apresenta valores relativamente próximos nos dois perfis considerados.

Se tivermos unicamente em consideração a variável idade na caracterização dos empregados, é possível verificar que, como expectável, os mesmos se situam sobretudo na faixa dos 25 aos 64 anos. Comparando os dois perfis, constata-se que os mais novos estão mais representados no Perfil 2 e os mais velhos no 4. Concretizando, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e os 44 anos encontram maior representatividade no Perfil 2, com 49,8% dos casos, e os com idades entre os 45 e 64 anos no perfil dos trabalhadores (49,4%). No que respeita à principal fonte de rendimento do agregado doméstico privado, os resultados obtidos indicam que, ao contrário do que sucede com os empregados do Perfil 4 – neste 93,3% dos trabalhadores obtêm os seus

rendimentos a partir do trabalho –, só cerca de metade dos empregados do Perfil 2 retiram daí os principais proveitos do seu agregado (46,8%), uma vez que os restantes estão distribuídos pelas diferentes fontes de rendimento de agregado: 26,9% em outras transferências sociais; 15% nas pensões; e 11,3% em outros tipos de rendimento.

Em suma, podemos concluir que estamos face a uma condição perante o trabalho, a de empregado, que está claramente associada aos perfis 2 e 4. Estes distinguem-se essencialmente ao nível do estado civil (solteiro e divorciados *versus* casados), e da configuração do agregado familiar no qual os indivíduos estão incluídos (monoparentais e isolados *versus* diversidade de composição familiar com dois adultos). Contudo, não podemos esquecer as idades (mais novos *versus* mais velhos), a principal fonte de rendimento do agregado (diversidade de fontes *versus* rendimentos do trabalho). Quanto aos níveis de escolaridade, os valores são muito semelhantes, destacando-se o facto de a maioria dos empregados dos dois perfis possuírem um nível educacional situado entre o primeiro e o terceiro ciclo. Mau grado as escolaridades muito semelhantes, as idades distintas fariam supor que os mais novos teriam um nível escolar mais alto, o que não acontece.

4.2.2. Desempregados

Os indivíduos desempregados estão concentrados sobretudo no Perfil 2, o dos Precários (44,1% dos casos) e no Perfil 3, o dos Desempregados (39,8%). Os desempregados constituem o terceiro grupo de indivíduos com mais peso na situação perante o trabalho, totalizando cerca de 20% da amostra global.

O estado civil predominante em cada um dos perfis mencionados é o de solteiro(a), com maior prevalência no Perfil 2 (60,9% e 43,9%, respetivamente). É, também, de realçar o peso dos divorciados no caso daqueles que fazem parte do perfil dos desempregados e inativos, com cerca de 25% do total.

Como vimos, o Perfil 4 não apresenta um grande peso de desempregados (pelo contrário, define-se pela relação com o emprego) – apenas 14,9% em relação ao total de desempregados da amostra em estudo. Contudo, assinala-se o facto de 100% dos desempregados deste perfil se encontrarem em situação de casado(a), algo que contrasta com os outros dois perfis.

Se tivermos em conta o posicionamento dos indivíduos desempregados segundo a Educação (a partir da Classificação Internacional Normalizada da Educação), verificamos que os mesmos têm uma grande prevalência entre os níveis do primeiro e terceiro ciclo. Sendo esta uma constatação transversal a todos os perfis considerados, tem especial expressão nos Perfis 2 e 3, com 62,4% e 73,1%, respetivamente.

Contudo, o dado de caracterização que melhor diferencia os desempregados no âmbito dos Perfis 2 e 3 reside na identificação da principal fonte de rendimento do agregado doméstico privado: no dos Precários, 62,1% dos desempregados obtém os rendimentos do agregado do trabalho, seguido de uma boa parte das pensões (28,6%); os do perfil dos Desempregados retiram principalmente os seus proveitos familiares a partir de outras transferências sociais (74,1%). De salientar novamente o caso dos indivíduos desempregados enquadrados no Perfil 4: todos eles se incluem em agregados onde a principal fonte de rendimento é o trabalho.

Os dados acima são particularmente pertinentes, na medida em que quase todos os indivíduos desempregados com o Perfil 2 (96,2%) estão enquadrados num agregado familiar com dois ou mais adultos, com ou sem crianças dependentes. Esta situação remete-os, enquanto maioritariamente solteiro(a)s, para uma muito provável residência na casa dos pais ou, mesmo não sendo este o caso, aponta para que os pais/outros adultos estejam empregados ou reformados, daí que a principal fonte de rendimento seja através do trabalho ou das pensões. No caso dos desempregados do Perfil 3, embora os dados sejam relativamente similares, é possível constatar um peso já razoável dos isolados (29%).

Concluindo, com base nos dados de caracterização examinados, devemos, quer na distribuição pelos quatro *clusters*, quer no peso em cada um deles, considerar o posicionamento dos indivíduos desempregados especialmente nos Perfis 2 e 3. A análise aponta para que a maioria desta população esteja solteira, tenha um nível de escolaridade situado entre o primeiro e o terceiro ciclo e viva numa estrutura familiar com dois ou mais adultos, sem crianças a cargo. Contudo, podemos verificar também algumas discrepâncias entre os dois perfis considerados, sobretudo ao nível da fonte principal de obtenção dos rendimentos do agregado familiar (rendimentos do trabalho *versus* outras transferências sociais) e na constatação de um número já considerável de divorciados e de isolados no Perfil 3.

4.2.3. Reformados

Representando cerca de um quarto do total da amostra (23%), verificamos que a distribuição da população que se encontra em situação de reformado, conjugada com o seu peso em cada um dos perfis, remete para uma alocação apenas no Perfil 1 (Reformados), com 94,6% dos casos.

É no âmbito do Perfil 1 que podemos efetivamente traçar um muito claro quadro caracterizador dos indivíduos reformados: como seria expectável, 88,9% tem mais de 65 anos, encontrando-se predominantemente numa situação de casado(a) (54,5%) ou, numa escala mais contida, de viúvo(a) (27,3%). Trata-se de um grupo de indivíduos com um nível educacional reduzido, mesmo no contexto desta amostra, em que 94,3% dos casos tem apenas até ao segundo ciclo de escolaridade.

No respeitante à configuração familiar e à principal fonte de rendimento, os dados também são esclarecedores: 81,5% dos indivíduos estão integrados num agregado composto apenas por um ou dois adultos, ambas as situações sem crianças a seu cargo, e 98,7% retira os seus principais rendimentos a partir de pensões.

Portanto, estamos perante uma condição que apresenta características muito particulares. Uma população essencialmente com mais de 65 anos de idade, maioritariamente casada, com um nível de escolaridade reduzido, pertencente a agregados familiares compostos por um ou dois adultos, sem crianças dependentes e que subsiste através das pensões, essencialmente concentrada no Perfil 1.

4.2.4. Invalidez permanente

A invalidez permanente é uma condição perante o trabalho que assume uma expressão muito reduzida na amostra global (4%), relevando-se, contudo, a sua concentração, quanto à distribuição, nos Perfis 2 e 3, com um total de 78% dos casos identificados. Se atentarmos no peso dos indivíduos com invalidez permanente em cada um destes perfis, embora com pouca manifestação, encontramos um maior peso no

perfil dos Desempregados (13,7%), com cerca do dobro do valor em relação ao Perfil 2 (7,4%).

Ao contrário das outras condições perante o trabalho já analisadas, verifica-se que a variável sexo tem uma particular relevância nos indivíduos dos Perfis 2 e 3 na presente situação. O peso dos homens (64,2% e 65,7%) representa cerca do dobro do peso das mulheres (35,8% e 34,3%), no total dos casos observados.

Os indivíduos em situação de invalidez permanente vivem essencialmente das pensões, enquanto principal fonte de rendimento do agregado, embora os perfis mencionados apresentem algumas disparidades (85,5% no Perfil 2 e 58,3% no Perfil 3). Por outro lado, se no Perfil 2 os valores são quase residuais relativamente a outras fontes de rendimento além das pensões (14,5%), no caso dos do Perfil 3 (Desempregados), em relação ao peso das pensões (58,3%), já encontramos alguma representatividade da obtenção de rendimentos na categoria Outras transferências sociais (39,6%).

Ao reportarmo-nos à composição familiar dos indivíduos com invalidez permanente, ainda no âmbito dos perfis elencados, verificamos que, em ambos os casos, a maior parte enquadra-se numa estrutura sem crianças dependentes, com especial predominância no caso do Perfil 2 (73,7%), sendo que no do Perfil 3 destacam-se largamente dos restantes os agregados compostos apenas por um adulto, com 36,4%.

Em síntese, apesar de os indivíduos com invalidez permanente assumirem um valor relativamente baixo no total da amostra, estão especialmente representados no Perfil 3. Porém, não é de descurar a sua inclusão no Perfil 2. A distinção entre perfis é realizada, como

vimos, pela principal fonte de rendimento do agregado doméstico privado (pensões *versus* pensões e outras transferências sociais) e pela composição familiar (estrutura sem crianças dependentes *versus* agregados compostos apenas por um adulto). Em comum, ambos os perfis possuem dois terços dos indivíduos inválidos homens e um terço mulheres, em contraste com outras categorias da condição perante o trabalho.

4.2.5. Doméstico(a)s

A situação de doméstico(a) é a condição perante o trabalho que se encontra mais diluída pelos perfis considerados, sendo, por isso, a menos óbvia ou mais difícil de associar a um determinado perfil. Embora esteja menos representada no perfil dos Desempregados (9,6%), verificamos que nos restantes perfis a sua distribuição oscila num intervalo de representatividade relativamente estreito: 35,7% no Perfil 1, 31% no Perfil 4 e 23,7% no Perfil 2. Em relação ao seu peso dentro de cada perfil, é possível também confirmar alguma semelhança, uma vez que os valores variam entre os 15% no caso do perfil dos Reformados e os 8,5% no do perfil dos Desempregados (Perfil 3).

Ainda que o seu peso seja diminuto no total da amostra em estudo, com cerca de 12%, não deixa de ser necessário uma análise mais fina desta condição perante o trabalho, através dos dados de caracterização disponíveis para todos os perfis considerados. Neste contexto, ao tomarmos em consideração a idade dos indivíduos, podemos verificar que a faixa etária dos 45-64 anos é a que apresenta maior predominância, se exce tuarmos o caso do Perfil 1, onde encontramos um peso mais elevado nas idades equivalentes a 65 anos ou mais (78,4%).

Como seria expectável, a esmagadora maioria desta população é feminina²⁶, com baixo nível escolar (a maioria dos casos até ao segundo ano de escolaridade), e está sobretudo casada ou viúva, sendo que esta última situação encontra especial relevância nos Perfis 1 e 3, com 40,8% e 31,3%, respetivamente. De salientar aqui o peso dos casados no Perfil 4, o dos Trabalhadores, com 95,3%.

É também no Perfil 4 que observamos uma grande integração em agregados familiares com dois ou mais adultos (75%), principalmente com crianças dependentes, o que vem em linha com os valores dos Perfis 1 e 2, embora nestes a maioria das famílias de enquadramento não tenha crianças a seu cargo: 67,5% no Perfil 1, 58,4% no Perfil 2. Relevamos, contudo, no Perfil 1, a importância das famílias com apenas um adulto na sua composição, com 32,2%.

Quanto à principal fonte de rendimento dos agregados, há a destacar a vincada discrepância entre os Perfis 1 e 4. No primeiro, temos uma elevada incidência das pensões (95%) e, no segundo, dos rendimentos obtidos através do trabalho, com 99,7%. A realidade constatada no Perfil 2 é mais equitativa, na medida em que 47,9% dos rendimentos dos agregados do(a)s doméstico(a)s são principalmente obtidos por intermédio das pensões e 34,3% por via do trabalho. As outras transferências sociais têm primazia no âmbito do Perfil 3, com 78,7% dos casos identificados.

Resumidamente, a situação de doméstico(a) é transversal a todos os perfis definidos. É uma população esmagadoramente feminina, casada ou viúva, com idades que se situam entre os 45 aos 64 anos (excluindo a do Perfil 1, onde são mais velhas), com baixo nível de escolaridade e com alguma diversidade em termos da composição da estrutura

familiar e da principal fonte de rendimento. Esta última variável é a que mais distingue o(a)s doméstico(a)s contidos nos diferentes perfis. Assim, no primeiro prevalecem as pensões, no quarto os rendimentos de trabalho, no terceiro as outras transferências sociais e no segundo um misto entre rendimentos do trabalho e pensões.

Conclusão

Em conclusão, considerando o total dos casos da amostra em estudo e a sua condição perante o trabalho, constatamos que a situação de empregado é a mais representada (34%), seguida da dos reformados (23%) e da dos desempregados (20%). As restantes situações consideradas por esta análise, a de doméstico(a) e a de invalidez permanente, apresentam um peso menor.

No cômputo geral, verificamos que os reformados e o(a)s doméstico(a)s se destacam claramente das restantes situações perante o trabalho em termos de associação aos quatro perfis definidos. No primeiro caso, nota-se um vincado enquadramento num único perfil, precisamente no dos Reformados, cuja população tem sobretudo mais de 65 anos e não inclui crianças no ADP (Perfil 1); no segundo caso, verifica-se uma grande dispersão pelos diversos perfis, embora com características associadas que as vão distinguindo (por exemplo, as que se encontram no perfil dos Reformados são maioritariamente mais velhas).

Podemos verificar que os desempregados e os indivíduos em situação de invalidez permanente encontram uma nítida inclusão nos Perfis 2 e 3: o dos Precários, sobretudo coabitando com outros adultos e em agregados sem baixa intensidade de trabalho, maioritariamente inativos e solteiros (Perfil 2) e o dos Desempregados, incluindo os isolados, com

idades entre os 25 e os 64 anos, cuja principal fonte de rendimento dos ADP são as outras transferências sociais ou as pensões (Perfil 3).

Por último, e embora encontrem enquadramento no Perfil 2 – à semelhança dos desempregados e dos indivíduos em situação de invalidez permanente –, os empregados estão principalmente associados ao Perfil 4, o dos Trabalhadores. Em geral, são casados ou vivem em regime de união de facto, têm 25 a 64 anos e crianças no agregado.

Capítulo 5

Procedimentos de recolha e análise de dados qualitativos

Apresentada a análise extensiva, resta focar a atenção na intensiva. Começamos por avançar com a pergunta de partida *Quem são e como vivem os pobres a sua situação de pobreza em Portugal* e revisitamos o desenho da investigação. Assim, tendo em vista responder a esta questão, adotou-se um desenho de pesquisa misto sequencial, em que a componente qualitativa visa recolher informação adicional à componente quantitativa (Morse e Niehaus, 2009).

Na primeira fase, de natureza quantitativa (aqui retomada muito brevemente), foi feita a análise da evolução dos principais indicadores de pobreza e exclusão social em Portugal no período 2003-2016 e, de seguida, estabeleceu-se uma fundamentação para a definição da estrutura do grupo de inquiridos, segundo um critério de tipicidade e representatividade do objeto de estudo (Flick, 2002: 64). Neste sentido, a revisitação e atualização da análise sistemática dos principais indicadores de pobreza em Portugal e a análise Probit permitiram perceber a probabilidade de pobreza associada às principais variáveis pertinentes para se compreender o fenómeno. Por outro lado, a Análise das Correspondências Múltiplas (ACM) possibilitou a definição dos critérios sociodemográficos para a definição dos perfis de indivíduos a entrevistar. Em ambos os casos mobilizou-se o ICOR, tendo por referência o ano de 2018 (dados de 2017). Uma pequena descrição metodológica destas duas técnicas de análise de dados é apresentada no final do primeiro capítulo, pelo que não é aqui repetida.

Adicionalmente, e como objetivo igualmente importante dentro da fase extensiva, mobilizaram-se os dados referentes à pobreza em Portugal para produzir novo conhecimento. Em concreto, procedeu-se à sistematização de estatísticas anteriormente estudadas pelos autores (e por outros investigadores), atualizando-as e relevando características recentes e tendências.

A segunda fase, de natureza qualitativa, fase intensiva, passou pela realização de entrevistas semiestruturadas com o objetivo de conhecer as diferentes trajetórias e formas de viver e enfrentar a situação de pobreza. Para além de contribuir para aprofundar a análise dos resultados e melhorar a descrição dos perfis definidos na parte quantitativa (Morse e Niehaus, 2009: 122), o objetivo foi compreender como vivem as pessoas em situação de pobreza em Portugal considerando as suas autorrepresentações. Nesta fase pretendeu-se, em certa medida, compensar as limitações de uma análise baseada em categorias estatísticas, densificando-as em termos de significado e detalhe, de forma a permitir um esclarecimento mais rico da vivência da pobreza em Portugal que tivesse em conta os seus elementos comuns e a sua diversidade.

Centrou-se boa parte da nossa atenção na operacionalização dos perfis definidos. O procedimento implicou um grande investimento em tempo e esforço. A produção de perfis estatisticamente significativos não é garantia suficiente para a realização de entrevistas que tenham

em atenção a variabilidade das situações de pobreza. Com efeito, a análise estatística tende a relevar as grandes tendências e a reduzir a variabilidade dos dados. Não se trata de um defeito deste tipo de análise, pelo contrário, a redução da informação é fundamental para que os dados se tornem inteligíveis e se identifiquem as regularidades estatísticas (e sociais). Contudo, fica em causa uma compreensão mais aprofundada da variabilidade contida nos dados – da riqueza das vidas concretas dos indivíduos. Com regularidade, fenómenos pouco significativos do ponto de vista estatístico são, na verdade, muito relevantes do ponto de vista social e político e são sempre significativos para os indivíduos que os vivem. A compreensão do funcionamento da sociedade, e das vivências dos indivíduos dentro dela, não se pode reduzir àquilo que nos é dado pelas estatísticas²⁷.

As virtudes do trabalho de definição dos perfis a entrevistar poderiam facilmente perder-se através de um processo de operacionalização menos cuidado. Nesse sentido, desenvolvemos uma importante reflexão e diversas etapas, num procedimento moroso e trabalhoso, em ordem a garantir a qualidade dos dados recolhidos.

Perante a impossibilidade de apresentar todos os detalhes metodológicos relevantes no espaço disponível neste livro, optamos por incluir nos livros desenvolvidos sobre cada um dos perfis analisados (e que podem ser encontrados em formato eletrónico) um extenso capítulo metodológico. Neste, o mesmo nos quatro livros, retoma-se o que aqui se escreveu e aprofunda-se os detalhes referentes à operacionalização da recolha de dados e ao seu tratamento.

Assim, ficaram de fora deste capítulo três grandes áreas, presentes nas publicações referidas: 1. detalhes adicionais sobre o processo

de operacionalização (distribuição das entrevistas por grandes dicotomias territoriais e por concelhos; as estratégias de acesso aos entrevistados, suas dificuldades e superação; os tipos de acesso utilizados; os procedimentos de seleção e formação dos entrevistadores; informações adicionais de caracterização dos entrevistados); 2. algumas reflexões teóricas de enquadramento das opções metodológicas realizadas (observações relativamente à operacionalização do limiar de pobreza na seleção dos entrevistados); e, finalmente, 3. as questões referentes aos instrumentos e procedimentos de recolha e análise dos dados, de uma forma mais aprofundada (o reporte sobre os procedimentos de aferição do guião de entrevista e a reflexão que proporcionou, a partir de quatro entrevistas exploratórias); a apresentação e aferição da grelha de análise dos resultados, confrontada com as entrevistas exploratórias.

A nossa opção é passível de discussão, mas estamos confiantes que permite mostrar aos leitores um conjunto de procedimentos cruciais para a solidez empírica dos trabalhos de cariz qualitativo que, com regularidade, são menosprezados.

5.1. Definição da estrutura da amostra

A seleção dos entrevistados realizou-se com base em três fontes. Em primeiro lugar, a ACM aplicada aos dados do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR, edição de 2017); em segundo lugar, a distribuição dos *clusters* resultantes da análise das correspondências múltiplas por áreas geográficas e, em terceiro lugar, a confrontação com a bibliografia.

Analisámos, no ICOR, os dados referentes aos indivíduos com 18 anos ou mais, deixando de lado crianças e jovens. Esta opção resulta,

em primeiro lugar, do facto de as crianças e jovens não serem pobres em si, mas viverem no seio de agregados familiares pobres. Desde logo porque não são titulares de rendimentos. Seleccionamos os 18 anos como idade de corte por vários motivos. Desde motivos especificamente nacionais, como os que respeitam à maioridade, ou à obrigatoriedade escolar; até aos internacionais: a ONU, na Declaração Universal dos Direitos da Criança, declara crianças os indivíduos até aos 17 anos. Por sua vez, o Eurostat e a OCDE usam esta definição para a construção dos grupos de idade na análise da pobreza. O próprio INE segue este procedimento, embora com uma ou outra pequena e subtil exceção que temos assinalada no texto.

Contudo, as crianças não estão ausentes deste livro. Pelo contrário. Na análise extensiva, pudemos observar a relevância da pobreza das crianças (para alguns pobreza infantil), refletida numa taxa de pobreza dos 0-17 anos acima da taxa geral; bem como nas elevadas taxas de pobreza das diversas tipologias de famílias com filhos. A tipologia familiar foi, em consequência, um critério importante para a seleção dos entrevistados, como veremos de seguida. Por sua vez, na análise qualitativa as crianças aparecem nas entrevistas: a infância dos próprios é longamente abordada e os filhos são bastas vezes referidos, quer nas perguntas relativas à parentalidade, quer referenciados de forma espontânea pelos entrevistados. A infância acaba por ser, portanto, uma questão central na análise que realizámos à pobreza em Portugal.

Vimos, na primeira parte deste livro, que o resultado da ACM e da análise de *clusters* permitiu encontrar quatro perfis distintos²⁸, que foram burilados de forma a destacar as características que mais os singularizam. O conjunto deste esforço teve como resultado a seguinte síntese dos perfis encontrados:

1. *Reformados*: reformados, sobretudo com 65 anos ou mais, sem crianças no ADP;
2. *Precários*: indivíduos em idade ativa, dependentes ou trabalhadores, em agregados sem baixa intensidade de trabalho e indivíduos que vivem com os pais, inativos e solteiros, com menos de 65 anos;
3. *Desempregados*: desempregados e inaptos para o trabalho, entre os 25 e os 64 anos, sendo que a principal fonte de rendimento dos ADP são as outras transferências sociais;
4. *Trabalhadores*: trabalhadores, casados/em união de facto com 25 a 64 anos, com crianças no ADP, cuja principal fonte de rendimento no ADP é o trabalho.

Estão, pois, identificadas as principais variáveis a partir das quais foi feita a escolha dos entrevistados: idade, condição perante o trabalho, estado civil, principal fonte de rendimento do ADP, (in)existência de crianças e composição do agregado familiar. Foi por nós adicionado o género que, embora só tenha algum poder discriminador para o primeiro perfil, é relevante enquanto critério de diversidade da globalidade da amostra e dentro de cada um dos perfis. Como apontam Pereirinha *et al.* (2008), a pobreza não é uma condição neutra em termos de género, visto que homens e mulheres podem viver essa condição de forma distinta²⁹. A estas variáveis entende a equipa que é necessário acrescentar as variáveis espaciais³⁰, de maneira a refletir a base territorial das desigualdades na pobreza em Portugal.

Foi também equacionada a forma como os perfis encontrados se comportam no confronto com os apurados noutros estudos. Dessa forma, procedemos a uma revisão da literatura, identificando três estudos sobre a pobreza em Portugal que apresentam perfis, coligidos em tipologias. Os textos identificados partilham algumas

características que limitam a sua pertinência para aferir os perfis por nós encontrados. Desde logo as questões territoriais, em que os dois primeiros apresentam como território de referência o conjunto do país, mas o terceiro está confinado à cidade de Lisboa. Por outro lado, quando temos em conta os públicos, se o segundo ambiciona abranger todos os indivíduos em situação de pobreza, o primeiro está confinado aos utentes do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) (entretanto renomeado Rendimento Social de Inserção) e o terceiro aos utentes do Atendimento da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)³¹. Em terceiro lugar, estas pesquisas apresentam métodos de construção dos perfis bastante distintos dos que utilizámos. No primeiro caso, um misto de análise de percentagens de uma amostra representativa dos beneficiários do RMG e de entrevistas exploratórias a profissionais de terreno. No segundo, uma construção teórica do autor, aprofundada com estatísticas dispersas, de amplitude variável e com estudos anteriores, de amplitude muito diversa. No terceiro caso, os perfis foram desenvolvidos a partir de uma construção teórica própria aperfeiçoada através do seu confronto com atores institucionais da cidade de Lisboa e com um inquérito anterior a uma amostra representativa dos utentes do serviço de atendimento da SCML.

Quadro 29 Revisão das tipologias de pobreza na literatura portuguesa

Autor	Obra	Território, público e metodologia	Tipologia	Pontos de contacto
IDS	Estudo de Impactes do RMG, resumido por: Maria José Queiroz (2003), «Beneficiários e avaliação de impactes do RMG», <i>Intervenção Social</i> , n.º 27, 201-231. ³²	. Portugal . Beneficiários do RMG . Dados do estudo Avaliação de Impactes do RMG . Entrevistas biográficas . 138 entrevistas . Seleção dos perfis a partir dos dados estatísticos do RMG e dos resultados de entrevistas exploratórias feitas a coordenadores das Comissões Locais de Acompanhamento	A. Famílias com problemas de saúde no agregado B. Famílias com jovens em situação de marginalidade C. Famílias monoparentais D. Pessoas a viverem sós com mais de 55 anos E. Minorias étnicas F. Desempregados de longa duração	1. Reformados D. Pessoas a viverem sós com mais de 55 anos 2. Precários B. Famílias com jovens em situação de marginalidade C. Famílias monoparentais 3. Desempregados A. Famílias com problemas de saúde no agregado F. Desempregados de longa duração 4. Trabalhadores Exclui: E. Minorias étnicas
Capucha, Luís	(2004) «Desafios da Pobreza», Tese de doutoramento, ISCTE.	. Portugal . Grupos vulneráveis identificados pelo autor . Construção do autor, sustentada em estatísticas dispersas de amplitude variável, estudos anteriores de amplitude diversa e construção teórica do autor. ³³	A. Pessoas com deficiência B. Imigrantes C. Desempregados de longa duração D. Trabalhadores com qualificações baixas ou qualificações obsoletas E. Idosos F. Famílias monoparentais G. Pessoas sem-abrigo H. Toxicodependentes e ex-toxicodependentes I. Jovens em risco J. Detidos e ex-reclusos	1. Reformados E. Idosos 2. Precários I. Jovens em risco F. Famílias monoparentais 3. Desempregados C. Desempregados de longa duração 4. Trabalhadores D. Trabalhadores com qualificações baixas ou qualificações obsoletas Exclui: A. Pessoas com deficiência B. Imigrantes G. Pessoas sem-abrigo H. Toxicodependentes e ex-toxicodependentes J. Detidos e ex-reclusos

Autor	Obra	Território, público e metodologia	Tipologia	Pontos de contacto
Alexandra Castro e Isabel Guerra (coord.), Inês Amaro, Francisco Branco, Ana Oliveira e Marta Santos	(2010) <i>Os caminhos da pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa</i> . Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.	<ul style="list-style-type: none"> . Cidade de Lisboa . Utentes do atendimento da SCML . Estudo seguido de painel longitudinal (fases em 2011 e 2014)³⁴ . 59 entrevistas biográficas (2010) . Seleção dos perfis com base em três eixos (i. condições objetivas de existência; ii. confronto com dinâmicas subjetivas dos sujeitos; iii. relação dos sujeitos com os serviços de proteção social); e em articulação com atores institucionais da cidade de Lisboa e académicos, inquérito prévio a 600 utentes da SCML 	<ul style="list-style-type: none"> A. Trabalhadores B. A permanência na condição de desempregados C. Jovens fora do mercado de trabalho D. Idosos em situação de vulnerabilidade E. Pessoas com problemas de saúde que impedem o exercício de uma atividade profissional F. Mulheres domésticas em situação de pobreza G. Desafiliação e perda no caminho descendente da integração à exclusão 	<ul style="list-style-type: none"> 1. Reformados D. Idosos em situação de vulnerabilidade F. Mulheres domésticas em situação de pobreza 2. Precários C. Jovens fora do mercado de trabalho F. Mulheres domésticas em situação de pobreza 3. Desempregados B. A permanência na condição de desempregados E. Pessoas com problemas de saúde que impedem o exercício de uma atividade profissional G. Desfiliação e perda no caminho descendente da integração à exclusão 4. Trabalhadores A. Trabalhadores

São, pois, necessárias cautelas na mobilização dos estudos anteriormente realizados e acima apresentados para aferir os perfis por nós encontrados. Acresce que podemos observar que, nestes estudos, o número de perfis encontrados é superior ao que obtivemos na ACM (quatro) – entre seis a dez e em todas as três tipologias.

O cerne deste exercício comparativo é, contudo, a deteção de regularidades nos perfis desenvolvidos nos estudos revistos e que não estão abrangidas pela tipologia por nós construída com base nos dados do ICOR. Nesse sentido, identificámos, como mais pertinentes, duas categorias: minorias étnicas e imigrantes, por um lado, e doentes crónicos e deficientes, por outro. Em relação ao primeiro caso, os dados do ICOR trabalhados no capítulo 2 permitiram perceber que, do ponto de vista quantitativo, a proporção de estrangeiros entre os indivíduos em situação de pobreza é muito baixa (97,8% dos indivíduos de referência dos agregados onde os entrevistados habitam têm nacionalidade portuguesa³⁵). Contudo, a taxa de pobreza dos indivíduos de referência com nacionalidade não europeia (e o ICOR não dispõe de melhor indicador) é de 37,7%. Por outro lado, os dados deste inquérito não têm qualquer informação sobre as questões étnicas. Assim, a equipa do projeto entendeu que a melhor solução seria considerar a origem étnico-racial das pessoas entrevistadas enquanto critério indicativo, o que, como veremos, se refletiu na diversidade interna de cada perfil considerado³⁶.

No segundo caso, os nossos resultados, plasmados no capítulo 4, mostram que em todos os perfis existe uma maioria de agregados familiares com indivíduos com uma doença crónica (aliás, uma situação que não é muito distinta da dos restantes portugueses)³⁷. Por outro lado, a questão da doença acaba por se refletir pela inclusão de uma

quota abrangendo pessoas inaptas para o trabalho ou em situação de invalidez permanente. Além disso, considerou-se que as problemáticas da deficiência e da doença crónica se iriam destacar nas histórias de vida dos diferentes entrevistados, quer na primeira pessoa, quer no contexto dos seus agregados³⁸, como veio realmente a acontecer.

Definidas as variáveis a considerar, estas foram equacionadas de forma a refletir o seu peso relativo em cada um dos perfis e, num segundo momento, com vista a identificar os subperfis relevantes para selecionar os entrevistados, com base nos microdados da amostra ICOR de indivíduos com 18 ou mais anos em situação de pobreza, através da construção de quadros aninhados das principais variáveis categóricas definidoras do perfil. Nesta análise foram mobilizadas variáveis adicionais que se revelaram importantes na caracterização dos mesmos (por exemplo indivíduo a residir com o pai/ a mãe³⁹). Isto foi possível com a construção de tabelas das principais categóricas definidoras do perfil e da sua incidência nos potenciais subperfis, resultantes do aninhamento, no perfil principal, mas também nalguns casos da distribuição de determinadas categorias pelos quatro perfis (e.g., categorias relacionadas com a condição perante o trabalho). Neste sentido, estes subperfis não esgotam toda a diversidade de casos, mas garantem a sua pertinência no perfil principal, uma relativa homogeneidade e a exclusão mútua entre os quatro perfis. É deste exercício que resulta o aprofundamento da ACM que se encontra no capítulo 4.

Importa também referir os critérios considerados na definição do número de entrevistas a realizar e a sua distribuição por perfil e subperfil/quota. É reconhecido que existe, entre os especialistas neste tipo de metodologia, uma grande diversidade de posições sobre o número de entrevistas considerado satisfatório para garantir critérios

de cientificidade e qualidade da pesquisa, em larga medida condicionadas pelos pressupostos metodológicos e o objetivo da pesquisa ou, ainda, por questões práticas que poderão afetar a sua execução (Baker e Edwards, 2012). Este estudo segue a lógica da amostragem estatística, segundo critérios abstratos e definidos, como vimos, *a priori* (Flick, 2002). O facto de definir quotas permite a seleção de um pequeno número de casos a serem estudados intensamente em cada um dos estratos, de forma a permitir descobrir e descrever características que são similares ou diferentes ao longo dos estratos ou subgrupos (Teddy e Yu, (2007).

Assim sendo, pretendia-se realizar 20 a 30 entrevistas por perfil, distribuídas por cinco quotas em cada perfil, por sua vez organizadas em função das características individuais das pessoas a entrevistar (sexo, idade, estado civil, condição perante o trabalho) e das características do agregado doméstico em que se inserem (número de pessoas; presença ou não de crianças; fonte de rendimento do agregado familiar)⁴⁰. A elaboração das quotas respeitou, assim, a variação interna dos perfis encontrados na ACM. Este procedimento respeita o princípio da variabilidade na análise qualitativa, mesmo que isso tenha tornado mais desafiante o processo de se assegurar a exclusividade mútua de todas as quotas. Uma outra opção teria sido construir as quotas tendo em conta apenas as características centrais de cada perfil. Este procedimento asseguraria uma maior coerência dos resultados, mas implicaria deixar de lado a variabilidade interna dos perfis encontrada na ACM.

No Quadro 30 e no Anexo B, apresenta-se o resultado do trabalho descrito anteriormente: uma primeira aproximação da distribuição das entrevistas pelas modalidades de variáveis (Quadro 30); e a distribuição dos perfis por quotas (no Anexo B). Importa aqui salientar que embora

sejam considerados critérios da amostragem estatística, o reduzido número de casos considerado, característico dos estudos qualitativos, afasta ambições de representatividade de toda a população. O objetivo é de acrescentar fidedignidade (*trustworthiness*) aos resultados, e não realizar a generalização dos mesmos.

Quadro 30 Distribuição das entrevistas pelas modalidades de variável, primeira aproximação

		C1	C2	C3	C4
Sexo	Masculino	9	12	12	14
	Feminino	16	13	13	16
Idade 4 categorias	18-24	0	8	4	2
	25-44	0	8	8	12
	45-64	4	9	13	16
	65+	21	0	0	0
Estado civil	Solteiro(a)	3	15	12	7
	Casado(a)	13	6	5	21
	Viúvo(a)	7	0	2	0
	Divorciado(a)	2	4	6	2
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	0	14	1	29
	Pensões	25	7	5	1
	Out_Tr_Sociais	0	3	17	0
	Out_Tip_Rend	0	1	2	0

		C1	C2	C3	C4
Condição perante trabalho	Empregados	1	7	1	23
	Desempregados	0	8	15	3
	Estudantes	0	5	2	0
	Reformados	20	0	1	1
	Domésticos	4	3	2	3
	Out_inativos	0	2	3	0
n_crianças	sem crianças	24	14	14	13
	com crianças	1	11	11	17

Legenda: C1: Reformados; C2: Precários; C3: Desempregados e C4: Trabalhadores

Um dos critérios adotados para assegurar a diversidade (ou variabilidade) das situações de pobreza em Portugal no conjunto dos entrevistados foi o do território e *habitat*. As principais diversidades territoriais que perpassam o território nacional estão bem identificadas e tendem a ser expressas nas dicotomias tradicionais: rural/urbano, litoral/interior, Norte/Sul, Continente/Ilhas. O nosso objetivo foi diversificar as entrevistas pelo conjunto do território nacional em ordem a que a variabilidade e as diferenças existentes, com expressão territorial, tivessem tradução nos nossos resultados⁴¹.

Existe uma vasta literatura científica que permite compreender do ponto de vista teórico e conhecer do ponto de vista empírico a importância dos contextos, nomeadamente territoriais, sobre a incidência da situação de pobreza, mas também sobre a forma como a situação de pobreza é vivida (e.g. Blank, 2005; Cotter, 2002; Milbourne, 2014; Pereira, 2010a; Ravallion, 1998; Weber *et al.*, 2005; Weziak-Bialowolska, 2016).

Em Portugal, os dados do ICOR (Quadro 31) permitem conhecer a distribuição regional (NUTS II) da taxa de risco de pobreza em 2017 e, ao mesmo tempo, reconhecer a diversidade territorial do problema da pobreza. De facto, a região com mais incidência de pobreza (os Açores) apresenta uma taxa cerca de três vezes maior do que a região com menor incidência (Área Metropolitana de Lisboa).

Quadro 31 Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) Portugal e NUTS II, 2017 (%)

Ano de referência	2017 (Po)
Portugal	17,3
Norte	18,6
Centro	18,6
A. M. Lisboa	12,3
Alentejo	17,0
Algarve	18,6
R.A. Açores	31,5
R.A. Madeira	27,4
EU-SILC	2018 (Po)

Po – Valor provisório

Fonte: INE, EU-SILC, Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 2018

Além dos indicadores de pobreza diretamente disponibilizados pelo INE, vários estudos realizados com base nos microdados dos inquéritos levados a cabo por este Instituto (nomeadamente, IDEF e ICOR) têm identificado diferenças territoriais na pobreza, quer em termos regionais (NUTSII), quer em termos de grau de urbanização (Alves, 2009; Pereira, 2010a; Rodrigues, 2016). Esta diferenciação territorial pode ser

explicada, em parte, pela distribuição desigual, no território, das características individuais de vulnerabilidade à pobreza (nível micro), o designado efeito de composição (Pereira, 2010a; Weber *et al.*, 2005). Alguns estudos (nomeadamente Pereira, 2010a) identificaram, para além deste, um efeito estrutural, onde as diferenças territoriais observadas não se explicam apenas pelo efeito de composição, sugerindo-se assim que os lugares não diferem apenas entre si, mas fazem a diferença (Subramanian e Duncan, 2000, p. 5).

Além das variáveis típicas de observação das diferenças territoriais na pobreza em Portugal, nomeadamente a região e o grau de urbanização, vários estudos em Portugal têm desenvolvido tipologias que procuram caracterizar, com base em diferentes variáveis, a heterogeneidade do território nacional com uma preocupação explícita da sua ligação à pobreza e à exclusão social (entre outros, destacam-se Almeida *et al.*, 1992; Instituto da Segurança Social, 2005; Pereira, 2010a; IESE, 2014).

Os resultados do conjunto destes estudos e, em particular, o mais recentemente realizado, *Referencial de Coesão Social 2014*, desenvolvido pelo Instituto de Estudos Sociais e Económicos para o Instituto da Segurança Social (IESE), permitem-nos assim realizar uma distribuição das entrevistas pelo conjunto do território nacional de forma a que a diversidade e as diferenças existentes com expressão territorial tenham expressão na diversidade de situações de pobreza que se pretende que estas expressem⁴².

Após a definição dos concelhos onde se iriam realizar as entrevistas (disponível no capítulo metodológico nas publicações *online*), procedeu-se à distribuição dos perfis procurando atender, tanto quanto possível, às especificidades socio-territoriais de cada concelho.

5.2. Caracterização do grupo de entrevistados

Realizaram-se 87 das 105 entrevistas inicialmente previstas e ainda quatro entrevistas exploratórias (que serviram para aferir o Guião e a grelha de análise de conteúdo, nos termos descritos nas publicações *online* e abaixo referenciados)⁴³. As metas foram redefinidas ponderando-se as possibilidades de acesso e cumprindo os critérios definidos, o prazo estipulado para a finalização da recolha de dados (31 de dezembro de 2019) e a coerência estrutural da amostra prevista, nomeadamente: o peso da variável sexo, dentro do perfil e na globalidade da amostra; o peso de cada um dos perfis. Assim, as entrevistas realizadas respeitaram, grosso modo, a estrutura já definida antes do início da recolha de dados (detalhes no capítulo metodológico dos livros eletrónicos referentes aos quatro perfis).

No que concerne às características individuais das pessoas entrevistadas, é de destacar que a maior parte são do sexo feminino (59%). Saliente-se também a importância dos segmentos etários intermédios (25-64 anos), em particular 45-64 anos (39%) e 25-44 anos (31%). De resto, 21% das pessoas entrevistadas tinham mais de 65 anos de idade e apenas 9% tinham entre 18 e 24 anos. No que concerne à condição perante o trabalho, destaque-se a importância das categorias empregados (33%); desempregados (29%) e reformados (23%). Apenas 9% estão em situação de inatividade, embora em idade ativa – 9% são «doméstico(a)s» e 5% estudantes. É ao nível do estado civil que se verificam mais discrepâncias relativamente à estrutura do grupo pré-definido: mais de metade está casada ou em união de facto (56%), o que representa mais 13% do que o previsto; 22% estão solteiras (-14%); 17% estão separadas ou divorciadas (+13%); e apenas seis são viúvas.

Quanto às características do agregado doméstico, assinala-se que mais de metade das pessoas entrevistadas (53%) está integrada em agregados com rendimentos provenientes do trabalho – mais 11% do que o predefinido. Das restantes, 26% (-10%) estão integradas em agregados cuja principal fonte de rendimento são as pensões e 21% em agregados que têm como principal fonte de rendimento as outras transferências sociais. Em relação à presença de crianças no agregado familiar, mais de metade das pessoas entrevistadas (52%) está integrada em agregados com uma ou mais crianças, o que também está sobrestimado relativamente ao previsto (+14%).

Considerando que os dados se referem ao ICOR 2017, os resultados do ICOR relativo a 2018 (entretanto apresentados pelo INE) e que as entrevistas foram realizadas em 2019, é de salientar que as discrepâncias relativas às categorias «empregados», «desempregados» e o maior peso de agregados cuja principal fonte de rendimento é o trabalho, assim como agregados integrando crianças, vão ao encontro das transformações verificadas nestes indicadores, isto é, dos dados de 2018.

Refira-se, por fim, dois critérios que não foram considerados na definição dos perfis mas que, pela sua relevância para a compreensão dos processos de exclusão social, foram considerados na análise dos dados: escolaridade e pertença a uma minoria de origem étnico-racial (incluindo imigrantes). No que concerne à escolaridade, é de destacar o forte peso de pessoas com o Ensino Básico (63%). De resto, apenas 24% dos entrevistados detinham o Ensino Secundário. Quanto às minorias étnicas, estas estão presentes em todos os perfis: um caso no Perfil 1; cinco no 2; três no 3; e sete no 4. Embora não existam estatísticas que nos permitam aferi-lo, cremos que o resultado obtido

expressa um critério de diversidade que vai ao encontro da sua importância na população em situação de pobreza.

No que concerne à distribuição territorial, a maior parte das entrevistas foram realizadas no litoral urbano – 32% no Sul e 29% no Norte. Deste modo, foi possível realizar as entrevistas na linha da distribuição territorial prevista. Apenas no Sul interior rural foi realizada uma proporção inferior à antecipada. Destaque-se a importância dos perfis 3 e 4 entre as entrevistas realizadas no Norte litoral urbano; dos perfis 1 e 2 no caso das relativas ao Norte interior rural; dos perfis 2 e 4 no caso do Sul litoral urbano; do Perfil 1 no Sul interior rural; e dos perfis 3 e 4 no que concerne às entrevistas realizadas nas Ilhas (Açores).

Quadro 32 Distribuição das entrevistas realizadas, por perfil e dicotomia territorial

	PERFIL								Total por Dicotomia		
	P1		P2		P3		P4		N	%	
	N	%	N	%	N	%	N	%			
Dicotomia	NLU	4	16%	5	20%	9	36%	7	28%	25	29%
	NIR	6	38%	5	31%	2	12%	4	25%	16	18%
	SLU	4	14%	9	32%	6	21%	7	25%	28	32%
	SIR	5	62%	1	13%	1	12%	2	25%	8	9%
	Ilhas	1	10%	1	10%	4	40%	4	40%	10	12%

5.3. Algumas notas sobre as estratégias de recolha e análise de dados

Neste ponto apresentamos brevemente as questões principais da recolha e tratamento das entrevistas.

O primeiro aspeto a ter em consideração respeita à construção do Guião de entrevista. Optámos por um modelo de entrevista semidirigida. Este implicou a construção de um Guião de base e, ao mesmo tempo, a possibilidade de os entrevistadores realizarem *perguntas de realce*. Estas perguntas, não contidas no guião, foram muito importantes para aprofundar as respostas e desocultar sentidos implícitos e atribuídos pelos entrevistados nos seus discursos. Por vezes, o fluir da conversa justificou alguma subversão da ordem em que as perguntas foram colocadas. Sempre tendo em vista a maximização da informação recolhida e a clara identificação do sentido atribuído pelos entrevistados, num contexto de definição da entrevista como um diálogo dinâmico.

No início, a equipa definiu, com base na questão de partida, na literatura e na sua experiência prévia, um conjunto de grandes temáticas com base nos quais se organizou o Guião, considerando a orientação biográfica que se pretendeu atribuir. Esta orientação condicionou a forma como este foi concebido, tendo este sido dividido de acordo com duas lógicas: uma focalizada na ordem sequencial biográfica em sentido estrito, desde a infância ao momento atual e outra centrada numa dimensão mais subjetiva, com uma forte carga identitária, construída à volta da representação de si, no balanço de vida e na projeção no futuro. Como seria de esperar, as duas lógicas nem sempre estão

separadas, ou são separáveis, considerando que ambas permeiam cada momento da vida dos indivíduos.

Assim, o Guião ficou dividido nos seguintes blocos: 1. Enquadramento familiar na infância; 2. Relação com o sistema educativo; 3. Transições para a vida adulta; 4. Relação com o mundo do trabalho; 5. Auto-perceção do percurso, comparação da vida presente com a passada; 6. Redes de apoio social não institucional e território; 7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social; 8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza; 9. Perspetivas face ao futuro e, finalmente, aplicação de uma pequena grelha; 10. Caracterização da pessoa entrevistada e do seu agregado familiar.

De entre a literatura consultada para a elaboração do Guião, sobretudo envolvendo análise qualitativa sobre a pobreza e temáticas conexas, destacamos as seguintes referências importantes: Amaro e Branco, 2010; Capucha, 2005; Carmo *et al.*, 2010; Castro e Guerra *et al.*, 2010; Costa *et al.*, 2008; Diogo, 2007; Diogo, Castro e Perista, 2015). Também foram consultados guiões usados noutros trabalhos de investigação qualitativa sobre a pobreza realizados em Portugal, nomeadamente os constantes nas seguintes referências: Garcia *et al.*, 2000; Branco, 2001; Castro *et al.*, 2002; Diogo, 2007; Castro e Guerra *et al.*, 2010; Bruto da Costa *et al.*, 2008.

Com base numa primeira versão do Guião realizaram-se quatro entrevistas de aferição, cujos resultados foram discutidos entre os membros da equipa de investigação e com os entrevistadores, de modo a modificá-lo e adequá-lo às necessidades do projeto e aos diversos tipos de entrevistados.

Estas entrevistas também nos auxiliaram no processo de construção e aferição da grelha de análise de conteúdo que utilizámos, a partir dos princípios da análise categorial simples, tendo como unidade de análise a ideia situada num determinado lugar da entrevista (*tópos*), independentemente da sua extensão em número de palavras.

Em concreto, num primeiro momento, a grelha de análise de conteúdo foi construída com base nos blocos temáticos do Guião acima identificados. Estes foram desdobrados em sub-blocos que, por sua vez, foram divididos num terceiro nível, mobilizando-se as próprias perguntas. As entrevistas de aferição permitiram-nos identificar e afinar o terceiro nível de categorias. Como é usual nas análises de conteúdo, durante o processo de análise dos dados foram identificadas categorias de conteúdo pertinentes que não se encontravam na grelha definida *a priori*, levando à sua modificação. Destacamos, pela sua relevância nas entrevistas e pelo seu impacto na vida dos indivíduos, a doença, a morte e a emigração.

Destes processos, aqui brevemente apresentados, é dada nota detalhada no capítulo metodológico comum aos quatro livros eletrónicos que acompanham e complementam este livro.

Conclusão do capítulo

Em síntese, o processo de construção e análise dos dados apresentados neste livro é particularmente complexo, considerando que envolve uma fase quantitativa articulada com uma fase qualitativa. Os detalhes metodológicos da fase quantitativa são analisados no primeiro capítulo e associados à crítica das fontes utilizadas, suas potencialidades e limites. Neste capítulo, apresenta-se brevemente o desenho

da investigação. No entanto, o seu cerne radica no processo de operacionalização dos perfis encontrados na fase quantitativa do estudo. Num primeiro momento releva-se o confronto destes resultados com estudos anteriormente realizados sobre a pobreza em Portugal e, num segundo momento, apresentam-se com detalhe a passagem destes perfis a quotas com as características das pessoas a entrevistar. Aqui destaca-se a opção de considerar a variabilidade interna aos perfis, por oposição a uma outra opção possível, a de conservar apenas as características centrais de cada um. Finalmente, termina-se com uma apresentação resumida do processo de construção do Guião (que se encontra em anexo).

Um conjunto importante de procedimentos metodológicos é, complementariamente, sumariado na introdução deste capítulo e detalhado no capítulo metodológico que faz parte das publicações em formato eletrónico sobre cada um dos perfis (neste caso, é o mesmo capítulo nas quatro publicações).

Capítulo 6

Reformados

Introdução

Reformados e pobreza constituem um binómio da maior relevância social e política. Não cabendo neste capítulo analisá-lo demoradamente, é necessário convocar tópicos que permitirão enquadrá-lo teoricamente. Falar de reformados remete-nos para a questão do envelhecimento. O debate está sobretudo dominado pelos argumentos em torno do «inverno demográfico», expressando uma visão preocupada sobre o futuro das sociedades do capitalismo avançado, nomeadamente na Europa, marcada por uma fecundidade bem abaixo do valor necessário à renovação geracional da população. Ora, tal entendimento não só está tingido de um enviesamento analítico marcadamente eurocêntrico, ao não considerar as dinâmicas migratórias que condicionam fortemente, mesmo de modo determinante, a evolução demográfica de um dado país⁴⁴, como tende a descartar o envelhecimento como uma das maiores conquistas sociais das sociedades contemporâneas, ainda que sobretudo circunscrita aos países centrais e suas periferias próximas. Como escrevem Ribeiro, Sacramento e Maia (2018), o conceito de «inverno demográfico» exige alguma precaução na sua utilização, sobretudo pelo risco de ser interpretado negativamente. Fazendo o necessário contraponto, o envelhecimento exprime o sucesso da nossa sociedade na luta contra a morte prematura, sendo consequência dos progressos no campo da alimentação, saúde e habitação. Assim, as possíveis dificuldades decorrentes deste «inverno» terão de ser analisadas, considerando o modo como se organizam as

políticas públicas, a economia e a distribuição da riqueza, nomeadamente nos países com maior percentagem de população idosa. Como veremos no caso destes reformados pobres, a sua situação económica decorre do seu trajeto de vida, em especial da remuneração auferida e da sua vinculação ao sistema de segurança social, devendo os problemas que envolvem estas dimensões ser enfrentados com políticas públicas robustas, incluindo a urgente discussão sobre o modo como os sistemas de aposentação são financiados. Não se trata aqui de colocar em confronto repartição e capitalização, público e privado, mas sim de refletir sobre os impactos da indústria 4.0 no futuro do trabalho, incorporando no debate o papel que pode ser desempenhado por outras formas de financiamento⁴⁵.

Da infância às perspetivas sobre o futuro, passando pela escola, pela transição para a vida adulta, pelo trabalho, pela relação com os sistemas de proteção sociais e redes de solidariedade informais, bem como pela avaliação subjetiva da condição de pobreza, este capítulo escrutina diversas dimensões do trajeto de vida dos reformados entrevistados mobilizando um olhar sociológico que recusa a velha dicotomia entre livre arbítrio e determinismo, para explicar a pobreza que atinge este grupo de indivíduos por nós inquirido. Como foi demoradamente explicado por Silva e Ribeiro (2015), a propósito de uma outra questão social, a do trabalho sexual, mas absolutamente válido para o fenómeno em causa, a compreensão da pobreza exige a superação do conhecido confronto entre estrutura e ação. Quer isto dizer

que o fenómeno da pobreza não tem suficiente explicação se mobilizarmos apenas como recurso explicativo as estruturas que organizam as sociedades contemporâneas nem, em contraponto e menos ainda, é suficiente procurar as explicações da pobreza nos indivíduos, como fazem os adeptos da ação social, da meritocracia e da responsabilidade de cada um pelo seu destino pessoal. Ou seja, a existência da pobreza, enquanto problema social, não está na natureza imutável das coisas nem atributos, mas sim em processos históricos de natureza económica, social e política (Capucha, 2015). Por isso, a escassez de recursos deverá apresentar-se não como um estado, mas como um processo que acompanha a vida dos indivíduos, havendo flutuações nas suas biografias, individuais e familiares (Guerra e Pinto, 2015). Por outro lado, sair da esfera moralizante e culpabilizante, equacionando os níveis macro e micro da realidade, implica também reconhecer a natureza relacional da pobreza, inscrita no jogo de relações que o indivíduo estabelece com as estruturas sociais, com as instituições e com os outros (Amaro, 2015). Ou seja, a abordagem do fenómeno da pobreza exige que se tenha em conta as condicionantes estruturais, sejam técnico-económicas na ótica marxista, sejam normativo-valorativas na ótica durkheimiana, integrando as dimensões organizacionais e políticas de base weberiana que procuram compreender e explicar as ações dos atores sociais individuais ou coletivos considerando o seu poder de disposição (*Verfügungsgewalt*) sobre recursos, sem descuidar a abordagem interacionista-simbólica que valoriza os processos de negociação e representação dos atores sociais nos mais diversos contextos da vida quotidiana (Silva e Ribeiro, 2015). Mais, a compreensão da pobreza exige a articulação entre presente e passado. Da mesma forma que os últimos anos de vida não podem ser compreendidos sem o conhecimento do curso de vida anterior, há que considerar que as diferenças

no ano de nascimento expõem os indivíduos a diferentes mundos históricos, colocando constrangimentos e abrindo possibilidades de ação, condicionando expectativas e crenças relacionadas com a idade (Elder, 1994). De igual modo, é necessário considerar a dimensão temporal na projeção do futuro, nas suas aceções biográfica e histórica. O futuro é recorrentemente equacionado na sua relação com o presente e o passado, tendo como referência as biografias individuais e familiares estudadas. Face a um problema tão forte, que marca os corpos e as almas de todos os atingidos pela pobreza, é atinente convocar as palavras de Wacquant, quando nos lembra que

o agente social é, antes de mais nada, um ser de carne, de nervos e de sentidos (no duplo sentido de sensual e de significante), um «ser que sofre» (*leidenschaftlich Wesen*, dizia o jovem Marx em seus Manuscritos de 1844) e que participa do universo que o faz e que, em contrapartida, ele contribui para fazer, com todas as fibras de seu corpo e de seu coração [reclamando que] a sociologia deve se esforçar para capturar e restituir essa dimensão carnal da existência. (2002: 11)

Como certamente se poderá apreciar, fez-se um esforço muito intenso para capturar e dar ao leitor a dimensão carnal da existência, de que nos fala de forma magistral Wacquant, através de uma análise sociológica que coloca no seu centro vidas concretas, seres humanos vivos, de carne e osso, que lutam e sofrem enredados em contextos e trajetos marcados pela privação material e constrangimentos que interpelam a sociedade que somos, o modo como ela se organiza e produz as mais diversas exclusões, incluindo as fundadas na falta de recursos económicos para levar uma vida digna que mereça, a bem dizer, ser vivida. Dito de outro modo, os excertos mobilizados são carne viva que sofre, permitindo ver nestes indivíduos

como a história política, económica e social das últimas seis a sete décadas, recuando até à ditadura do Estado Novo, operou os seus efeitos excludentes num país periférico com pobreza persistente que nem a imaginação do centro, como designa Sousa Santos (1993) o processo de integração europeia, conseguiu atenuar significativamente. Como nos mostram os dados estatísticos conhecidos, apesar de o país ser notoriamente mais rico do que quando nasceram muitos dos nossos entrevistados, nem por isso tal impactou decisivamente as suas vidas. Nasceram pobres, pobres são e certamente pobres morrerão. Assim, quando tratamos a pobreza na velhice estamos a falar de uma condição que decorre de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens (Lopes, 2015). As suas narrativas reclamam que sejamos capazes de encontrar outras soluções para cuidar dos mais velhos, aproximando-nos do que Reis (2020) designa por economia do cuidado. Mais, cuidar dos mais velhos implica também cuidar dos mais novos, proporcionando-lhes melhores salários, enfim, uma vida decente para que mais à frente possam ser velhos decentes.

Este capítulo foi organizado de acordo com o modelo estabelecido pela equipa, repetindo-se em todos os outros capítulos, ainda que com pequenas alterações, justificadas nomeadamente pela necessidade de adequar o texto a cada perfil, atendendo aos dados existentes. A partir da análise das entrevistas biográficas realizadas, destacaram-se os aspetos mais relevantes da vida destes entrevistados, considerando as diversas dimensões que compunham o guião de entrevista. Dando voz aos entrevistados, procurou-se colocar em prática um exercício de análise respeitando o fixado por Bourdieu (2008 [1993]: 705), a saber: uma análise da conversação estabelecida entre entrevistador e entrevistado que procura capturar e compreender «a estrutura conjuntural

da interação», mas também as «estruturas invisíveis» que organizam e constroem os entrevistados.

6.1. Enquadramento familiar na infância

A infância constitui, por diversas razões, uma categoria central de análise nos estudos sobre pobreza, numa dupla condição: na da pobreza infantil propriamente dita, isto é, das crianças objetivamente afetadas pelas condições materiais de existência das suas famílias de origem, mas também pela reprodução de situações de pobreza ao longo da vida e em gerações futuras. Como afirma a Unicef,

De todas as desigualdades do mundo – e injustiças –, isso é talvez o mais fundamental: as crianças que crescem em pobreza têm quase duas vezes mais probabilidade de morrer antes de completar cinco anos do que as crianças que crescem em melhores circunstâncias. (2017, p. 6)

A probabilidade de uma situação de pobreza na infância se traduzir numa situação de pobreza na idade adulta é grande, sendo que os resultados que apresentamos apontam também nesse sentido.

A reconstrução dos percursos de infância pelos entrevistados pretende também recuperar uma parte significativa da sua narrativa, tendo por base os seguintes objetivos: explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Estruturaram-se em torno de dois temas centrais: a) Recordações e contextos da infância; b) Eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância. Este perfil permite ainda enquadrar as narrativas dos entrevistados num tempo socio-histórico específico particularmente importante para a análise da pobreza,

nomeadamente pela vivência de um período político de ditadura em que a pobreza atingia largos segmentos da população e o enquadramento do Estado-Providência era negligenciável (como veremos mais à frente neste capítulo). Como fomos observando, este perfil de entrevistados reveste-se de um conjunto de características específicas, influenciadas pelo contexto sócio-histórico das narrativas em análise.

Muitos dos relatos revelam-nos infâncias sofridas e privadas de diferentes direitos, nomeadamente à educação, essencial a uma vida digna. Como afirmam Ben-Arieh *et al.* (2014), a avaliação da distribuição do bem-estar em relação às crianças é especialmente complexa porque elas ainda se estão a desenvolver e porque dependem de cuidadores no nível micro, bem como de políticas de nível macro que as enquadrem. Em contraste com o que ocorre no presente, as realidades reveladas por estas narrativas estão ainda longe de um conjunto de preocupações do ponto de vista das políticas públicas para a infância, do trabalho infantil e da pobreza infantil.

As recordações da infância são heterogéneas. Uma maioria alargada revela fenómenos de instabilidade familiar, uma presença significativa da perda de um dos progenitores, bem como uma relação estreita com o trabalho infantil, sobretudo rural. Em algumas narrativas é possível perceber-se uma certa resignação face à situação vivida, sendo frequente um discurso diferenciador entre «não ter nada» e «passar fome», ainda que para alguns estas questões sejam relativizadas.

Entrevistadora: A mais velha dos oito, como são as recordações positivas dessa época?

Entrevistada: Os meus pais... são recordações que não passávamos fome, mas havia muita dificuldade, muita! E a minha mãe trabalhava

muito, era lavadeira e lavava roupa no rio, não havia máquinas de lavar, não havia nada, e a minha mãe lavava roupa para aquelas pessoas ricas que tinham cursos, que eram pessoas de bens e pagavam com dinheiro, mas também davam muitas coisas pra nós, roupas, alimentos, davam muita coisa. (P1.1. Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

É possível encontrarmos discursos que reforçam aspetos positivos ou negativos. Encontram-se, apesar das dificuldades relatadas, memórias e recordações positivas vividas em ambientes familiares mais estáveis, contrariamente aos relatos onde a violência é mais frequente.

Entrevistadora: A sua mãe batia-lhe? Mas porquê?

Entrevistada: Porque eu não queria ir para o monte, não queria ir para o monte.

Entrevistadora: Não queria ir trabalhar?

Entrevistada: Não, porque eu era aleijada dessa mão e não queria trabalhar!

Entrevistadora: A senhora tinha um problema na mão?

Entrevistada: Tinha.

Entrevistadora: E que idade a senhora tinha quando ela batia na senhora?

Entrevistada: Tinha para aí 14 anos. (P1.4Montalegre#1, sexo feminino, 63 anos)

Mesmo para os que frequentaram a escola, a saída precoce para apoio familiar foi o destino. Relativamente aos diferentes eventos potenciadores de pobreza é possível identificar em algumas narrativas a instabilidade familiar por questões de saúde ou de violência familiar. A perda de pais e mães em idades ainda muito precoces é apontada como elemento central das recordações da infância e, sempre que assim sucedia, o progenitor que sobrevivia tornava-se mais ausente,

o que decorria da necessidade de trabalhar, por se tornar o único elemento a auferir rendimentos do trabalho daquele agregado. Em alguns casos, esta perda de fonte de rendimento foi o motivo evocado para que as crianças começassem a trabalhar precocemente, por exemplo, em atividades agrícolas. As perdas de um dos pais (ou de um avô) representaram para os entrevistados a quebra de uma harmonia familiar que antes existia. Em diferentes situações é ainda possível encontrar associações particularmente felizes da infância, em que a figura dos avós como principais educadores das crianças está presente, mesmo existindo progenitores. Na verdade, de acordo com o que foi possível verificar nas entrevistas e tal como observado num estudo sobre pobreza infantil na Escócia,

Não existe uma família típica na pobreza. Todas elas têm uma história única de como chegaram a ter baixo rendimento e como é a vida para eles. Mas existem semelhanças e padrões nessas histórias, e utilizamo-los para agrupar famílias de baixo rendimento com filhos em quatro grupos principais ou «tipos». «Lutar para sobreviver» é o maior tipo de pobreza infantil, com cerca de um terço das famílias de baixo rendimento com crianças nesse grupo (Scottish Government, 2017, p. 11).

Nas narrativas é bastante visível o impacto direto das situações de vida das famílias. A pobreza, bem como a ausência de apoios formais às famílias, justifica um ingresso bastante precoce das crianças no mundo de trabalho, sobretudo no trabalho agrícola ou na aprendizagem de um ofício, como vimos.

Entrevistadora: Sim. A senhora com quantos anos começou a trabalhar no campo?

Entrevistada: Ai Jesus... sei lá! Se... se calhar com dez ou doze anos.

Entrevistadora: Já estava no campo?

Entrevistada: Ai bom! Tinha que ser...

Entrevistadora: Cuidava das irmãs, dos irmãos...

Entrevistada: Pois...

Entrevistadora: Os seus pais eram agricultores?

Entrevistada: Pois. Pois... Pois é. (P1.2. Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Para os que frequentaram a escola existem memórias positivas desse tempo, sobretudo associadas aos amigos e à brincadeira, sendo esta um dos elementos centrais da infância. Para lá da escola, a vida de trabalho desde cedo no campo retirou possibilidades de convívio com pares. As recordações de limitações financeiras que não possibilitavam uma infância tão feliz como desejada, nomeadamente para a compra de diferentes produtos como roupa, material escolar, comida, entre outros bens, são também frequentes no discurso dos entrevistados. Como observa Attree (2006), a desvantagem tem efeitos negativos na saúde física e socio-emocional das crianças que persistem por toda a sua vida. Além disso, quanto mais tempo as crianças vivem em pobreza, maiores os impactos na sua saúde e desenvolvimento (Duncan *et al.*, 1994; Aber *et al.*, 1997; McLoyd, 1998; Harper *et al.*, 2003).

Neste perfil, a ausência de políticas sociais de apoio às famílias e crianças é mais visível, alinhando-se com a inexistência de um Estado social ou com a existência de políticas sociais de combate à pobreza características do período sócio-histórico a que se referem as narrativas (Estado Novo). Nos perfis seguintes, de que que falaremos adiante, é já possível observar diferenças significativas a este nível. Aqui, o apoio da família alargada é identificado como um elemento que permitiu mitigar várias dificuldades das famílias identificadas anteriormente. A perda de progenitores, assim como situações de grande

fragilidade da saúde de adultos, constituíram-se como os elementos principais que agravaram essas dificuldades. As solidariedades intra-familiares são também uma realidade nos restantes perfis permitindo, em muitos dos casos, uma mitigação dos efeitos da privação sentida por muitas famílias. Por outro lado, como observa Attree (2006) e como foi possível vermos em algumas das nossas narrativas, diferentes estudos sugerem que a desvantagem na infância pode levar à percepção de que as limitações económicas e sociais são «naturais» e normais, impactando assim as expectativas de vida das crianças (Middleton *et al.*, 1994; Roker, 1998; Ridge, 2002). Alguns estudos sugerem que, ainda que este não seja um processo inevitável, as crianças podem resignar-se a viver na pobreza. Dito de outro modo, aprendem a «contentar-se» com recursos limitados (Attree, 2006). Da mesma forma, estes diferentes estudos sugerem que a pobreza não é apenas prejudicial para as crianças quando apresentam as suas expectativas de vida, pois pode também influenciar as suas aspirações relativamente ao futuro. A título de exemplo, vários entrevistados eram pessimistas sobre a educação enquanto caminho para o sucesso pessoal. Também nestes relatos se torna possível observar a importância da família alargada e a presença de elementos positivos de vizinhança como mitigadores destas situações de pobreza, nomeadamente no fornecimento de alguns bens alimentares às famílias. Ao mesmo tempo, situações de baixas qualificações e analfabetismo são identificadas como elementos potenciadores de uma vida mais difícil e de acessos menos qualificados ao mercado de trabalho. Na verdade, muitas das situações menos positivas que os entrevistados recordam da infância são coincidentes com eventos perturbadores e potenciadores de pobreza, podendo identificar-se dois principais: doenças de crianças e adultos e o falecimento de pai ou mãe e, em algumas situações, de avós.

6.2. Relação com o sistema educativo

A escola é também um veículo altamente eficaz na produção e/ou reprodução de desigualdades socioculturais muito difíceis de contrariar, pese embora a estruturação de diferentes políticas de combate ao abandono e insucesso escolar (DGEC, 2016, p. 2). Assim, a observação dos percursos escolares e do sucesso ou insucesso dos entrevistados assumiu uma componente central na análise das trajetórias de pobreza. A maioria dos entrevistados teve percursos muito curtos, que se refletiram mais tarde nas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho. Em duas dessas situações também foi possível identificar a aprendizagem de uma profissão, como a costura, no sistema mestre-aprendiz. As representações sobre a escola e sobre o trabalho infantil eram bastante diferentes no período histórico onde se desenvolveu a infância dos entrevistados (em regra no Estado Novo). Era comum, como vimos nas entrevistas, que as crianças iniciassem relativamente cedo a aprendizagem de um ofício ou trabalhassem no campo e em tarefas domésticas em casas de outras pessoas (mulheres). Esses mesmos percursos na infância têm impacto, mais tarde, nas escolhas profissionais e no acesso ao mercado de trabalho, enquanto adultos. A maioria dos entrevistados deste perfil tem, portanto, habilitações literárias baixas e experiências escolares curtas e diversas: muitos aceitam com alguma resignação o facto de não terem podido estudar e de terem abraçado tarefas agrícolas, na aprendizagem de uma profissão (ainda que de modo informal) e de terem sido um suporte para a família em geral (nomeadamente enquanto cuidadores dos irmãos mais novos). Também as limitações financeiras motivaram a saída de alguns da escola, quer dizer, saíram para se tornarem contribuintes para o orçamento familiar. Neste perfil salientamos que as recordações

da infância e da relação com os pares e professores são diversas. Se para alguns a escola era um local de que gostavam, para outros a experiência é negativa, nomeadamente pelas recordações de violência dos professores face aos alunos. Novamente, importa aqui situar muitas destas narrativas num período histórico (o Estado Novo) em que a escolarização das crianças não era ainda um direito central e onde a escolaridade obrigatória não assumia a importância que hoje tem.

Entrevistado: Eu tenho que... os professores davam cabo das orelhas a alguns, mas a mim nunca me deram cabo delas. Mas palmadas ainda apanhei umas poucas.

Entrevistadora 2: Davam cabo de quê?

Mulher do entrevistado: Das orelhas [risos].

Entrevistado: Ai, a mim nunca mas puxou, mas a alguns... levei foi palmadas nas mãos, ai, isso apanhei [risos]. (P1.3., Vila Pouca de Aguiar, sexo masculino, 82 anos)

Entrevistadora: Então e gostava da escola?

Entrevistada: Gostava, gostava. Olhe, só levei com a cana na cabeça uma vez, hum, eu fui para a escola do XXXX⁴⁶ e só levei com a cana uma vez porque estava a conversar. (P1.5, Porto, sexo feminino, 67 anos)

Na maioria dos relatos é possível perceber que os constrangimentos de viver em famílias pobres, dependentes do trabalho (muitas vezes agrícola) limitou as possibilidades de as crianças completarem percursos escolares para lá da escola primária, verificando-se que essa vontade está condicionada também à pobreza das famílias. A «desvalorização» implícita da escola e a necessidade de assegurar as necessidades familiares, sejam financeiras, sejam de cuidados a adultos e crianças, limitaram estas possibilidades aos entrevistados. Ainda assim,

os percursos escolares dos entrevistados, bem como os modos como projetam as suas representações da escola e do futuro, são diversos. Maioritariamente com baixas habilitações e percursos escolares muito curtos, a representação da escola como fator possibilitador de um melhor futuro e de maior qualidade de vida está presente na maioria dos discursos, em particular no acesso a profissões mais interessantes e com melhor remuneração.

Entrevistada: Se pudesse gostaria de ter continuado, mas infelizmente não pude continuar.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Ora, para ter uma vida melhor, não é? Para aprender mais. (P1.2. Serpa, Sexo feminino, 74 anos.)

No entanto, é também possível encontrar quem não associasse a escola a nada positivo na infância e que mantenha a mesma opinião enquanto adulto. São casos de passagem sofrida pela escola, onde o gosto por esta está ausente, mesmo quando é valorizado o convívio com os colegas. Existem entrevistados que não associam a escola, o «ter estudos», a um futuro melhor, referindo que há muito desemprego e dependência de ajudas sociais, mesmo para quem estudou. Estes processos de racionalização desta experiência também podem ser encontrados no Perfil 3, como veremos mais adiante.

Entrevistadora: Acha que teria estudado mais?

Entrevistada: Chegava ao sexto ano, pronto, ficava em casa.

Entrevistadora: Ficava em casa.

Entrevistada: Claro.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque já não, não há onde se empreguem.

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Tantos serviços que estão para aí, está tudo no rendimento mínimo, essa gente, para aí. (P1.1_VFCampo, sexo feminino, 79 anos)

Por contraste, em várias entrevistas foi possível encontrar o gosto por aprender, por saber mais coisas, em particular no domínio da leitura e da escrita. Enfim, como referimos anteriormente, para alguns entrevistados deste perfil a escola era um lugar que gostavam de frequentar, ainda que tivessem de a abandonar por diferentes motivos.

Entrevistadora: Alguma vez reprovou?

Entrevistada: Não, passei todos os anos.

Entrevistadora: De que é que gostava mais na escola?

Entrevistada: Da brincadeira no recreio, estar com os amigos.

Entrevistadora: E de que é que gostava menos na escola?

Entrevistada: Não tenho assim... nada, gostava mais ou menos de tudo.

Entrevistadora: Como era a sua relação com os professores?

Entrevistada: Gostava muito da professora, foi sempre a mesma da primeira à quarta classe. (P1.2., Serpa, sexo feminino, 74 anos)

No entanto, esse gosto e vontade nem sempre se concretizaram num regresso à escola (por exemplo, no ensino de adultos) ou na frequência de formação profissional que habilitasse a diferentes profissões. Aliás, na maioria das entrevistas não houve experiências de formação profissional posteriores por parte dos entrevistados ou de ensino de adultos, como veremos mais detalhadamente no ponto seguinte deste capítulo.

Enfim, o abandono escolar na infância deveu-se, sobretudo, às condições materiais de vida da família e à necessidade de as crianças ajudarem no trabalho agrícola da família, para a grande maioria dos

casos, sendo que os restantes são abandonos por desgosto da escola e por um ou outro caso de entrada na conjugalidade, no que se refere às mulheres. Novamente, importa aqui situar muitas destas narrativas num período histórico em que a escolarização das crianças não era ainda um direito central e em que a escolaridade obrigatória não assumia a importância que hoje tem. A «desvalorização» implícita da escola e a necessidade de assegurar as necessidades familiares (seja financeiras, seja de cuidados a adultos e crianças) limitaram estas possibilidades aos entrevistados.

O estudo da OCDE conduzido por Machin (2006) observa que investigadores de várias disciplinas argumentam que a educação pode melhorar o bem-estar social, impactar o crescimento económico e ser um fator-chave no desenho e na implementação de políticas económicas e sociais. Em resumo, existem benefícios sociais da aprendizagem, além dos económicos, que se acumulam em cada indivíduo. Em primeiro lugar refira-se a atenção recentemente dada à noção de «políticas sociais ativas» e que enfatiza a importância da mudança de uma abordagem corretiva na política social para uma que privilegie os objetivos de «tornar o trabalho remunerado» e de facilitar a integração das pessoas no mercado de trabalho. Essa mudança de ênfase exige maior atenção às diferentes experiências de aprendizagem que podem melhorar ou dificultar as perspetivas de emprego e carreira de indivíduos em maior risco de exclusão social. Em segundo lugar, a análise dos resultados sociais da aprendizagem está relacionada com o objetivo tradicional de justiça, embutido na maioria dos programas sociais. Embora, tradicionalmente, esses programas se tenham concentrado em medidas de pobreza e desigualdade de rendimento, a atenção atual dirige-se à transmissão intergeracional das

desigualdades (Machin, 2006). Neste perfil salienta-se, precisamente, a questão da transmissão intergeracional das desigualdades referida por Machin (2006), enquanto desvantagens sociais persistentes na vida dos indivíduos e associadas a fatores estruturais relacionados com o funcionamento da sociedade como um todo.

6.3. Transição para a vida adulta

De uma forma geral, as trajetórias dos inquiridos neste perfil são relativamente lineares em termos da passagem pelos marcadores sociais que definem a idade adulta: saída da escola, entrada no mundo do trabalho, autonomia residencial, transição para a conjugalidade e parentalidade.

Foi possível constatar que, para a generalidade dos inquiridos, a transição da escola para o trabalho se realiza em idades muito precoces e após trajetórias escolares muito curtas, como vimos. Os depoimentos ilustram, exemplarmente, as dificuldades e a dureza do trabalho exercido, precocemente, quer em contexto rural, quer urbano, e a importância do trabalho infantil na sobrevivência do grupo doméstico.

À luz dos padrões normativos atuais o trabalho infantil constitui uma das mais elementares limitações aos direitos das crianças, mas durante a fase da infância dos nossos entrevistados – nos anos 30, 40 e 50 do século xx – era socialmente consentido e até enquadrado nos normativos legais vigentes, o que demonstra a importância das regulamentações institucionais na configuração das transições para a idade adulta. Durante o período de vigência do Estado Novo havia uma sincronização entre a idade em que se podia ingressar no mundo do trabalho e a escolaridade obrigatória que, até 1956, era de três anos e após essa data foi alargada para quatro anos. Aplicada

apenas aos rapazes, sedimenta uma sociedade de «contornos patriarcais» (Candeias e Simões, 1999) e justifica a existência de uma maior incidência de analfabetismo entre as mulheres, algo que os dados censitários continuam a evidenciar. Também não podemos negligenciar a existência de uma distância entre o enquadramento legislativo e as práticas sociais, impondo-se com regularidade uma inserção laboral ainda mais precoce do que a legalmente sancionada.

O fraco investimento no processo de escolarização por parte das famílias mais desfavorecidas tem sido enfatizado pela investigação, quer porque estão muito distanciadas da cultura escolar, quer porque valorizam, no imediato, uma ética do trabalho precocemente incutida nas crianças (Wall, 1998), ou ainda porque formulam a representação de que a frequência da escolaridade, bem como o prolongamento dos estudos, poderia promover uma «hemorragia dos campos» (Sarmento, 2015, p. 55) e assim colocar em causa a sustentabilidade das explorações agrícolas e as atividades económicas rurais.

Os retratos que nos são facultados pelas biografias individuais reportam-se a um Portugal rural do Norte, interior e litoral e do Alentejo, e a inserções laborais realizadas no contexto de uma agricultura de tipo familiar ou integrando a enorme massa de trabalhadores sazonais que trabalhavam nos latifúndios alentejanos, muitos dos quais migrando de zonas de agricultura familiar. Mas as biografias também dão conta de situações de êxodo rural de trabalhadores agrícolas que, a partir dos anos 50, se veem compelidos a abandonar os campos para escapar aos baixos rendimentos agrícolas, procurando melhores condições de vida nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

Revelam-se nestes relatos profundas assimetrias e desigualdades de género, não tanto evidenciadas pelo facto de as mulheres desempenharem atividades laborais com ligações contratuais mais precárias do que os homens, dado que esta precariedade é apanágio da generalidade dos entrevistados deste perfil, mas antes pelo tipo de atividade desempenhada, sendo as mulheres mais relegadas para atividades que implicam o cuidar ou o seu confinamento ao espaço doméstico:

Entrevistada: Quando saí da escola eu fui tomar conta de dois meninos para uma senhora que era rica e tinha um comércio e pediu à minha mãe se me deixava pra lá ir tomar conta dos meninos, tinha dois!

Entrevistadora: E que idade tinha nessa época?

Entrevistada: Tinha 13 anos. (P1.1, Montalegre, feminino, 74 anos)

O depoimento anterior ressalta também a importância que, durante o Estado Novo, assumiu o trabalho doméstico prestado por raparigas, ainda adolescentes, que eram trazidas pelas famílias mais abastadas para a cidade, na casa de quem, habitualmente, ficavam a residir. Estas famílias garantiam, para além do alojamento, as condições de subsistência e, por vezes, um salário variável e definido no âmbito de uma relação privada sem enquadramento legal e, conseqüentemente, completamente desprotegido em termos de direitos.

Para alguns entrevistados a precocidade da saída da escola e as baixas qualificações obtidas, em idades ideais de frequência, conduziu à necessidade de retorno à escola, possível agora no pós-25 de Abril e no contexto de um sistema educativo menos elitista e mais promotor da igualdade de oportunidades. Este retorno é justificado quer pelo desenvolvimento de competências relacionadas com uma requalificação profissional, no contexto das políticas ativas de emprego, quer

pelo desejo de transformação pessoal, na linha de uma conceção iluminista sobre a formação que inspirou os movimentos da educação permanente no século xx.

Do ponto de vista das transições familiares também se evidencia um *padrão biográfico normalizado*, onde a conjugalidade foi concomitante com a autonomia residencial e precedeu, quase sempre, a parentalidade, verificando-se que as mulheres fazem este percurso em idades mais precoces que os homens.

A valorização da componente institucional da união conjugal é comum aos entrevistados e o casamento em idades jovens é um fenómeno que se evidencia, sendo mais frequente entre as mulheres entrevistadas. As relações conjugais são duradouras, sendo muito reduzido o número de separações/divórcios. O casamento conduziu muitas destas mulheres à condição de domésticas, em unidades familiares pautadas por uma diferenciação clara dos papéis sexuais, onde os homens asseguravam as funções instrumentais e trabalhavam fora de casa, contribuindo para o sustento da família, ficando reservadas para as mulheres as funções de cuidado do lar. Esta repartição das funções tem implicações na estruturação das relações de poder no núcleo familiar, sendo que aqui o poder masculino também se estrutura em função das expectativas que as próprias mulheres formulam acerca do papel dos homens na provisão de recursos que garantam a sobrevivência da família:

Entrevistada: Um marido é a trave da casa. Costuma ser... (P1.5_ Ferreira do Alentejo, feminino, 73 anos)

Atendendo aos depoimentos, percebe-se que, por vezes, a subordinação das mulheres a uma dominação masculina é construída por

processos de socialização já estruturados numa lógica patriarcal, em núcleos familiares organizados segundo uma lógica tradicional de repartição das tarefas e do exercício do poder. Mas, para além da dependência económica em relação ao marido e do reconhecimento do papel imprescindível deste na estruturação familiar, os depoimentos também evidenciam como a situação de extrema fragilidade económica destas famílias pode ter ajudado a eternizar situações conjugais conflituais. De facto, a investigação tem salientado a associação entre um conjunto de eventos de vida e a entrada em situações de pobreza (Vandecasteele, 2010), designadamente o divórcio, a doença, a saída de casa dos pais e a monoparentalidade, em países integrados em diferentes regimes de Estado-Providência.

O guião ideológico dominante durante o Estado Novo reservou para as mulheres o papel de «esteio doméstico de uma família sã, reprodutora ideológica natural no seio do lar familiar e, sobretudo, na educação dos filhos» (Rosas, 2001, p. 1044), limitando os seus destinos sociais e condicionando os valores e representações sociais sobre as mulheres, a expressão das suas capacidades, em suma, o que hoje reconhecemos ser a afirmação dos seus direitos:

Entrevistadora: Sim. Acha que a sua vida teria sido melhor se tivesse continuado a estudar?

Entrevistada: Sei lá... mas talvez, não sei. Naquele tempo não havia estes empregos para mulheres. Mulheres não tinha... não... as mulheres não valiam nada. Naquele tempo as mulheres não valiam nada. Não, não tinha empregos como agora. Por isso é que diziam: «Para que uma mulher quer saber ler?» Não é preciso saber ler. (P1.2_Boticas, feminino, 92 anos)

O reconhecimento social do que se considera serem as funções consentidas a cada género é, durante o Estado Novo, reforçado por uma «discriminação legalizada» que vigorou nos normativos legais criados durante este período (Monteiro, 2010, p. 40).

As funções relacionadas com a parentalidade também assentam numa forte diferenciação de género, sendo protagonizadas pelas mulheres. Para algumas, é a maternidade que justifica o afastamento de atividades laborais remuneradas e uma concentração nas tarefas domésticas e nos cuidados prestados aos filhos:

Entrevistadora: Quando veio para Ferreira também vendia fruta?

Entrevistada: Não, estava em casa, tinha de cuidar dos filhos e do marido, lavar loiça, fazer comida.

Entrevistadora: Até ao resto da sua vida foi essa a sua principal ocupação.

Entrevistada: Pois... pois.

Entrevistadora: Portanto trabalho com contrato foi só aquele da cerâmica?

Entrevistada: Pois... pois. (P1.2_Ferreira Alentejo, feminino, 80 anos)

O sentido de alguns depoimentos permite perceber que trajetórias de pobreza destas mulheres saem reforçadas pelo facto de, ao assumirem o trabalho doméstico, se terem afastado do mundo do trabalho e da possibilidade de, com o seu salário, partilharem os encargos familiares. Salientam igualmente uma realidade muito presente na sociedade portuguesa, nas décadas em que a transição para a parentalidade ocorre, e que remete para a inexistência ou insuficiências de estruturas educativas que permitam acolher as crianças enquanto os pais trabalham. Por outro lado, não se denota na sua trajetória a existência de redes informais de entreajuda com as quais pudessem

partilhar o cuidado às crianças o que, eventualmente, as libertaria para o trabalho remunerado. Neste sentido, a necessidade de autoexclusão das mulheres do mercado de trabalho, a debilidade da rede de apoio familiar e a ausência de políticas sociais de proteção à infância constituem fatores estruturais de agravamento da situação de pobreza destes agregados domésticos.

6.4. Relação com o mundo do trabalho

A análise da relação com o mundo do trabalho dos reformados parte da trajetória laboral por si desenvolvida enquanto trabalhadores. Assim, um primeiro aspeto que se destaca é que praticamente todos tiveram momentos de atividade laboral ao longo da sua trajetória de vida. Contudo, algumas das atividades relatadas são tão específicas e atípicas que desafiam a sua definição como trabalho (Karlsson, 2004). Portanto, em muitos casos, pode-se falar em atividade laboral mas não em emprego e, noutros, mesmo a definição de atividade laboral é dúbia.

Assim, uma primeira questão respeita às diferentes estratégias de acesso à atividade laboral utilizadas pelos indivíduos. Nestas verifica-se que são mais os casos de mobilização de redes de conhecimento interpessoal do que de estratégias individuais (estas últimas correspondem a apenas quatro casos de procura de trabalho através do jornal). Entre as formas mais utilizadas para se conseguir um emprego (ou atividade) destaca-se o papel dos familiares, em especial dos progenitores:

Entrevistado: Conhecia meu pai, conhecia a minha mãe e, portanto, me criaram. E trabalhei para eles.

Entrevistador: Trabalhou para eles?

Entrevistado: Trabalhava para eles. Pois claro, até uma certa idade. Até que depois, me apartei deles e meus pais morreram e eu [mímica de trabalho no campo]. (P1.3_Montalegre, sexo masculino, 89 anos)

Quase todos os entrevistados neste perfil entraram no mundo do trabalho em pleno Estado Novo e, grosso modo, trabalharam em média 20 anos durante este regime⁴⁷. Há aqui, portanto, um efeito geracional que nos remete para um Portugal que já não existe mas que, não obstante, deixou marcas evidentes e duradouras, diríamos estruturais, na vida dos entrevistados. Se nos pontos anteriores vimos esse efeito na relação com a Escola e na vida familiar, neste ponto ele é visível na relação com o mundo do trabalho. É nesse contexto que se pode compreender a ausência de um tipo importante de estratégias para acesso a trabalho: a mobilização institucional de entidades como as escolas, as escolas profissionais, os centros de emprego ou os serviços de ação social. Esta ausência é claramente geracional, contrastando com os outros perfis, marcando um período da história recente onde a maior parte dessas instituições não existia.

Os resultados que estamos a discutir, incluindo no resto do capítulo, permitem perceber que a pobreza da grande maioria dos entrevistados no perfil Reformados não é algo que decorre de um qualquer incidente na vida; antes corresponde a uma herança familiar marcada pela pobreza que se reproduz nos mais diversos contextos, com destaque para o ingresso no mercado de trabalho através de atividades pouco qualificadas e de baixos salários que concorrem para os marcar como pobres. A bem dizer, a inserção precoce no trabalho não os livra da pobreza, antes a reforça. Ao longo da sua vida profissional, as atividades desenvolvidas são, sobretudo, rurais, havendo uma ou outra mais urbana como serviços domésticos, ajudante de eletricista ou costureira. Isso resulta

sobretudo do facto de a maioria dos entrevistados ser proveniente de concelhos rurais. Contudo, mesmo em casos de reformados de concelhos urbanos, os entrevistadores desenvolveram parte das suas atividades laborais em áreas e atividades rurais, considerando os processos de migração rural-urbano que viveram. Sendo mais um indicador do peso do contexto histórico do Estado Novo nas vidas destes indivíduos, este tipo de atividades está habitualmente associado, ainda hoje, a condições de trabalho que, por sua vez, relacionamos com a pobreza: baixas qualificações exigidas, precariedade, baixas remunerações, penosidade e perigosidade⁴⁸ (as atividades ligadas à agricultura e aos serviços domésticos estão entre as que mais registam acidentes de trabalho).

Verificamos também que boa parte dos entrevistados teve uma trajetória de emprego em carrossel. Ou seja, os indivíduos envolvidos neste tipo de trajetória de emprego movem-se frequentemente entre empregos e atividades sem sair do mesmo lugar social. Não se trata de uma situação precária associada à juventude que, com o passar do tempo, é superada. Tende a persistir, afetando boa parte ou mesmo a totalidade da trajetória profissional dos entrevistados.

[além do trabalho na agricultura:] Costurava... costurava, tecia, fazia camisolas, fazia meias, fazia malhas, fazia renda, fazia aquilo que me aparecia à frente para fazer. Certos dias, não ia à cama! De noite tinha que trabalhar no... na lavoura e no que calhava, e moer pão, e cozer, secar, e... e a lida da casa, e lavar, e arremendar!... a roupa aos filhos que se suja... se rompiam todos. E eram muitos... E de noite é que trabalhava, toda a noite, sabes? Embalava os filhos com o pé, e trabalhava com as mãos, à luz da candeia! Que então ainda não havia eletricidade. Aqui não havia. Depois é que começaram para aí a pôr a eletricidade.

Depois lá puseram a eletricidade, mais tarde, mas trabalhei muito à luz da candeia. (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Todas as vantagens materiais e simbólicas da passagem do tempo consubstanciadas na ideia de carreira (numa organização ou numa profissão) estão ausentes desta forma de viver a trajetória laboral (Diogo, 2010). Existe, é certo, alguma diversidade das atividades desenvolvidas ao longo da trajetória de vida dos entrevistados. Quer dentro das trajetórias de cada um, quer entre entrevistados. Mas isso não impede que estas atividades partilhem a desqualificação, os baixos salários, a precariedade e, muito frequentemente, a informalidade. Se juntarmos a esta lista os períodos de desemprego e a inexistência de carreira, temos reunidas as características das trajetórias de emprego em carrossel. Quer dizer, por muito diversas que sejam as atividades laborais desenvolvidas pelos entrevistados, a trajetória de emprego em carrossel é um elemento comum a quase todas.

A precariedade no emprego, em particular a trajetória de emprego em carrossel, está também associada à realização de uma grande diversidade de tarefas em períodos temporais relativamente curtos, em particular biscates, e à sua informalidade, isto é, à ausência de contrato, direitos e contribuições para a segurança social. Muitas vezes desafiando a própria definição de trabalho. Neste caso, a entrevistada identifica tarefas nos serviços pessoais e domésticos e na produção de pão (mas também já tinha identificado a agricultura em momento anterior da entrevista). A sua situação de trajetória de emprego em carrossel pode ser condensada numa das suas afirmações, «Eu trabalhei muito, trabalhei em muitas coisas.»:

Sempre tive muitas pessoas que me chamavam porque gostavam do meu trabalho e do meu serviço e chamavam-me, «olha amanhã pode vir-me limpar a casa» e eu ia; se tinha outros já não ia não é? Adorava peneirar a farinha também com duas peneiras de farinhas de centeios também para fazer o pão e fazia duas horinhas ou três a fazer isso. Eu trabalhei muito, trabalhei em muitas coisas. (P1.1Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Por contraste, uma pequena parte dos entrevistados apresentou alguma estabilidade ao longo da sua vida profissional, mas isso não se traduziu em proteção para a situação de pobreza dado que essa estabilidade esteve associada a baixos salários, a atividades desqualificadas e, em alguns casos, à informalidade na sua dimensão contratual. Assim, fica claro que não basta a existência de estabilidade, na atividade ou no emprego, para proteger o indivíduo da precariedade e da pobreza, sendo necessário considerar o valor do salário e a qualidade do contrato laboral, incluindo a sua relação com os mecanismos de proteção social.

Para além das questões mais objetivas, relacionadas com a sua trajetória laboral, podemos encontrar nos discursos dos entrevistados elementos que nos remetem para uma componente mais estritamente identitária e subjetiva, quer dizer, expressões do modo como se apresentam a si e aos outros (Dubar, 1991) no mundo do trabalho. Em primeiro lugar, verifica-se que existe uma grande dificuldade em condensar a atividade desenvolvida numa palavra ou pequena expressão, isto é, no nome de uma profissão. Esta dificuldade é especialmente forte nos entrevistados residentes em meio rural, desafiando a definição de si como trabalhador. Além disso, está, por sua vez, associada à satisfação com o trabalho.

Jorge Vala (2000), baseado no trabalho de Herzberg, aponta para o facto de a valorização de trabalho envolver dois grandes grupos de valores, os que se associam com a ideia de instrumentalidade, isto é, o trabalho é feito para responder às necessidades relativas à sobrevivência material dos indivíduos (valores extrínsecos), por contraste aos que associam o trabalho a valores que estão relacionados com «necessidades de interação social, de realização e de desenvolvimento pessoal» (p. 71) (valores intrínsecos). No presente estudo adaptamos esta tipologia, considerando como valores extrínsecos os que se relacionam com a instrumentalidade do trabalho, incluindo aqui a interação pessoal para além das questões relativas à sobrevivência dos indivíduos (salário), mas também os fatores referentes à penosidade do trabalho, à sua perigosidade ou precariedade. Por oposição, é nos valores intrínsecos que se podem encontrar a realização e o desenvolvimento pessoal apresentados pelo autor, como também o sentimento de autonomia e a classificação do trabalho como uma atividade interessante.

Aplicando este quadro conceptual ao contexto de investigação, uma parte significativa dos entrevistados releva descontentamento para com o trabalho que desenvolveu, no que respeita à satisfação com o trabalho (gosto). No discurso de alguns pode-se observar uma situação intermédia. Declaram o gosto pelo trabalho mas associam-no a questões que remetem para a conformidade com o trabalho ou para a sua associação à penosidade e não para algo que possamos classificar como gosto. Verdadeiramente não encontramos nos entrevistados deste perfil discursos que expressem um qualquer apreço pelo trabalho, excetuando os valores extrínsecos como o salário ou o convívio com os outros. Como já amiúde referido, para este olhar marcadamente

amargo sobre o trabalho como experiência de vida sobressai a penosidade das tarefas desenvolvidas, tornando patente que, para muitos homens e mulheres, o quotidiano laboral é um tempo de sofrimento repetido dia após dia, ao qual só se submetem porque têm de obter um salário sem o qual a sobrevivência material ficaria em sério risco.

A não adesão ao gosto do trabalho através de valores intrínsecos está muito associada à doença. Esta encontra-se muito presente nas entrevistadas, e não apenas em relação ao presente e à degradação do estado de saúde associada à elevada idade dos entrevistados (em média 74,4 anos). Com efeito, encontramos ao longo da trajetória de vida profissional destes indivíduos menção frequente a doenças que dificultam a atividade profissional. Algumas resultam mesmo da realização de atividades laborais penosas ou perigosas que degradam o estado de saúde dos indivíduos. Doença, (des)gosto e penosidade contribuíram, portanto, para afastar os indivíduos de uma identidade para si como trabalhadores num número significativo de casos. De resto, aquando da menção da atividade profissional e a ela associada, verifica-se que boa parte dos indivíduos se definia mais como doente do que como trabalhador, refletindo tal resposta simultaneamente um deslçamento identitário com o trabalho e as consequências deste no bem-estar físico e psíquico do indivíduo.

6.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram a insuficiência dos seus rendimentos relativamente às suas necessidades, salientando a necessidade de fazer o dinheiro disponível «esticar». A utilização daquela expressão, tal como a de outras como «vamos

governando», permitirá às pessoas idosas, de alguma forma, sentir que continuam a deter algum controlo da situação (Finch e Elam, 1995; Dominy e Kempson, 2006). Nalguns casos, aliás, estas expressões parecem surgir quase como um imperativo; como uma necessidade de controlar uma situação que é, por si só, implicitamente descontrolada.

Noutros casos, a reflexão exprime algum desencanto: o reconhecimento do rendimento disponível como sendo objetivamente insuficiente é, quase em simultâneo, confrontado com a apreciação de que ele acaba por ser tornado suficiente, ainda que com repercussões óbvias na vida quotidiana, sobretudo ao nível da privação experienciada.

Menina, com 333 euros e qualquer coisa, acha que eu me posso governar? Poder, posso... não tenho uma dívida... se tiver dinheiro compro, se não tiver não compro. (P1.5_ Ferreira do Alentejo, sexo feminino, 73 anos)

Neste contexto, é preciso não esquecer que, em muitos casos, a necessidade de poupar e de fazer esticar o dinheiro foi uma constante ao longo da vida destas pessoas, tornando-se, de certa forma, quase inconsciente (Dominy e Kempson, 2006). Como argumentado na literatura, a pobreza na velhice é sobretudo uma condição que decorre de trajetórias de vida de acumulação de desvantagens, pelo que deve ser realçada a necessidade de se passar de uma visão estática da pobreza entre a população idosa para a sua análise no contexto de processos dinâmicos e socialmente determinados de construção de desigualdades ao longo da vida (Lopes, 2015).

A pobreza entre a população idosa entrevistada tende a ocorrer como uma função de um conjunto de condições e acontecimentos que ocorreram em fases anteriores do curso da vida. Tal inclui, por exemplo, a relação dos indivíduos com o mercado de trabalho e a sua relação com as modalidades de proteção social, que moldam não só a sensibilidade dos indivíduos aos efeitos das determinantes etárias, como também a sua capacidade de resistência a essas mesmas determinantes (Lopes, 2015).

Os discursos das pessoas entrevistadas remetem, de forma mais ou menos imediata, para uma dimensão de privação que é consentânea com o retrato estatístico do país (ver capítulo 2) e que tem sido amplamente analisada cientificamente (cf., Lopes, 2008). Como refere Alexandra Lopes, a partir da sua análise do ICOR:

particularmente marcadas são as diferenças observadas [...] no índice das necessidades primárias, facto tanto mais relevante quanto remete para um conjunto de necessidades que, a não serem satisfeitas, colocam em risco grave a própria integridade física do indivíduo. (2008, p. 8)

Duas estratégias, por vezes simultâneas, são as mais utilizadas pelas pessoas entrevistadas para fazer face à falta de rendimento. Desde logo, a privação, principalmente a nível alimentar. Sendo mais difícil deixar de fazer face a despesas como as referentes à habitação e à saúde, resta a alimentação como a componente de despesa a cortar. Evitar a compra de alguns alimentos ou de alimentos caros torna-se, desta forma, uma opção (Aggarwal *et al.*, 2011; Fernandes, 2017). É acionada, relativamente à alimentação, uma procura constante pelas promoções, pelos produtos mais baratos e que, como referem algumas pessoas, «deem mais rendimento», eliminando-se, em muitos casos, produtos como fruta ou legumes frescos. Também a dimensão da saúde

desempenha papel relevante no que se refere à necessidade de «fazer o dinheiro esticar». As idas à farmácia, por exemplo, parecem ser vividas de forma tão stressante quanto necessária, sendo que, em alguns casos, parece não restar outra alternativa que não recorrer à privação também na componente da medicação:

Ela [a filha] não compra tudo [medicamentos] de uma vez, à maneira que a gente precisa, porque o dinheiro não chega. É uma vida muito apertada. (P1.1_VFCampo, sexo feminino, 79 anos)

Algumas pessoas entrevistadas consideraram que suprir as dificuldades é, apesar de tudo, mais fácil em meios mais rurais, ficando patente a importância que o autoabastecimento ainda parece desempenhar no mitigar da severidade da pobreza e da privação alimentar.

Um elemento frisado de forma veemente por várias das pessoas entrevistadas é a ausência e mesmo a rejeição de dívidas. Esta situação, sendo potencialmente positiva a médio-longo prazo, tem amiúde consequências concretas, logo no curto-prazo, ao nível da privação. Noutros casos, porém, há lugar à contração de dívidas, que terão de ser pagas mais tarde. Tal pagamento vem condicionar o futuro, mas é, para a maioria dessas pessoas entrevistadas, um ponto de honra e motivo de orgulho. Simultaneamente, a manutenção de um nome «limpo» permite acalentar a esperança de continuar a recorrer a este expediente. É de realçar que tal estratégia de gestão da dívida assenta, em grande medida, na pressuposição da utilização de rendimentos «extraordinários» (Halpern-Meekin *et al.*, 2015) entendidos como assegurados, dadas as garantias que o sistema de pensões, do qual estes respondentes dependem, vai ainda dando a esse nível.

A grande maioria das pessoas entrevistadas considerou que a existência de momentos em que existiu uma percepção de que os rendimentos disponíveis eram insuficientes foi relativamente constante ao longo da vida. Algumas exemplificaram com momentos presentes, retratos do quotidiano com que têm de se confrontar. Mas outras referiram-se a momentos passados, principalmente quando tinham filhos pequenos em cujas memórias provavelmente ficaram gravados de forma indelével, pelo que implicaram e também por perceberem, ainda que de modo implícito, a extensão da pobreza e da privação à geração seguinte.

Faltava muito dinheiro, às vezes para lhes comprar [aos filhos] uma roupinha, ou um calçado... e andava pior porque não podia para muito. Era isso... E precisavam... Às vezes, via-os acanhadinhos e, e... e fracos. E precisavam de um alimento melhor e eu não tinha para lhes dar. [...] Bem via que eles precisavam, mas não tinha para lhes dar... (P1.2_Boticas, sexo feminino, 92 anos)

Quando instadas a fazer uma avaliação subjetiva do seu percurso de vida até ao momento da entrevista, a doença e morte ressaltaram como os momentos negativos mais marcantes de vidas, muitas vezes, sem quaisquer momentos positivos. A doença e a morte são, obviamente, consequências lógicas da vida. Neste caso, não se trata naturalmente da morte das próprias pessoas entrevistadas, mas de quem as rodeia e dos seus efeitos potenciais nas situações de pobreza experienciadas.

Em relação à doença, a situação é um pouco diferente, dado que aqui está em causa, em primeiro lugar, a questão de doenças com impacto na atividade dos próprios, quer sejam doenças dos respondentes, quer de familiares, sobretudo doenças crónicas ou prolongadas. Muito poucas pessoas entrevistadas não referiram a existência de problemas de saúde,

seus ou de familiares. Este facto é tanto mais relevante quanto o de não existir nenhuma bateria de questões sobre este assunto. Apenas se questionava, logo no início da entrevista, relativamente a alguma dificuldade especial da sua infância, incluindo-se, entre outros exemplos, alguma situação de doença. Este facto, por si só, permite afirmar a centralidade da doença na vida destes indivíduos. Pode alegar-se que isso seria de esperar, considerando a sua média de idades de 74,4 anos. Contudo, boa parte das doenças referenciadas respeitam a períodos de vida em que se esperaria uma situação mais saudável.

Em concreto, dividimos a análise das doenças em três períodos de vida: infância e juventude, idade ativa e situação atual. De notar, porém, que em diversos casos se verificaram doenças que afetaram os indivíduos durante múltiplos períodos das suas vidas ou das de familiares próximos. Cerca de metade das pessoas entrevistadas referiram uma doença no momento presente da entrevista, sua ou do cônjuge. daquelas, metade referiu doenças apenas no momento da entrevista. Algo que, com certeza, tem efeitos na sua situação de pobreza e na sua qualidade de vida nesse momento. Uma em cada três pessoas mencionou a existência de doença (recordemos, grave ou incapacitante) em idade ativa, da qual resultaram algumas reformas por invalidez, isto é, reformas ainda em idade ativa. Em vários casos, ainda, foram referidas doenças na infância. Se olharmos para o perfil como um todo fica, portanto, claro que a doença é uma constante na vida dos indivíduos entrevistados. Contudo, não sendo este um trabalho extensivo (estatístico), a análise não permite verificar a existência de regularidades sociais fortes, além desta primeira. Não obstante, existem diversos impactos da doença na relação com o mundo do trabalho.

Para além da doença, também a morte se revelou uma constante na vida destes indivíduos. Mesmo não havendo nenhuma questão ou bateria de questões que colocassem o problema da morte (nem mesmo como exemplo), relativamente poucas foram as pessoas que não a mencionaram. Também se poderia alegar que, sendo mais velhas, a probabilidade de os seus pares e ascendentes terem falecido é grande. Contudo, a morte transcende o momento atual, sendo a sua menção ao longo das suas vidas, e desde cedo, uma constante. Analisámos a questão da morte, em relação ao tempo, dividindo a vida dos indivíduos nos mesmos três períodos que usámos para a doença: a infância e juventude, a idade ativa e a atualidade. No que respeita a este último período, apenas numa entrevista foi mencionado um falecimento. A maior parte das referências respeita à infância, mas a idade ativa não escapa a esta lógica, com cerca de metade das pessoas entrevistadas a referir uma perda nessa fase. Releva-se, a este respeito, a morte de um/a filho/a, em regra muito novo, referida por uma em cada quatro pessoas e resultando em relatos que enfatizam a perspetiva de que, embora o luto se modifique ao longo do tempo, a perda de um/a filho/a jamais é superada (Freitas e Michel, 2014). Outra dimensão importante refere-se à perda do cônjuge, elemento disruptivo e desencadeador de solidão e de perda de apoio e de rendimento. Inúmeros estudos têm demonstrado que a viuvez é um dos eventos mais stressantes e disruptivos que podem ser vividos pelas pessoas idosas, amiúde levando a sentimentos depressivos (por exemplo Bennett *et al.*, 2005; Lourenço, 2018). Por vezes, a perda associada à morte de um familiar perdura no tempo e continua, mesmo após muitos anos, a ser apontada como o momento mais difícil de uma vida. Carnelley *et al.* (2006), por exemplo, constataram que, para muitas pessoas, o luto pelo cônjuge se prolonga, por vezes durante décadas; e que vinte anos depois da perda, os/as viúvos/as continuavam a pensar

no cônjuge pelo menos uma vez por semana e a ter uma conversa a seu respeito uma vez por mês, em média.

Fora da preponderância da doença e da morte, há que realçar a perspetiva de um subgrupo específico, o das mulheres separadas ou divorciadas a viverem sós, as quais associaram momentos particularmente difíceis ao tempo em que estavam com os maridos. Regista-se, a este nível, uma oposição flagrante entre as perspetivas destas entrevistadas e as das entrevistadas viúvas a viverem sós, mas cuja lembrança dos maridos é eminentemente positiva, deixando antever a preponderância da (in)felicidade conjugal na definição de momentos de (in)felicidade (Aboim, 2006) mesmo em percursos de vida marcados pela pobreza e privação (Kellerhals, 1982; Juras e Costa, 2016).

Tendo em atenção as experiências de vida de muitas destas pessoas entrevistadas não surpreende que algumas não tenham identificado, à partida, qualquer aspeto positivo ou sucesso particular no seu percurso de vida até ao momento da entrevista. A maior parte das pessoas que, apesar das dificuldades, identificaram momentos positivos no seu percurso de vida, acentuaram a dimensão das sociabilidades familiares e, nomeadamente, a importância dos filhos. Perante aquilo que foi uma vida caracterizada por dificuldades, algumas das pessoas entrevistadas consideraram que, apesar de tudo, a sua situação no momento da entrevista era melhor do que no passado. Em tais casos, tal parece derivar de uma perspetiva comparada que é feita face a momentos (ainda mais) difíceis. A maioria, porém, considera que a sua vida piorou ao longo do percurso, constituindo a falta de saúde, sua e/ou do cônjuge, bem como a morte ou separação do cônjuge, um elemento preponderante; por vezes tornada ainda mais relevante pelo que isso representou em termos de perda ou redução de rendimentos.

6.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal

A exploração e análise das entrevistas de orientação biográfica realizadas com os cidadãos reformados e mais idosos em situação de pobreza permitem-nos, com recurso à perspetiva teórica do curso de vida (*life course*) (Hackstaff *et al.*, 2012; Mortimor e Shanahan, 2003), analisar os efeitos de coorte (*cohort effect*) enquanto impacto do tempo histórico nos processos individuais (cf. Figura 4, *Trajetos e quotidianos da pobreza em Portugal – Reformados*). Na verdade, a quase totalidade dos entrevistados integrados neste *cluster* nasceu e iniciou-se precocemente no mundo do trabalho num tempo histórico caracterizado pela rutura com os valores do republicanismo e o seu modelo de proteção social, e pelo processo de instauração da previdência social corporativa, adverso à intervenção pública na esfera social e ao modelo de Estado-Providência. Esse processo tem o seu início com a publicação do Estatuto do Trabalho Nacional, em 1933, e a Lei n.º 1884, em 1935, e haverá de concorrer, de forma indelével, para o limitado padrão de proteção face ao risco de velhice, invalidez e/ou doença que hoje apresentam.

Relativamente às atividades agrícolas, competiria às Caixas de Previdência das Casas do Povo a proteção dos trabalhadores agrícolas. No entanto, as Casas do Povo no seu início não se ocupavam diretamente da previdência, o que viria a ocorrer apenas a partir de 1940 (Amaro, 2008, p. 70). Cerca de 20 anos depois, o parecer da Câmara Corporativa sobre a proposta de reforma da Previdência Social assinava, de forma inequívoca, os limites do processo de desenvolvimento da previdência social corporativa e criticava a ausência de propostas de alargamento direto do âmbito da previdência aos trabalhadores

da agricultura (Parecer 39/VII, de 6 de Abril de 1961). Deste modo, o carácter tardio, as lacunas e insuficiências quanto aos riscos cobertos, por parte do sistema de proteção social português na sua componente previdencial no que respeita às atividades agrícolas, têm relação direta com a construção de carreiras contributivas tardias, limitadas ou inexistentes, como se observa na maior parte destes entrevistados e é ilustrado nos seus depoimentos. A mesma dinâmica se observa quando analisamos a situação das pessoas que exerceram atividade tanto no âmbito do trabalho doméstico, como, apesar das devidas diferenças, em atividades similares na esfera doméstica, como é o caso da costura, quer enquanto aprendizes, quer enquanto trabalhadoras.

Num outro subconjunto encontramos os entrevistados com uma atividade no âmbito do comércio, indústria e serviços especializados. Nestes ramos, apesar de, como é comumente assinalado (Carreira, 1996; Costa e Maia, 1985; Lucena, 1999; Maia, 1985; Rodrigues, 1999), a reforma da Previdência Social de 1962 ter ocorrido tardiamente, foi possível aos entrevistados abrangidos por estas atividades construir carreiras contributivas que, não obstante a irregularidade em alguns casos, lhes permitiu o acesso a uma pensão estatutária da segurança social. Nestes casos, como nos demais em geral, a insuficiência de recursos que lhes permita superar a condição de pobreza e privação, decorre quer da falta de maturidade dos sistemas de proteção social, quer do baixo limiar das prestações sociais garantidas (Maia, 1985, p. 87).

Em 2003, Gouveia e Farinha Rodrigues, sustentavam, num estudo baseado no Inquérito aos Orçamentos Familiares de 2000, que «[só] 31,25% das pessoas que vivem em agregados familiares recebendo pensões mínimas são pobres» (Gouveia e Rodrigues, 2003, p. 14), apresentando dois argumentos principais como explicativos para esta

constatação. Por um lado, um princípio de racionalidade económica teria levado um contingente significativo de cidadãos beneficiários de pensões mínimas a antecipar a insuficiência do padrão de vida proporcionado por uma pensão mínima da segurança social e, deste modo, a adotar outras estratégias de sustentabilidade do seu padrão de vida na velhice. De acordo com os autores, neste grupo estarão trabalhadores independentes (comerciantes, profissionais liberais e outros) que, declarando remunerações mínimas, dispõem de «outras fontes de rendimento durante a reforma, por exemplo continuam a ser proprietários de estabelecimentos comerciais, retêm participações em empresas, dispõem de património suficiente para garantir um nível de vida adequado, etc.» (p. 5). Por outro lado, alguns pensionistas que recebem uma pensão mínima do sistema de segurança social «poderão ter de facto rendimentos explícitos muito reduzidos, mas têm um nível de vida superior aos rendimentos e patrimónios explícitos dado viverem integrados em agregados familiares situados claramente acima da linha de pobreza» (p. 6). A evidência recolhida (cf. Quadro 42, *Trajetos e Quotidianos da Pobreza em Portugal – Reformados*) permite concluir que os reformados e as pessoas mais idosas abrangidas no presente estudo e a informação colhida nas entrevistas realizadas integram o contingente dos pensionistas e pessoas idosas que não apresentam «um nível de vida superior aos rendimentos e patrimónios explícitos». Assim, apesar de em alguns casos os entrevistados serem detentores de um pequeno património (residência familiar, em diversas situações com problemas de habitabilidade, pequenos terrenos agrícolas como base de agricultura de subsistência) e vivendo na sua quase totalidade isolados ou em casal, as suas narrativas confirmam níveis expressos de privação e pobreza, para que contribuem de forma inequívoca a não suficiência das suas pensões ou complementos sociais.

Mulher do entrevistado: Nós agora temos o subsídio do gado e...

Entrevistado: É, o subsídio que vem. E a reforma.

Entrevistadora: Tem uma reforma?

Entrevistado: Sim. Com 500€. Pouco mais ganhamos. Com 500€ hum, que é alguma coisa, ela vai a algum lado, e traz logo 100€ de compras e depois pouco fica para todo o mês também.

Entrevistadora: Então vocês os dois recebem a reforma?

Mulher do entrevistado: Recebemos a reformazita.

Entrevistado: São para aí 250€ cada um. E isso é alguma coisa... [risos] (P1.3_VPAguiar, 82 anos, sexo masculino, casado)

A mitigação da pobreza é, dependendo dos casos, resultante quer do alívio que os encargos com a habitação produzem, quer da pequena agricultura doméstica ou criação de animais, quer ainda de apoios assistenciais pontuais. Outro recurso essencial de mitigação da privação é, no caso de vários entrevistados, a família enquanto mecanismo de proteção social compensador da escassez dos rendimentos provenientes da proteção social na velhice do Estado-Providência. A *família providência*, cuja frequência e papel vêm confirmar a persistência de uma das dimensões estruturais dos regimes de bem-estar dos países da Europa do Sul, a sua natureza familialista (Esping-Andersen, 1999; Martin, 1997; Pereirinha, 1997a; Rhodes, 1997; Silva, 2002; Sposati e Rodrigues, 1995).

De modo quase generalizado, as pessoas idosas em situação de pobreza abrangidas pelo presente estudo consideram o montante das suas pensões e complementos sociais como insuficiente para prover um padrão de vida adequado e de não privação, designadamente quanto às condições de habitação, alimentação e acesso a bens e serviços básicos de saúde.

Entrevistada: Eu não lhe sei responder a isso. Não serve para nada. Isso para mim não tem resposta. Desculpe lá ter falado assim. Diga-me o que é que se faz hoje... com ± 300€... tenho que pagar a água, tenho que pagar a luz. Praticamente não dá para nada.

Entrevistadora: Então, atualmente, a sua principal fonte de rendimento é a reforma. Acha que os rendimentos são suficientes para as suas necessidades?

Entrevistada: Menina, com 333 e qualquer coisa, parece-me que é assim. Acha que eu me posso governar? Posso, não tenho uma dívida. Se tiver dinheiro compro, se não tiver não compro.

Entrevistadora: De que é que tem que prescindir, o que é que não consegue fazer?

Entrevistada: Por exemplo, na comida.

Entrevistadora: Lembra-se duma situação, daquelas em que tenha pensado mesmo «a minha vida está mesmo complicada»?

Entrevistada: Sempre, sempre. Eu querer comprar uma garrafa de leite e não ter o dinheiro. Mas isto não é mentira. [Emociona-se] (Ferreira do Alentejo, 73 anos, sexo feminino, separada, pensão velhice RGSS⁴⁹)

No entanto, a regularidade observada da experiência da privação material não impede, ainda que de modo não consensual entre os entrevistados, a valorização das pensões e complementos auferidos. Assim, vários entrevistados valorizam de forma clara a sua reforma, apesar de esta ter um valor baixo, pois constitui a sua única ou quase exclusiva fonte de rendimento. No conjunto de entrevistados que expressam, de forma implícita, a função de segurança económica que as pensões e complementos desempenham enquanto fonte previsível e regular de rendimentos, observa-se, em regra, um processo

de integração da privação material como modo de vida, uma resiliência passiva ou *absorptive agency* (Dagdeviren e Donoghue, 2019), designadamente no que respeita a cortes nos consumos essenciais (alimentação, saúde, aquecimento), autoconsumo, trocas diretas e comunitárias. Encontramos, no entanto, alguns discursos sobre as «reformas» que, sem necessariamente corporizarem um modo de vida distinto de privação material na velhice, expõem o sofrimento social que marca a sua existência e um sentido mais crítico e até «um bocadinho de revolta», para usar a expressão de uma entrevistada (54 anos, sexo feminino, casada, marido titular pensão velhice RGSS, Montalegre) quando se confronta com a dificuldade de perspetivar o futuro face à não constituição do direito à proteção social na velhice e à limitação da capacidade para o trabalho.

Outra dimensão relevante na situação das pessoas idosas em situação de pobreza respeita à sua experiência na relação com os serviços sociais. Excetuando a pequena parcela dos entrevistados que não apresentam um histórico de relação com os serviços sociais, registam-se quer relatos de um relacionamento avaliado como positivo, quer juízos críticos de maior ou menor intensidade. No primeiro caso, a relação com os serviços de segurança social merece uma avaliação positiva pois cumpriu, sem problemas de maior, a sua função de mediar o acesso a direitos sociais, designadamente o acesso à reforma, a ajudas técnicas ou ao subsídio de desemprego (78 anos, sexo feminino, casada, pensão RGSS, Serpa). A apreciação positiva da relação com os serviços sociais verifica-se também na situação de alguns entrevistados que beneficiam de equipamentos e serviços de apoio a pessoas idosas. As posições mais críticas reportam-se ao Serviço de Verificação de Incapacidades no contexto do reconhecimento das condições de elegibilidade para a pensão de

invalidez. Mas igualmente nas situações de gestão das prestações sociais. As queixas estendem-se também aos serviços de habitação e aos serviços de saúde. No caso da habitação, as tentativas frustradas de ter acesso a uma habitação social compõem o quadro da insatisfação de algumas entrevistadas. Em algumas situações, a avaliação da relação dos serviços de saúde é muito crítica, particularmente pelos entrevistados afetados por problemas de saúde graves ou incapacitantes.

O evitamento do efeito de estigma do recurso à assistência social, com impacto na limitação do acesso a possíveis apoios e direitos sociais, ocorre igualmente entre os entrevistados, apesar da insuficiência de recursos, de necessidade e experiência de privação face ao constrangimento na abordagem dos serviços de apoio social, por «timidez e vergonha», para citar as palavras de uma entrevistada (sexo feminino, 72 anos, Montalegre). Ainda que esta não seja uma dimensão expressa com frequência no decurso das entrevistas, esta perceção não deixa de estar presente enquanto um dos mecanismos de filtragem (Garcia e Kazepov, 2002) que intervém no processo de decisão de recurso à assistência social por parte dos cidadãos, quando se regista uma situação de desequilíbrio entre as suas necessidades e os seus recursos, neste caso provenientes do Estado social, através das pensões e complementos sociais e da reciprocidade, por via da solidariedade familiar.

6.7. Redes de apoio não institucional e território

Neste debate sobre proteção é necessário considerar também as redes informais de apoio e vizinhança. Estas remetem-nos para um campo social da maior relevância, sobretudo quando falamos de indivíduos e famílias em situação de privação material, muitas vezes sujeitos a múltiplas expressões de exclusão social, acumulando dificuldades

económicas e outras que, interagindo entre si, concorrem para tornar a existência quotidiana muito severa e sofrida. As redes informais de apoio, nomeadamente de tipo familiar, vicinal e amigável, assumem em muitas circunstâncias, principalmente quando as instituições do Estado-Providência se revelam escassas, frágeis e insuficientes, uma função social fundamental para a própria reprodução social dos indivíduos e suas famílias. Cabendo reconhecer que em muitos casos possuem capacidade para fazer a diferença e melhorando, ainda que transitória e parcialmente, a vida de quem delas beneficia, é importante sublinhar que estas redes fazem parte do que se designa na literatura sociológica por sociedade-providência mas não são substitutas, em caso algum, do Estado-Providência.

As entrevistas efetuadas cobrem distintos lugares do território nacional e mostram que as redes informais de apoio, bem como as formas de entreaajuda, estão disseminadas pelo país, não sendo possível, no caso deste estudo, estabelecer uma diferença nítida em termos geográficos. A existir algum contraste, ele estará, como veremos, mais negativamente marcado em Lisboa e no Porto, face ao resto do território. As formas de entreaajuda devem também ser escrutinadas considerando as suas articulações com os apoios institucionais, sobretudo de âmbito local, com destaque para as autarquias. Estas, à medida que foram recebendo competências do Estado central, têm vindo a assumir um papel relevante nos apoios sociais, funcionando como um pilar cada vez mais importante no domínio social e complementando quer a ação da segurança social, enquanto braço do Estado central no domínio da proteção social, quer, como se procurará demonstrar, o apoio da família e da vizinhança.

Como as entrevistas do Perfil 1 permitem constatar, sem que daqui se possa extrair qualquer extrapolação de ordem estatística, a existência quotidiana dos mais pobres nas maiores cidades do país é mais penosa do que em outros lugares do território, em boa medida mercê do desenraizamento familiar produzido pelas dinâmicas da vida urbana, nomeadamente as decorrentes das mobilidades internas, que concorrem para o debilitamento dos laços fundados no parentesco. Este tipo de laços sociais permanece como elemento fundamental na construção e preservação das redes de apoio e nas formas de entreaajuda. Mas não só, também o regime de propriedade da habitação assume um papel-chave na situação, e mesmo destino, dos aposentados mais pobres. Ao contrário do que acontece nos territórios do interior, em especial nos seus concelhos mais rurais, em que as famílias vivem sobretudo em habitação própria, muitos dos indivíduos entrevistados que residem nas áreas metropolitanas habitam em regime de arrendamento. Quer isto dizer que a habitação própria, mesmo que muitas vezes com condições deficientes, funciona como um abrigo seguro, afastando o risco de despejo, especialmente cruel quando a ele estão sujeitas pessoas pobres e com a vulnerabilidade acentuada pelo peso da idade e suas consequências, nomeadamente no que toca a limitações físicas e até mentais. Mesmo quando nos confrontámos com afirmações perentórias de total autonomia em relação aos outros, o desenrolar da entrevista torna evidente que acabam sempre por existir na vida quotidiana formas de ajuda vicinal. A família continua a desempenhar um papel central na vida da maior parte dos entrevistados. Para estes indivíduos idosos, aposentados, alguns já de idade bem avançada (acima dos oitenta anos), trata-se de uma ajuda familiar fundada na geração imediatamente a seguir: são sobretudo os filhos

que ajudam, das mais diversas formas, os seus pais idosos. Ela envolve membros por afinidade, como é o caso das noras, abaixo referido:

Entrevistadora: Quando a senhora precisa de alguma ajuda ou tem algum problema a quem a senhora recorre?

Entrevistada: Eu vou à família.

Entrevistadora: Aos familiares, que familiares? Os irmãos?

Entrevistada: Os irmãos, aos filhos se puderem, a minha nora levou-me ontem. Nós fomos a Chaves, o médico pediu para ela levar a Chaves, porque nós não temos carro. (P1.1._Montalegre#1, sexo feminino, 72 anos)

O mais recorrente é, na verdade, o apoio nas deslocações, mormente para consultas médicas, ora porque não possuem viatura própria, ora porque os transportes públicos coletivos são raros ou inexistentes, ora porque a idade avançada e a doença limitam a autonomia, mesmo quando a relação com os vizinhos é apreciada. Esta ajuda é, em muitos casos, marcadamente *genderizada*, sendo mais frequente que ela seja levada a cabo pelas filhas:

Entrevistadora: E tem aqui amigos ou amigas, as relações são boas?

Entrevistada: Tenho aqui os vizinhos. Sim, são boas, são muito boas [pessoas], principalmente aqui com os vizinhos, ajudamo-nos uns aos outros. E principalmente aqui a D. XXXX é muito minha amiga. Até damos os números de telefone para quando precisarmos.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda a quem é que recorre?

Entrevistada: Aos meus filhos, a minha filha mais vezes, para ir às compras e o meu filho que está cá, trabalha na Câmara. O outro está

longe, não pode. Mas principalmente a minha filha, só quando ela não pode é que vai o meu filho. (P1.2_Serpa, sexo feminino, 74 anos)

Se este tipo de ajudas é dominante, também existem entrevistados reformados que recebem apoio financeiro dos filhos com regularidade, normalmente numa base mensal. A ajuda dos filhos é sempre reconhecida pelos entrevistados, revelando sentimentos de gratidão pelas dádivas recebidas. Estas práticas mostram que mesmo nas sociedades modernas dominadas pela troca mercantil, a troca baseada na reciprocidade está também presente. Não deixando de as identificar e mesmo de as quantificar, não raro sublinham o esforço dos seus filhos para as fazer, lembrando que não podem ser maiores pois também têm as suas dificuldades, os encargos financeiros a que têm de fazer frente, muitas vezes com o recurso a pequenos salários.

As formas de apoio informal e de entreajuda inserem-se em territórios muito distintos. É neles que se inscreve a habitação, essencial à vida dos seres humanos, estando no mesmo plano de relevância de outros bens sociais, como a alimentação e a saúde. Por isso não surpreende que este direito humano vital seja protegido em muitas leis fundamentais, como é o caso da constituição portuguesa. A situação dos reformados pobres é especialmente cruel quando entre os fatores que produzem a sua vulnerabilidade também se encontra a habitação. Não apenas a má habitação – seja ela provocada pela incapacidade financeira de a aquecer no inverno, seja o escasso conforto devido ao isolamento térmico deficiente ou a infiltrações de água ou a falta de algum equipamento necessário ao bem-estar pessoal, como o esquentador de água, sejam os obstáculos à mobilidade, como a inexistência de elevador – mas o próprio risco de perder a casa na sequência do desalojamento decorrente da aplicação da atual lei do arrendamento⁵⁰.

Estamos perante um constrangimento que a ajuda vicinal, mesmo quando existe, como é o caso seguinte, é incapaz de colmatar:

Entrevistada: É assim... hoje estou melhor... melhor. Se não fosse esta situação da casa.

Entrevistador: Porque a senhora vai ser despejada?

Entrevistada: Exatamente. Exatamente.

Entrevistador: E agora que a senhora vai ser despejada... a senhora vai sair deste local e vai para um para um outro sítio?

Entrevistada: Não sei para onde é que... onde é que meu filho vai arranjar casa... ainda não sei. (P1.2_Lisboa, sexo feminino, 83 anos)

Já em relação à apreciação que os entrevistados fazem das condições de habitação, os comentários críticos são mais numerosos, revelando o modo como a escassez de recursos económicos se repercute nas casas que habitam. Por exemplo, para uma residente em Montalegre, a preocupação está fundamentalmente relacionada com o frio – aliás partilhada por outros que vivem em concelhos mais interiores no Norte do país. De igual modo, em zonas urbanas encontramos dificuldades, já não relacionadas com o frio e as deficiências no isolamento térmico, mas com a degradação das casas habitadas. No caso abaixo, é consequência de escolhas constrangidas, a bem dizer, impostas pelo aumento significativo das rendas que obrigaram a mudar de casa, para uma com menores condições:

Entrevistadora: E quais as dificuldades que sente aqui na casa?

Disse-me que...

Entrevistada: Oh filha, então aqui chove-me em casa. Aqui na cozinha chove. Aqui quando arrebentam os canos lá deles, tanto se vê aqui o

remendo que aqui tem [aponta para o teto do quarto com rachaduras emendadas com fita adesiva].

Entrevistadora: Sim.

Entrevistada: Cai-me água cá pra baixo. Lá têm eles que arranjar os canos, não é? E é na casa de banho que me cai lá água. Tá tudo manchado e tudo. Cai-me a água na casa de banho e aqui é onde eu tenho o esquentador lixado ali na rua. Tenho que ter tudo cheio de panos, ali em cima do frigorífico, tem que pôr para parar a água. É triste ou não é? Pois...

Entrevistadora: Porque é que teve que sair da outra casa?

Entrevistada: Porque as rendas aumentaram e tinha que pagar quase duzentos euros de renda.

Entrevistadora: Não conseguia?

Entrevistada: Nessa altura era a minha reforma. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Fechando a análise das entrevistas, neste perfil ressalta sobretudo um certo conformismo, mesmo fatalismo, que a idade relativamente avançada dos indivíduos entrevistados e a situação económica da qual não têm, é bem evidente, alternativa, acabam por agir como uma forma inelutável do destino que condiciona e se impõe mesmo às vontades individuais e à capacidade de agência de cada homem e mulher. Procedendo a uma síntese dos aspetos positivos e negativos do lugar e das condições de habitação, há que fazer a distinção entre as grandes cidades em contraponto com o interior e os Açores. Nestes últimos, as principais queixas estão relacionadas com a falta de serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, do saneamento básico, da oferta cultural e de animação, dos transportes coletivos, do despovoamento, da solidão e limpeza dos espaços públicos. Já para

os entrevistados que vivem nas cidades de Lisboa e Porto, emergem outras preocupações, nomeadamente as relacionadas com a escassez de jardins e outros espaços públicos de fruição da paisagem. Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados – infiltração de água, humidade e deficiências no isolamento térmico –, já o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo na sua metade norte, em contraponto à falta de ascensores em prédios com muitos pisos, sentido sobretudo em Lisboa e concelhos limítrofes. Já quanto aos aspetos positivos, os entrevistados mencionaram a tranquilidade, a segurança, a vizinhança, a gastronomia e o apoio vicinal.

6.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Apesar dos relatos de uma vida difícil, uma em cada três pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que era naquele momento a sua, sejam elas de outras pessoas ou do seu próprio passado. Raciocínio semelhante foi utilizado por outras pessoas entrevistadas que, embora assumindo-se como pobres, relativizaram a sua situação face a outras que consideravam piores.

No entanto, ponto comum nesta perceção parece ser a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria (Bellainig, 2000; AA.VV., 2010), sendo referenciadas, nomeadamente, as situações de quem passa fome ou de quem vive numa situação de sem-abrigo. A confusão com a miséria fica bem expressa nas palavras de uma entrevistada em Montalegre, para a qual a privação que fica bem evidente nas suas palavras não é, ainda assim, suficiente para que qualifique a sua situação como sendo de pobreza.

Pobreza, pobreza não, mas com dificuldades. [...] Porque o que ganhamos não dá para certas coisas que nós queríamos fazer, temos que poupar muito para chegar! Ganhamos o dia a dia para comer e para sobreviver, para pagar a luz, a água e poupar muito. Olhe, passo aqui muito frio no inverno porque eu tenho que ligar o aquecedor à luz e gasta muito. (P1.1_Montalegre, sexo feminino, 72 anos)

Merece estabelecer-se aqui, ainda que de forma necessariamente breve, a distinção entre estes dois conceitos, socorrendo-nos, por exemplo, da reflexão de Singer, quando refere que a

pobreza pode ser conceituada como falta de recursos monetários para a aquisição de bens e serviços essenciais a uma vida «normal». Miséria seria uma pobreza tão extrema que as suas vítimas não dispõem de dinheiro sequer para adquirir uma quantidade mínima de alimentos e outras coisas essenciais à mera sobrevivência. (Singer, 2010, p. 1)

Ainda que inconscientemente, as pessoas entrevistadas acabam também por refletir a clássica discussão em torno de conceitos relativo e absoluto de pobreza (cf., entre outros, Sen, 1983; Bruto da Costa, 2008), parecendo «optar» por estabelecer uma espécie de linha de pobreza imaginária, quiçá à escala mundial, a partir da qual definem a sua situação como sendo de não-pobreza. Por outro lado, porém, quase metade das pessoas entrevistadas não hesitou em assumir, sem rodeios, uma condição de pobreza e os seus discursos ilustram bem a descrição de Daly e Kelly quando referem que

a vida quotidiana é descrita como viver constantemente com o dinheiro contado – de privação, adiando até pequenas despesas, não celebrando

quaisquer eventos, de família ou outros; uma vida constrangida e caracterizada por tomadas de decisão a um nível muito estrito. O sacrifício e o compromisso são práticas comuns. Orçamentar e gerir o dinheiro são motivos de grande preocupação e tornam-se quase competências de sobrevivência. (Daly e Kelly, 2015: 9)

Entre quem se considerou pobre, a maioria afirmou que a pobreza sempre persistiu ao longo da sua vida, o que é consistente com o já expresso neste texto e que vai ao encontro do que estudos vários têm apontado (cf. Bruto da Costa *et al.*, 2008; Lopes, 2015). Independentemente da forma como adjetivaram a sua situação, a pobreza era vivida, por quase todas as pessoas entrevistadas, com resignação, o que é consistente com o que nos apresenta a literatura científica, quer a nível nacional, quer internacional (por exemplo AI/REAPN/SOCIUS/ISEG–UTL, s.d.; Lötter, 2011). Como refere Lötter,

atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a aceitar a sua situação como inevitável e resistir à mobilização para protestar e para mudar as suas condições de vida, tornando-se cidadãos sem poder. (2011, p. 116)

Amiúde, associados à resignação surgem relatos de privação, bem como comportamentos depressivos.

Na maior parte dos casos, os respondentes afirmaram nunca ter experienciado uma situação de discriminação e/ou exclusão. Quando isso aconteceu, porém, os indivíduos em causa sentiram ser-lhes associado um «rótulo» de pobreza, indutor de embaraço que surge associado, sobretudo, ao facto de as outras pessoas tomarem ou virem a tomar consciência da sua situação de pobreza e, por isso, os julgarem

(Daly e Kelly, 2015). Do ponto de vista institucional, a situação criada parece contribuir para a «outrificação» da pessoa em situação de pobreza. Como referem, por exemplo, Lister (2004) e Daly e Kelly (2015), ao afirmar as identidades e o poder de quem criou o rótulo, o processo «nega aos rotulados a oportunidade de criar ou manter uma identidade merecedora de respeito – como pensarão acerca de si mesmos senão como falhados?» (Daly e Kelly, 2015, p. 152).

Instadas a refletir acerca daquilo que, se pudessem, mudariam na sua vida, algumas pessoas afirmaram a vontade de, nas suas próprias palavras, fazer por um «melhor aproveitamento da vida», assente, por exemplo, na possibilidade de conhecer outros lugares. No entanto, a área que concentra respostas em maior número é a que diz respeito à habitação. Na maior parte desses casos, a opção passaria por dispor de uma casa com melhores condições.

O que é que eu mudava na minha vida? Gostava de ter os últimos anos de vida com mais conforto e não tenho. O meu maior desgosto é por causa dos banhos. Eu, no verão, tomo banhos com fatura, mas no inverno, ou tenho que ir ao balneário pra tomar um banho todo completo ou tenho de carregar água quente para a casa de banho para levar banho de caneca. Tá a perceber, querida? É só por isso, porque eu, infelizmente, não consigo ter esquentador aqui. (P1.5_Lisboa, sexo feminino, 75 anos)

Devem, ainda, ser notados os casos de respondentes que, como primeira reação, afirmaram já não querer mudar nada na sua vida, situações essas todas elas referentes ao subperfil de mulheres idosas viúvas a viverem sós. Este contrasta, de forma evidente, com as respostas, mais ricas em conteúdo e no sentido de mudanças desejadas, dadas por

mulheres idosas separadas/divorciadas a viverem sós e por mulheres idosas casadas ou em união de facto residindo com outra pessoa idosa. Estes resultados parecem também indicar a preponderância da viuvez como um dos eventos mais stressantes e disruptivos que podem ser vividos pelas pessoas idosas.

Uma das questões colocadas às pessoas entrevistadas foi acerca das medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal, se desempenhassem o cargo de primeiro-ministro. O nosso objetivo foi permitir às pessoas fazerem ouvir a sua voz neste estudo, através de propostas concretas. É um exercício que apresenta algumas limitações, designadamente devido às baixas qualificações escolares da maioria, algo que faz com que a possibilidade de vermos devolvidas no seu discurso o discurso dos *media* seja grande (cf. Champagne, 1993). Não obstante, tratou-se da única forma encontrada para perceber um pouco melhor o que as pessoas entrevistadas entendiam como prioritário. Ao contrário do que aconteceu ao nível individual próprio, a habitação não constituiu a preocupação mais veiculada pelos entrevistados caso fossem primeiro-ministro. Uma das opções mais referidas consistiu no aumento dos rendimentos, na maioria dos casos englobando salários e pensões em simultâneo, amiúde identificados como insuficientes para fazer face às despesas. Outra das opções mais referidas consistiu no apoio à população mais desfavorecida, sendo de notar a preponderância atribuída pelos respondentes à componente alimentar. Atendendo às situações de privação alimentar experienciadas por muitas destas pessoas em algum momento da sua vida, não espanta que, para muitas delas, e nas suas próprias palavras, o essencial seja «dar de comer a quem não tem de comer».

De notar que outra opção bastante referida remete para conceitos mais amplos de redistribuição da riqueza, sendo relativamente comuns discursos que defendem o «tirar aos ricos para dar aos mais pobres» sem que, no entanto, qualquer pessoa tenha claramente identificado se tal «estratégia» deveria ser prosseguida através da repartição primária, da redistribuição do rendimento, ou de uma combinação destas duas opções. De salientar, ainda, a distinção, já clássica, feita por algumas pessoas entre pobres merecedores e não merecedores de apoio (cf. por exemplo, Diogo, 2007). A sua argumentação parece claramente colocar, em discurso direto, aquilo a que Lister se refere quando afirma que

o rótulo de pobre «não merecedor» tem sido conotado negativamente pelo processo de estigmatização, o qual, historicamente e na atualidade, tem tido implicações na forma como a sociedade vê os «pobres». (Lister, 2004, 102)

Foram particularmente mencionadas como não merecedoras de apoio as pessoas que não trabalham, apesar de reunirem condições para isso, beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI). Para várias das pessoas entrevistadas, a componente da ativação profissional associada ao RSI deveria ser obrigatória – nas suas próprias palavras, «se não trabalha, não deve ter direito a nada», ainda que, não surpreendentemente, nenhum destes respondentes tenha apresentado argumentação de suporte que ilustrasse a forma como tal estratégia de ocupação profissional plena poderia ser operacionalizada na prática. Em alguns casos, o RSI chegou mesmo a ser apontado como causa para a existência de tais situações de pobres não merecedores.

Os drogados tinham de ir trabalhar, que têm muita droga, muita droga... e estão no rendimento mínimo. Rapazes novos que podem ir trabalhar

e não querem trabalhar porque é preguiça! [...] O rendimento mínimo é o que está fazendo mal a estes rapazes novos. Se eles passassem o que eu passei em nova! (P1.1_VFCampo, sexo feminino. 79 anos)

Tratando-se de uma população idosa, cujo relacionamento com o sistema de proteção social se revestiu, como vimos acima, de características específicas, é muitas vezes estabelecida uma comparação com as experiências pessoais, difíceis e que não puderam ser auxiliadas pela proteção social. À população beneficiária atual são reconhecidas facilidades de que os entrevistados não dispuseram e que, como tal, fazem com que a primeira seja acusada de falta de empenho. Tal origina também, em alguns respondentes, um desejo mais ou menos inconsciente de que os beneficiários atuais passassem por experiências similares às suas, o que, na sua opinião, poderia levar a uma mudança de atitude considerada desejável.

Em consonância com a visão predominantemente negativa que perpassa das suas respostas, a maioria dos respondentes afirma não se sentir uma pessoa feliz. Tal sentimento é justificado principalmente com as agruras de uma vida, sendo muito relevantes as perdas a nível familiar, nomeadamente no que diz respeito a filhos, seja por situações de morte ou pelo afastamento existente e que conduz, em conjunto com outras circunstâncias, a sentimentos de solidão. Também os problemas de saúde são um elemento amiúde referido como contribuindo para um sentimento de infelicidade. Em alguns casos, porém, as pessoas entrevistadas referiram alguns momentos de felicidade que vão, apesar de tudo, pontilhando uma existência predominantemente infeliz. Quando referidas, essas situações dizem respeito nomeadamente ao dispor de saúde e ao contacto e bom relacionamento com a família, sobretudo com filhos e netos.

Fica, portanto, claro que, ainda que algumas pessoas apontem motivos individuais, com a saúde a desempenhar papel relevante, a felicidade própria parece ser condicionada sobretudo por aspetos familiares, pela proximidade ou distância face à família e também pelo papel que o bem-estar de familiares, nomeadamente filhos e netos desempenha na sensação própria de felicidade.

6.9. Perspetivas face ao futuro

A avaliação prospetiva relativamente ao futuro neste perfil é marcada pela resignação, a falta de esperança ou, pelo menos, a indeterminação. A ideia de que o futuro «melhor já não será» está presente em muitos dos relatos que sublinham o cansaço de uma vida sofrida, afetando o estado anímico e apontando sinais de depressão. Em alguns casos o desânimo é tal, que ficou a convicção de que já não há nada para viver. São poucos os registos de esperança, embora sejam muitos que entendem a fé em Deus como uma forma de lidar com as adversidades. As poucas expectativas positivas identificadas e os desejos expressos estão sobretudo relacionados com o futuro dos filhos e descendentes.

Estas disposições poderão ser mais facilmente compreendidas quando as contextualizamos nas biografias individuais e familiares estudadas, assim como os tempos históricos em que ocorreram. Assim, uma análise mais detalha do processo de formação de expectativas aponta para a cristalização de privação enquanto modo de vida. É importante ter em conta que a maior parte das pessoas são idosas, estão reformadas, tiveram vidas duras e marcadas pela acumulação de desvantagens – pessoas em situação de pobreza que foram envelhecendo, parafraseando Lopes (2015). Com o abandono precoce da escola e uma vida marcada pelo trabalho enquanto necessidade

essencial à sobrevivência, pouco espaço foi dado à imaginação de futuros alternativos e grande parte dos esforços nesse sentido parecem ter saído gorados. Em algumas trajetórias, sobretudo de homens, a saída da escola terá sido motivada sobretudo por falta de interesse na escola e a sua substituição pelo trabalho, que passou a fazer parte fundamental da sua vida. Em certa medida estes relatos contrastam com grande parte das entrevistas das mulheres, cujo desinvestimento na escolarização não está relacionado com a falta de interesse pessoal na escola, mas sobretudo por fatores estruturais, de natureza económica, ou vinculados ao papel desempenhado na instituição familiar.

Um segundo traço do perfil, comum a ambos os géneros, tem a ver com o facto de, com a saída precoce da escola, ter-se consolidado uma identidade associada ao trabalho e à ideia do trabalho-necessidade (Karlsson, 2004), reforçada pela assunção da responsabilidade de provisão de sustento dos filhos. Também nesta linha de ideias, salientámos como a transição para a idade adulta se deu de forma linear e padronizada – trabalho, autonomia residencial, casamento e parentalidade –, moldando as expectativas de uma geração marcada pela restrição e austeridade e em função de uma ética do trabalho. Assim, à precocidade do início da atividade laboral acresce a penosidade, a pluriatividade e a precariedade, deixando os percursos laborais marcas neste perfil.

O desinvestimento na escolarização e a cristalização da privação enquanto modo de vida acontecem associados a uma rigidez dos papéis de género, ao confinamento no espaço doméstico e à escassez de oportunidades para as mulheres, nomeadamente em termos de emprego. Para muitas foi reservado o trabalho doméstico, não pago, baseado num modelo de provedor masculino; para a maioria das

restantes o acesso ao mercado de trabalho foi realizado através do desempenho de tarefas que representam, de uma forma ou de outra, a continuidade das atividades domésticas no mundo do trabalho. Embora essencial à economia do Estado Novo (e do período que se lhe seguiu), estas atividades constituíam um trabalho desvalorizado, sustentado e legitimado graças à perpetuação de uma cultura patriarcal. Em qualquer dos casos, uma carreira contributiva diminuta ou inexistente limitou o acesso a uma reforma digna. Também as exceções nos papéis de género são indicadoras da norma dominante. Para uma das entrevistadas, o casamento não parece ter constituído elemento de restrição marcada das possibilidades e oportunidades de vida. Noutros casos, poucos, verificaram-se episódios de separação ou divórcio que tiveram origem em situações de infidelidade, maus-tratos e violência doméstica. E num outro caso, a morte precoce do marido terá representando o fim de uma situação de violência doméstica – assinala-se que a entrevistada demonstra uma grande capacidade de adaptação, acabando por educar os filhos sozinha.

Grande parte dos relatos assinala a importância da capacidade de auto-provisão e de gestão do orçamento familiar. Poucas são as situações em que esses esforços representaram uma melhoria, a médio ou longo prazo, do bem-estar e das condições de vida. Na maior parte dos casos, à medida que a vida foi decorrendo foi-se acumulando a percepção de que a privação foi persistindo – os baixos rendimentos e, em muitos casos, os esforços de auto-provisão e as ajudas familiares permitiram que não se passasse fome, mas assinalavam uma vida penosa, considerando as tarefas de provisão e educação dos filhos. Por outro lado, especialmente quando surgiram problemas de saúde na família, mais incapacitantes ou não superados, esta faceta fundamental do

bem-estar torna-se particularmente relevante para compreender o processo de cristalização da resignação e interiorização da privação enquanto modo de vida.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Se eu melhorar. Tenho esperanças nisso, veja bem.

Entrevistadora: Se melhorar a sua saúde?

Entrevistado: A saúde, a minha saúde.

Entrevistadora: Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistado: O meu sonho é ter saúde, trabalhar, trabalhar ainda, até aos 80 anos e ajudar os meus netos. Ajudar.

Entrevistadora: E acha que vai conseguir?

Entrevistado: Não sei, não vejo, acho que não. Não tenho esperanças nisso. [...] Não temos serviço nacional de saúde capaz de resolver isso. Outro dia fui a uma consulta, um doutor deu-me uns remédios para isto das pernas, deram-me sete convulsões. (P1.3_Serpa, sexo masculino, 72 anos)

A família terá assumido um papel crucial nas trajetórias de vida estudadas: não apenas porque estas são moldadas pelos papéis (*genderizados*) associados à conjugalidade e à parentalidade, mas também por ser fonte de satisfação e realização pessoal e pelo papel crucial que assume para fazer face às adversidades, à privação, às dificuldades associadas à idade avançada e aos problemas de saúde. Como vimos anteriormente, baseados numa lógica de reciprocidade generalizada, numa lógica não mercantil, este tipo de apoio tem uma carga afetiva forte, de gratidão, prologando-se no tempo e sem regras específicas quanto ao tipo e qualidade de bens e serviços trocados, assumindo muitas vezes o sentido inverso, no apoio a descendentes, a filhos e

netos. Embora os dados disponíveis não permitam uma resposta aprofundada a esta questão, apresentamos algumas reflexões sobre até que ponto a esperança em relação ao futuro acaba por ser transferida para a descendência⁵¹. Neste sentido, é importante destacar que, quando questionadas sobre os seus sonhos, várias das pessoas entrevistadas que anteriormente tinham demonstrando ceticismo em relação à melhoria da sua própria vida, e mesmo quando equacionam outros desejos, manifestam sonhar com um futuro melhor para filhos e netos, que «estejam bem na vida», e/ou desejando fazer parte da construção dessa melhoria de vida – por exemplo, garantindo habitação.

Entrevistadora: E se pudesse, o que é que mudaria na sua vida?

Entrevistada: Tanta coisa que mudava.

Entrevistadora: Então diga, diga-me lá. Algumas dessas tantas coisas...

Entrevistada: Mudava pra melhor, não é? Tinha que pensar... [...] É difícil porque... eu havia de mudar de tanta coisa que havia para mudar. [...] Para já, mudava, se eu pudesse, eu trazia os meus filhos todos para a minha beira.

Entrevistadora: Pronto. Então uma das coisas é: trazia os filhos. E mais?

Entrevistada: Fazia a casa maior.

Entrevistadora: Aqui? Em XXXX?

Entrevistada: Sim, ficava. Agora já não me importava de ir assim pra outros lados. Os meus pais já cá não estão. Eu só tenho um irmão lá. E o resto agora já vivi mais tempo aqui do que vivi lá. Agora já não saía daqui. Mesmo agora os meus filhos já gostam mais daqui. Eu para ir para lá então... deixava-os aqui, não?

Entrevistadora: Portanto, fazia uma casa maior aqui em XXXX mesmo.

Entrevistada: Sim, sim. Alugava esta e fazia uma grande para lá viver.

Entrevistadora: E punha essa para alugar.

Entrevistada: Se pudesse sim.

Entrevistadora: Claro.

Entrevistada: Uma casa para quando os meus filhos viessem... temos que ir lá para fora. Porque aqui não tenho espaço na mesa para comermos aqui todos, quando eles vêm todos. Temos que ir lá para fora. Então fazia um salão grande e punha isso maior. Tá bem. Não vale a pena sonhar. (P1.4_Celorico de Basto, sexo feminino, 73 anos)

Algumas destas pessoas expressam esperança num futuro melhor para a descendência, outras nem tanto, mas também aqui a maior parte dos relatos refletem trajetórias de incorporação da privação enquanto modo de vida. Uma leitura das narrativas sobre as representações que fazem dos seus trajetos de vida, comparando-os com o seu futuro e dos descendentes, dão pistas relevantes de como história e biografia se cruzam na forma de viver as privações, as adversidades e a forma de perspetivar o futuro. Isto acontece por exemplo, no contraste entre o antes e o agora das condições de vida, nomeadamente pela perceção de que os tempos são outros, menos duros, com mais facilidades – ou muito simplesmente ancorando-se na esperança ou na fé. É muito frequente a menção a um passado mais difícil, por comparação com um presente mais fácil, nomeadamente nas condições de escolarização ou nos meios técnicos que suavizam a dureza do trabalho. No entanto, os sinais dos tempos parecem ser contraditórios, com a precariedade do emprego e a falta de perspetivas laborais a insinuarem-se no futuro dos filhos e descendentes. Nas perspetivas menos otimistas, ou possivelmente mais pragmáticas, o país continua a ser incapaz de proporcionar aos mais jovens um outro horizonte de vida, empurrando-os para a emigração, ela também produtora de sofrimento devido à distância que separa pais e filhos.

Conclusão do capítulo

Encerrando este capítulo sobre os reformados, destaca-se a persistência de situações de pobreza ao longo da vida. Os reformados são pobres porque nasceram e cresceram em agregados familiares com recursos escassos. Não raro abandonando precocemente a escola, o seu fracasso escolar acabou por determinar o seu destino de vida. Não muito diferente daquele que tiveram os seus progenitores, a sua incorporação precoce no mundo do trabalho fez-se através de trabalhos pouco qualificados, quer dizer, trabalhos muitas vezes precários e, mesmo quando assim não acontecia, mal pagos, com salários que não os deixaram escapar de uma vida constrangida, marcada pela privação material e a certeza de que o futuro próximo ou distante dificilmente seria diferente do seu presente. Em poucas palavras, os reformados entrevistados são pobres porque sempre foram pobres ao longo da vida, colocando-se assim no centro do debate sobre a pobreza dos mais idosos a questão dos salários na longa duração. Estando o sistema de pensões estruturalmente condicionado pelos rendimentos provenientes do trabalho ao longo da vida contributiva, qualquer solução para quebrar a pobreza que atinge a larga maioria dos reformados depende da melhoria significativa dos salários, sobretudo dos mais baixos.

Sendo as recordações da infância heterogéneas, muitas revelam situações de instabilidade e crises familiares, destacando-se a morte prematura de um dos progenitores. Ou de problemas de saúde destes com impacto no rendimento, a que se juntaram por vezes situações de violência familiar. A escola foi uma experiência muito transitória, de curta duração, pois a escassez de recursos ditava com urgência o ingresso no trabalho. Enfim, nos discursos dos nossos entrevistados está

muito marcada uma certa resignação face à situação vivida, assumindo como inevitáveis situações como «não ter nada» ou «passar fome».

Face a este cenário de privações múltiplas, a entreatajuda e a solidariedade fundadas na família e no parentesco não são capazes de superar as dificuldades impostas pela privação económica, embora possam, em alguns casos, desempenhar um papel mitigador nas privações vividas pelas famílias. A pobreza condiciona também as perspetivas de vida. Apesar das expectativas marcadamente reduzidas, a maior parte dos nossos entrevistados exprime-se positivamente em relação às possibilidades da escola como alavanca para um outro futuro, uma outra vida menos marcada pela privação, que poderiam ter tido se tivessem continuado a estudar. Mas isso não implicou um qualquer regresso à escola como adultos, para a grande maioria. De certo modo, muitos dos nossos entrevistados não se sentiam como legítimos destinatários da escola, considerando que a sua presença nela não poderia ir para lá da escolaridade obrigatória a que estavam sujeitos. Não menos importante, a reduzida escolarização na infância, marcada pelo abandono precoce, fazendo com que muitos ficassem aquém da escolaridade obrigatória, não foi compensada com o retorno à escola ou à formação profissional na idade adulta.

Vidas de infância e adolescência precárias e marcadas pela privação, a passagem à idade adulta foi feita sem que os entrevistados sintam, hoje, saudades do período que deixaram para trás. Um dos elementos marcantes é o da precocidade na entrada no mundo do trabalho. A bem dizer, a larga maioria começou a trabalhar ainda criança, com doze e até menos anos, na sequência do trajeto escolar muito curto. No dizer de alguns dos entrevistados, o abandono escolar era permitido e mesmo incentivado, de modo a que as crianças pudessem

contribuir ativamente para a economia doméstica, minimizando assim a privação material, desde logo alimentar, a que a família estava sujeita.

Relativamente à conjugalidade e à autonomia residencial, baseadas no princípio da neolocalidade, estas duas surgem fortemente associadas, uma implicando a outra, sendo condições necessárias, em regra, para a parentalidade. Esta é mais precoce nas mulheres do que nos homens entrevistados. Os casamentos são de longa duração, sendo raras as separações e os divórcios. Se tal é decorrente, primeiro de um contexto político e legal onde o próprio divórcio estava interdito aos casamentos católicos – regra entre os nossos entrevistados –, é necessário aduzir o quadro moral onde estes homens e mulheres viveram, marcado pela força do princípio religioso (e moral) católico «do casamento até que a morte os separe», reforçado pela subordinação das mulheres à dominação masculina, ancorada em velhas e muitas vezes inconscientes lógicas patriarcais, na qual a mulher não só deve obedecer ao marido, como é impensável dele se separar, rompendo o casamento. Mas esta resiliência do casamento explica-se também pelos constrangimentos materiais que decorreriam do seu rompimento. De facto, como viver fora do casamento, se dentro dele já mal se conseguia sobreviver? Romper significava, assim, perder «economia de escala», obrigando a encontrar uma nova habitação e a suportar despesas acrescidas. As responsabilidades da parentalidade estão muito marcadas pela divisão imposta pelos valores de género dominantes: o cuidado das crianças está a cargo das mulheres, cabendo aos homens a tarefa principal de prover com o rendimento necessário ao sustento da família.

Ao contrário do que recorrentemente é dito, as entrevistas revelam que estes pobres sempre trabalharam, aliás com intensidade e penosidade, ainda que daí não tenham tirado grandes proventos. O acesso

ao emprego fez-se por via da mobilização, sobretudo, de redes de conhecimento pessoal, em lugar das práticas hoje mais correntes, relacionadas com a pesquisa e candidatura a ofertas de trabalho. Ausente está também a procura de emprego por vias institucionais, mobilizando entidades como a escola, incluindo as profissionais, os centros de emprego ou os serviços de ação social. A vida dos nossos entrevistados demonstra a força das origens familiares na estruturação do seu percurso e na pobreza na qual sempre viveram. Fatalmente, tiveram vidas marcadas por trajetórias de emprego em carrossel, tingidas pela precariedade, na qual aquele se vê cortado regularmente por períodos de desemprego. Muito variados, os trabalhos desempenhados tiveram sempre como cimento de ligação entre eles salário escasso, baixa qualificação e, com frequência, informalidade. Mesmo quando se percebe algum apreço pelo trabalho, nele se releva sempre a sua penosidade e sofrimento, sendo que a satisfação está associada ao salário auferido – condição fundamental para a sobrevivência – e ao convívio com os companheiros de profissão. Esta penosidade é ora produzida, ora agravada, pelas doenças, algumas de origem profissional. Assim, doença e penosidade contribuíram, portanto, para produzir uma relação muito negativa com o trabalho, permitindo aplicar aqui com a mais completa pertinência o conhecido conceito de alienação. Este constitui, pois, uma experiência pessoal de sofrimento que o trabalhador só aceita viver por falta real de alternativa, conformando-se.

Apesar de alguns entrevistados possuírem um património modesto – residência familiar, pequenas propriedades agrícolas onde desenvolvem agricultura para consumo doméstico –, que pretendem deixar aos filhos, as suas narrativas exprimem situações de privação e pobreza, mostrando a insuficiência dos rendimentos resultantes das pensões e outros

complementos sociais. Muitos dos entrevistados têm longas décadas de trabalho, mas carreiras contributivas tardias e curtas, nalguns casos mesmo inexistentes. As despesas com medicamentos e outros encargos provocados pelas doenças crónicas que os atingem, muitas vezes causa de abandono precoce do trabalho, concorrem para agravar as dificuldades decorrentes de uma pensão de pequeno valor, sobretudo quando ela é de invalidez. De qualquer modo, há que sublinhar que, reconhecendo o valor monetário reduzido das suas pensões, são muitos os que reconhecem a sua importância, de certo modo assumindo o velho e pragmático princípio de «é melhor do que nada». Assim, a mitigação da privação, como já foi acima enunciado, depende da existência de produção alimentar para o consumo doméstico, a que se soma, nalguns casos, o apoio familiar dos seus filhos, mostrando, apesar da sua manifesta erosão, a importância da família no apoio aos mais idosos.

Não obstante os avanços produzidos pelas políticas sociais e o enraizamento do direito aos apoios sociais, não é unânime a apreciação em relação os serviços sociais. O acesso a estes direitos sociais pode também, nalguns casos, ser condicionado pela condição social, na qual emerge o estigma do assistido. Não raro, a vergonha condiciona a ação dos indivíduos, sobretudo quando confundem a justa reivindicação de direitos com o favor prestado por uma qualquer forma de assistencialismo.

Embora possa parecer surpreendente, uma parte relevante dos entrevistados afirmou que não se reconhece como pobre. Justificando tal posição a partir da comparação com outros em pior situação, tal mostra que os entrevistados, sobretudo, evitam perder a face, no sentido goffmaniano, recusando ser catalogados como pobres, logo passíveis de cair na categoria dos que necessitam de apoio, seja do Estado, seja

da família, dos vizinhos ou de alguma instituição de caridade. Sendo situações desqualificadoras, tal permite distingui-los dos que vivem em situação de miséria extrema, como é o caso dos sem-abrigo.

A fechar a conclusão, a resignação emerge nos relatos dos entrevistados, sendo esta alimentada pela ausência de um futuro melhor. Não projetando qualquer tipo de mudança positiva na sua vida, em muitas das narrativas destacam-se também expressões que nos remetem para situações de depressão, falta de esperança e mesmo desejo de que a sua vida termine. Deste modo fica claro que a pobreza se traduz muitas vezes em formas de cristalização da privação como modo de vida, na qual a imaginação de outros futuros está ausente. Esta resignação é especialmente viva quando se confrontam com a doença crónica. No entanto, apesar de tudo o que nos disseram e sentem, muitos dos entrevistados desejam um futuro melhor para os seus filhos (e netos), quando comparado com o seu, ainda que outros, com um forte realismo, considerem que o país continua a ser incapaz de proporcionar aos mais jovens um outro horizonte de vida, empurrando-os para a emigração, ela também produtora de sofrimento.

Capítulo 7

Precários

Introdução

A configuração deste perfil é definida, essencialmente, pela condição perante o trabalho: uns estão empregados e outros estão numa situação de dependência do seu agregado familiar pelo facto de serem estudantes, se encontrarem desempregados, exercerem trabalhos temporários, informais e sazonais, e trabalharem a tempo parcial de forma não voluntária. O grupo apresenta uma ligeira sobrerrepresentação das mulheres e é o perfil que integra, em maior número, os entrevistados mais jovens e mais escolarizados. Mas também se evidencia a insegurança e instabilidade das inserções laborais de uma larga maioria destes entrevistados, independentemente das qualificações escolares que detêm, situação a que não é alheia a evolução da economia nas últimas décadas. Em suma, a heterogeneidade do perfil opõe-se, para os entrevistados que apresentam experiências profissionais (quase todos), à relativa similaridade dos percursos laborais nele retratados, marcados pela precariedade, condição que pela sua intensificação tem vindo a caracterizar as sociedades atuais enquanto sociedades do assalariamento precário, por oposição à sociedade salarial que caracterizou o capitalismo fordista.

O período que medeia a Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70 é caracterizado por um crescimento económico acelerado, sustentado numa indústria de produtos standardizados e num consumo de massas, que favorece a existência de um modelo de organização do

trabalho regulado por um conjunto de direitos, designadamente a institucionalização do direito ao trabalho e o controlo dos despedimentos, a possibilidade de progressão profissional de acordo com a experiência adquirida, as competências e as qualificações profissionais, entre outros aspetos. Por seu turno, este crescimento económico conduziu a aumentos de investimento na educação, com consequentes acréscimos de ofertas formativas, construídos no pressuposto de que a educação é um bem de investimento que promove, ela própria, o crescimento económico. Esta ambiência propicia uma procura social de educação norteadas por um otimismo em relação à escola e às oportunidades que daí decorrem, configurando-se como um período que nos dá «uma versão muito satisfatória» da relação entre o económico e o social (Castel, 1998, p. 22), ainda que tal não tenha corrigido as desigualdades sociais, quer porque o acesso a mais educação não só não neutralizou a hierarquização entre diferentes profissões (Boudon, 1974), como ainda transmutou as desigualdades sociais em desigualdades escolares (Bourdieu e Passeron, 1970).

Os anos 70, na sequência da crise petrolífera, vêm questionar os princípios em que assenta este crescimento económico, o que produz importantes implicações nas formas de perspetivar o trabalho, o emprego e o papel da educação neste binómio. Em nome da modernização da economia, tendencialmente subordinada à lógica da rentabilidade do capital, e num contexto de internacionalização crescente, as empresas desenvolvem estratégias de adaptação à intensificação da concorrência que não passam apenas pela diversificação de produtos, mercados ou consumidores, mas ainda pela flexibilização interna e externa do trabalho. Em rigor, é possível identificar dois tipos de mercados de trabalho, os mercados internos de trabalho

– espaço onde a afetação do assalariado às suas funções obedece a normas de tipo administrativo que definem os modos de afetação, as remunerações e a mobilidade interna nas organizações. Estes são complementados pelo segundo tipo, os mercados externos – mais libertos de regras e procedimentos administrativos e onde a definição da adequação do «perfil do trabalhador» – incluindo aqui as qualificações escolares e profissionais – ao posto de trabalho se torna mais «arbitrária» (Saglio, 1998), uma vez que ela fica largamente dependente dos critérios que as organizações definem para legitimar e configurar as «qualidades» requeridas para a função a desempenhar. Neste mercado de trabalho externo, ou secundário, a instabilidade é o denominador comum: trabalho precário, salários baixos e com escassas oportunidades de progressão na carreira. É neste contexto que as regras que regulavam a relação salarial fordista têm vindo a ser substituídas pela institucionalização de formas precárias de relação com o trabalho, cujas consequências na vida dos indivíduos estas biografias ilustram exemplarmente.

Acresce que o modelo de organização económica em Portugal sempre permitiu a reprodução, ao longo de diferentes épocas, de formas atípicas de relações laborais, à margem da regulação estatal, marcadas por modelos de contratação muito precários, informais, e mal remunerados, que foram configurando as atividades laborais em setores como o têxtil e o calçado, a restauração e similares ou a construção civil, setores de onde uma parte dos entrevistados retiram os parcos rendimentos de que dispõem. Na linha do que tem sido evidenciado pelas estatísticas disponíveis, também o perfil sociográfico dos entrevistados neste perfil demonstra que a população em situação de precariedade se tem renovado, na medida em que ao contingente tradicionalmente formado por

trabalhadores desqualificados, oriundos de meios sociais desfavorecidos, desempregados e trabalhadores migrantes, juntam-se agora os mais escolarizados – geralmente jovens – que deambulam entre empregos precários e mal remunerados, desemprego, inatividade, formação, como o percurso de alguns dos entrevistados neste perfil o denuncia.

Estas transformações na relação com o trabalho impactam as experiências pessoais, originando processos que oscilam entre a inclusão desigual e a exclusão do mercado de trabalho (Burawoy, 2015) – a primeira na forma de precariedade laboral, a segunda na forma de desemprego ou até inatividade. Nesta mesma linha, Paugam (2012) argumenta que precariedade e desemprego constituem formas de desqualificação social resultantes da conjugação entre níveis elevados de desenvolvimento económico, uma forte degradação do mercado de trabalho, a fragilização das redes de solidariedades familiares e de ajuda privadas, bem como de políticas sociais de luta contra a pobreza, que têm recuado para centrar-se em medidas mais próximas da lógica assistencial⁵².

O que as duas últimas décadas têm demonstrado, um pouco por todo o mundo, é que a precariedade se instala como um «modo de vida» (Alves, Cantante, Baptista e Carmo, 2011), na medida em que não se restringe ao regime de emprego ou ao rendimento associado, mas afeta todas as dimensões da vida. As organizações internacionais (OIT, OCDE, Banco Mundial) têm alertado para a fragilidade global na inserção profissional e a extrema vulnerabilidade das gerações mais jovens à precariedade laboral (MacDonald, 2011), em particular após a Grande Recessão decorrente da crise de 2008, que intensificou e generalizou a precariedade laboral, transformando-a num fenómeno global duradouro, numa experiência coletiva (Standing, 2011), sedimentada pelas políticas neoliberais dominantes na atualidade⁵³. Ora, esta condição afeta não apenas

as condições objetivas da sobrevivência económica, mas também uma dimensão mais subjetiva que remete para a impossibilidade de formalização de projetos de vida e de futuro, designadamente processos de autonomização familiar, situação particularmente problemática em países do Sul da Europa (Moreno Minguéz, 2012; Serracant, 2015), incluindo Portugal (Carmo e Matias, 2019).

Para compreender os impactos da precariedade laboral na vida de quem a experiencia, torna-se incontornável recordar Sennet (2001) e a sua análise das consequências pessoais do trabalho neste capitalismo flexível em que vivemos. O autor evidencia, também com base em depoimentos, como a fragilização do estatuto do emprego dificulta a construção de narrativas lineares e coerentes na articulação entre o passado, o presente e o futuro, a dificuldade em fixar objetivos de longo prazo, a instabilidade resultante dos recomeços a cada mudança de emprego. Como refere Fortuna, no prefácio à edição portuguesa da obra de Sennet, «o carácter corroído é aquele que se vê incapaz de oferecer uma narrativa coerente da vida pessoal e de lhe dar uma sólida linha de rumo», constituindo a flexibilidade laboral um «código moral e ético novo que desliga entre si o mundo do trabalho e as sociabilidades, na família, entre amigos, ou na comunidade e na vida pública» (p. 17).

Em algumas das trajetórias de vida que seguimos neste capítulo percebe-se a dificuldade em assumir a construção de narrativas coerentes sobre a vida profissional, pois esta depende em larga medida de circunstâncias que podem estar «desconectadas» (Cook, 2015) entre si e daquilo que poderá ser plausível fazer no futuro, percebendo-se que são as oportunidades momentâneas pressentidas nas estruturas sociais que orientam a gestão do percurso laboral. Outras narrativas, de forma inversa, sugerem formas de racionalização da situação de

precariedade que, refletindo as contrariedades e o sofrimento vivenciado, se direcionam para a formalização de projetos de futuro e para a delimitação de estratégias que permitam contornar algumas das dificuldades antecipadas nos processos idealizados de inserção profissional.

A reversibilidade das trajetórias de emprego, alicerçada na insegurança e na individualização das relações de trabalho, e na exclusão de formas de proteção garantidas pelo Estado Social, torna indispensável o apoio das famílias a «cada novo recomeço», configurando-se a solidariedade familiar como a estratégia básica de sobrevivência de muitos entrevistados neste perfil, particularmente nos casos que se encontram desempregados ou a trabalhar a tempo reduzido, de forma involuntária, ou em atividades económicas exercidas informalmente.

Este capítulo está organizado de forma similar aos restantes e segue a lógica da cronologia subjacente a uma biografia de vida, procurando entender a trajetória de cada entrevistado e acompanhar, como refere Marcus (1998), os seus movimentos, as suas metáforas e as suas histórias, dando particular destaque à forma como os entrevistados refletem as circunstâncias da sua vida, as opções assumidas, a forma como avaliam os seus percursos, as expectativas e aspirações face ao futuro, bem como as propostas que formulam para debelar a situação de vulnerabilidade social em que se encontram.

7.1. Enquadramento familiar na infância

A reconstrução dos percursos de infância pelos entrevistados pretende recuperar uma parte significativa da sua narrativa, tendo por base os objetivos já enunciados no perfil anterior. Este grupo, constituído

por indivíduos em idade ativa, com idades entre os 18 e os 62 anos, é bastante heterogêneo, reunindo narrativas de sujeitos de diferentes faixas etárias e gerações.

As recordações da infância são altamente variáveis neste perfil. É possível encontrar memórias positivas associadas, sobretudo, a uma infância marcada por relações familiares estáveis, ou por elementos da família alargada que exerceram um papel afetivo muito significativo, como os avós; o espaço escolar e as brincadeiras com os amigos também constituem lembranças muito positivas, sustentadas em formas de sociabilidade libertas do controlo normativo dos adultos e da dominação das tecnologias digitais.

Entrevistadora: Pronto, não faz assim tanto tempo [risos] mas aquilo que são as suas recordações, se acha que teve uma infância boa, má... quais são as suas recordações?

Entrevistada: Sim, acho que posso considerar que tive uma infância boa. Foi sempre um misto de estar com os meus pais e estar com os meus avós.

[...] Depois, também foi sempre uma infância muito livre de andar cá fora e ir pro campo com os meus avós... as brincadeiras eram muito à base de fazermos coisas sem ter tecnologias, o máximo que usávamos era ver a televisão e era no zig zag [risos]. E então era o máximo que fazíamos em termos ligados à questão das comunicações. De resto era muito uma infância de saltarmos à corda, brincarmos (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Já nas memórias negativas, permanecem fatores ligados à privação económica e à violência em contexto familiar, seja entre adultos ou de adultos em relação às crianças. Também o *bullying*, associado a

situações de estigmatização das crianças pobres, aparece aqui referenciado pela primeira vez enquanto tal, bem como episódios de racismo decorrentes da experiência de emigração enquanto crianças.

O fenómeno da perda de progenitores e de problemas de saúde é bastante menos significativo neste perfil, comparativamente com o anterior. Como foi possível observar transversalmente, para lá dos impactos emocionais, estes eventos representam muitas vezes alterações profundas nas dinâmicas familiares e, em alguns casos mesmo, no prosseguimento do percurso escolar das crianças. Ainda que não preconizemos uma visão «fatalista» ou de «inevitabilidade» face à condição da pobreza na infância, a verdade é que diferentes autores (Attree, 2006; Ridge, 2002; Main, 2017, entre outros) têm estudado os seus efeitos, nomeadamente a partir de lógicas multifatoriais e de análises a partir da complexidade do fenómeno.

É possível observar-se, em relação ao perfil anterior, uma menor resignação perante as adversidades da vida. Registam-se, ainda, dinâmicas de violência familiar que produzem recordações negativas da infância.

Entrevistadora: Porrada de quem?

Entrevistada: Do meu pai e da minha mãe, às vezes metia-me debaixo da cama, debaixo da cama mesmo, não era em cima da cama em baixo da roupa, era debaixo mesmo, escondida. Tive uma fase um bocadinho complicada.

Entrevistadora: Os seus pais eram agressivos consigo e com os seus outros irmãos?

Entrevistada: Não, é assim: o meu pai queria que eu fosse homem, a minha mãe achava que eu era homem. E o meu pai punha a

agressividade que tinha pela minha mãe, em cima de mim, porque era mulher. Percebe o dilema? (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

O trabalho infantil aparece novamente referenciado pelos entrevistados mais velhos deste perfil. Este tipo de atividade laboral, frequentemente ligada ao contexto familiar, foi o que mais contribuiu para que as crianças não vivenciassem a sua infância e interrompessem percursos escolares, mesmo que fosse essa a sua vontade.

Entrevistador: Desde criança?

Entrevistado: Criança sempre.

Entrevistador: Lembra-se com que idade começou a trabalhar?

Entrevistado: Ui, comecei aos sete.

Entrevistador: Aos sete.

Entrevistado: Ia para aí uma hora, levava uma hora no caminho com as vacas pra lá para o monte. Tinha para aí sete anitos, era todos os dias. (P2.4_Boticas, sexo masculino, 52 anos)

As dificuldades económicas frequentemente sentidas pelas famílias eram colmatadas, sobretudo, recorrendo a estratégias de solidariedade intrafamiliar, que evitavam um aprofundamento da situação de pobreza. Uma ideia interessante que se evidencia em algumas das narrativas é a distinção entre diferentes níveis de pobreza, sendo que uma «pobreza sem fome» surge avaliada como situação menos gravosa. Esta distinção entre pobreza e miséria é, aliás, algo que se volta a evidenciar na análise apresentada no ponto cinco deste capítulo, em relação à avaliação da sua situação presente.

Tal como observamos no perfil anterior, a análise das narrativas passou também pela identificação de eventos potenciadores de situações de

pobreza na infância, ou seja, os diferentes fatores que poderão ter contribuído para uma maior vulnerabilidade dos agregados familiares. De entre esses fatores, a instabilidade de emprego dos progenitores é referida como um acontecimento com impacto negativo nas vivências familiares, a que acrescem a morte ou os problemas de saúde de alguns familiares. Para além dos impactos emocionais que estas situações provocaram nos entrevistados, enquanto crianças, a interrupção das trajetórias escolares decorre, para alguns, da combinação destas múltiplas vulnerabilidades.

Entrevistadora: Para trabalhar?

Entrevistado: Não... Para trabalhar e, depois, também, eu não tinha condição para continuar a estudar. A minha mãe já tinha falecido, na altura.

Entrevistadora: Que idade é que tu tinhas quando a tua mãe faleceu?

Entrevistado: 14. Aguntei mais uns dois anos [na escola]. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Em face das vulnerabilidades salientadas, interessou-nos perceber até que ponto as famílias dos entrevistados receberam apoios, quer formais quer informais. Ainda que em alguns discursos não surjam identificados quaisquer tipos de apoios, percebemos que são os apoios informais que ganham maior relevância comparativamente aos oficiais; entre estes, destacam-se a ação social escolar e as bolsas de estudo, o apoio de instituições oficiais, particularmente as ligadas ao poder local, como as câmaras municipais e juntas de freguesia. Estas duas últimas instituições têm um papel importante nos apoios habitacionais e nas ajudas alimentares às famílias dos entrevistados, representando grande relevância na mitigação de situações de enorme fragilidade social.

Em síntese, os eventos potenciadores de situações de pobreza na infância são bastante variáveis e implicam, frequentemente, alterações nas estruturas familiares das crianças, na decorrência de situações de doença, morte, precariedade laboral e desemprego. Como temos vindo a afirmar, estes eventos assumem particular relevância na trajetória dos indivíduos, quer na vivência da infância quer nos projetos de vida, incluindo aqui os percursos escolares que, para muitos, foram precocemente interrompidos dadas as dificuldades económicas das famílias. No entanto, neste perfil as experiências escolares são mais longas e as qualificações escolares obtidas mais elevadas, comparativamente com os restantes.

7.2. Relação com o sistema educativo

A relativa desvalorização da escola e a existência de percursos escolares pouco consistentes constituem regularidades que aproximam este perfil do anterior, ainda que, em particular nos entrevistados mais jovens, as habilitações literárias sejam significativamente mais elevadas, sendo as mais elevadas dos quatro perfis, o que decorre também do progressivo alargamento da escolaridade obrigatória ao longo das últimas décadas.

As experiências de pobreza que ocorreram na infância parecem ter produzido impacto nas expectativas e representações de futuro dos entrevistados, bem como na valorização da escola e no papel instrumental da escolaridade e do diploma escolar nos percursos de vida. Este perfil integra os únicos entrevistados que frequentaram ou completaram o Ensino Superior. Na generalidade, e apesar também de encontrarmos diferentes situações de abandono escolar, verificamos que, enquanto adultos, alguns regressam à escola, algo de que falaremos aprofundadamente no próximo ponto deste capítulo.

As histórias de retenção escolar são frequentes e ocorrem em diferentes anos de escolaridade.

Entrevistadora: Quantas vezes?

Entrevistada: Duas vezes.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso aconteceu?

Entrevistada: No primeiro ano, reprovei no 4.º ano porque mudei de escola a meio, de uma pública para uma privada, foi totalmente diferente o ensino... Apesar que eu preferia a pública. E no 7.º ano foi por desleixo meu, faltas disciplinares, tive mau comportamento. (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

No entanto, boa parte das situações de insucesso escolar referem-se aos entrevistados mais velhos. Entre os entrevistados mais novos percebe-se a existência de maior sucesso escolar associado a percursos escolares mais longos, como temos vindo a sublinhar. Os percursos escolares mais curtos ocorrem pela necessidade de ingresso precoce no mundo do trabalho, com frequência ainda enquanto crianças, realidade que está presente em todos os perfis, ainda que com diferentes intensidades. O abandono escolar, mais visível entre os elementos mais velhos, é justificado por múltiplos fatores: as dificuldades económicas das famílias, a vontade de ingressar rapidamente no mercado de trabalho, as dificuldades em prosseguir escolarização, a aprendizagem, enquanto adolescentes, de um ofício, ou o assumir a dificuldade de integração na cultura escolar. Noutras narrativas, o abandono precoce da escolaridade é justificado pela necessidade de emigração e a procura de melhores condições de vida, ou a necessidade de assumirem o papel de cuidadores informais de familiares em situação de dependência, o que denuncia a debilidade do Estado Social no apoio à infância e juventude.

Algumas das narrativas revelam recordações muito negativas da escola, nomeadamente pela existência de *bullying* por parte dos colegas, ou mesmo o castigo físico por parte dos professores.

Entrevistada: não tenho recordações nenhuma, porque as professoras eram más, não deixaram saudade nenhuma.

Entrevistadora: Disse que as professoras eram más...

Entrevistada: Ah, não tenho recordação nenhuma, eram todas más.

Entrevistadora: Elas castigavam?

Entrevistada: Não castigavam, batiam. (P2.3_VPAguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

Ainda que bastante variáveis nas experiências escolares, os entrevistados assumem, na sua maioria, o papel instrumental da escolaridade na criação de melhores oportunidades sociais, nomeadamente no mercado de trabalho, ainda que a experiência social de familiares próximos contradiga esta relação linear entre escolaridade e acesso a melhores empregos, alegadamente por falta de «sorte».

Entrevistada: Depende, eu vejo muito pelas pessoas que conheço, a minha irmã foi para a faculdade tirou o mestrado e não está a trabalhar na área dela. Tem uma loja própria dela e ganha o dela aí na loja... só.... Já acabou o mestrado há um ano...

Entrevistadora: Acha que não tem nada a ver?

Entrevistada: Não. Não tem nada a ver! É uma sorte! (P2.1_Porto, sexo feminino, 19 anos)

Noutras narrativas, a escola associa-se a um lugar de felicidade e segurança, um espaço marcado por boas recordações, sendo aqui exaltadas as redes de sociabilidade tecidas em torno do grupo de pares ou o

suporte e apoio de alguns adultos no contexto escolar. Como observa Ridge (2010), a escola é uma das áreas principais de prestação de serviços públicos para a infância com o potencial de contribuir significativamente para o bem-estar das crianças que se encontram em situações de desvantagem ou de maior vulnerabilidade.

Em muitas destas histórias de vida percebe-se que a interrupção das trajetórias escolares decorre da ausência de suporte familiar, ainda que os protagonistas perspetivassem a escolaridade como algo de instrumental para a realização de projetos profissionais e de vida futura; outros cederam ao abandono escolar, evidenciando posturas menos positivas acerca da relação funcional entre o diploma e o acesso a melhores empregos. Em pesquisas realizadas sobre o valor do diploma escolar para as crianças, foi possível verificar que vários entrevistados eram pessimistas sobre a educação enquanto caminho para o sucesso pessoal, embora muitas crianças continuassem comprometidas com seu valor (Daly e Leonard, 2002).

Por outro lado, como observou Attree (2006), diferentes estudos sugerem que a desvantagem na infância pode levar à percepção de que as limitações económicas e sociais são «naturais» e normais, impactando assim as expectativas de vida das crianças (Middleton *et al.*, 1994; Roker, 1998; Ridge, 2002). Esta limitação das expectativas tem também influência nas próprias projeções dos sujeitos em relação ao que o futuro possa permitir e ao próprio papel da escola nessa construção. Daí que em algumas narrativas, em particular dos sujeitos mais velhos, a escola não pareça ser valorizada, nem quando se trata de apoiar os projetos de escolarização dos seus descendentes, como nos relata uma entrevistada, cujos progenitores desincentivaram o prolongamento da sua trajetória escolar.

Entrevistada: E no final basicamente eu apercebi-me que não queria apenas achar um emprego, e que todo o percurso que eu tinha tido académico, tirar boas notas e tudo mais afinal era o que eu queria, eu queria era mesmo continuar com aquilo. Foi aí que me apliquei, tive uma discussão muito grande com os meus pais sobre querer ir para à faculdade, lembro-me perfeitamente de estar no jantar de família, Natal, e eu ter ido embora porque o meu pai disse que eu não iria para a Universidade com o dinheiro dele, para não andar a gastar à toa.

Entrevistadora: Eles não incentivaram a sua ida para Universidade?

Entrevistada: Não. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Para outros entrevistados, o ingresso no Ensino Superior parecia constituir um projeto relativamente formalizado, mas a ausência de apoios financeiros acabou por ter um efeito dissuasor na sua concretização, o que denuncia que o acesso ao Ensino Superior é um processo socialmente seletivo, dada a não gratuidade da frequência deste nível de ensino e a escassez dos apoios atribuídos pelo Estado, através dos serviços de ação social. Os inquéritos⁵⁴ realizados às condições socioeconómicas dos estudantes do Ensino Superior em Portugal continuam a evidenciar a sub-representação, na frequência deste nível de ensino, das categorias sociais com menores recursos económicos e culturais, bem como o acesso menos frequente destes alunos a cursos tradicionalmente mais «elitistas» como as ciências médicas, engenharias ou Direito (Mauritti, 2002). Uma das biografias relata a trajetória no Ensino Superior de uma entrevistada que concluiu uma licenciatura em educação, que é a área científica que se evidencia como a mais permeável à diversificação da origem social e aquela onde figuram mais jovens oriundos de famílias com menores recursos culturais e económicos.

7.3. Transição para a vida adulta

A heterogeneidade etária dos entrevistados neste perfil coloca-os em diferentes momentos da sua trajetória de vida, ainda que, para alguns, a situação de privação de emprego os relegue para uma dependência em relação à família de origem. Consideramos que a transição para a vida adulta pressupõe que já tenham ocorrido na vida dos indivíduos episódios, mais ou menos bem-sucedidos, de passagem de uma situação de dependência para uma situação de autonomia⁵⁵ que sucede, segundo múltiplas combinatórias, no espaço público – saída da escola e ingresso no mercado de trabalho – e no espaço privado – saída de casa dos pais e constituição de uma nova família.

Em termos genéricos podemos afirmar que, enquanto as transições dos reformados se dão em contextos culturais caracterizados por um tradicionalismo de valores, os casos agora em análise ocorrem no quadro social da segunda modernidade e da mudança de valores e de comportamentos que a caracterizam e que, no contexto português, se começa a desenhar nos anos 70 e se sedimenta com a democratização da sociedade portuguesa.

As transições profissionais e familiares destes inquiridos ocorrem, justamente, a partir dos anos 70 e evidenciam os sinais das mudanças que sucedem no sistema escolar – incremento das qualificações escolares, estando aqui inseridos os inquiridos mais escolarizados – e nas estruturas familiares, percebendo-se que o modelo clássico de família – nuclear e unida pelo casamento – se confronta, neste grupo, com a afirmação de novas formas de organização e de legitimação das relações afetivas. As mudanças laborais e o impacto dos processos da flexibilização do mercado de trabalho e da redução do fator trabalho

(Rebello, 2006) também se fazem sentir, na medida em que as formas atípicas de relações laborais caracterizam não apenas os trabalhadores desqualificados, oriundos de meios sociais desfavorecidos, e trabalhadores migrantes, mas também os jovens mais escolarizados que deambulam entre empregos precários e mal remunerados, desemprego, inatividade, formação.

Relativamente à transição escola-trabalho são reportadas várias situações de abandono precoce da escolaridade, justificadas pela realização de pequenos trabalhos, enquanto crianças, no contexto de uma economia familiar de subsistência. Desta forma continua aqui a desnudar-se uma sociedade rural do interior, onde as dificuldades de sobrevivência exigiam o contributo de todos⁵⁶:

Entrevistador: Você se lembra com que idade começou a trabalhar?

Entrevistado: Ui, comecei aos sete.

Entrevistador: Aos sete.

Entrevistado: Ia para aí uma hora, levava uma hora no caminho com as vacas pra lá para o monte. Tinha para aí sete anitos, era todos os dias.

Entrevistador: E esses animais eram da sua família?

Entrevistado: Eram, do meu pai e da minha mãe. Só que eu era o mais novo, os outros mandavam [para] a escola, a mim mandavam ao monte. Então tinha que ir, senão a gente levava porrada. (P2.4— Boticas, masculino, 52 anos)

Mas também os que procuravam melhores condições de vida nos centros metropolitanos do país, ou mesmo no estrangeiro, acabaram por integrar, ainda enquanto crianças, o mercado informal de emprego. Como faz notar Baganha (1996), a emigração ilegal e o trabalho infantil acrescem a vulnerabilidade à exploração, na medida em que

os trabalhadores nesta situação estão excluídos, por lei, das normas e regras que regulam a relação salarial, auferem remunerações mais baixas e estão expostos à arbitrariedade dos empregadores, como bem o denunciam alguns dos depoimentos. As gerações mais novas abandonam os estudos após carreiras escolares mais prolongadas, mas as dificuldades económicas familiares e a ausência de apoios financeiros estatais acabam frequentemente por exigir uma inserção profissional e ter um efeito dissuasor na concretização de projetos de prosseguimento de estudos a nível do Ensino Superior.

Mas se, para muitos, os contextos desfavorecidos em que viveram obstaculizaram a realização de estudos em idade ideal de frequência, posteriormente enquanto adultos regressaram ao sistema de educação e formação, quer no contexto do sistema formal de ensino para intensificar as qualificações escolares, quer no contexto de uma formação profissional conducente à melhoria das qualificações profissionais e, nalguns casos, frequentada no âmbito de programas enquadrados nas políticas ativas de emprego que visam aumentar a empregabilidade dos indivíduos, ainda que tal ação não tenha tido impacto na saída da condição de pobreza. Sem escamotearmos a importância da formação e da requalificação profissional como medidas de combate à exclusão social, aquilo que se verifica, e não apenas neste perfil, é uma tendência para a acumulação de cursos profissionais sem que essa formação se traduza numa integração qualificada e permanente no mercado de trabalho (Furlong e Cartmel, 1997). Tem-se verificado que os sistemas de formação tendem a criar condições e modalidades de afetação dos indivíduos a certas categorias jurídicas internas que podem não ter correspondência em categorias socioprofissionais e, não sendo reconhecidas no mercado de trabalho, não poderão ser transmutadas em

condições laborais efetivas – em termos salariais e de progressão de carreira – por forma a que os indivíduos ocupem uma posição laboral conforme às qualificações adquiridas. Por outro lado, a flexibilização nos mercados secundários de trabalho tem conduzido à *proliferação de formas precárias de emprego e ao aumento do desemprego, à revelia da formação profissional adquirida*.

A análise das transições familiares neste perfil permite perceber uma pluralidade de configurações das relações afetivas: relações conjugais não formalizadas, o celibato como opção de vida, separações e processos de recomposição familiar, uma parentalidade não enquadrada num casamento formal ou numa relação conjugal, uniões conjugais que recusam a parentalidade, ou famílias compostas apenas por um progenitor com filhos. Esta diversificação de configurações familiares está fortemente imbricada no processo de desinstitucionalização do casamento, de individualização dos processos de vida e de sentimentalização das relações, denunciando a primazia das escolhas individuais sobre as normas sociais que organizam e regulam as relações familiares. Estas mudanças familiares, «ao contrário de produzirem estilhaçamentos produzem recomposições, tornando as modalidades de viver em família mais plurais e diversas» (Guerreiro, Torres e Lobo, 2007, p. 31).

Os discursos permitem identificar uma diversidade de valores e de práticas associados à união conjugal, designadamente formas mais contrastantes de significar a relação entre os géneros e as funções associadas a cada papel familiar. A par de uma conjugalidade de tipo «institucional», assente em valores tradicionalistas e estruturada segundo uma diferenciação «naturalizada» das funções desempenhadas por cada um dos elementos do casal, surgem relações conjugais

edificadas na partilha de afetos ou, como refere Torres (2002, p. 579), na «partilha romântica e do amor» e em posturas mais igualitárias face à divisão conjugal do trabalho.

O alongamento da escolaridade e a instabilidade do mercado laboral estão na base de novas formas de conjugalidade mais informais, e também no que se tem apelidado de «experimentalismo amoroso» (Guerreiro e Abrantes, 2007) para designar a existência de experiências afetivas prévias à conjugalidade. Pelos discursos dos entrevistados percebe-se que este experimentalismo pode estar associado a um tendencial alongamento do período da conjugalidade sem procriação, mas que este alongamento também decorre da dificuldade de estabilização profissional e de autonomização residencial.

Os projetos de parentalidade também assentam em conceções diversificadas, sendo que se percebe uma maior disponibilidade dos homens para a partilha dos cuidados aos filhos, diminuindo a diferenciação dos papéis entre os géneros que é muito acentuada nas formas de conjugalidade mais próximas do modelo institucional, com uma divisão *genderificada* das tarefas (Torres, 2002). Nos agregados onde predomina a relação conjugal construída com base no modelo institucional, a parentalidade foi assumida como um projeto e uma opção desejada, mas com implicações na concretização das aspirações de vida das mulheres. São estas que protagonizam o cuidado às crianças, o que em alguns casos conduziu à interrupção de processos formativos, à impossibilidade de aceitar uma atividade profissional após um processo de formação, ou ao abandono da atividade profissional regulada por um contrato de trabalho permanente:

Entrevistadora: Então parou de trabalhar assim com essa relação de contrato...

Entrevistada: De contrato...

Entrevistadora: Depois de ser mãe?

Entrevistada: Hum

Entrevistadora: Porque é que decidiu ficar em casa a tomar conta do seu filho?

Entrevistada: E conforme ando agora, limpeza aqui, limpeza a lá...

Entrevistadora: E porque é que tomou essa decisão?

Entrevistada: Porque os colégios eram muito caros e eu não dava para pagar uma ama, não é? Tar a trabalhar e pagar uma ama também não dava para isso.

Entrevistadora: Então ficou com ele até ele ter a idade de ir para a escola.

Entrevistada: Até ter a idade da escola. (P2.4_Lisboa#2, feminino, 61 anos)

Este depoimento coloca em cena uma questão que é recorrente nos perfis analisados e que remete para as dificuldades resultantes de uma fraca cobertura de equipamentos de cuidados às crianças mais pequenas. Aqui reporta-se explicitamente a dificuldade económica para suportar o custo da frequência deste tipo de equipamentos, o que constitui um dos obstáculos estruturais às políticas e práticas de conciliação trabalho-família no nosso país e, nesta população específica, fator de agravamento da situação de pobreza. Mas também a monoparentalidade, na sequência de processos de dissolução das uniões conjugais, surge como um fator intensificador da situação de pobreza. Em Portugal, os estudos mais recentes demonstram que é nos agregados monoparentais que a pobreza mais cresce, comparativamente

com os outros agregados e com os reformados (Peña-Casas, Ghailani, Spasova e Vanhercke, 2019), o que também denuncia a debilidade do Estado Social no apoio à infância e juventude, comparativamente com o facultado aos idosos. Ora, esta debilidade estrutural do modelo de providência português não consegue, nestes casos, ser compensada por uma solidariedade familiar que é bastante limitada pela situação de vulnerabilidade económica em que toda a estrutura familiar se encontra. Apesar disso, os entrevistados mais jovens assumem a importância do apoio prestado pela família nos seus processos de transição para a vida adulta, quer porque a família disponibiliza o alojamento para que os jovens possam enfrentar as dificuldades temporárias resultantes do desemprego, quer porque vai prestando um pequeno apoio quotidiano na disponibilização de bens alimentares e valores pecuniários, estratégias que não evitam a situação de pobreza em que se encontram.

7.4. Relação com o mundo do trabalho

Como temos vindo a afirmar, este perfil caracteriza-se por ser o mais heterogéneo dos quatro. Essa heterogeneidade reflete-se, também, na relação com o trabalho. No entanto, para além da diversidade podemos encontrar, ao mesmo tempo, alguns aspetos comuns. O primeiro grande fator agregador, no que ao trabalho respeita, é o facto de o agregado doméstico não estar em situação de baixa intensidade no trabalho. Na maior parte dos casos, a subsistência das pessoas entrevistadas só é possível graças à solidariedade familiar: é esse o caso dos estudantes, dos desempregados e das domésticas que foram enquadradas neste perfil.

Contudo, e em contraste, a inexperiência declarada no mercado de trabalho ou a situação de desemprego nem sempre correspondem

à realidade passível de se observar através do aprofundamento das respostas. Em alguns casos o que está em causa é a zona intermédia, difusa, entre trabalho e não trabalho que encontramos para o perfil dos reformados, bem como a forma como os indivíduos veem o trabalho e se identificam com ele. Isso parece ser especialmente verdade para o sexo feminino e para os mais velhos. Desafia-se aqui, portanto, os limites da definição de trabalho (Karlsson, 2004), tal como verificado no perfil anterior.

Grande parte dos entrevistados estão numa situação de desemprego ou na zona intermédia entre emprego e desemprego, mas o trabalho não deixa de ser particularmente relevante na sua trajetória de vida. Estamos, pois, perante um segundo grande fator agregador deste perfil, no que à relação com o mundo do trabalho respeita. Em concreto, a maior parte dos entrevistados que não estava empregado, no momento da entrevista, exercia algum tipo de atividade laboral. Além disso, dos que trabalham de forma relativamente frequente apenas três apresentam algum tipo de estabilidade, mesmo que mínima. Quase todos os entrevistados, de uma forma ou de outra, exercem ou exerceram recentemente uma atividade laboral, em regra de forma precária ou muito precária.

Entrevistadora: Como, o que são esses biscates?

Entrevistada: É, eu faço condomínios, limpo a casa e trabalho domingo e sábado à tarde num café, que é para ganhar horas extras, pra ganhar dinheiro extra. Que é a maneira que eu consigo orientar-me. Só com 250 euros eu não consigo, não é? E faço essas coisas por fora, que é para me orientar, tiro meu dinheiro pra gastar, que é para pagar água, luz. O dinheiro da renda é... [incompreensível] o dinheiro da miúda que nem sequer devia de o gastar não é, porque

é dela. Mas tenho que gastar a algum lado, porque não posso... e vou-me orientando assim. (P2.5_VPAguiar, sexo feminino, 49 anos)

Os esquemas teóricos e mesmo as análises empíricas tendem a dividir o mundo de uma forma racional, sistemática e clara. Este é um exercício imprescindível para tornar inteligível uma realidade demasiado complexa para a capacidade de compreensão humana. Contudo, o mundo social não possui estes atributos sendo, pelo contrário, complexo, desorganizado e confuso. Justamente, a divisão dos nossos entrevistados nas três categorias de condição perante o trabalho em que eles se encaixam neste perfil (estudantes, desempregados e domésticas, para além dos trabalhadores), e que a pesquisa aceita, é desafiada pela análise das suas trajetórias laborais. O cerne do problema é a definição de si, em especial como estudante ou como desempregado, na relação com a precariedade e a trajetória profissional. Esta definição, muito associada à identidade no mundo do trabalho, tende a simplificar e a desconsiderar a atividade laboral, o trabalho desenvolvido.

Muitos não se consideram trabalhadores, devido à natureza das atividades que realizam. Em regra, estas são informais, precárias (mesmo irregulares ou até erráticas) e mal remuneradas. Comparam-se com o padrão do emprego sem termo, com a estabilidade de trabalho e de rendimento que lhe está associada, e declaram-se não trabalhadores. Quase todos fazem biscates com alguma frequência, em especial os desempregados. A dimensão subjetiva da relação com o trabalho intromete-se, portanto, nas dimensões mais objetivas, matizando-as e complexificando-as.

Entrevistadora: Está bem. Então, tu estás desempregado há quanto tempo, não é?

Entrevistado: É a mesma pergunta que a tua colega está a fazer. Eu nunca estive empregado [risos]. Se eu nunca trabalhei...

Entrevistadora: Não. Tu já trabalhaste [no momento desta afirmação a entrevista já ia longa e a entrevistadora espanta-se].

Entrevistado: Nunca trabalhei! Como é que eu trabalhei?! Fazia biscates! Nunca trabalhei com contrato ou com algo do género. Nunca, nunca, nunca, nunca. (P2.4_Almada, sexo masculino, 40 anos)

Refira-se, também, que, de entre os fatores objetivos que caracterizam a relação com o mundo do trabalho, podemos encontrar, em primeiro lugar, as estratégias utilizadas para se procurar emprego. Nestas, salientam-se as que envolvem a mobilização das redes interpessoais, os pais, os amigos... Contudo, as estratégias individuais, que passam pela procura nas fábricas das redondezas ou pela resposta a anúncios, não estão ausentes, embora envolvam um menor número de indivíduos. Uma questão importante: praticamente não existem casos de envolvimento dos serviços sociais, das autarquias ou dos centros de emprego neste perfil. São estratégias constrangidas que limitam, no espaço e nas redes de sociabilidade, os recursos para se encontrar uma atividade laboral, com evidentes consequências na qualidade das atividades efetivamente conseguidas.

Tudo isto se traduz na existência de uma trajetória de emprego em carrossel para a grande maioria dos entrevistados, como se definiu no perfil anterior (Diogo, 2010). Esta é marcada pela entrada e saída das mais variadas atividades, uma situação de precariedade que se estende no tempo, associada à informalidade e a períodos de desemprego. Com regularidade, os indivíduos encontram-se na situação intermédia entre emprego e não trabalho (desemprego, condição de doméstica ou de formando ou participante em programa ocupacional). Por muito que

estes indivíduos mudem vertiginosamente entre diversas atividades, não saem do mesmo lugar social, como acontece nos carrosséis.

No que respeita aos aspetos mais estritamente relacionados com a dimensão mais subjetiva da relação com o mundo do trabalho, esta aparece-nos associada à definição de si em relação ao trabalho ou, dito de outra forma, remete para o lugar que o trabalho ocupa na identidade social dos indivíduos (Dubar, 1991). Salienta-se o papel da precariedade laboral na obstaculização da definição de si a partir de uma profissão e, também, a própria desqualificação das atividades desenvolvidas, sendo difícil aos entrevistados categorizar, por referência a uma atividade profissional, as tarefas desempenhadas. Este tipo de dificuldade é particularmente claro nas tarefas agrícolas, mas está longe de se limitar a esse universo.

Entre os entrevistados uma coisa é trabalhar, ou seja, exercer uma atividade, e outra é estar empregado, o que implica uma ligação contratual a uma organização.

Entrevistado: A gente aqui, a trabalhar na agricultura, andar atrás de animais e assim... não é vida. Eu sou obrigada porque... porque não tenho mais outros recursos. Eu se tivesse aqui um empregozito, um empregozinho qualquer, eu não andava tanto na agricultura como ando, não é? Mas tem que ser. (P2.3_Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Por contraste, em alguns casos é possível verificar uma forte vontade de alguns indivíduos em designar-se como trabalhadores, mesmo que isso não esteja associado a uma atividade profissional específica e mesmo que esse trabalho esteja associado à penosidade. Abnegação, espírito de sacrífico, estoicismo, conformismo são termos que se

podem associar aos discursos de alguns entrevistados em relação à forma como se definem como trabalhadores e como entendem o mundo do trabalho. É disso exemplo o excerto acima.

No que diz respeito à satisfação com o trabalho, os que declaram gostar do trabalho que têm (e/ou tiveram) associam-no com regularidade aos atributos acima identificados. Se se pode analisar a satisfação em relação ao trabalho através da dicotomização expressa no par disjunto gosto/desgosto, a análise das entrevistas vem mostrar que estamos em presença de uma relação bem mais complexa. Desde logo, porque se associa o gosto ao sacrifício, como temos vindo a referir, mas também porque este é associado, em alguns casos, a fatores que expressam desgosto de uma forma mais vincada do que a ideia de sacrifício, assumindo aqui particular relevância a penosidade. Concretizando, alguns entrevistados declaram gostar da sua atividade laboral, mas associam imediatamente esse gosto a atributos que habitualmente são classificados como fatores de insatisfação profissional.

Nos casos em que se verifica inequivocamente satisfação pelo trabalho, o que podemos verificar é que esta está associada a valores extrínsecos (Cabral, Vala e Freire, 2000; Vala, Cabral e Ramos, 2003), relacionados com questões exteriores ao trabalho em si, como o ordenado ou a relação com os outros (colegas, clientes, patrões...).

Alguns entrevistados, quando questionados acerca da sua relação com o trabalho que desenvolvem (ou desenvolveram), expressam inequivocamente o seu desgosto, em especial pela penosidade que este envolve, e apontam como fator de valorização, e motivação para o exercer, a necessidade de sobrevivência.

Entrevistada: É assim, não gostei de nenhuma em concreto, lá está, são experiências que levo para a vida em questão de maturidade, saber o que custava trabalhar para ganhar o nosso próprio dinheiro, saber lidar com as outras pessoas é porque a pessoa sai do mundo escolar em que a gente não tem que trabalhar, a gente quer um par de calças, quer lanchar fora pede dinheiro aos pais, mas temos que começar a trabalhar a arranjar responsabilidade, os meus pais desde que a gente começou a trabalhar incutiram-nos todos os meses dar uma ajuda, essa ajuda era para a gente saber o que é, todos os meses ter que ter a responsabilidade de ter que pagar alguma coisa. Eu passei por fases em que eu, desde dos meus 16 anos até aos meus 19, eu fui viver para o XXXX sozinha e estudar. Vim para o XXXX, tive a viver em casa dos meus pais mais dois anos que seja, saí de casa dos meus pais e fui viver para um quarto alugado. [...]

Entrevistadora: Então o trabalho é uma coisa que fez, esses trabalhos que foi fazendo não é, foram trabalhos que foi fazendo por sobrevivência.

Entrevistada: Sim, não por gosto.

Entrevistadora: E não desenvolveu nenhum gosto em particular em nenhum deles?

Entrevistada: Não, nenhum. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Noutros depoimentos também são identificados outros fatores justificativos da não satisfação com o trabalho, tais como os fracos rendimentos auferidos, as poucas perspetivas em relação ao futuro e as relações conflituais que os contextos de trabalho potenciam.

Em conclusão, para lá da diversidade de trajetórias laborais dos entrevistados salienta-se o facto de todas assumirem a configuração de trajetórias de emprego em carrocel. Este conceito condensa a ideia

de uma temporalidade relativamente longa, em que as atividades são exercidas sob uma precariedade laboral, caracterizada pelos baixos salários, penosidade sentida (dimensão subjetiva) e sofrida (dimensão objetiva) e pela informalidade da relação contratual⁵⁷. Isso traduz-se na dificuldade dos indivíduos em se identificarem como trabalhadores e em manifestarem satisfação pelo trabalho, num contexto em que o seu enquadramento em instituições de apoio ao emprego é praticamente nulo.

7.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Poucas foram as pessoas deste perfil que afirmaram a suficiência dos seus rendimentos. Na maioria dos casos, foi transmitida uma perceção de que os rendimentos não eram (ou nem sempre eram) suficientes, o que gerava situações de maior constrangimento financeiro. Deve ser registado, a este nível, como entre pessoas mais novas parece existir uma perspetiva consideravelmente ampla relativamente ao que é a (in)suficiência de rendimentos e, concomitante, privação.

Em muitos casos, estes respondentes mais jovens estabeleceram uma clara distinção entre níveis de privação, parecendo também estar clara, nas suas mentes, a distinção entre pobreza e miséria. Se, para pessoas mais velhas (no perfil anterior), o dispor de um teto e de comida na mesa parece, por vezes, suficiente para hesitar no assumir de uma situação de privação, os respondentes mais jovens estenderam a possibilidade de privação a outros aspetos considerados como essenciais em sociedades contemporâneas, como o acesso à *internet*, reiterando que era, por vezes, necessário privarem-se do acesso a alguns bens de consumo essenciais, qualificados como «luxos», tais como a compra de roupa e calçado.

Algumas pessoas entrevistadas, com idades próximas dos 30 anos, juntaram um elemento importante a este raciocínio, coincidente com a fase da vida em que se encontravam: a consciência de estarem face a um ciclo vicioso comprometedor da exequibilidade (simultânea) dos seus desejos de não privação e de autonomização. O caso concreto de uma entrevistada é exemplificativo deste dilema. À decisão de deixar a escola após terminar o 12º ano, de forma a ter o seu próprio rendimento, sucederam-se várias tentativas de autonomização sempre goradas por situações de desemprego e pela necessidade de regressar ao agregado de origem.

Entrevistada: É complicado, eu estou numa fase em que tenho 26 anos. Eu gostava de, por vezes, por exemplo, ir passear, comprar uma roupa, querer ir viver sozinha, comprar um carro que eu não tenho – ando com o do meu irmão – pequenas coisas que precisamos para nos fazermos à vida. Coisas que eu não consigo ter porque não tenho emprego. E, mesmo assim, eu tendo um emprego, poderei ter dinheiro para esses pequenos luxos, mas não tenho dinheiro para ter uma independência. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Nos casos de respondentes mais velhos residentes em agregados com crianças dependentes, que afirmaram a insuficiência dos rendimentos, o bem-estar dessas crianças apareceu como preocupação claramente vincada parecendo também, de alguma forma, servir como justificação (adicional) à sua consideração de que os rendimentos de que dispunham eram insuficientes.

Em alguns casos, registou-se uma lógica invertida e a tónica foi colocada na adequação das vivências e, conseqüentemente, das necessidades aos rendimentos disponíveis e não destes àquelas. São

casos em que o próprio discurso das pessoas entrevistadas associou, de forma próxima, duas dimensões inconciliáveis na prática: a suficiência dos rendimentos, ainda que associada à necessidade de adaptação, e a existência de situações de privação.

Entrevistada: Eu adapto-me sempre, nós conseguimos adaptar-nos conforme as nossas necessidades, mas privamo-nos de muitas coisas que nós poderíamos fazer e podíamos fazer antes. [...] Vamos juntando, lá está, aquela flexibilidade de nós podermos não pagar a renda. OK, não pagamos este mês, pagamos no próximo mês, completamos no próximo mês. Sei lá, estamos a uma semana do final do mês e não temos dinheiro para comer, então vamos tirar a renda, que nós ainda não pagámos e é isto que nos facilita no final. Porque se nós tivéssemos pago, aí teríamos que ir pedir ajuda. [...] Não é que eu queira, que esteja a adorar viver nesta realidade, mas pronto, [...] Claro que uma pessoa sofre, claro que sofre, mas... mas pronto... (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

Fica aqui, pois, patente a necessidade de, apesar de tudo, e tal como foi já referido noutros estudos incidindo sobre a população em situação de pobreza, os indivíduos sentirem que detêm algum controlo sobre a sua situação (Dominy e Kempson, 2006; Sheehy-Skeffington e Rea, 2017). Como refere um estudo recente sobre a forma como a pobreza afeta os processos individuais de tomada de decisão,

muitas das decisões e comportamentos menos adequados associados a grupos de baixos rendimentos são caracterizados por um enfoque preferencial no presente (em oposição ao futuro), ao factual (em oposição ao hipotético), nos que estão socialmente perto (em

oposição aos que estão socialmente distantes) e no «aqui» (em oposição a sítios distantes). (Sheehy-Skeffington e Rea, 2017, p. 1)

Ficam também evidentes algumas das estratégias utilizadas pela população pobre para fazer o dinheiro e outros recursos esticar tanto quanto possível (Daly e Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015), bem como a «gestão» que Tach e Greene designaram de «roubar a Pedro para pagar a Paulo». Tal como as autoras referem, as estratégias de gestão da dívida por parte de agregados pobres

são influenciadas por um desejo de promoção de uma identidade social autossuficiente e financeiramente responsável. As famílias, quando confrontadas com dificuldades económicas, denotam relutância em pedir auxílio porque isso mina a sua identidade. [...] As famílias tipicamente optam pelo malabarismo na gestão das suas dívidas em privado mais do que virarem-se para redes sociais de apoio. (Tach e Greene, 2014, p. 1)

Por outro lado, é preciso não esquecer que, em muitos casos, a necessidade de poupar e de fazer esticar o dinheiro foi uma constante ao longo da vida destas pessoas, tornando-se, de certa forma, quase inconsciente (Dominy e Kempson, 2006). Como tal, muito poucas pessoas entrevistadas – e destas, apenas jovens – referiram não conseguir identificar um momento de vida particularmente difícil em que tenham sentido que os seus rendimentos não eram suficientes salientando, sobretudo, o facto de nunca ter faltado nada.

Na maioria dos casos, porém, foram identificados momentos particularmente difíceis, que incluem situações concretas de privação a diferentes níveis, inclusive ao nível da alimentação. Neste contexto,

o bem-estar das crianças do agregado realça-se, pois, novamente como preocupação claramente vincada. É entendido que os elementos adultos do agregado podem «passar com qualquer coisa» para que nada falte às crianças. Para além de uma dimensão mais objetiva, é notória, a partir de alguns discursos, também a vontade de proteger as crianças da constatação de situações de privação.

Entrevistada: Foi na altura em que tive que criar os dois [filhos] mais velhos. Foi muito complicado. Porque muitas vezes tinha que lhes dar de comer e não sabia como. Pedia dinheiro, às vezes pedia de comer às pessoas que são minhas amigas, que me ajudavam. E por exemplo, ao meio-dia, eles comiam na escola, não é, porque durante o dia estavam na escola, e à noite fazia uma sopinha e era o que nós comíamos. Era assim que eu me orientava. Eles comiam melhor na escola ao meio-dia e à noite comiam uma sopinha, comiam sopinha e pouco mais. [...] Muitas vezes eu não comia. (P2.5_VPAguiar, sexo feminino, 49 anos)

No entanto, poderá inferir-se, a partir do discurso de respondentes jovens sobre a sua infância, que a pobreza e a privação não terão, provavelmente, deixado de ser notadas pelas crianças. Isto apesar do esforço, assinalável, realçado por várias pessoas entrevistadas.

Compreensivelmente, a avaliação subjetiva do percurso de vida feito pela maioria das pessoas entrevistadas não é a mais positiva. Ainda assim, quando instadas a identificar momentos mais positivos, uma parte significativa identificou situações relacionadas com o contexto familiar. Quando tal acontece, as pessoas referidas compõem um leque amplo que inclui filhos mas que contempla, inclusivamente em muito maior número de casos, outras relações em muito dependentes da

idade, quer relativamente a ascendentes – mãe, avó⁵⁸ – quer relativamente a descendentes – netos.

A escolaridade apareceu, em alguns casos, como um dínamo positivo. Por vezes tratou-se de um regresso à escolaridade (ao nível do Ensino Básico) numa fase mais tardia da vida. Noutras, e no caso das pessoas mais jovens, diz respeito ao nível secundário ou a um nível de habilitação superior. O «alargar de horizontes» referido por estas pessoas também o foi por outros respondentes, mais velhos, surgindo também associado, por exemplo, ao trabalho e a determinadas conquistas que foram possíveis graças ao esforço pessoal. No caso de respondentes mais jovens, o terem pago, eles próprios, por exemplo a carta de condução ou um computador proporcionou-lhes, de alguma forma, uma sensação de vitória.

Quanto aos aspetos negativos, eles surgiram associados, em muitos casos, a situações de doença, seja das próprias pessoas entrevistadas seja de familiares, com destaque para depressões, situações de cancro e também de *alzheimer*. Muito prevalentes foram também situações de morte de familiares.

As questões de saúde merecem uma atenção especial no que ao trabalho respeita. Isto porque problemas graves de saúde, da própria pessoa ou de um familiar podem estar associados à pobreza, quer pelas despesas acrescidas que significam para o agregado familiar, quer pelo impacto no trabalho. Este impacto está associado à incapacidade do doente para trabalhar e por isso não contribuir para o orçamento familiar, mas também à necessidade de existir um cuidador que fique a tomar conta da pessoa doente (reduzindo o tempo disponível para o trabalho, ou mesmo impedindo-o).

Os problemas crónicos e graves de saúde podem, aliás, ser identificados como um fator espoletador da pobreza, ou como algo que resulta da própria situação de pobreza. Em relação a este último aspeto, veja-se a questão das penosidades associadas a algumas das atividades desenvolvidas. Uma atividade penosa pode, na diacronia, criar um problema de saúde grave e incapacitante. Quase metade das pessoas entrevistadas não fez menção a problemas de saúde. Isto não significa que não tenham existido, dado que a questão da saúde não era alvo de uma secção específica no guião de entrevista, resultando sobretudo da introdução espontânea dos/as respondentes no seu discurso⁵⁹.

Para além da questão da doença, uma outra regularidade na vida dos indivíduos é o contacto com a morte. A morte está menos ligada às questões do trabalho do que a doença, mas não deixa de ter um impacto importante. Apesar de a questão não ser colocada de forma expressa, poucas foram as pessoas que não a referiram ao longo da entrevista. O principal efeito que se pode observar dos relatos sobre as mortes tem a ver com o impacto emocional na vida dos indivíduos. Na maior parte dos casos eram pessoas com quem os entrevistados tinham laços emocionais (mãe, pai, irmãos, tio, avós) mais ou menos próximos, é isso que os faz falarem deles nas entrevistas, mas os efeitos não são apenas emocionais. Com frequência, essas mortes significam menos recursos em casa ou menor apoio numa qualquer atividade. Se, por si só, não explicam a situação de pobreza, ajudam a explicar a sua reprodução ao longo da vida dos indivíduos. O tipo de mortes em causa também contrasta com os do perfil anterior, em que o falecimento precoce ou muito precoce de crianças e de jovens adultos era mais presente.

Entre os aspetos mais negativos da vida são, ainda, referidas situações de violência física e/ou psicológica num quadro mais amplo de

instabilidade familiar. Algumas pessoas referiram episódios associados ao desemprego e a situações difíceis decorrentes de salários inconsistentes ou em atraso. Associados a estes casos, mas não só, surgiram também contextos em que o emprego existia e/ou o seu rendimento era regular, mas em que a privação era muito evidente. Por vezes surgiram referências a bens materiais, mas foi a dimensão da alimentação que surgiu, novamente, de forma mais preponderante.

Para algumas das pessoas entrevistadas pareceu tornar-se crucial realçar os seus esforços na proteção de outras pessoas, nomeadamente filhos, das situações mais difíceis experienciadas, mesmo que tal tenha implicado estratégias de privação para si, alimentar e outras.

É curioso verificar como, para algumas pessoas, momentos mais positivos e mais difíceis surgiram, de alguma forma, associados. Exemplo disso é o caso de um entrevistado para o qual a obtenção de uma habitação deu lugar a um período muito difícil em que trabalhava na recuperação da mesma após um dia de trabalho. Ou o caso de uma entrevistada que referia como situação positiva o facto de, na sequência da perda do emprego pelo marido, ele ter recebido um valor relativo à compensação e a direitos adquiridos que lhes permitiu maior folga financeira.

Apesar de tudo, poucos foram os casos de pessoas que consideraram que a sua vida tinha piorado, da mesma forma que poucas referiram percursos «de altos e baixos». De facto, a maioria das pessoas entrevistadas considerou que a sua vida tinha vindo a melhorar, alicerçando, porém, tal convicção sobretudo em aspetos intangíveis. Ganha realce em termos de discurso uma componente de «aprendizagem» que, muitas vezes, mais não é do que uma habitação, uma acomodação ao modo de viver e estar em situação de pobreza.

7.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal

No que respeita à condição perante o trabalho, na sua maioria, os entrevistados integrados neste perfil partilham uma condição social que se caracteriza, como referimos anteriormente, pela ocupação instável de zonas de interseção entre emprego, desemprego e inatividade, cujas fronteiras, como assinala Demazière (2014, p. 22), são difíceis de estabelecer. Tratando-se de indivíduos em idade ativa, a proteção social é assegurada através de três redes de proteção com níveis diferentes de abrangência e carácter inclusivo. Uma primeira de proteção de natureza ocupacional baseada na carreira contributiva, uma segunda rede de proteção de natureza universal baseada no princípio de cidadania e sujeita a condição de recursos, complementadas por uma rede última, não conferente de direito, de assistência social clássica.

A análise da trajetória laboral e situação atual perante o trabalho dos entrevistados deste perfil e dos seus familiares permite apurar que só uma pequena parte beneficiou de proteção social em períodos de desemprego não existindo, à data das entrevistas, qualquer indivíduo a beneficiar do subsídio de desemprego.

Note-se que o subsídio social de desemprego foi criado para ampliar a cobertura dos trabalhadores com trajetórias menos estáveis, e que podem experimentar dificuldade em retornar rapidamente ao mercado de trabalho, na modalidade de subsídio subsequente. Este subsídio tem como condições de acesso, para além da permanência na situação de desemprego, o cumprimento da condição de recursos em que os rendimentos mensais por pessoa do agregado familiar do requerente não podem ser superiores a 80% do Indexante dos Apoios Sociais (IAS),

o que corresponde a 348,60€ (valores de 2019). São considerados para apuramento do rendimento familiar a quase totalidade dos rendimentos passíveis de serem auferidos pelo agregado familiar, incluindo outras prestações sociais, com exceção das prestações por encargos familiares por deficiência ou dependência. Esta condição de recursos tem como consequência que o acesso ao subsídio social de emprego seja apenas possível para agregados familiares com uma condição de recursos claramente abaixo do limiar de pobreza (cf. livro eletrónico sobre os Precários) questionando a adequação desta, como de outras prestações sociais, na prevenção e combate à pobreza revelando que

o sistema continua muito longe de se reconfigurar de modo a acompanhar as transformações rápidas do mercado de trabalho português – quer do ponto de vista do aumento do *stock* e do fluxo de desempregados, quer considerando a crescente precariedade e predomínio de relações contratuais atípicas. (Silva e Pereira, 2012, p. 142)

Na ausência ou limitação da proteção social face ao risco de desemprego através dos mecanismos próprios do regime geral de segurança social (modalidade de seguro social) existe para os entrevistados a possibilidade de recurso ao Rendimento Social de Inserção (RSI, proteção social universal) enquanto última rede de segurança. Verifica-se, no entanto, para o conjunto dos entrevistados, um usufruto limitado deste direito social o que será explicável quer pelo facto de esta rede última de proteção social de cidadania se revelar sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 134), quer pelas alterações profundas introduzidas em 2010 e 2012 nas regras de elegibilidade que limitaram de forma muito acentuada o acesso dos indivíduos em situação de pobreza a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos e a

sua eficácia na redução da intensidade da pobreza (cf. livro eletrónico sobre os Precários).

Em 2016, foi reposta a escala de equivalência da OCDE, que havia sido adotada com a alteração de 2010, registando-se por esta via uma melhoria do limiar de referência. No entanto, a relação com a linha de pobreza não registou nenhuma alteração, uma vez que não teve lugar a atualização do IAS, que se manteve congelado entre 2009 e 2017. Deste modo, apesar da reintrodução de ponderadores mais favoráveis, a possibilidade de o Rendimento Social de Inserção funcionar como uma rede de proteção última para os indivíduos pobres e/ou seus familiares é limitada, verificando-se uma depreciação do valor do RSI face à linha de pobreza, devido ao aumento do rendimento mediano.

As limitações assinaladas não obstam, no entanto, que em alguns casos e períodos o RSI possa mitigar situações de pobreza extrema que afetam a vida pessoal e familiar pois, como se assinalou, esta prestação social foi desenhada como medida de

combate à pobreza através de mecanismos que assegurem às pessoas e seus agregados familiares recursos que contribuam para a satisfação das suas *necessidades mínimas* e para o favorecimento de uma progressiva inserção social, laboral e comunitária, respeitando os princípios da igualdade, solidariedade, equidade e justiça social. (Lei n.º 45/2005)

Face à não proteção social pela rede ocupacional e pela rede universal de garantia mínima de rendimento, resta aos entrevistados e/ou outros membros da sua família, no que respeita às políticas públicas, o recurso a apoios assistenciais, Estes traduzem-se em apoios pontuais, monetários ou em espécie, incertos e temporários, dependentes da avaliação,

pelos serviços de segurança social ou outros serviços públicos, da situação de necessidade e condição de recursos, sujeitos a decisão discricionária dos serviços da segurança social e não juridicamente reclamável. Entre os indivíduos ativos dependentes que se integram neste perfil de pobreza os apoios assistenciais recebidos ocorrem num número limitado de situações.

Quanto ao trabalho informal, como assinalámos, encontra-se num conjunto de entrevistadas, trabalhos informais em serviços pessoais e domésticos e trabalhos sazonais na agricultura. Estes últimos, em alguns casos, são partilhados com o trabalho doméstico e com a situação de cuidadora de ascendentes necessitados de cuidados. A aprovação, em setembro de 2019, do Estatuto do Cuidador Informal (Lei n.º 100/2019), com a alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social abre novas perspetivas ao reconhecimento desta atividade socialmente relevante e ao estatuto destas cuidadoras.

A análise das entrevistas confirma, à semelhança do observado para outros perfis, mas de uma forma muito mais vincada, a importância da solidariedade da rede familiar na mitigação da pobreza que afeta os indivíduos e as suas famílias nucleares, mas evidencia, igualmente, a ausência da solidariedade familiar (em alguns casos), não só pela sua eventual falta de condições para prestar o auxílio, mas pelo distanciamento e desaprovação face às opções de vida tomadas pelos filhos, como é expresso nas narrativas de algumas das entrevistadas.

Entrevistadora: Neste percurso, quais foram os momentos mais difíceis?

Entrevistada: Foi na altura em que tive que criar os dois mais velhos. Foi muito complicado. Porque muitas vezes tinha que lhes dar de comer e não sabia como. [...]

Entrevistadora: Sente que em alguns desses momentos que viveu, esses momentos difíceis, teve alguma volta, em que a vida mudou completamente?

Entrevistada: Não, não existiu volta na minha vida. A minha vida praticamente é quase igual. Tenho que lutar, não posso cruzar os braços, para ganhar o dia a dia, porque com 250 é complicado viver, mas nunca fui mulher de abaixar os braços. É isso que me dá a adrenalina, a força para eu viver e dizer assim: eu vou, levanto-me e eu caio, mas torno a levantar. Eu caio, mas torno a levantar e assim fiz toda a vida. Porque eu nunca tive a ajuda dos pais, a minha mãe às vezes me via, e meu pai, que passava extrema necessidade e com fome e não queriam saber. [chora e falha a voz] (P2.5_Vila Pouca de Aguiar, 49 anos, sexo feminino, atividade informal)

Quando analisamos as trajetórias dos entrevistados deste perfil verificamos que a maior parte não apresenta carreiras contributivas para o sistema de segurança social, excetuando os indivíduos empregados e outras, poucas, situações. Numa dimensão prospetiva, são particularmente críticas determinadas questões respeitantes ao trabalho sem enquadramento no sistema de segurança social. Esta situação limita o acesso à proteção social no desemprego, na doença e face a outros riscos sociais, implicando também a não construção de uma carreira contributiva e a proteção face à pobreza na velhice, ao limitarem de forma significativa o direito a pensões estatutárias.

Outra dimensão relevante respeita à sua experiência de relação com os serviços sociais incluindo quer os serviços de segurança social, quer os

serviços sociais municipais e de instituições privadas de solidariedade social, e ainda os serviços de emprego e formação profissional. O apoio material e a qualidade do acompanhamento e suporte prestado são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços sociais. Maioritariamente são expressas apreciações críticas, mas registam-se igualmente testemunhos positivos, verificando-se que em alguns casos, se registam avaliações distintas em função dos serviços envolvidos.

Assim, o depoimento seguinte revela diferentes facetas numa relação complexa, tensional, que se estabelece entre indivíduos em situação de pobreza e diferentes tipos de serviços sociais:

Entrevistadora: E os serviços sociais, de que falou quando viveu um período de desemprego...

Entrevistada: É assim, vou dizer sinceramente, esses serviços existem, mas não é para pessoas como eu.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistada: Porque exigem demasiado, controlam demasiado e eu não gosto de ser controlada. Tem que mostrar os papéis disso, eu não tenho nada a esconder. Parece que estamos a mendigar algo, se a gente não precisasse não precisava de ir pedir. Só que há pessoas que não precisam e até vão pedir e é muito mais facilitado. [...]

Entrevistadora: Então acha que esses serviços controlam mais do que ajudam?

Entrevistada: Sim, sim. Eu estava a falar com uma assistente social que se virou para mim e perguntou: «e o seu companheiro não a ajuda?» E eu disse: «eu não tenho companheiro!» É que partem do princípio que toda mulher que está sozinha tem que ter um companheiro. Fazem um pré-juízo. Faz-me lembrar assim: não

cometi nenhum crime, não matei ninguém. Gosto de trabalhar, sou bem-disposta, não sou obrigada a ter que mendigar para ter alguma coisa qualquer e ainda ser julgada pelo aquilo que não tenho, tenho que me justificar daquilo que não sou. (57 anos, sexo feminino, empregada, Guimarães).

Uma das dimensões que perpassa, assim, nas narrativas críticas sobre a relação com os serviços sociais, para além da dificuldade e escassez dos apoios recebidos, é a do julgamento sobre quem pede ajuda, os pré-juízos que enformam o olhar dos profissionais, o controlo exercido sobre a suas vidas, a exposição a que os requerentes têm que se submeter, com frequência a troco de muito pouco.

7.7. Redes de apoio não institucional e território

À semelhança do que ocorre nos outros perfis, neste as narrativas são atravessadas pela privação, ainda que a forma como esta é percebida pelos sujeitos não seja exatamente coincidente. Com trajetos de vida já marcados pela precariedade laboral, apesar de alguns terem poucos anos de trabalho, os indivíduos entrevistados, em especial os mais jovens e escolarizados, têm uma sensível compreensão da situação social em que se encontram e do modo como a privação material condiciona as suas vidas quotidianas, tornando assim ainda mais relevante o papel das redes de apoio informal. As narrativas dos entrevistados mais novos revelam os efeitos das estruturas sociais nas desigualdades sociais, mostrando como a pobreza se reproduz socialmente, não obstante muitos lembrarem, como assinala M. C. Silva (2018, p. 692), «repetidamente estarmos perante uma sociedade democrática e de igualdade de oportunidades, solidária e de bem-estar». Objeto de atenção de Bourdieu no extraordinário trabalho

que coordenou nos primeiros anos da década de 1990, estas entrevistas confrontam-nos com a persistência da privação imposta por uma ordem social que tem, sem dúvida, feito recuar a grande miséria (menos, todavia, do que se diz com frequência), mas que, diferenciando-se, tem também multiplicado os espaços sociais (campos e subcampos especializados), que têm oferecido as condições favoráveis a um desenvolvimento sem precedentes de todas as formas da pequena miséria (Bourdieu, 2008 [1993], p. 13).

Estas formas de «pequena miséria» são particularmente impactantes no grupo de indivíduos que constituem este perfil, incluindo aqueles que ainda estudam, nomeadamente no Ensino Superior. Trata-se de estudantes universitários pobres, confrontados a todo o tempo com situações de privação, estrangidos a escolher permanentemente entre distintos bens e serviços que são fundamentais a uma existência confortável e até mesmo entre básicos, como a alimentação ou o transporte. Sendo, cada vez mais, o diploma universitário, em especial nas áreas das ciências sociais, escolha estrangida de parte significativa dos estudantes pobres, o debate em torno do salário estudantil, inseparável de um outro debate, o da desigualdade social, mais mediático hoje por força nomeadamente dos impactos da crise sanitária que vivemos, adquire uma renovada atualidade. Pode até ser entendido como surpreendente que as ajudas informais, ao mesmo tempo que colmatam necessidades fundamentais, como o vestuário, concorrem para produzir a diferença social que estigmatiza:

Entrevistadora: O *bullying* maior era pela falta...

Entrevistado: De jeito para jogar futebol e de roupa também.

Entrevistadora: E de quem recebia as roupas, lembra-se?

Entrevistado: Familiares, às vezes os colegas de trabalho da minha mãe também, a própria patroa da minha mãe de vez em quando ainda envia roupa.

Entrevistadora: Hoje mantém-se só com a sua bolsa ou ainda tem auxílio dos seus pais?

Entrevistado: Sim, tenho o auxílio dos meus pais porque só a bolsa não chegava.

Entrevistadora: Não é suficiente?

Entrevistado: Não, os meus pais têm que dar por volta, tirando alimentação, porque essa parte eu nunca fiz contas, mas também deve ser muito alta, cem euros por vezes precisam dar-me por fora da bolsa.
[...]

Entrevistadora: E quando precisa de alguma ajuda, quando tem algum problema, a quem pede ajuda?

Entrevistado: Basicamente para minha família, que são as primeiras que eu peço opinião e também para minha namorada porque estuda também lá em XXXX. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Se a regra neste perfil é a ajuda ancorada na linha familiar direta (pais e avós), não é raro que se encontrem situações em que o apoio, nomeadamente sob a forma de dinheiro ou pagamento de bens e serviços, é fornecido por outros familiares – por exemplo, irmãos, tios e primos –, ou indivíduos com quem os beneficiários têm laços pessoais fortes, como é o de padrinho e afilhado, não sendo provável que o local de residência produza algum efeito na existência destes vínculos familiares. Quer isto dizer que o parentesco continua a funcionar como um mecanismo forte de apoio social, mostrando-se relativamente insensível aos efeitos produzidos pelas dinâmicas de urbanização.

Quem recebe não deixa de encarar as dádivas com constrangimento, desejando que fosse ao contrário, pois tal significaria que se estaria noutra condição socioeconómica. Receber é, assim, entendido, como a expressão material do fracasso pessoal, da incapacidade de prover a si e aos seus dependentes com os recursos materiais necessários à sobrevivência e às despesas quotidianas que ela exige. Nestes recursos destaca-se o acesso a um salário proporcionado por um trabalho, mesmo que seja desqualificado – um «empregozinho» – nas palavras de uma das entrevistadas. Ora, esta importância do trabalho não só se coloca em contraponto a algumas leituras que sugerem a sua desvalorização e perda de centralidade na sociedade contemporânea, como oblitera a relevância das estruturas em relação aos indivíduos e sua agência, apesar de tal ser assumido por estes, pois a «a pobreza não é fruto do acaso nem uma mera consequência de falhas e/ou omissões de origem individual. Não se trata de algo natural ou irrevogável. Ela é e está inscrita na estrutura social» (Portela, 2008, p. 111). Como refere um dos entrevistados:

Entrevistada: Eu gosto de ajudar, eu gosto mais de dar do que pedir. Eu gosto mais de dar às pessoas do que estar a pedir, dizer assim: olha, eu não tenho, vou pedir àquela pessoa. Não, eu gosto de ter e de ajudar e que me ajudem a mim também. Mas se tivesse um empregozinho, por exemplo a trabalhar, um empregozinho qualquer, eu gostava, mas pronto, não há essas possibilidades, tem que se ir conforme a gente pode, não é? (P2.3. Boticas, sexo feminino, 38 anos)

Em linha com o observado no Perfil 1, a vulnerabilidade dos entrevistados do atual perfil também se exprime através da habitação, sendo patente a existência de condições muito deficientes e com escasso conforto, seja devido à falta de saneamento básico e quarto

de banho – ainda presente nas casas de alguns indivíduos que habitam nas aldeias –, seja devido aos problemas de isolamento térmico, agravados pela pobreza também energética dos entrevistados, humidades, falta de ascensores no caso de quem reside em prédios, seja simplesmente espaço insuficiente no interior da habitação, considerando a relação entre esta e o número de pessoas nela residentes. Como acontece com o Perfil 1, são constrangimentos que nenhum tipo de apoio informal pode minimizar. Também com o território, muitas das avaliações dos entrevistados remetem as responsabilidades pelas deficiências que encontram para a esfera autárquica e mesmo nacional, sendo expressão de políticas públicas deficientes e da incapacidade dos diversos níveis do Estado em prover bens públicos tão simples, mas cruciais, como segurança, transportes coletivos ou saneamento básico. Adicionalmente, no discurso de alguns dos entrevistados, sobretudo residentes em grandes cidades, como no Porto e em Lisboa, sobressai a existência de conflitos interétnicos, relevando também aqui que o país é atravessado por disputas que envolvem, nomeadamente, minorias étnicas como a cigana e a de origem africana:

Entrevistada: Os negativos... lá está... correr o risco de nos roubar o carro, sermos assaltados...

Entrevistadora: Ter uma confusão com o vizinho, como aconteceu há dias com a sua mãe...

Entrevistada: Ou porque o cão fez isto, ou porque vai o outro, passa com a bicicleta e risca o carro.

Entrevistadora: Há muita intolerância?

Entrevistada: Sim, muita, e já não é tanto com os da nossa raça, mas sim com a raça cigana.

Entrevistadora: São conflituosos?

Entrevistada: São bastantes, e depois os pais não têm a consciência que os filhos é que são malcriados.

Entrevistadora: E quem está mal é que são os outros?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E isso cria instabilidade no sítio onde vivem? Não é um lugar seguro?

Entrevistada: Não, no sentido em que a gente não pode andar à vontade e viver sem chatice. (P2.2_Porto, sexo feminino, 26 anos)

Estas situações de conflitualidade e de insegurança contrastam com a que se vive em cidades de média dimensão ou em concelhos mais rurais. Aqui os problemas são outros, nomeadamente os provocados pela gentrificação associada ao turismo ou a falta de trabalho. Já em relação à habitação, os problemas relevados pelos entrevistados do Perfil 1 estão, em boa medida, presentes nas casas dos entrevistados neste perfil. Como refere uma das entrevistadas:

Entrevistadora: E a nível da casa em si? Isolamento, privacidade...

Entrevistada: Sim, sim. Nós temos... isolamento é assim... nós não temos isolamento térmico, não é? É uma casa que se está frio cá fora também está frio dentro de casa, se tá calor cá fora, também tá calor... Claro que não é assim tão igual, não é? Mas em termos de aquecimento, no inverno temos o fogão a lenha ou a lareira e de verão, pronto [risos], não temos nada. (P2.1_Castelo de Paiva, sexo feminino, 20 anos)

Procedendo a uma síntese e sublinhando as diferenças entre as grandes cidades face ao interior e aos Açores, nestes últimos territórios as principais queixas estão relacionadas com a falta de serviços públicos, nomeadamente na área da saúde, saneamento básico, oferta cultural e de animação, transportes coletivos, despovoamento, solidão e limpeza

dos espaços públicos. Já para os entrevistados que vivem nas cidades de Lisboa e Porto emergem outras preocupações, nomeadamente as relacionadas com a escassez de jardins e outros espaços públicos de fruição da paisagem. Quanto às condições de habitação, se é certo que existem preocupações comuns aos entrevistados – infiltração de água e humidade e deficiências no isolamento térmico –, já o problema do aquecimento é mais sentido no interior, sobretudo norte, em contraponto à falta de ascensores em prédios com muitos pisos. Nestes aspetos, este perfil não difere do anterior.

Relativamente ao território, as dificuldades são múltiplas. Ao mesmo tempo que se mantêm algumas das apreciações negativas enunciadas pelos entrevistados do Perfil 1, outras se juntam, em especial as relacionadas com o lugar, sobretudo quando este está particularmente tocado pelo turismo e pelos processos relacionados com a gentrificação. Como mostram alguns dos excertos fixados, a pobreza não deixa de se confrontar e exprimir através da «sinergia de pragas», como bem caracterizaram Parker e Camargo (2000) na sua análise da ligação da privação material com a infeção por VIH/sida. As narrativas dos nossos entrevistados tornam evidente como determinadas dinâmicas económicas e sociais com repercussões positivas, pelo menos no crescimento económico, impactam de forma violenta sobre os mais pobres, incluindo no domínio habitacional, colocando assim em causa o cumprimento de um direito social. A situação só não é mais grave pois, como vimos, alguns beneficiam do apoio da autarquia na provisão de habitação. Sem este apoio o destino seria o alojamento em habitações já sobrelotadas ou, mais grave ainda, a rua na condição de sem-abrigo.

7.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Cerca de metade das pessoas entrevistadas afirmou não viver em situação de pobreza, alicerçando tal convicção sobretudo na comparação que estabelecem com situações piores do que era naquele momento a sua, sejam elas de outras pessoas ou do seu próprio passado. No entanto, também pessoas entrevistadas que assumiram estar numa situação de pobreza relativizaram, ainda assim, a sua situação face a outras que consideram piores. Ponto comum nesta perceção parece ser a confusão que é estabelecida relativamente a uma situação de miséria (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010), sendo referidas, nomeadamente, as situações de quem passa fome e/ou se encontra em situação de sem-abrigo. Tratando-se de contextos em que a carência alimentar não representa uma realidade abstrata, mas antes uma característica experienciada no passado e, por vezes, também no presente, a disponibilidade de comida é referida, de forma evidente, como importante.

Entrevistado: Atualmente vivemos numa situação normal, porque para mim, lá está, normal é dois salários mínimos. Porque pobreza para mim, depois do que eu vivenciei e vi em outros locais, hoje eu não considero que seja pobre. Porque lá está, neste momento temos comida na mesa e eu consigo estudar, óbvio que com ajudas, mas consigo estudar. Os meus irmãos conseguem todos andar na escola e para mim pobreza é não ter acesso a escola, não ter acesso sequer muitas vezes à saúde, isso para mim é que é realmente pobreza. Óbvio que não tenho uma vida nem de perto de folgada, mas consigo viver, lá está. (P2.1_Guimarães, sexo masculino, 20 anos)

Dos poucos casos que assumem uma condição de pobreza sem relativizar a sua situação, realça-se a menção que algumas pessoas, sobretudo

de contextos mais rurais, fazem às solidariedades informais, que ajudam a minorar situações de privação. Adicionalmente, nestes contextos, a possibilidade de desenvolver uma agricultura de subsistência continua a revelar-se crucial para o mitigar de situações de privação alimentar.

Salienta-se, pois, aquela que é uma distinção clássica entre uma pobreza urbana e uma pobreza rural e que argumenta no sentido de que, tal como referem alguns autores, «a pobreza rural continua a contar com formas de solidariedade informais, que atenuam a dureza das condições de vida» (Perista e Baptista, 2012)⁶⁰.

Talvez também por isso, a maioria dos/as respondentes afirmou nunca ter sentido qualquer situação de discriminação pelo facto de ser pobre. No entanto, várias pessoas entrevistadas referiram no seu discurso a influência da pobreza na consolidação de uma ideia de ausência de liberdade completa. A necessidade de contar o dinheiro e olhar muito aos gastos leva a que não possa ser vivida uma «vida dita livre», salientando estes indivíduos que, apesar de formalmente serem livres de fazer o que quiserem, isso acaba por não ser inteiramente verdade.

Fica, assim, refletida de forma evidente a associação da pobreza, feita por Sen, à noção de (falta de) liberdade. O conceito de liberdade é aprofundado e, na prática, só tem sentido quando a liberdade existe associada às condições efetivas do seu exercício (Sen, 1999; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Note-se, porém, que esta é uma característica mais prevalente entre respondentes jovens, o que contrasta com a perspetiva de respondentes mais velhos, entre os quais parece prevalecer uma componente de acomodação já referida, aliás, noutros pontos deste texto.

De uma maneira geral, quem considerou estar em situação de pobreza considerou, igualmente, que essa foi uma situação que persistiu ao longo da vida, ainda que podendo recobrir-se de características diferenciadas. Para outras pessoas, porém, a situação de pobreza é recente, sendo sobretudo associada à diminuição ou perda de rendimento decorrente do desemprego. Noutros casos ainda, é estabelecido um paralelismo com tempos passados cuja dificuldade relativiza o tempo presente, tornando mais difícil a sua caracterização enquanto pobreza.

Na quase totalidade dos casos, a situação de pobreza é vivida com resignação, o que é consistente com o que nos apresenta a literatura científica, quer a nível nacional, quer internacional (por exemplo, AI/REAPN/SOCIUS/ISEG-UTL, s.d.; Lötter, 2011). Aliás, as reflexões por vezes feitas sobre a própria situação são bem exemplificativas da argumentação de Lötter, quando refere que

atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a aceitar a sua situação como inevitável e resistir à mobilização para protestar e para mudar as suas condições de vida, tornando-se cidadãos sem poder. (Lötter, 2011, p. 116)

Entrevistada: Olha, eu lá lido... Que remédio! (P2.3_VPAguiar#2, sexo feminino, 43 anos)

Na grande maioria dos casos, os respondentes afirmaram nunca ter sentido qualquer situação de discriminação, o que é largamente consistente com alguma da investigação que tem vindo a ser conduzida em Portugal ao longo dos anos (Pereira *et al.*, 2011).

Quando instadas a identificar o que mudariam na sua vida, se pudessem, algumas pessoas referiram mudanças ao nível da

habitação; outras ao nível do local de residência, fosse para outro local no país ou para o estrangeiro; outras ainda mudanças ao nível do emprego ou de regresso à escola.

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas mantém-se, quando instadas a partilhar que medidas tomariam para combater a pobreza em Portugal caso dessempenhassem o cargo de primeiro-ministro.

A resposta mais prevalente, porém, diz genericamente respeito à opção de «ajudar os pobres», opção que deverá, porém, ser antes lida como «ajudando aqueles em situações mais miseráveis», dado que é sobretudo essa a aceção utilizada pelos respondentes. Na grande maioria destes casos, é feita menção a situações concretas, nomeadamente à população sem-abrigo, à qual muitos respondentes consideraram que deveriam ser providenciadas soluções de alojamento.

Outras opções referidas passam por aumentar os rendimentos das pessoas, sendo mencionadas de forma particular as pensões de reforma e o salário mínimo nacional. E também a necessidade de garantir o acesso a trabalho digno, que permita a quem trabalha evitar uma situação de pobreza, tal como realçado por uma das nossas entrevistadas.

Entrevistada: Trabalho, dignidade nos trabalhos. É assim, há trabalho! Há dias vi na televisão que há mil postos de trabalho no turismo! As pessoas estão lá meio ano, dois meses, um mês, sem receber direito. Assim não, não! Assim é gozar com quem não tem dinheiro! Essa falta de dignidade para com o trabalhador é o que mata tudo, porque a pessoa vai trabalhar, vai de boa vontade, investiu dinheiro. (P2.5_Guimarães, sexo feminino, 57 anos)

Inerente à resposta desta entrevistada está a existente segmentação do mercado de trabalho. Um relatório recente sobre a problemática da pobreza entre quem trabalha em Portugal enfatiza que

parece claro que os fatores-chave por detrás da prevalência da pobreza entre quem trabalha, em Portugal, são os baixos salários e o alto grau de segmentação do mercado de trabalho, em combinação com a falta de medidas dirigidas especificamente ao combate a este fenómeno. (Perista, 2019, p. 10)

Um outro relatório, do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, deu conta da marcada subida do número de trabalhadores a receber a remuneração mínima mensal garantida (RMMG) de 12,8% em abril de 2014 para 22,4% cinco anos depois, refletindo o processo de aumento faseado da RMMG (GEP-MTSSS, 2019). Adicionalmente, como nota a Comissão Europeia, regista-se a existência em Portugal de um «contexto de persistência do trabalho temporário (20,4% dos trabalhadores com contratos temporários no 2.º trimestre de 2019, muito acima da média de 12,6% na UE» (Comissão Europeia, 2020, p. 47).

Aliás, nos últimos anos, quer os programas nacionais de reforma, quer os relatórios anuais da Comissão Europeia relativos a Portugal identificaram o fenómeno como um desafio a ultrapassar (ver, por exemplo, República Portuguesa, 2019; Comissão Europeia, 2019a), sendo de salientar que, em 2019, uma das recomendações específicas feitas pela Conselho Europeu instava Portugal a adotar medidas destinadas a reduzir a segmentação do mercado de trabalho (Comissão Europeia, 2019b).

Neste contexto, importa ter em consideração a aprovação do Programa de ação para combater a precariedade e promover a negociação coletiva em 2018, o que levou, nomeadamente, a alterações ao Código do Trabalho em outubro de 2019, incluindo desincentivos ao emprego temporário e a promoção da contratação com duração indeterminada.

Talvez por isso, em 2020 a recomendação específica mais similar emitida pelo Conselho Europeu não remete para a segmentação, incentivando Portugal a apoiar o emprego e a atribuir prioridade às medidas que visem preservar os postos de trabalho (Comissão Europeia, 2020).

Tratando-se de entrevistas a pessoas em situação (estatisticamente objetiva) de pobreza mas, mais do que isso, com percursos e sentimentos como os que têm vindo a ser explanados neste texto, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade dos respondentes se tenha considerado uma pessoa feliz.

Os motivos, quando apresentados, não são extensos, ganhando realce o enquadramento familiar favorável. No entanto, num conjunto não negligenciável de casos, é possível aperceber que a felicidade parece ser «conseguida», em muitos casos, em consequência da resignação com a situação. Ainda assim, como de seguida veremos, verificam-se diferenças geracionais na forma de encarar o futuro.

7.9. Perspetivas face ao futuro

A análise das entrevistas deste perfil sugere a existência de diferenças geracionais na forma de encarar o futuro. É possível distinguir um primeiro grupo, composto sobretudo pelos inquiridos da coorte mais velha, em que parece predominar a cristalização da privação enquanto modo de vida, já mencionada a propósito do perfil dos Reformados;

e um grupo mais jovem e mais otimista, ou pelo menos mais magnânimo na forma como investe a sua imaginação na elaboração de planos no sentido da melhoria das condições de vida. Em qualquer dos casos, as necessidades básicas para garantir algum bem-estar – como ter casa, trabalho ou saúde – são as preocupações mais comuns.

Uma parte importante das narrativas denota uma marca de resignação, desânimo e, sobretudo, uma desesperança relativamente à possibilidade de um futuro melhor. Este tipo de relatos refere-se sobretudo, como referimos, à coorte de entrevistados com mais de 40 anos e aponta para um processo de acomodação ou adaptação a uma condição de privação, traduzida pelo esforço despendido na gestão diária e na dificuldade de encontrar um emprego de qualidade⁶¹. Nestas biografias está também presente a ideia da reprodução da pobreza, como foi impressivamente expresso por uma entrevistada do Norte interior rural, para quem, à falta de perspetivas de emprego de qualidade, se somaram problemas de saúde do marido.

Entrevistadora: Em geral, sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Eu sinto, às vezes. [qual a razão?] Sei lá, sinto mas sem razão. Lá está, não sei se me sinto feliz nesse momento, uma pessoa se sente um bocadinho abatida, mas... temos que suportar, [incompreensível] viver a vida conforme se pode.

Entrevistadora: Acha que sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistada: Espero bem que sim.

Entrevistadora: Porque razão acha que vai melhorar?

Entrevistada: Eu gostava, creio que sim. Mas agora vamos ver, não sei. [...]

Entrevistadora: Quais são seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados?

Entrevistada: Ui Jesus... é eu ter uma casa, ter saúde, eu e meu homem, meus filhos, e ter os filhos bem.

Entrevistadora: Acha que isso é possível?

Entrevistada: Não, meu caminho não vai por aí. Não vai por esse caminho... Quem nasce pobre, pobre morre. (P2.3_Vila Pouca de Aguiar#1, sexo feminino, 46 anos)

A dimensão de género surge como fator de discriminação pois, após o nascimento dos filhos fica muito mais dificultado o acesso (ou regresso) ao mercado de trabalho. É particularmente vincada em algumas das domésticas, cuja trajetória laboral foi interrompida, ora após a maternidade, ora para cuidar de familiares, ou ainda como recurso face a tentativas fracassadas de lograr autonomia financeira ou inserção profissional⁶².

Assinalem-se três exceções de registo no leque de entrevistas desta coorte (com mais de 40 anos), indicando a vontade de investir em ações no sentido da transformação nas suas condições de vulnerabilidade ou, pelo menos, o questionamento da privação como referencial para a sua vida⁶³. Apesar do subemprego e da precariedade experienciada, há uma tentativa de contrariar o registo da interiorização da privação pela ambição de acesso a direitos fundamentais como a habitação, o descanso e a férias fora da sua residência, ou a bens de consumo não essenciais – que remetem, por exemplo, para questões como jantar fora ou à concretização de projetos de vida, designadamente a conclusão de um curso de formação⁶⁴.

A narrativa da única licenciada entre as 87 pessoas entrevistadas no âmbito deste projeto – uma mulher, de 32 anos, residente no litoral Sul urbano – foi relevante para ajudar a demarcar diferenças geracionais e,

considerando o seu contexto sociofamiliar, algumas especificidades em termos de trajetos de mobilidade descendente⁶⁵. Oriunda de uma família de classe média, expressa um sentimento de perda relativamente a uma infância feliz, de maior conforto e qualidade de vida. Mesmo antes de entrar na universidade enfrentou dificuldades decorrentes da maternidade, acentuadas pela precariedade do companheiro. Relata esforços de adaptação para fazer face às necessidades quotidianas e, embora no início o seu percurso laboral, entre as suas preocupações de natureza instrumental está o acesso a uma reforma digna.

Entrevistadora: E achas que a tua vida será melhor no futuro?

Entrevistada: É sempre com essa esperança. Já foi bem melhor... isto é só uma fase, não é péssima, mas é má... É melhor que desta de certeza... Pior que isto não quero, não desejo. [...]

Entrevistadora: E quais são os teus maiores sonhos, que gostarias de ver concretizados?

Entrevistada: Não sei, não sei. Eu adoraria que no meu final de vida... não ter de trabalhar, isso era uma coisa, uma reforma de... Toda a gente devia ter reforma, uma reforma assim que não fosse de pobreza, que é o que mais há agora, essas reformas. A maior parte das pessoas que vivem de reforma e vivem em extrema pobreza. Eu gostaria de ter um final de vida, sem ter de ter de ir à procura de coisas para sobreviver.

Entrevistadora: Digamos que uma reforma sem trabalho, ou melhor uma velhice com uma reforma razoável...

Entrevistada: Sim, sim, gostaria, se tivesse de trabalhar, trabalhar em algo que gostasse.

Entrevistadora: Achas que vais concretizar esse sonho?

Entrevistadora: Não sei, não faço a mínima, não sei mesmo, não tenho o meu fundo de poupanças para isso por enquanto. Tenho de poupar para a reforma e para o meu filho, não sei, não sei se isso é realizável. (P2.4_Lisboa#1, sexo feminino, 32 anos)

A segunda coorte geracional é composta por pessoas mais jovens, com idades entre os 18 e os 26 anos, a estudar ou em situação de desemprego e a viver em casa dos pais. Mais qualificadas, muitas delas têm empreendido e/ou pretendem empreender esforços no sentido de aumentar as suas qualificações, de forma a alargar as oportunidades de vida, com objetivos de aprendizagem ou de realização pessoal. A maioria destes jovens já trabalhou, uma ação que foi assumida como sendo instrumental para a aquisição de qualificações⁶⁶.

Apenas alguns conseguiram, de forma bem-sucedida, dar continuidade aos estudos e pretendem concluir pelo menos o primeiro ciclo do Ensino Superior, mas a generalidade das narrativas parece ter subjacente um *trade-off* entre a aposta nas qualificações e as possibilidades de saídas profissionais. E, se olharmos com atenção o caminho que está a ser trilhado na sua resolução, observamos que o ponto comum das respostas, que se inserem neste tipo de agência transformadora (Dagdevirin e Donoghe, 2019), está no facto de refletirem um desejo de autonomia individual, mesmo quando cautelosas relativamente ao futuro, e de passarem pelo investimento em ações que visam procurar uma situação de menor vulnerabilidade a longo prazo.

Deve também sublinhar-se que, embora a aposta em atividades de educação e formação seja central, esta não significa uma clara relação entre ambições educativas e ambições laborais ou, ainda, entre a dependência da família e a autonomia pessoal. Em primeiro lugar porque,

como vimos anteriormente, o acesso ao mercado de trabalho constitui no imediato uma moratória nos projetos de vida ou é assumido como estratégia para reunir as condições necessárias ao prolongamento dos estudos. Em segundo lugar, porque as próprias decisões de natureza educativa são em muito condicionadas pelas expectativas de inserção laboral. Em terceiro lugar, porque na decisão sobre o rumo a tomar é também equacionada a rede de suporte familiar, incluindo nas dimensões mais subjetivas e relacionais. Por fim, é de destacar que, excetuando o caso que se apresenta mais adiante – em que os apoios sociais são vistos como instrumentais para a conclusão dos estudos –, a generalidade das respostas rejeita a perspetiva de vir a precisar de apoios sociais no futuro. A autonomia, não depender dos pais nem de apoios sociais, constitui um desejo expresso nestas entrevistas.

É referido que as dificuldades são grandes, mesmo para quem tem qualificações ao nível do Ensino Superior, mas ainda são maiores para quem não as tem. Isto vai ao encontro do sublinhado por Dagdevirin e Donoghe (2019), ao referirem que este tipo de agência acontece apesar de forças estruturais não facilitadoras da obtenção de uma condição mais estável. E, mesmo ainda sem trajeto laboral, a estudar e investindo nas suas qualificações, algumas das pessoas entrevistadas assinalam uma impressionante consciência de viverem circunstâncias pouco favoráveis. Neste sentido, combinam uma avaliação cuidadosa das contingências da vida com uma confiança na capacidade pessoal em lidarem com essas circunstâncias, seja ajustando as suas expectativas em função dessas contingências, seja procurando abrir o leque de possibilidades, equacionando, por exemplo, a possibilidade de emigrar.

Entrevistadora: E quando olha para o seu futuro, acha que vai ser melhor?

Entrevistado: [Pausa] muito sinceramente, aqui em Portugal na área em que eu quero trabalhar não vai ser nada fácil, vou ter a princípio que sair de Portugal, até mesmo para o Brasil se for necessário, porque no Brasil a minha área é muito valorizada e na Inglaterra também, por isso o meu futuro só será melhor se for um bocado fora de Portugal, isso chateia-me porque gostava muito de ficar cá.

Entrevistadora: E acha que vai ser possível viver sem os subsídios?

Entrevistado: Eu espero que sim, no futuro claro, agora eu sei que é impossível, mas no futuro quando eu arranjar um emprego espero que sim, porque espero no futuro construir família e tudo mais. Primeiro espero que toda a minha família e meus irmãos e tudo mais estejam bem porque vai ser a minha prioridade e só depois é que eu vou constituir a minha família, porque eu acho que não devo ser, não é ser egoísta, mas como é óbvio eu quero muito constituir família também, mas não posso esquecer das pessoas que estão a me ajudar para chegar aonde cheguei.

Entrevistadora: E qual é o seu maior sonho hoje?

Entrevistado: O meu maior sonho sem dúvida alguma é trabalhar na investigação e tentar encontrar a cura por exemplo para uma doença que afeta a nível muscular e que ainda não existe cura. Eu quero muito estudar isso a nível fisiológico e ver como é que são as contrações musculares, as trocas entre células se vai ser através de suplementação ou não, quero muito ajudar essas pessoas porque é uma doença que tem bastante impacto e ainda ninguém conseguiu encontrar uma forma de solucionar isso.

Entrevistadora: E acha que é possível realizar esse sonho?

Entrevistado: Acho, espero que seja, por isso que lá está, na faculdade estou a tentar a mexer muito bem, já vou para o segundo ano e lá está, nunca aconteceu integrar uma equipa de investigação logo

no segundo ano e eu estou até à espera. Em princípio devo conseguir entrar, espero eu. Estou também ligado à clínica da universidade que serve basicamente como empreendedorismo então eu estou a tentar reforçar-me em todas as áreas possíveis para no futuro ter um currículo extenso para conseguir basicamente uma ajuda, porque é óbvio que meus pais não conseguem me ajudar, investigação é muito cara, mas tentar demonstrar que tenho um currículo bom, mostrar que tenho qualidades para Portugal para por exemplo usar de algum fundo ou algo desse género para me ajudar a fazer essa investigação, é isso que tenho em mente e espero conseguir fazer.
(P2.1_Guimarães, sexo feminino, 20 anos)

É importante salientar, no entanto, que, por implicar esforços adicionais para fazer face às adversidades e na medida em que as circunstâncias parecem contribuir para reforçar ou aprofundar as inseguranças existentes do mercado de trabalho, que são estruturais na sua natureza, há um sério risco de se incorrer num tipo de agência transformativa regressiva (Dagdevirin e Donoghe, 2019). Como vimos anteriormente, são poucas as oportunidades de emprego estável e de qualidade, mesmo para as coortes dos mais jovens e qualificados.

Conclusão do capítulo

Os resultados relativos ao perfil dos Precários indicam, claramente, que a condição social que estes entrevistados partilham não autoriza a que avancemos com interpretações determinísticas sobre modos de ser pobre e de vivenciar a pobreza, ainda que nos trajetos de vida aqui refletidos se perceba que a escassez de recursos económicos, sociais e até culturais – pelo menos para os inquiridos que apresentam baixas qualificações

– constitua um fator muito limitador das possibilidades de gerir a vida quotidiana e das oportunidades de concretização de projetos de vida.

Como temos vindo a referir, neste perfil uma parte dos entrevistados é mais escolarizada e transita mais tarde para o mundo do trabalho, mas entre os mais velhos continua a evidenciar-se o abandono escolar em idades precoces motivado, essencialmente, pela necessidade de contribuição do trabalho dos menores para a sobrevivência da economia familiar e do grupo doméstico. Mas também as inserções profissionais em idades mais tardias são realizadas sob o signo destas adversidades, na medida em que alguns assumem terem tido necessidade de começar a trabalhar depois de concluída a escolaridade obrigatória para contribuir para o orçamento familiar e custear projetos pessoais de prolongamento da escolaridade. Os discursos dos estudantes universitários, por exemplo, acentuam a enorme privação material em que se encontram, constrangidos a escolher permanentemente entre distintos bens e serviços que são fundamentais a uma existência confortável e até mesmo entre bens básicos, como a alimentação ou o transporte.

As mudanças sociais que nas últimas décadas têm ocorrido no mundo do trabalho, sinalizadas pelo crescimento da precariedade, pela utilização massiva de formas atípicas de contratação e pelo desemprego, estão muito presentes nas narrativas produzidas. Deste ponto de vista, a condição social da generalidade dos inquiridos pode ser caracterizada pela ocupação instável de zonas de interseção entre emprego, desemprego e inatividade, ou seja, pela indefinição entre o estatuto de empregado e o de desempregado, o que também justifica que uma boa parte dos entrevistados sinta dificuldade em se identificar enquanto trabalhadores, mesmo quando trabalham. Tal não será alheio ao facto de as trajetórias laborais dos entrevistados neste perfil serem

marcadas pela persistência da precariedade laboral ao longo do tempo, entrecortada com períodos de desemprego, inatividade e formação. Quase todos, de uma forma ou de outra, exercem ou exerceram uma atividade laboral. Em muitos casos, o trabalho é exercido à margem das normas e regras que regulam a relação salarial, frequentemente em condições de grande penosidade e com salários muito baixos, o que justifica a situação de pobreza em que se encontram.

A precariedade laboral é uma tónica comum às trajetórias profissionais retratadas, mesmo as que são construídas com base em percursos escolares mais prolongados. A situação aqui relatada pelos jovens mais qualificados contraria a retórica que associa, de forma linear, qualificações escolares e acesso a empregos mais qualificados, mais seguros e melhor remunerados. Independentemente das qualificações escolares, a reduzida oferta de empregos, os baixos salários praticados, o trabalho informal e mal remunerado e o baixo nível de rendimento disponível dos agregados familiares, constituem fatores que limitam as oportunidades e geram processos cumulativos de desvantagens sociais.

Estas são agravadas pela desproteção social em que a larga maioria destes entrevistados se encontra, na medida em que os rendimentos do agregado doméstico, ainda que reduzidos e em muitos casos intermitentes, os excluem, à partida, dos apoios concedidos pelo Estado, aparecendo como exceção o abono de família auferido por alguns. Esta situação de desproteção social decorre do facto de a maioria dos inquiridos não apresentar carreiras contributivas para o sistema de segurança social, o que se justifica pela natureza informal da atividade e pela existência de relações de trabalho precárias sem formalização contratual e sem contribuições sociais, por parte dos próprios e dos empregadores, condição que os impede de acederem a subsídios

quando se encontram em períodos mais prolongados de desemprego. Alguns salientam a importância do apoio que algumas autarquias locais facultam, quer na provisão de bens, quer no apoio à habitação e que, nalgumas situações, tem obstado à condição de sem-abrigo. Esta desproteção de facto levanta os limites daquela que tem sido definida como a rede universal de garantia mínima de rendimento. A este propósito é particularmente desconcertante o facto de, apesar das dificuldades enfrentadas, muitos dos entrevistados rejeitarem a possibilidade de virem a precisar de apoios sociais.

Perante este contexto, resta o apoio da rede de solidariedade familiar na mitigação da pobreza. Neste perfil, a forma dominante de ajuda familiar é a monetária, ou a cedência provisória de habitação em caso de dificuldade de autonomização residencial após a conjugalidade e a parentalidade; neste caso, são os progenitores dos inquiridos que a protagonizam, apesar das dificuldades financeiras que também experienciam. Daí que, quando estes entrevistados refletem sobre o seu percurso de vida salientem, como aspetos mais positivos, situações relacionadas com o contexto familiar, estando as ligações afetivas com os familiares, designadamente os avós, muito associadas às memórias positivas da infância. Entre os aspetos mais negativos presentes no percurso de vida estão os constrangimentos financeiros, decorrentes da insuficiência de rendimentos, que são uma realidade presente desde a infância; os entrevistados evidenciam situações concretas de provação que passaram e passam, inclusivamente, pelas dificuldades de provimento de bens alimentares. Em muitas narrativas é possível depreender a existência de uma reprodução intergeracional da pobreza, salientando-se que as vulnerabilidades sociais presentes nas estruturas familiares produziram, como referimos, infâncias

marcadas pelo trabalho infantil e pela interrupção precoce das trajetórias escolares, em virtude do desemprego, mais ou menos prolongado, dos progenitores e da precariedade com que estes exerceram as suas atividades laborais. Juntam-se a esta equação alguns episódios complexos de ruturas familiares provocadas pela dissolução de laços conjugais entre os progenitores, ou as situações de doença e de morte de familiares muito próximos, alguns ainda durante a infância dos entrevistados, e que implicaram mudanças profundas nas estruturas domésticas.

Tendo em conta a sua situação atual, a dissolução das famílias de procriação, na sequência de processos de divórcio, surge também nos discursos das entrevistadas como um fator intensificador da situação de pobreza em que se encontram. A incidência da pobreza nos agregados monoparentais não é um fenómeno recente nem específico deste perfil, como veremos, mas, no caso destes entrevistados, é aprofundada pela debilidade dos apoios estatais – sinalizada, por exemplo, pelos poucos valores que assumem os abonos de família – pela debilidade das solidariedades familiares, pela precariedade laboral e pelo desemprego, que impossibilita a comparticipação das despesas dos descendentes. Ou seja, as limitações da engenharia da solidariedade familiar e a debilidade dos sistemas de proteção social aprofundam as situações de vulnerabilidade e de pobreza deixando uma parte destes inquiridos numa situação de completa desproteção social.

Outro fator de aprofundamento das situações de pobreza entre estes entrevistados releva da existência de um modelo de provisão familiar protagonizado apenas pelo homem – modelo do «ganha-pão masculino» – dada a predominância de um modelo mais tradicional e institucionalizado de divisão das tarefas domésticas e dos cuidados

prestados às crianças. A necessidade de assumirem as responsabilidades parentais faz com que algumas mulheres se afastem da atividade profissional ou manifestem dificuldade em assumir a conciliação das responsabilidades familiares com as profissionais, após a conclusão de um processo formativo. Este facto desnuda um dos grandes obstáculos às políticas e práticas de conciliação trabalho-família no nosso país, presente em todos os perfis, e que remete para a fraca cobertura da rede de infraestruturas de apoio aos cuidados na infância ou, ainda, o seu elevado custo dificilmente suportável por famílias mais desfavorecidas.

Não nos parece surpreendente que, quando instados a pronunciar-se sobre as soluções que propõem para o problema da pobreza em Portugal, os entrevistados refiram a necessidade de aumentar os rendimentos disponíveis – sendo mencionadas, de forma particular, pensões de reforma e o salário mínimo nacional – e a garantia de acesso a um trabalho digno. Esta dimensão é fulcral, se nos lembrarmos que os valores que os entrevistados associam ao trabalho que exercem remetem para o espírito de sacrífico, o estoicismo e o conformismo, tendo por base as débeis condições laborais, as baixas expectativas em relação ao futuro profissional e os baixos rendimentos que auferem.

Quando convidados a refletir sobre o percurso das suas vidas, alguns entrevistados mantêm a convicção de que a sua vida tem vindo a melhorar, baseando esta avaliação em aspetos intangíveis que conotam com uma «aprendizagem» decorrente das circunstâncias em que vivem, o que, em nosso entender, remete para um processo de acomodação enquanto estratégia para lidar com as adversidades presentes nos seus processos de vida. Cerca de metade das pessoas entrevistadas considera que não vive em situação de pobreza, alicerçando esta

constatação na diferenciação entre pobreza e miséria e conotando esta com a mendicidade e a condição de sem-abrigo.

Ainda que a forma como perspetivam o futuro aponte também para um processo de acomodação ou adaptação a uma condição de privação, numa lógica de reprodução da pobreza (com a relativa exceção dos mais novos), quando refletem sobre as mudanças que gostariam de introduzir no seu quotidiano, salientam as alterações das condições de habitabilidade das residências e dos espaços residenciais e mudanças ao nível do emprego, seja no país, seja no estrangeiro. Aliás, a emigração surge entre estes entrevistados como uma estratégia bem definida para lidar com a precariedade laboral e a situação de vulnerabilidade em que se encontram, aparecendo claramente referenciada em algumas entrevistas em resultado de menções espontâneas dos entrevistados e sendo motivada pela procura de melhores oportunidades de vida para si e para os familiares.

Capítulo 8

Desempregados

Introdução

O desemprego constitui um tema de referência no estudo de pobreza, colocando debates importantes sobre os mecanismos que a geram e reproduzem nas sociedades contemporâneas, nomeadamente sobre o papel da economia, das políticas públicas, assim como das alterações dos valores sociais. Como diferentes autores têm sublinhado, a crise e a precarização do emprego, o desemprego estrutural e a tendencial desregulação da relação salarial têm contribuído para desestruturar a definição que as sociedades modernas construíram do trabalho, conotado com o «emprego assalariado, exercido a tempo integral e com estabilidade» (Bandt *et al.*, 1995, p. 7). A acentuação de lógicas neoliberais evidenciou alguns dos paradoxos do modelo económico que tem vindo a prevalecer, na sequência da crise petrolífera da década de 70 do século xx, marcado por uma crescente integração produtiva e do processo de trabalho à escala mundial, com a inovação tecnológica e os ganhos de produtividade associados à redução do número de *postos* disponibilizados ou à extinção de empregos, encaradas como condições necessárias à própria competitividade económica (Castells, 2005).

Além disso, especialmente a partir da década de 90 assistiu-se a uma viragem de cariz microeconómico da economia do trabalho na qual os problemas do desemprego, da discriminação ou da desigualdade salarial passaram a ser tratados como imperfeições e distorções do mercado de trabalho, cuja solução passaria pelo ajustamento dos

salários em função do equilíbrio entre a procura e a oferta (Teles, 2017). O consenso em torno do pleno emprego, estabelecido no rescaldo da Segunda Guerra Mundial, foi abandonado em favor de um princípio de plena empregabilidade, resultando numa responsabilização do indivíduo, e não do coletivo, pelos resultados da economia (Mitchell e Muysken, 2008). No caso português, há que juntar a este pano de fundo internacional as especificidades nacionais, designadamente a sua posição semiperiférica (Santos, 1985; Santos, 2004), o facto de o país ter entrado em contraciclo no movimento de institucionalização do pleno emprego do Pós-Guerra (Fernandes, 2011; Fernandes, 2019)⁶⁷, assim como a perda, com a adesão à União Económica e Monetária (UEM), de instrumentos políticos e de desenvolvimento que permitissem lidar com crises assimétricas (Reis *et al.*, 2013). Dessa forma, em particular a partir da década de 2000, foi-se tornando visível a incapacidade de gerar emprego, o que se refletiu de forma particularmente marcada na crise de 2008-2014, quando o desemprego atingiu um máximo histórico de 17,5% no primeiro trimestre de 2013. Em contexto de redução dos níveis de proteção social, não é de surpreender que o desemprego se tenha tornado um fator de acrescida relevância a equacionar, na sua relação com a pobreza e as desigualdades sociais (Carmo e Cantante, 2015).

Importa lembrar algumas das principais características distintivas deste perfil, que representa 13% dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal: por um lado, uma intensidade laboral muito

reduzida e, por outro, a ancoragem em agregados cuja principal fonte de rendimentos são as «outras transferências sociais». Apesar de estarem em idade ativa, a maior parte das pessoas estava desempregada no momento da realização da entrevista e apenas quatro em situação de inaptidão para o trabalho ou invalidez permanente. Um outro elemento distintivo dos casos aqui enquadrados tem a ver com o facto de pertencerem a agregados familiares cuja principal fonte de rendimento se baseia em alguma forma de transferência social, excetuando aquelas relativas a pensões de velhice ou de sobrevivência, e abrangendo formas de proteção ou assistência social, incluindo subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, medidas ativas de emprego (estágios profissionais e programas ocupacionais), Rendimento Social de Inserção e ainda pensões de invalidez⁶⁸.

A relevância das transferências sociais neste perfil aponta para a necessidade de refletir sobre o papel das políticas sociais no combate à pobreza, havendo a considerar, por um lado, as medidas de proteção social no desemprego e, por outro, as de ativação de desempregados.

A retórica, muito atual, da «empregabilidade» que, apesar de ser um conceito polissémico, e na sua formulação mais simples ser entendido como a probabilidade de o desempregado sair da situação de desemprego e inserir-se profissionalmente (Freyssinet, 2004), também pode ser compreendido no sentido da *empregabilidade-iniciativa* que, como refere Gazier (2001), acentua a capacidade individual para mobilizar as suas qualificações no mercado de trabalho. Este pressuposto, muito caro à ideologia neoliberal, deixa subentender a responsabilidade individual na obtenção de um emprego e assume, nas suas versões mais vincadas, a forma de um princípio de *workfare* em que a assistência é condicionada à disponibilidade para aceitar trabalho (Gallie,

2002). Tem-se vindo justamente a verificar uma reorientação das políticas sociais segundo os princípios da empregabilidade e da ativação, em detrimento de políticas de redistribuição de rendimentos, o que levanta debates importantes sobre a sua eficácia no combate à pobreza e às desigualdades sociais, em particular aquelas associadas ao desemprego. Análises recentes têm sugerido que os mecanismos causais da pobreza e da desigualdade de rendimentos poderão ser diferentes e que, embora as políticas de ativação possam ter eficácia na redução das desigualdades de rendimentos, terão eficácia reduzida na redução da pobreza, pelo facto de não garantirem que quem participa neste tipo de programas tenha acesso a emprego (Marques *et al.*, 2015). Neste sentido importa considerar outros fatores, nomeadamente os relacionados com a quantidade e qualidade dos empregos disponíveis e as características institucionais do mercado de trabalho⁶⁹.

Saliente-se também que da maior parte das situações aqui analisadas ressalta o desemprego de (muito) longa duração, por vezes precoce e recorrente e, em muitos casos, remontando à crise de 2008-2014. Apesar de não estarem empregados, quase todos os entrevistados tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da sua vida e viveram várias experiências de desemprego. Ora o *desemprego repetitivo* aprofunda a situação de privação, na medida em que «cada passagem pelo desemprego pode constituir-se num risco de deterioração da condição profissional» (Caleiras, 2011, p. 79), acentuando igualmente o risco de processos de desqualificação e/ou de desafiliação social (Gallie e Paugam, 2000; Castel, 1995; Fernandes, 2011; Amaro, 2015). Neste sentido, é importante considerar as relações subjetivas e sociais associadas à experiência do desemprego, reconhecendo-se que o trabalho é não apenas uma necessidade objetiva, mas um valor central

nas sociedades produtivistas (Schnapper, 1994), constituindo uma matriz orientadora da construção das identidades pessoais e sociais. Considerando que o afastamento do indivíduo do mercado de trabalho pode privá-lo não apenas dos recursos materiais, mas igualmente dos recursos «afetivos e psicológicos necessários à manutenção da sua integridade pessoal e social» (Amaro, 2015, 186), a pobreza é entendida, neste caso, como um processo de «corrosão e desligamento do laço social» (p. 187) ou de *desafiliação*, no sentido de Castel (1995).

As narrativas em que nos baseámos para a elaboração deste capítulo contam diferentes modos de vivenciar o desemprego, quer pela forma de o significar, quer pelas consequências pessoais da privação de emprego. Embora as pessoas entrevistadas estejam em situação de pobreza, possuem recursos culturais e idades diversas. Neste sentido, uma melhor compreensão das suas trajetórias e experiências quotidianas exige equacionar o desemprego enquanto forma de exclusão laboral e social e, simultaneamente, o papel das políticas sociais para endereçar os problemas a ela associados. Procuramos assim neste capítulo explorar a forma como a experiência de desemprego se reflete não apenas na vivência social quotidiana, mas também nas definições subjetivas pessoais na relação com o trabalho e considerando a trajetória de vida pessoal, equacionando-se também a possibilidade de o processo de desligamento do laço social ser anterior à própria experiência de desemprego.

8.1. Enquadramento familiar na infância

De um modo geral, este perfil contempla memórias bastante polarizadas da infância, entre as muito positivas e as muito traumáticas. Para uma parte dos entrevistados, a infância corresponde a um período feliz,

com recordações positivas da família e das comunidades de origem. Em contraponto, para outros, as memórias são particularmente violentas e duras, não apenas pela privação material que a maioria sofreu, mas também pela existência de situações de pobreza extrema, de institucionalização e maus-tratos às crianças e alcoolismo de adultos e de um dos entrevistados ainda em criança. A realidade do trabalho infantil, que impacta adiante no percurso de vida das crianças, em particular pelo abandono escolar, continua também aqui presente ainda que de modo menos expressivo, do que no perfil dos Reformados.

As estruturas familiares apresentam-se também de modo diverso, ainda que em geral seja possível perceber que foram pouco apoiantes de percursos mais estruturados das crianças.

Entrevistada: Eu nasci em XXXX, a minha infância não foi muito boa, meus pais eram pobres, vieram de uma família pobre. Minha mãe e o meu pai tiveram cinco filhos. Meus dois irmãos mais velhos, um fez a quarta classe e foi logo trabalhar, o outro logo a seguir também deixou a escola para ir trabalhar. E nós, olha, eu e uma irmã, fomos para um colégio, um colégio interno, em XXXX, onde fomos estudar. A infância não foi muito... [pausa].

Entrevistadora: Considera que a sua infância foi boa ou foi má?

Entrevistada: Foi má.

Entrevistadora: Consegue dizer-me o que é que lhe deixa essa lembrança de ter sido uma infância má?

Entrevistada: A infância e depois... Eu tinha onze anos ela tinha seis e fomos para lá. Com o meu pai pouca convivência tive.

Entrevistadora: Porque foi muito nova?

Entrevistada: Muito nova e minha irmã também. Depois nós estivemos lá, depois meu pai faleceu mesmo naquela altura que

estivemos lá, quase nem tivemos assim aquele amor de pai mesmo e nem de mãe. O amor que minha mãe está a me dar, é agora. (P3.3_Montalegre, sexo feminino, 43 anos)

Muitas memórias são, pois, carregadas de imagens violentas e marcadas pela privação material, que a maioria sofreu, mas também pela existência de situações de pobreza extrema, de institucionalização e maus-tratos às crianças, e alcoolismo de adultos e de um dos entrevistados, ainda em criança, como referido.

Entrevistada: Hum, são coisas que eu não gosto muito de falar, porque sou filha de pais separados e tenho um irmão direito e tenho duas irmãs. Uma da parte do pai e outra da parte da mãe. Portanto do segundo casamento. E tive uma infância muito má. Tortura psicológica e maus-tratos físicos e etc. De maneira que eu não gosto muito de falar da minha infância. Posso dizer que nasci ao pé do mar, hum... numa família que vivia a minha avó na mesma casa, a minha avó, uma tia que estava separada e tinha um filho hum... isto que me lembro. Quando nasci ela ainda era casada. Hum... o meu pai e o meu irmão e de resto havia os empregados. Não havia mais ninguém. Havia uma irmã que, entretanto, faleceu. (P3.1, Porto#2, sexo feminino, 34 anos)

Os percursos de institucionalização têm sido considerados problemáticos na literatura, desde logo pelo estigma social associado, mesmo quando a própria pessoa reconhece aspetos positivos nesse processo, como foi o caso de uma das nossas entrevistadas.

O estigma representa, na maior parte dos casos, uma dupla exclusão e vitimização – por um lado porque são vítimas de maus-tratos e, por outro, são vítimas da marginalização social – assim, o estigma parece

ser o «preço» relativo ao uso dos serviços que uma instituição de acolhimento providencia (Colton *et al.*, 1997; Faria *et al.*, 2008, p. 3).

Em diversos casos, a infância é vista como algo que poderia ter sido melhor, mas, nos seus discursos, contrasta com o que alguns entrevistados acreditam, de algum modo, acontecer hoje: as crianças têm demasiados privilégios. Assumindo uma visão relativamente resignada das dificuldades que tiveram, as narrativas tendem, então, a revelar alguma «pacificação» com situações de maior dificuldade que tenham vivenciado.

Entrevistadora: E lembrando sobre a sua infância, consegue avaliá-la como boa ou má?

Entrevistado: Poderia ser melhor. Mas, pronto. Foi o que foi.

Entrevistadora: Melhor em qual sentido? O que é que acha que poderia ser melhor?

Entrevistado: Os tempos de agora são diferentes de antigamente, não é? Nós antigamente era... Era mais... Como é que hei-de explicar o termo... Agora... Acho eu que o tempo de agora, as crianças têm mais privilégios do que antigamente. (P3.4_Guimarães, sexo masculino, 42 anos)

Relativamente aos eventos potenciadores de situações de pobreza na infância, os entrevistados apontam distintos fatores. Nos casos identificados de institucionalização das crianças, os entrevistados identificam a pobreza como o fator principal para essa tomada de decisão. Estes eventos são variáveis, podendo encontrar-se situações de desemprego dos progenitores, de falecimento de progenitores e/ou de saúde que implicaram mudanças nas estruturas familiares das crianças (e salientámos os três D da pobreza, podendo aqui encontrar dois

– Desemprego e Doença – e o terceiro – o Divórcio – em menor grau). Tal como pudemos observar nos restantes perfis, é possível encontrar diferentes situações e acontecimentos que agravaram as situações de vida das famílias. Entre as questões de saúde, de perdas no seio familiar (mortes), e o agravamento de situações financeiras, muitas famílias não usufruíram de nenhum apoio social para fazer face às dificuldades vividas. A solidariedade intrafamiliar é um importante mecanismo para fazer face às dificuldades económicas e ao cuidado das crianças como se havia observado, também, no perfil anterior.

Como verificado consistentemente nos diferentes perfis, em particular nos dois anteriores, a perda de membros do agregado familiar tem impacto na dinâmica da pobreza, sobretudo nas de entrada na situação de pobreza, em particular quando a participação de membros do agregado no mercado de trabalho é diminuta.

Entrevistadora: Como é que a morte da sua mãe afetou... estava a dizer que tinha essa irmã com dois anos na altura, como é que houve essa organização familiar a seguir.

Entrevistado: Não me recordo como é que os meus pais fizeram, não... como é que ele fez, não sei. Nem sei se foi o meu cunhado que estava na Alemanha, que tratou do funeral, não sei como é que trataram disso...

Entrevistadora: Mas a sua irmã ficou depois com quem e o Sr. XXXX ficou com quem...

Entrevistado: Fiquei lá com o meu pai e mais a minha irmã mais nova.

Entrevistadora: E foi ele que passou a tratar de vocês?

Entrevistado: Até eu arranjar depois dinheiro para vir para Lisboa, depois arranjei dinheiro que anda depois a fazer a 4.ª classe, consegui arranjar numa quinta, ia lá práς cestas, vindima, apanhar vides das

videiras, consegui arranjar dinheiro, meti-me num comboio e vim até Lisboa. E depois cá fiquei eu e cá fiquei criado. Tinha uma avó que estava ali no XXXX, ainda fui até a casa dela. Depois tinha o meu irmão na XXXX, andei na casa dele até vir aqui até à XXXX. (P3.5_ Amadora, sexo masculino, 58 anos)

Assim, por exemplo, os níveis de qualificação dos diferentes membros dos agregados familiares poderão impactar, por um lado, a capacidade de mitigar eventos no mercado de trabalho que induzam transições para situações de pobreza e, por outro, no aumento ou na diminuição da capacidade de resposta das famílias a choques económicos adversos (Alves, 2015).

Na maioria dos casos, os apoios sociais formais tiveram pouca expressão na melhoria das condições de vida das crianças e suas famílias. As famílias, que viviam fundamentalmente do trabalho, não contavam com apoios sociais formais, mesmo que esses rendimentos não permitissem uma vida desafogada ou sem dificuldades e, pelo contrário, obrigassem a amplos sacrifícios. No entanto, e comparativamente aos perfis anteriores, em particular ao Perfil 2, dos Precários, é possível identificar uma presença maior de apoios sociais, nomeadamente o RSI, e apoios alimentares ou à habitação, bem como uma menor dependência das relações de vizinhança para colmatar essas mesmas dificuldades. Nas diferentes ajudas formais auferidas pelas famílias neste perfil, encontram-se também a ação social escolar e bolsas de estudo, por exemplo.

Ao mesmo tempo, em alguns casos, estes eventos podem explicar-se a partir de situações de violência, alcoolismo e de instabilidades diversas no seio familiar, para lá de fatores relacionados diretamente

com situações de privação, ainda que estes persistam amplamente, também neste perfil. Tal como definem Costa, Santos e Guerra (2017), a pobreza de natureza persistente corresponde a trajetórias pessoais em que os indivíduos são incapazes de romper com os padrões de fraca qualificação escolar e profissional, privação económica e/ou desagregação familiar, sempre condicionados pela inequívoca dimensão estrutural da pobreza (Baptista e Perista, 2010). Como vimos, persistem aqui recordações de infância bastante diversas: as de uma infância dura, com pobreza extrema e com violência familiar, as de uma infância feliz, apesar de dificuldades sentidas, e outras onde a institucionalização é uma marca definidora do percurso das crianças. Uma narrativa concreta é particularmente violenta, relatando histórias de abusos e maus-tratos dentro da instituição, onde a entrevistada se inseriu, que nunca foram resolvidos, e que tiveram um forte impacto na sua trajetória de vida.

Em qualquer dos casos, é possível observar diferentes impactos das diferentes experiências aqui mencionadas, por exemplo, na continuidade dos percursos escolares. O percurso escolar da maior parte dos entrevistados acaba por ficar interrompido precocemente por diferentes razões, mas importa destacar a relevância do trabalho infantil nos discursos dos entrevistados, em particular por ser fator de precipitação do abandono escolar e de afastamento das crianças dos seus modos próprios de cultura.

8.2. Relação com o sistema educativo

Como temos vindo a observar, a escolarização assume um lugar central nos processos de vivência e saída de situações de pobreza, pelo que é relevante compreender as especificidades e impactos destes processos

na trajetória dos indivíduos. Como argumenta A. Diogo (2013), apesar de uma associação mais ou menos linear entre escolarização de massas e ideais de democratização, a condição social de origem dos alunos continua a ser fonte de desigualdades na escola. Por essa razão, a análise dos percursos escolares dos entrevistados constitui um fator bastante relevante nas narrativas, sendo os mesmos bastante distintos, e revelando um grupo com níveis relativamente baixos de habilitações, mesmo entre aqueles que terminaram algum grau já em adultos (nomeadamente em processos RVCC⁷⁰). Estes revelam ainda narrativas em que, apesar do gosto pela escola, se abandona cedo por diferentes motivos: gravidezes precoces, a procura de independência financeira, muitas vezes associada a modelos de conjugalidade também precoces, a ausência de apoio familiar ou o alto grau de dificuldade e desmotivação ao longo do percurso. Finalmente, há narrativas que evidenciam percursos com várias retenções, que potenciaram sentimentos de desmotivação face à escola. Foi possível observar, também, que o regresso a percursos escolares e/ou formativos não é fácil para muitos, devido à necessidade de conciliar trabalho e estudo e trabalho e vida familiar.

Alguns entrevistados abandonaram a escola por não gostarem de a frequentar e por esta não ser, também, obrigatória para o grau e momento em que o fizeram. Novamente, o papel da escola e da pertença social das crianças assume um lugar importante na análise, sendo relativamente comum um distanciamento entre as culturas familiares e as escolares, e a existência de percursos com insucessos repetidos das crianças, relativamente ao que é exigido pela instituição escolar.

Entrevistadora: Porque fugia à escola... E até que ano é que andou na escola?

Entrevistada: Até à 4.^a classe.

Entrevistadora: E reprovou?

Entrevistada: Reprovei um ano, foi na primeira classe. Passamos todos para a 2.^a classe sem sabermos nada e então recuámos outra vez.

Entrevistadora: Reprovou. E o que é que gostava mais na escola?

Entrevistada: Sei lá! O que é que gostava mais? Não gostava de nada!

Entrevistadora: Não gostava de nada? De brincar gostava?

Entrevistada: Sim, gostava de brincar.

[...]

Entrevistadora: Com que idade é que abandonou a escola?

Entrevistada: Com 11 anos saí da 4.^a classe. (P3.1_Porto#1, sexo feminino, 50 anos)

A centralidade do lugar da escola como elemento que pode ser mitigador e potenciador das desigualdades trazidas da origem social das crianças é, portanto, um fator que importa aprofundar nestas trajetórias de pobreza. Quando questionados sobre os percursos de abandono escolar, os entrevistados identificam diferentes motivos: o ingresso no mundo de trabalho e obter independência financeira, as dificuldades sentidas no percurso escolar e o facto de terem trabalhado para ajudar as famílias, ainda em criança. Como diferentes autores sugeriram (Ridge, 2010), as crianças, particularmente as mais velhas, tendem a evidenciar a vontade de integrar o mercado de trabalho para poderem obter alguma independência financeira que lhes permita o acesso a bens e atividades que, de outro modo, não conseguiriam. Noutras narrativas, a gravidez precoce acaba, frequentemente, por precipitar a saída da escola, muitas vezes marcada por dificuldades prévias e por histórias de insucesso escolar. Para Figueiredo (2000), as dificuldades observadas na maternidade na adolescência decorrem não apenas, de modo direto, pelo facto de a mãe ser adolescente, mas também

indiretamente por outros fatores, como por exemplo um número muito elevado de bebés nascer prematuro e o facto de, muito frequentemente, a mãe ter níveis muito baixos de escolaridade (Apfel e Seitz, 1997). Noutros relatos é possível identificar experiências escolares menos positivas como motivo de abandono e o objetivo de independência financeira (em dois dos casos, essa opção surge também para auxiliar na situação precária da família e em quatro outros, para independência financeira). Noutros casos, a escola, além de não ser uma recordação positiva, associa-se a problemas de saúde enquanto criança, e ao ingresso precoce no mundo do trabalho. Um caso em particular revelou também estas dificuldades de adaptação ao mundo escolar associadas a um atraso na aprendizagem, que motivou a frequência de uma escola específica.

Apesar disso, e de os percursos terem sido interrompidos pelas razões acima descritas, para os entrevistados deste perfil parece ser maioritariamente a ideia de que se tivessem continuado a estudar poderiam ter tido acesso a profissões mais compensadoras, quer do ponto de vista monetário, quer da realização pessoal. No estudo realizado por Faria, Salgueiro, Trigo e Alberto (2008) com adolescentes institucionalizadas, estas falaram na importância dada à educação. No entanto, e como observamos numa das nossas narrativas, a interrupção do percurso de institucionalização poderá ter o efeito inverso, ou seja, contribuir para o abandono dessa escolarização e, desse modo, para uma procura de independência mais rápida que não inclui, necessariamente, o prosseguimento dos estudos.

Entrevistadora: Porque deixaste a escola?

Entrevistada: Porque não tinha como estudar.

Entrevistadora: O colégio não te ajudava nessa altura?

Entrevistada: Não, porque eu depois naquela altura saí da escola e do colégio.

Entrevistadora: Então deixa-me ver se eu compreendi. No sexto ano saíste da escola porquê, lembraste?

Entrevistada: Porque o colégio não queria que eu estudasse mais. (P.3.5_ Porto, sexo feminino, 31 anos)

A análise do percurso escolar dos entrevistados revela também o impacto que associam à escola e a níveis mais elevados de autoestima e de valorização pessoal. Nestes casos, então, a escola permitiria não apenas um futuro com mais oportunidades no mercado de trabalho, mas também uma maior valorização dos próprios sujeitos. Numa narrativa, em particular, esta ideia está bastante vincada, sobretudo para um entrevistado que gostaria de ter aprendido a ler e escrever bem.

De resto, o reconhecimento da importância da escola no futuro é bastante mais expressivo, associado não só à possibilidade de um melhor emprego e com maior satisfação pessoal, mas, também, a uma maior autoestima e ao gosto pelo conhecimento.

Finalmente, estas vivências de situações de pobreza na infância impactam as dimensões de bem-estar infantil. Como afirmam Sarmiento, Fernandes e Trevisan:

Apesar de as condições materiais não serem o único determinante de bem-estar são responsáveis por uma grande parte do mesmo, particularmente ao providenciarem as condições de acesso a diferentes recursos, nomeadamente os que ajudam ao exercício de direitos fundamentais e à promoção da inclusão social. (2015, p. 86)

A educação e o trabalho assumem relevância nos estudos sobre a pobreza (Diogo, 2015), quer por causa da definição do lugar do indivíduo na estrutura social, quer pelos recursos económicos que são capazes de proporcionar aos sujeitos. Assim, e como temos vindo a argumentar, ainda que a escolaridade não implique, automaticamente, o acesso a melhores posições na estrutura social, diferentes autores têm salientado, como afirma Diogo (2015), que Portugal é um dos países onde esta relação entre maior escolaridade e melhor posicionamento social parece ser mais evidente (Benavente *et al.*, 1996, citadas por Diogo, 2015, p. 122). Para lá destas questões, e como observamos nos diferentes perfis, ainda que com menor incidência neste, a saída precoce da escola e o ingresso no mundo de trabalho, muitas vezes de modo informal, e numa aprendizagem de uma profissão fora dos sistemas formais de formação, é visível, representando

[...] uma forma clara de reprodução intergeracional de pobreza na medida em que os filhos herdaram dos pais profissões socialmente desqualificadas e associadas a elevada probabilidade de precariedade no emprego e a baixos salários. (Diogo, 2015, p. 124)

8.3. Transição para a vida adulta

As trajetórias de vida dos entrevistados neste perfil têm em comum o facto de nelas terem ocorrido episódios, mais ou menos prolongados, de desemprego – algo que, nas sociedades atuais, se tem transformado num fenómeno estrutural, produzindo enormes consequências na vida de quem o experiencia. São muito claros, nos discursos dos inquiridos, os impactos materiais e simbólicos, pessoais e familiares da quebra de laços com o mundo do trabalho, no contexto de uma sociedade organizada «em torno da produção, da repartição e circulação de bens e

serviços» e em que há uma relação estreita entre o emprego e o estatuto social (Schnapper, 1994, p. 127).

A transição da escola para o mundo do trabalho ocorre em idades precoces – até aos 16 anos – e após trajetórias escolares muito curtas. As razões invocadas para o abandono escolar e para a inserção precoce no mercado de trabalho relevam, à semelhança do que acontece com os outros perfis, da necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar, dadas as enormes fragilidades económicas das famílias de origem, como já se salientou. Alguns confirmam que, ainda que estas dificuldades tenham apressado a decisão, ela também se baseou nas dificuldades de integração na cultura escolar e no insucesso recorrente que experienciavam, bem como na ausência de aspirações e expectativas associadas à escolaridade, desenvolvendo, alguns, estratégias defensivas de desinvestimento na escola. Para outros, a integração precoce no mundo do trabalho decorre de um apoio e incentivo das próprias famílias, não só porque estas valorizam uma ética do trabalho, mas ainda porque se percebe que os custos acrescidos do prolongamento da escolaridade são dificilmente suportáveis por famílias economicamente fragilizadas e, por vezes, muito numerosas:

Entrevistadora: Nove irmãos! Era uma casa grande.

Entrevistado: Bastante. Por isso eu fui trabalhar bastante cedo.

Tive que largar a escola da mão, para ajudar o meu pai, porque o meu pai sozinho era uma casa de gente para sustentar, rendas da casa, e tudo, não era fácil. (P3.2_VFCampo, masculino, 49 anos)

As transições profissionais da generalidade dos entrevistados são marcadas pela precocidade das experiências de desemprego nas trajetórias profissionais, sendo que mais de metade destes inquiridos

experiencia o desemprego precocemente, aquando do início da sua trajetória profissional – primeira ou segunda experiência de trabalho. Esta precocidade do desemprego dá conta da generalização neste perfil do recurso a modalidades contratuais frágeis, como sejam a contratação a prazo, a subcontratação ou o trabalho temporário.

A situação de desemprego conduziu uma parte significativa dos entrevistados a regressarem, enquanto adultos, ao sistema de ensino e formação. A lógica de funcionamento dos sistemas produtivos tem contribuído para transformar o desemprego numa realidade estrutural dos sistemas de trabalho, o que tem exigido o desenvolvimento de políticas sociais de mitigação dos impactos sociais e pessoais da privação de trabalho, até aos anos 90, sob a forma de políticas de subsídio. Posteriormente, tal ocorreu mediante o desenvolvimento de políticas ativas que apostam na promoção de qualificações que permitam criar oportunidades profissionais, sem escamotear os apoios financeiros que atuam na redução dos efeitos produzidos pelas vulnerabilidades face ao sistema de emprego. O impacto destas políticas ativas é bem evidente neste perfil e justifica que uma larga maioria ingresse, enquanto adultos, em diferentes modalidades formativas. Quando se pronunciam acerca desta experiência, desenha-se uma diversidade de conceções: 1. alguns colocam nestes processos formativos elevadas aspirações e expectativas face ao impacto que poderão ter no desenvolvimento de competências e na criação de oportunidades de inserção profissional futura; 2. outros salientam o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre significativas, tendo em conta a sua experiência de vida; 3. salientam-se, ainda, os que desenvolvem uma perspetiva crítica em relação ao

impacto que os cursos frequentados produzem na qualificação e reconversão profissional e na criação de oportunidades de emprego; 4. são ainda aventadas, por alguns entrevistados, as dificuldades sentidas no acompanhamento das formações disponibilizadas, salientando-se aqui as dificuldades de descodificação e processamento da informação escrita, particularmente entre os entrevistados com muito baixas qualificações escolares; 5. outros valorizam o lado convivial que a formação permite e a oportunidade de criação de redes de sociabilidade que obstam ao isolamento social que a situação de desemprego produz.

Mas as experiências narradas permitem perceber o limitado alcance destes processos formativos na mitigação do desemprego, situação para a qual contribuem quer a escassez de empregos disponíveis, quer as políticas de recrutamento e estabilização da mão de obra assumidas por entidades públicas e privadas que optam, em contextos de crise e de incerteza, pela contratação temporária de trabalhadores que engrossam o mercado de trabalho secundário, caracterizado pela instabilidade contratual. A situação de desemprego, em especial do desemprego de longa duração, tende a ser perspectivada como uma responsabilidade individual, negligenciando:

as vulnerabilidades extrínsecas, isto é, as razões que transcendem os próprios desempregados, como sejam as responsabilidades do capital e das empresas, as opções de política económica e orçamental, as «turbulências» dos mercados de trabalho ou as distorções territoriais dos padrões de emprego, sobre as quais os desempregados não têm, nem podem ter, qualquer controlo. (Caleiras, 2011, p. 143)

Esta conceção estigmatizadora da situação de desemprego está, como refere o autor acima citado, presente no desenho e nas lógicas de

implementação das próprias políticas de ativação que são direcionadas aos desempregados e não às causas que produzem o desemprego, razão pela qual, nos casos analisados, a formação não tem tido qualquer impacto no acesso a um emprego seguro.

As transições familiares destes entrevistados refletem as situações de vulnerabilidade presentes nas suas trajetórias de vida, decorrentes da fragilidade da relação laboral e da recorrência das situações de desemprego. Para um número significativo de inquiridos, a autonomia residencial é posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, o que denuncia a ausência de recursos económicos que permitam à família de procriação aceder a uma habitação própria. A instabilidade profissional, associada a salários muito baixos, obriga ao recurso de soluções temporárias que passam por estadias, mais ou menos prolongadas e, por vezes, recorrentes, em casa dos progenitores, de outros familiares, ou mesmo de amigos.

Os discursos produzidos em torno da conjugalidade refletem e aprofundam o impacto da situação de desemprego na produção de uma instabilidade emocional. As formas de conjugalidade assumidas por estes inquiridos são variadas e a par de arranjos familiares edificados numa formalização baseada no casamento, surgem estruturas familiares edificadas em formas de coabitação informal ou numa conjugalidade não associada à parentalidade.

A conflitualidade conjugal é muito expressiva resultando, em diferentes momentos do ciclo de vida, em separações e divórcios. Os discursos salientam os impactos emocionais e o sofrimento associado a esta dissolução e dão a entender que aprofundou a situação

de fragilidade económica em que se encontravam, designadamente na possibilidade de acesso a uma habitação para a família:

Entrevistadora: Há quanto tempo se separaram?

Entrevistada: Há um ano.

Entrevistadora: Recente. Até então vivia com ele?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Então disse que passou a recorrer aos serviços de apoio depois da sua separação. A separação foi um momento de degradação na situação financeira da sua vida?

Entrevistada: Com certeza. Enquanto partilhávamos as despesas da casa, agora não partilhamos, estão só ao meu cargo, ainda com o agravante de ter de sair para pagar um valor muito superior [renda de casa]. (P3.5_Guimarães#2, feminino, 60 anos)

A transição para a parentalidade é objeto de diferentes apreciações por parte dos entrevistados. Trata-se de um evento que nem sempre ocorreu segundo um calendário sequencial, pois nalguns casos este episódio surgiu na vida dos indivíduos e precipitou processos de conjugalidade e de autonomização residencial. Alguns entrevistados alegam ter interrompido trajetos escolares e profissionais para assumir as responsabilidades parentais, sendo esta ação fortemente *genderizada*, denunciando valores e atitudes mais tradicionais que imputam à mulher a responsabilidade da maternidade e da gestão da vida doméstica:

Entrevistadora: Estava a contar-me que essa relação....

Entrevistada: Ele achava... Uma altura ele me dizia que se tivesse mais filhos não se importava, que o trabalho das mulheres é estar em casa com os filhos. (P 3.1. Lisboa, feminino, 48 anos)

O impacto das dissoluções conjugais é muito expressivo neste perfil e a monoparentalidade surge, uma vez mais, como fator de aprofundamento das situações de pobreza:

Entrevistadora: Depois de ter nascido o seu filho, vocês continuaram a viver os dois juntos e depois separaram-se?

Entrevistado: Não, ela abandonou o filho!

Entrevistadora: E, o seu filho, como é que o Sr. fez?

Entrevistado: O meu filho estava comigo, pronto eu depois pagava uma ama para o tratar estava a pagar 20 e tal contos todos os meses, para lhe dar alimento, até ele ir para a escola. E paguei numa creche, que estava ali na XXXX, também pagava na creche, pagava à ama, pronto. (P3.5_Amadora, masculino, 58 anos)

A ausência de infraestruturas gratuitas que garantam o apoio nos cuidados à infância surge, também neste perfil, como um fator de agravamento das situações de fragilidade social dos agregados familiares e fundamenta a decisão de algumas mulheres deste perfil de abandonarem o exercício de um trabalho remunerado.

A fragilidade da vinculação ao mercado de trabalho gerou trajetórias profissionais marcadas pela mudança frequente de emprego, períodos recorrentes de desemprego, vinculação precária, períodos de formação para aumentar as qualificações escolares e profissionais, em suma, contribuiu para a criação de trajetórias desqualificadas, no sentido de Paugam (2000). A situação de desemprego não gera apenas a privação de bens materiais, mas cria um estatuto que marca profundamente a vida e a identidade de quem o vivencia, e que, para além dos custos emocionais relatados, tem custos simbólicos e sociais que derivam do processo de estigmatização social a que os desempregados são sujeitos

em sociedades edificadas em torno do sistema produtivo e que fazem depender o estatuto social do acesso a um emprego (Gallie, Paugam e Jacobs, 2003).

8.4. Relação com o mundo do trabalho

Embora a grande maioria dos entrevistados estivesse desempregada ou em situação de inatividade, quase todos tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da sua vida. É com base nessas experiências, anteriores à experiência de desemprego atual, que a análise da sua relação com o mundo do trabalho é feita.

No que respeita à dimensão mais objetiva, verifica-se que uma parte das estratégias usadas para conseguir uma atividade laboral está associada à sua iniciativa individual, designadamente com a resposta a anúncios de jornal. Contudo, a maior parte das estratégias assentam na rede de relações sociais que os entrevistados mobilizam para o efeito. Nesses casos ganham protagonismo os familiares, em particular o pai, mas também outras pessoas conhecidas, vizinhos e amigos – situação relativamente semelhante aos restantes perfis. Também encontramos três casos de estratégia institucional de acesso ao emprego (envolvem instituições e situações institucionalizadas). Aliás, neste perfil estão incluídos os indivíduos que apresentam uma relação mais próxima e mais intensa com os serviços de apoio social, no que ao emprego respeita.

No que concerne à experiência atual de desemprego, as explicações avançadas para os entrevistados se encontrarem nesta situação são diversas, refletindo a diversidade das trajetórias sociais e a singularidade das histórias de vida de cada um. Não obstante, é possível encontrar algumas regularidades significativas e, sobretudo,

a interseção das questões mais sociais com as particularidades dos seus percursos, destacando o pesado papel que a sociedade tem nos destinos individuais. A margem de manobra de definição de si e do seu destino é particularmente diminuta entre os indivíduos mais destituídos de recursos (Gaulejac e Leonetti, 1994; Diogo, 2007).

A primeira explicação para o desemprego é a doença, em alguns casos associada à penosidade das tarefas desempenhadas. Damos destaque ao problema concreto da depressão, considerando o impacto bastante disruptivo que esta tem em contextos de escassez de recursos para atenuar os seus efeitos. A depressão foi aparecendo nos diversos perfis como algo com efeitos nas várias dimensões da vida dos entrevistados, incluindo a relação com o trabalho. Destaca-se mais neste perfil:

Entrevistadora: Pronto, mas se lhe perguntasse por que é que está desempregada? Qual é que acha que foi o motivo? Coincidiu com o nascimento dela... [filha mais nova, no colo da entrevistada]

Entrevistada: Sim. Não, agora neste momento, claro, tenho que fazer um passo de cada vez. Que é o que a psicóloga também quer. Hum... Foi assim um bocado tudo ao mesmo tempo, mas graças a Deus... A autoestima, a força de vontade, a autoconfiança em mim mesma mudou muito. E agora claro, tem que ser, como ela diz, um passo de cada vez.

Entrevistadora: Mas acha que desanimou, que foi abaixo nessa altura?

Entrevistada: Sim. E depois quando tive que pôr o meu filho no colégio com 16 anos, nessa altura fiquei com uma depressão. Tanto que neste momento ainda estou a fazer antidepressivos [...]. (P3.3... Porto, sexo feminino, 37 anos)

O segundo motivo referenciado nas entrevistas é a idade. Esta aparece especialmente associada às razões para não se conseguir um novo

emprego. Os entrevistados não estão em idade de reforma, alguns não estão sequer lá perto (em média têm cerca de 47 anos), mas referem que a idade lhes limita as possibilidades de emprego.

Na sua maioria, as pessoas inquiridas caracterizam-se por terem uma trajetória de emprego em carrossel, tal como temos vindo a definir nos capítulos e perfis anteriores (Diogo, 2010). As trajetórias de emprego em carrossel definem-se por um elevado número de atividades laborais na trajetória profissional e, em consequência, por uma duração relativamente curta para cada uma delas.

Entrevistador: Quantos empregos o senhor já teve. [...] ao longo da vida.

Entrevistado: Ah! Muitos. Trabalhei na construção. [...] Foi depois da padaria [...]. [e o entrevistado continua, no resto da entrevista, a referir um elevado número de empregos, todos de curta duração] (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

A informalidade aparece a par com a precariedade, ambas características das trajetórias de emprego em carrossel, e amplifica os seus efeitos na reprodução da situação de pobreza.

Acresce que os períodos de trabalho são intercalados por períodos de não emprego. Estes são sobretudo períodos de desemprego mas também identificamos, para o caso de uma mulher, a assunção da condição de doméstica, por via da maternidade ou, noutros casos, a condição de formanda ou ainda a de reformada (intercalando com trabalho).

Em contraste, alguns casos apresentam largos períodos de estabilidade no emprego, embora isso não tenha impedido que ficassem numa situação de pobreza quando ficaram no desemprego. No momento da

entrevista, entre os casos que apresentaram amplos períodos de estabilidade no emprego, três estão desempregados e três reformados (por invalidez), com pensões baixas.

É neste perfil, em flagrante contraste com o primeiro, que vemos o papel do Estado: é através dos diversos organismos e programas que alguns entrevistados vão encontrar alternativas à sua fraca inserção no mercado de trabalho, ou mesmo alternativas ao rendimento de trabalho. É o caso do seu enquadramento em atividades de câmaras municipais ou juntas de freguesia; sendo ainda enquadrados pela administração central em programas ocupacionais, reformas por invalidez, por incapacidade ou ainda o RSI. Em alguns casos é até de sublinhar que um breve contrato de um ano com o Estado (em programa ocupacional ou não) é a experiência laboral com mais direitos e estabilidade na sua trajetória profissional.

Estas experiências sublinham, por um lado, o importante papel que o Estado joga ao mitigar as situações de pobreza mais intensa pelas transferências sociais. Por outro, na medida em que estão condicionadas à prestação de algum tipo de trabalho, mas sem que seja reconhecido como um emprego nem dê garantias de acesso a um emprego, relevam a exposição destes indivíduos a situações laborais de grande precariedade.

Os recursos que o Estado usa para enquadrar indivíduos em situação de desemprego e de pobreza constituem, em larga medida, uma zona intermédia entre emprego e desemprego, com destaque para os programas ocupacionais. Nestes casos, os indivíduos trabalham mas não estão exatamente num emprego. Acresce que bolsas de formação e biscates, por muito distintos dos programas ocupacionais que

aparentem ser, partilham com eles o papel de construção desta zona intermédia entre emprego e desemprego na sociedade e na vida dos indivíduos.

Em relação à questão da identidade social (Dubar, 1991) em concreto, uma parte importante dos entrevistados (cerca de um terço) define-se como doente e não como trabalhador. É em apenas três casos que a declaração de si como trabalhador é central na imagem que nos é passada. Já no que respeita à questão dos efeitos tangíveis da doença regista-se que a menção de uma doença crónica, grave e/ou com impacto na redução das capacidades dos indivíduos está presente na maioria das entrevistas do perfil.

Entrevistadora: Mas acha que foi esse problema de saúde que fez com que ficasse desempregado?

Entrevistado: Também, ajudou muito. Foi. Ficar desempregado foi de certeza. Porque foi por causa disso.

[...]

Entrevistadora: Sim, estou a perceber. Hum, pronto, então já está desempregado desde que foi internado...

Entrevistado: Desde que fiquei doente.

Entrevistadora: Isso já foi há quanto tempo?

Entrevistado: Ui! Vai fazer dez anos. (P3.2._Porto, sexo masculino, 45 anos)

Em algumas situações verifica-se que o efeito do trabalho é o de produzir ou ampliar um problema de saúde, tendo em atenção as condições em que se realiza. Trabalhar ou não trabalhar não é uma dicotomia simples. No caso dos indivíduos em situação de pobreza, emergem as condições em que a atividade laboral se desenrola (algo que

condensamos na ideia de qualidade do trabalho)⁷¹. Esta pode potenciar uma situação frágil, agravando-a ou contribuindo para a sua reprodução ao longo da vida dos indivíduos, contribuindo para a estruturalidade da pobreza (Capucha, 2005; Perista e Batista, 2010). Em alguns casos, portanto, o trabalho cria, mantém ou agrava a pobreza.

Por sua vez, estas condições objetivas em que a atividade laboral se desenrola podem ter efeitos na identificação de si como trabalhador: num contexto em que existe um estigma associado ao desemprego, existe uma pressão societal forte para se trabalhar e, ao mesmo tempo, as atividades ao alcance dos indivíduos são de má qualidade. No caso deste perfil, estas condições contribuem para a cristalização de uma identidade de «doente», enquanto forma de legitimação social do desemprego, desenvolvida por alguns entrevistados.

Ainda no que se refere à dimensão mais subjetiva, em relação à satisfação com o trabalho (gosto), este está associado ao convívio, sobretudo no caso das mulheres, sendo que este convívio pode ter como interlocutores os colegas, os clientes e até os patrões. Portanto, relacionado com os valores extrínsecos, tal como definidos no capítulo 6.

Alguns, poucos, entrevistados marcam uma forma de se gostar do trabalho assente na valorização da atividade profissional em si (valores intrínsecos) e não de questões que lhe são exteriores (embora com ela relacionadas) como o convívio ou o ordenado (valores extrínsecos, cf. Vala, 2000; Cabral, Vala e Freire, 2000; Vala, Cabral e Ramos, 2003).

Em relação ao desgosto pela atividade laboral, destaca-se a sua associação à penosidade, mas também ao convívio, isto é, à relação com os outros. Neste último caso, os protagonistas que interagem com os

nossos entrevistados são os colegas de trabalho e os patrões. Em dois ou três casos a situação relatada foi tão tensa que levou à rescisão, por iniciativa do trabalhador, mesmo sem garantias de um novo emprego. No que respeita à penosidade esta pode ser tão intensa que, num caso, levou, segundo o relato da entrevistada, a sequelas duradouras na sua saúde, ao nível da mobilidade.

Caracterizada a relação com o trabalho neste perfil, onde predomina o desligamento face ao mercado de trabalho, importa olhar com mais atenção a forma como estes entrevistados avaliam o seu percurso de vida e a sua situação de privação material.

8.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Quase todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que o seu rendimento era insuficiente para fazer face às despesas do agregado. Uma frase relativamente comum, mesmo por parte de pessoas que, num primeiro momento, hesitaram em assumir a insuficiência dos seus recursos, foi a de que, quando o mês chega a meio, já acabou o dinheiro. Algumas pessoas expressaram, aliás, de forma muito veemente tal insuficiência, ilustrando a sua argumentação com valores monetários.

Não! Não dá nem para comer! Dá para pagar as despesas da casa e comer mal. [...] Não há quem viva com 170 euros por mês! Agora, tudo é caro! A luz é cara, a água é cara. (P3.2_Montalegre, sexo masculino, 56 anos)

Neste perfil em concreto, as situações parecem tornar-se tanto mais complicadas quanto maiores são as dificuldades experienciadas ao

nível da saúde, ficando evidente o ciclo vicioso que se estabelece entre vulnerabilidade económica e condição de saúde.

Duas em cada três pessoas entrevistadas relataram situações de doença, das próprias e/ou de familiares, na infância e/ou no momento da entrevista, muitas vezes com efeito (des)estruturador na vida destes indivíduos⁷².

Amiúde, os problemas de saúde, a que se associa o preço dos medicamentos e a necessidade de recorrer ao setor privado como forma de obviar as longas listas de espera para uma consulta hospitalar de especialidade no setor público, foram mencionados como causadores de despesas avultadas que muito contribuíam para que o rendimento fosse considerado insuficiente para fazer face às despesas do agregado.

Tais resultados estão longe de surpreender. No seu último relatório que se debruçou explicitamente sobre as questões de equidade na saúde, o Observatório Português dos Sistemas de Saúde assinalava que:

em comparação com o resto da Europa, Portugal não sofre de maiores barreiras de acesso, mas estas barreiras estão mais marcadas do ponto de vista socioeconómico, em particular no que diz respeito às restrições financeiras [...]. [destacando-se] o risco elevado de despesas catastróficas para categorias da população isentas, tais como os desempregados [...]. A principal explicação para este resultado, aparentemente paradoxal, é a de que as principais despesas em saúde estão relacionadas com medicamentos (65%), para os quais a isenção não se aplica. (OPSS, 2017, pp. 84-85).

De igual modo, quer a Comissão Europeia, quer a OCDE têm notado, nos seus relatórios, que Portugal é um dos países onde a proporção de

gastos próprios com cuidados de saúde (por oposição aos gastos que são assumidos pelo sistema de saúde) é mais elevada. A OCDE nota, por exemplo, que Portugal foi um dos países aonde os pagamentos feitos pelos agregados subiram de forma mais substancial entre 2009 e 2017 (OCDE, 2019). Da mesma forma, o Eurostat dá conta de que os pagamentos *out-of-pocket* cifraram-se em 27,5% em 2017, quase o dobro da média europeia de 15% (Perista, 2018). A Comissão Europeia, no seu último relatório relativo a Portugal, realça que «subsistem desigualdades, em matéria de saúde, [...] em função da situação socioeconómica». (Comissão Europeia, 2020, p. 52).

A insuficiência percebida de recursos leva a que diferentes estratégias (verdadeiros malabarismos, em muitos casos) tenham de ser mobilizadas para lidar com a situação. Muitas das pessoas entrevistadas mencionaram a dificuldade de gerir recursos parcos, que têm de ser esticados continuamente e tornados suficientes, «tapando buracos» à medida que estes surgem. Fica, assim, evidente o uso de estratégias pela população pobre para fazer o dinheiro e outros recursos esticar tanto quanto possível (Daly e Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015). Isso fica também patente nos discursos em que é referida a constituição de dívidas, situação que acaba por complicar, ainda mais, situações já muito difíceis.

Eu estou a dever a um e a outro. Temos de pedir fiado, durante um mês, mas quando eu chego ao fim do mês é preciso pagar. A gente é assim: eu recebo ao fim do mês, pago às pessoas todas. Naquele mês corrente, eu fico comendo outra vez fiado. Chega-se ao fim do mês, não me cresce nem um cêntimo. [...] Por exemplo, eu estou devendo uma compra de 400€ ou 500€, eh pá, eu no fim do mês só posso dar 30€ ou 40€. Não posso dar mais para poder esticar para eles todos. O que não

pode esticar é a luz, água. Isso há coisas que temos de pagar tudo [...] senão eles cortam logo. (P3.2_VFCampo, sexo masculino, 49 anos)

Destes discursos fica, também, uma vez mais, clara a «gestão» que Tach e Greene (2014) designaram de «roubar a Pedro para pagar a Paulo», já mencionada neste texto. Num ou noutro caso, porém, as pessoas entrevistadas assumiram que o malabarismo das dívidas deixou, em dado momento, de ser possível e, quando isso acontece, advêm situações evidentes de privação.

Registaram-se, ainda, casos em que as pessoas entrevistadas referiram que, sem ajuda, institucional ou de outras pessoas, não seria possível gerir a situação. Destaca-se, também, a importância atribuída por alguns indivíduos à possibilidade de produzir alguns bens alimentares, na ausência da qual a privação seria provavelmente uma realidade (ainda mais) evidente. Noutros casos, ainda, foi assumido que o que vale são os pequenos biscates.

Como refere Machado Pais, a propósito da população jovem mas que pode facilmente ser adaptado a uma parte da população pobre e nomeadamente à população que compõe este perfil de Desempregados,

a vivência precária do emprego e do trabalho envolve modalidades múltiplas de «luta pela vida» que compreendem trabalho doméstico, eventual, temporário, parcial, oculto ou ilegal, pluriemprego, formas múltiplas de desenrascanço a que a linguagem comum se refere com as sugestivas expressões de *ganchos*, *tachos* e *biscates*. (Pais, 2003: 7).

Em alguns casos, esses biscates são acumulados com o Rendimento Social de Inserção, exemplificando uma estratégia não permitida pelas

regras da proteção social mas realçada por estes respondentes como crucial para o escapar a situações mais severas de privação. Saliente-se, a este respeito, mencionado por diferentes autores (Castro *et al.*, 2012, Baptista e Perista, 2015; Rodrigues *et al.*, 2016): que o RSI não pretende eliminar a situação de pobreza entre os seus beneficiários, mas tão só mitigar a intensidade e a severidade da mesma.

De facto, os valores médios do RSI situam-se em níveis muito baixos. De acordo com as estatísticas do Instituto de Segurança Social, no ano de 2019 os valores médios mensais fixaram-se em €117,12 por pessoa e em €259,43 por agregado. Estes são valores claramente abaixo do limiar de risco de pobreza. Relembre-se que, de acordo com os últimos dados disponibilizados pelo INE, este se situou, em 2018, em €6014 anuais, ou seja, cerca de €501 por mês.

Também a própria Comissão Europeia tem reconhecido essa situação nos seus relatórios relativos a Portugal produzidos no âmbito do Semestre Europeu, referindo que, em Portugal, «a adequação do rendimento mínimo continua a ser reduzida [...] e bastante inferior à média da UE» (Comissão Europeia, 2020, p. 51), depois de, anteriormente, notar que a adequação do RSI «é uma das mais baixas da UE: em média, o rendimento líquido dos beneficiários do rendimento mínimo corresponde a cerca de 40% do limiar de pobreza nacional» (Comissão Europeia, 2019, p. 52).

Independentemente do tipo de gestão efetuada, a privação a que têm de se sujeitar fica explícita ou implícita na resposta da maioria das pessoas. A não realização de despesa torna-se, em muitos momentos prioritária, seja na componente da alimentação, da saúde ou outras.

[O rendimento de que dispõe] chega para eu fazer uma vida muito, muito limitada. Eu não vou ao cabeleireiro. Às vezes, eu quero tirar o passe para andar no centro da cidade porque eu não posso andar muito a pé, mas não consigo porque são 21 euros. Às vezes, quero tomar banho, mas a cozinha fica um bocadinho retirada da casa de banho. Por isso, encho um baldinho de água na cozinha para não estar à espera que a água quente chegue à casa de banho. Pego o baldinho e um copinho só para dar uma duchazinha. [...] Para evitar gastar muito gás. Tento poupar tudo o que eu posso. (P3.5_Guimarães#1, sexo feminino, 64 anos)

Neste contexto é ainda referida a dificuldade adicional que algumas das pessoas entrevistadas, todas elas mulheres, consideraram advir daquilo que identificam como uma má gestão do dinheiro por parte dos seus (ex-)companheiros, sendo possível identificar exemplos potenciais de situações em que o rendimento é desigualmente distribuído no seio do agregado (ver, por exemplo, Cantillon e Nolan, 2001).

A grande maioria das pessoas entrevistadas não teve qualquer dificuldade em identificar momentos da sua vida em que se apercebeu que o seu rendimento não era suficiente para fazer face às necessidades. Algumas deixaram mesmo transparecer que, mais do que um momento ou momentos, esse foi um sentimento que atravessou boa parte da sua vida. Noutros casos, esse momento foi claramente identificado, surgindo muito associado à rutura conjugal e à perda do emprego – dois dos três D da pobreza.

Os discursos de algumas pessoas parecem levantar o véu sobre um aspeto que continua a caracterizar parte do mercado de trabalho nacional: as diferenças entre os valores de remuneração base e ganho

médio mensal. De facto, esta é uma conclusão passível de ser retirada quando os/as respondentes identificaram o valor recebido enquanto trabalhavam e o valor do subsídio de desemprego recebido e merece realce adicional quando, a par ou mesmo mais do que a própria situação de desemprego, os indivíduos identificaram esta descida muito abrupta de rendimento como o elemento crucial espolizador de uma situação de pobreza.

Uma parte significativa dos/as respondentes associou os aspetos mais positivos das suas vidas a filhos e netos e ao sucesso obtido na sua estruturação enquanto pessoas, bem como ao seu sucesso escolar e à proximidade existente entre gerações. Algumas pessoas referiram o contexto profissional como promotor dos aspetos mais positivos. Trata-se sempre, em consonância com as características deste perfil, de situações passadas que são recordadas de forma positiva. Outras pessoas afirmaram não identificar qualquer aspeto positivo na sua vida. Apesar de poucas, deve ser notado que se tratam, na sua totalidade, de pessoas abaixo dos 50 anos que afirmaram, triste mas convictamente, não vislumbrar quaisquer sucessos, expressando um percurso de vida assente apenas em passar um dia de cada vez.

Quanto aos momentos mais difíceis eles prendem-se, sobretudo, com situações de doença – um terceiro D da pobreza – das próprias pessoas entrevistadas ou de familiares próximos. Foram referidas, nomeadamente, situações de cancro, de acidentes vasculares cerebrais e complicações respiratórias, bem como depressões. Note-se que algumas pessoas não identificaram qual a doença, em concreto.

Em alguns casos as situações de doença colocavam-se no momento da entrevista, sendo que algumas perduravam no tempo. Noutros casos,

tratava-se de situações cuja fase aguda tinha já passado sendo, porém, muito evidente que os impactos dessas situações tinham perdurado no tempo, fazendo-se sentir ainda, de forma evidente, no momento da entrevista. Para algumas pessoas, além, obviamente, da gravidade da mesma, o momento em que surge a doença afigura-se como um elemento essencial para que ela tenha um potencial mais ou menos disruptivo. Assim, ela acaba por ser encarada de forma mais negativa quando afeta uma criança, no caso de filhos ou netos e quando surge num momento mais avançado da vida dos próprios. Outros momentos identificados como claramente negativos foram, também, situações de morte de familiares, sobretudo de progenitores e com situações de rutura/instabilidade familiar.

Uma em cada três pessoas entrevistadas afirmou que o seu percurso de vida vinha a piorar até ao momento da entrevista. Alguns dos relatos foram bem ilustrativos das dificuldades evidenciadas incluindo, por exemplo, e em paralelo com outras problemáticas, a angústia associada ao risco evidente de deixar a habitação.

No entanto, apesar das dificuldades expressas relativamente a esse momento, quase outras tantas consideraram que a sua vida tinha vindo a melhorar, apontando melhorias em dimensões importantes já referidas neste texto: saúde, habitação, emprego (e também biscates) e resolução de dívidas.

Noutros casos, ainda, foi referida a ausência de mudanças significativas, sendo de notar, porém, a interpretação dada pelas pessoas entrevistadas, no sentido de que toda a sua vida foi pautada por dificuldades sem grandes oscilações.

8.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal

A análise das trajetórias pessoais e laborais dos entrevistados deste perfil revela, com frequência, o cumprimento de um «destino» de pobreza pela exposição precoce e de longa duração a contextos de privação e exclusão, a ocorrência de eventos críticos que desorganizaram o equilíbrio entre necessidades e recursos dos indivíduos, devido a uma situação de rutura e/ou instabilidade nas relações de trabalho, a ruturas familiares, ou a fragilização decorrente da situação de saúde e/ou uma acumulação de eventos críticos geradores de uma trajetória descendente em termos de posição social (Branco, 2015; Garcia e Kazepov, 2002). De facto, a reconstituição das biografias de «primeira mão» permite-nos identificar não só a experiência da privação e da pobreza, a desvalorização por diferentes razões do capital educativo na infância, ruturas disruptivas a nível familiar, maus-tratos, institucionalização, discriminação étnica e de género, acontecimentos que condicionaram as trajetórias dos nossos entrevistados, enquanto adultos, nos seus capitais social e cultural, mas também no seu corpo, onde se inscrevem sequelas significativas na saúde física e mental e que perpassam os eventos críticos que desencadearam, em várias circunstâncias, o desemprego e outras vulnerabilidades vitais, existenciais e de recursos (Therborn, 2013) que hoje os colocam entre as pessoas em condição de pobreza.

Na análise da pobreza, além da posição dos indivíduos no mundo do trabalho e das estruturas familiares, importa levar em linha de conta as políticas públicas de bem-estar social e a forma como estas, nomeadamente nas áreas da proteção social e do emprego, procuram compensar os desequilíbrios provocados, entre as necessidades e os recursos

próprios e/ou das redes primárias dos indivíduos, por eventos críticos ocorridos na relação com o mercado de trabalho, na esfera da família e no domínio da saúde.

No que respeita à rede de proteção baseada no regime geral de segurança social, a existência de um número tão reduzido de indivíduos explica-se pela natureza instável das trajetórias laborais dos entrevistados, com alta rotatividade emprego/desemprego, mas também pela informalidade das relações de trabalho que contornam a exigência de contribuições obrigatórias para a segurança social. Estas circunstâncias impossibilitam a construção de carreiras contributivas regulares e, em muitos casos, o cumprimento dos critérios de elegibilidade do subsídio de desemprego, nomeadamente o prazo de garantia exigido para aceder a esta prestação social.

No que se refere ao subsídio social de desemprego, tratando-se de uma prestação social de cidadania, sujeita a condição de recursos, os limiares de rendimento estabelecidos são um vetor de seletividade excluindo muitos indivíduos desempregados. Estes, por via do carácter precário dos seus vínculos de trabalho, não satisfazem o prazo de garantia do subsídio de desemprego, mas acabam por ser igualmente inibidos do acesso ao subsídio social de desemprego. Esta exclusão radica na condição de recursos, que estabelece como referência do rendimento mensal por pessoa equivalente 80% do IAS. Este montante corresponde a 70% do limiar de pobreza por adulto equivalente em 2018.

A reduzida taxa de cobertura observada no que respeita à proteção social no desemprego leva a que a resposta mais frequente das políticas públicas a este problema social e aos seus impactos na vida dos entrevistados e suas famílias seja a *assistência social no desemprego*

através do Rendimento Social de Inserção, enquanto última rede de proteção, de natureza universal. A ausência de rendimentos do trabalho e o elevado número de isolados e famílias monoparentais que caracteriza este perfil explica o número significativo de beneficiários do RSI por comparação, por exemplo, com o perfil dos trabalhadores pobres, apesar do baixo limiar da condição de recursos por adulto equivalente desta prestação social: 186,68 € em 2018 (Portaria n.º 52/2018) e 189,66 € em 2019 (Portaria n.º 22/2019).

O baixo padrão de satisfação de necessidades proporcionado por esta prestação social é particularmente crítico, constituindo apenas uma forma de mitigação da pobreza extrema sem obstar à privação material e conduzindo, como igualmente se verifica noutros perfis, ao recurso aos *apoios assistenciais complementares, públicos ou privados, ou da rede familiar*, em termos de ajuda alimentar, de apoio à medicação e ajuda monetária, como é comprovado pelos depoimentos dos entrevistados quer isolados, quer em famílias com filhos⁷³.

Num número limitado de casos regista-se uma articulação entre as políticas públicas de proteção social e de emprego, as designadas políticas ativas de emprego tendo como destinatários os desempregados inscritos nos serviços de emprego, beneficiários do Rendimento Social de Inserção. O enquadramento neste tipo de medidas de ativação da assistência no desemprego apresenta, em tese, um conjunto de vantagens por comparação com as designadas medidas passivas de proteção social, proporcionando oportunidades de integração social, de valorização do capital humano, de melhoria da condição material devido a uma prestação social mais valorizada para um conjunto de agregados familiares-tipo e a potencial ampliação das oportunidades de emprego.

Estes programas podem evitar a permanência dos desempregados nos dispositivos de assistência por períodos longos, mas importa levar em linha de conta quer a sua adequação em termos de padrão de satisfação de necessidades, quer a qualidade do enquadramento e acompanhamento proporcionados aos indivíduos participantes (Bonny e Bosco, 2002; Gustafsson *et al.*, 2002). Doutra forma, as políticas de inserção convertem-se, para muitos dos seus beneficiários, *no trabalho de Sísifo* (Castel, 1995), *marcando a consagração do provisório como modo de existência*, como se sugere, a título exemplificativo, na narrativa deste entrevistado.

Entrevistado: Era o das limpezas de caminhos e das estradas, é isso. Eu adorei.

Entrevistadora: E porque é que gostou?

Entrevistado: Eu gostei, porque aquilo é um tipo de serviço que, para mim, não me dá para eu me esforçar muito. É um serviço que eu gosto de fazer. Eu gosto de mexer com as plantas, eu gosto de ter contacto com a natureza [...]. Eu adoro fazer aquilo. Até, no outro dia, essa Secretaria [Regional] mandou chamar pessoas para fazer uma entrevista, porque vai entrar agora dez vagas para essa Secretaria. E eu fui chamado para fazer essa entrevista. Eu fui fazer a entrevista, e tudo e não tive a sorte de entrar. E isso deixou-me com bastante pena.

Entrevistadora: Eles estavam a contratar gente para o PROSA ou era para...

Entrevistado: Quando eu estive lá, foi por conta do RECUPERAR. Foi quando houve esses novos programas que houve para aí. Estive dois anos no RECUPERAR e depois, no terceiro ano, estive nos CTTS. Esse é um programa bom, porque dá um dinheiro bom. Só depois, então, é que vim para aqui. Chamaram-me para o Fundo de Desemprego,

e depois o Fundo de Desemprego, falou-me se eu queria ir trabalhar. Eu disse que «claro já se sabe que queria ir trabalhar». Mas é a tal coisa: trabalhando ou não trabalhando, eu estive a trabalhar como seja de graça para aqui para a Junta de Freguesia. Porque, eles davam-me por mês mais 71 €, que era alimentação, não sei o que era mais. Que os 429 € eu recebia sempre era do Fundo de Desemprego e já era meu, era o que eu tinha direito. Vim para aqui, pensando que ia receber mais uns 200 € em cima para ajudar a vida e vai-se a ver, recebo só 71 €. Praticamente, aquilo foi a trabalhar de graça, para ali. Estive um ano aqui nisso assim. (P3.2_Vila Franca do Campo, 49 anos, sexo masculino, pedreiro)⁷⁴

Outra dimensão relevante respeita à experiência de relação dos entrevistados com os serviços sociais incluindo quer os serviços de segurança social, quer os serviços sociais municipais e de instituições privadas de solidariedade social, os serviços de emprego e formação profissional, de saúde e de habitação. O apoio material, o acesso a direitos e a qualidade do acompanhamento e suporte prestado são os elementos com maior influência no juízo formulado pelos entrevistados quanto ao desempenho dos serviços. No que respeita aos serviços de apoio social da Segurança Social e de instituições de solidariedade social registam-se quer apreciações positivas, quer juízos fortemente críticos, sublinhando quer a importância dos apoios, ainda que limitados, quer as dificuldades e obstáculos registados no acesso aos direitos sociais e ao apoio em situações de comprovada necessidade. Relativamente aos serviços de emprego e formação profissional os juízos críticos predominam em absoluto, ainda que em parte sejam dirigidos ao desenho e eficácia das políticas públicas de emprego e não só ao desempenho dos serviços de emprego, o mesmo ocorrendo com os serviços de saúde. Uma outra

área muito sensível é a dos serviços de habitação, não só porque se trata de um mecanismo fundamental para a satisfação das necessidades humanas, mas porque a possibilidade de se obter uma redução nos encargos com o alojamento através do acesso a uma habitação de renda social é um fator importante na mitigação da privação associada à pobreza monetária. Alguns dos entrevistados lograram aceder a uma habitação e exprimem em geral uma apreciação positiva por essa realização, no entanto, outros expressam um juízo muito crítico à falta de resposta dos serviços municipais de habitação às suas solicitações, nalguns casos com vários anos.

Entrevistadora: A sua perceção em relação a esses serviços sociais. Qual é a sua satisfação ao modo que tem sido atendido ou acompanhado nos serviços de apoio social?

Entrevistada: Péssimo, péssimo. [...]

Entrevistadora: Acabou de citar um exemplo, mas existe algum episódio que tenha sido especialmente marcante a esse serviço prestado? Pode ser positivo ou negativo.

Entrevistada: Infelizmente é negativo. A mim, o que me choca muito é o que a lei diz, que a partir dos 326 euros, a pensão de invalidez ou de velhice, ou o que queira chamar, a pessoa não tem direito absolutamente nenhum, no apoio à renda, por exemplo, que era um apoio fundamental. No meu caso, que sou sozinha, que tenho que arcar com as despesas todas e com um vencimento de 410,56 euros, não há uma exceção. Não se tem em conta a condição de saúde da pessoa, muito menos a sua sanidade mental. E a pessoa fica completamente entregue a si própria, desprotegida de tudo, de tudo. Daí, cada vez haver mais pessoas mentalmente doentes, mais guerra no mundo, mais mortes, mais assaltos, mais tudo que há do pior, porque quem

legisla essa lei não tem capacidade, não tem no mínimo capacidade de saber viver com esse valor e pagar seu espaço e sua alimentação e todas as suas despesas consequentes que um ser humano pode ter. Que o sistema de saúde não presta... (P3.5_Guimarães#2, 60 anos, sexo feminino, empregada de comércio, reformada por invalidez)⁷⁵

Outra questão importante remete para a forma como os inquiridos percebem e avaliam a sua situação atual e a trajetória de vida trilhada, quais os sentimentos que formulam em relação a isso, bem como as propostas de ação que consideram que os poderes públicos devem assumir para debelar a situação de fragilidade social em que se encontram. Importa ainda perceber se a sua situação de pobreza tem sido fator de discriminação e de estigmatização nas interações sociais quotidianas.

8.7. Redes de apoio não institucional e território

Se nos outros perfis a importância das redes de apoio não institucionais são relevantes, desempenhando um papel social que, não raro, colmata parcialmente as insuficiências e ausências das instituições do Estado-Providência no campo dos apoios institucionais, no caso dos indivíduos desempregados é ainda mais relevante. Implicando o desemprego ou a inatividade situações de deslaçamento social e assim produzindo anomia no sentido dado por Durkheim (1991 [1893], 1999 [1897]), as redes de apoio de tipo informal, bem como uma inserção social forte no território, podem fazer a diferença entre a rutura completa e uma situação que, embora precária, permita aos indivíduos em situação de pobreza prosseguir com as suas vidas. As ajudas, como acontece nos outros perfis, são muito diversas, podendo incluir apoio em dinheiro e envolvendo atores ligados pelo parentesco, a vizinhança e a amizade. De igual modo, a ajuda proporcionada por vizinhos,

nomeadamente monetária, também está presente na vida de alguns dos entrevistados. A ajuda em dinheiro por parte de vizinhos funciona como solução de último recurso, envolvendo valores relativamente reduzidos.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou quando tem algum problema a quem é que recorre?

Entrevistada: A pessoas de fora, a vizinhos. Como eu já disse aqui se eu não tenho dinheiro eu chego a casa de uma vizinha e pergunto «eh vizinha tens dois euros que me emprestes?» E é sempre assim. (P3.1. Ponta Delgada, sexo feminino, 48 anos)

Considerando o valor em causa, estes empréstimos pressupõem a devolução, podendo também cair no domínio da reciprocidade equilibrada, implicando que quem recebe terá, num futuro mais ou menos próximo, de devolver o valor recebido numa quantia aproximada. Já nos casos que envolvem o apoio da família, temos situações de apoio continuado no tempo, implicando nomeadamente a tomada de refeições e assumindo-se estas como fundamentais à sobrevivência de quem está em situação de extrema vulnerabilidade, incluindo psicológica:

Entrevistadora: Porque é que se isola?

Entrevistada: Por causa da minha vida, prefiro estar quieta no meu canto.

Entrevistadora: Sim. E quando precisa de ajuda a quem recorre?

Entrevistada: Olhe, peço à minha irmã, peço à minha irmã e a um dos meus irmãos também.

Entrevistadora: Portanto, é à família, aos irmãos mais próximos?

Entrevistada: Sim, sim.

Entrevistadora: Como é que faz em relação à comida?

Entrevistada: A comida vou lá em casa, porque é na rua de trás, vou lá.

Entrevistadora: À casa da sua irmã?

Entrevistada: Sim. E eu para não dar muito trabalho...

Entrevistadora: Que era a casa dos seus pais?

Entrevistada: Sim. O meu filho às vezes vai lá jantar, mas almoçar, ele almoça na escola. (P3.1_Lisboa, sexo feminino, 48 anos)

Este perfil confronta-nos, uma vez mais, com as limitações da sociedade-providência, aliás já objeto de escrutínio crítico no capítulo anterior, mostrando como ela é especialmente fraca, mesmo inexistente, quando se observam contextos sociais marcados por formas múltiplas de exclusão. Em muitas das pessoas entrevistadas o princípio do *do ut des* (dou para que tu dê), bem conhecido do pensamento weberiano, não tem aplicação prática. A situação é tão frágil que muitos, como no caso do excerto acima fixado, apenas podem esperar receber. Ora, devendo a sociedade-providência ser composta por redes de conhecimento e de ajuda de tipo não mercantil – podendo ser analisada segundo os quadros de reciprocidade que convocam as relações do dom discutidas por Mauss (1998 [1925]) – é necessário sublinhar, na esteira de Silva (2001), que perante o cálculo presente nas trocas recíprocas entre iguais, ela está ainda mais presente entre indivíduos com estatutos sociais muito diferentes, configurando-se estas dádivas em formas subtis de controlo social dos mais frágeis e marginalizados. O deslaçamento social é particularmente evidente e sobretudo severo na cidade, onde o distanciamento geográfico em relação aos familiares mais próximos, fruto das dinâmicas laborais e outras que incentivam a mobilidade, mesmo quando não desejada, se conjuga com a inexistência de relações sociais significativas com os vizinhos nos prédios onde se habita. A este contexto nitidamente desvantajoso há que acrescentar os determinantes sociais decorrentes da velhice, melhor

dito, do modo como esta é entendida e socialmente tratada na sociedade contemporânea, sobretudo nos meios mais urbanos, que conduz a modos extremos de isolamento e solidão:

Entrevistadora: Agora a gente vai para a questão de redes de apoio. O que pensa sobre a relação com os seus familiares, amigos e vizinhos?

Entrevistada: Familiar, amigos e vizinhos, muito sinceramente, desde que minha mãe faleceu, a minha família ficou desunida. A nível de vizinhos, vivo num prédio que passa-se meio ano sem ver um vizinho, ninguém acode a ninguém, ninguém sabe nada de ninguém e é assim que eu vivo. A nível de amigos... a nível de amigos, todos têm as suas dificuldades e então eu criar novos amigos nesta idade é bem complexo, porque a verbalização da vida de cada um é tudo no negativo, às vezes tudo nas dificuldades, chega a ser um pesadelo, chega a ser um pesadelo.

Entrevistadora: Então, neste sentido de rede de apoio mesmo, nesses três âmbitos, sente que eles são enfraquecidos?

Entrevistada: Completamente, completamente, completamente.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre?

Entrevistada: Eu quando tenho algum problema mais difícil e preciso realmente de ajuda eu recorro à Junta de Freguesia, a União de Juntas, e eles dentro do que é permitido ajudar, ajudam, mas é sempre uma ajuda digamos que irrisória, pode ser eventualmente em alguma receita, pode ser eventualmente em alguns géneros alimentares, se tiverem. Ou através da Junta, a Junta referencia-nos como pessoa de baixo rendimento, a nível financeiro, para outra instituição que nos possa dar ajuda. Mas, voltando atrás, o meu maior problema é a prestação da renda de casa. A prestação de renda de casa limita-me a vida por completo. E eu sinto que não tenho o direito de ser livre, de estar no

meu espaço porque esses direitos que são tão básicos e tão sagrados estão a ser completamente retirados, estão a ser completamente retirados. O nosso governo quer mais sem-abrigos, mais sem-abrigos, mais sem-abrigos, mais pessoas com doenças terríveis, terríveis, terríveis. A nível de foro psíquico então, nem se fala, porque as dificuldades da vida levam as pessoas a psicologicamente a deteriorarem-se, serem más pessoas, a provocar, digamos que na sociedade, muita coisa má, muita coisa má, aliás é o que se vê diariamente. E é preciso ser muito, muito forte psicologicamente para se conseguir ultrapassar a vida da forma que ela evoluiu, da forma que evoluiu para o lado mal, para o lado mal em todos os aspetos. Então, na saúde e na educação é um descalabro. Eu peço imensa desculpa mas eu costumo sempre dizer: é obsceno. Quem não for muito forte psiquicamente não consegue ultrapassar, não consegue ultrapassar.

Entrevistadora: A questão dos seus filhos, não chega a recorrer a eles em caso de necessidade, num momento...

Entrevistada: Assim, eu quando comecei aos 13 anos, e também tive uma educação muito baseada nisso, na independência. E, para mim, pessoalmente, o ser independente é um bem muito, muito precioso. Os meus filhos, felizmente, trabalham, têm as suas casas, as suas rendas para pagar, os filhos na creche. Os meus filhos têm, digamos, os tostões contados. No dia em que eu recorrer aos meus filhos para algo, para me emprestarem uns cêntimos, ou sei lá, isso vai ser muito, muito mau para mim, muito, muito, muito mau para mim. Depois de eu ter trabalhado tanto, tantos anos, lutado tanto, eu vou sentir-me muito, muito mal. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 64 anos)

As exclusões exprimem-se sempre num dado território, nomeadamente no lugar e na casa em que se habita. Se a dimensão económica é

determinante para a marginalização do indivíduo, ela pode ser agravada (ou minimizada) considerando a sua inserção no contexto social em que vive. Como acima se constatou, o deslaçamento é particularmente cruel na grande cidade, em que a aglomeração e a decorrente proximidade física entre os indivíduos, no sentido geográfico estrito, nada vale, pois o anonimato, o isolamento e o desinteresse pela sorte dos que vivem na porta ao lado assumem-se mesmo como determinantes sociais.

Como fica evidente no longo e tocante excerto que a seguir se reproduz, a insegurança da existência quotidiana é também produzida pelas escolhas políticas do Estado, no caso, as da habitação. Elas impactam de forma especialmente implacável nos pobres que vivem em casa arrendada, hoje debaixo da ameaça permanente de despejo. Como acontece com indivíduos de outros perfis, os desempregados e outros inativos confrontam-se com as atuais dinâmicas habitacionais e seus efeitos. Como foi assinalado por Silva *et al.* (2017), as cidades são territórios para onde afluem grandes investimentos, sendo a habitação um setor socialmente muito delicado. Deixado ao livre funcionamento do mercado, o preço da habitação empurrará os cidadãos mais desprovidos de recursos para as periferias das grandes cidades, por ação dos conhecidos processos de inflação imobiliária, gentrificação e regeneração urbana. Mesmo nas cidades de média dimensão, como é o caso de Guimarães, a pressão sobre os inquilinos faz-se sentir de uma forma particularmente intensa, conduzindo a denúncias de contratos de arrendamento e conseqüente mudança de residência:

Entrevistada: Neste momento, o meu senhorio lembrou-se que quer a casa para um filho e tenho que sair de lá urgentemente. Ele queria que eu tivesse saído em abril, não foi possível eu sair em abril, não

arranji nenhum espaço para sair e agora finalmente arranji, mas aquilo está com umas pequenas obras, só posso sair no fim do mês de junho. Ele quer que saia no fim do mês de maio, muito sinceramente não sei como é que vai ser. No mês de junho vou para um espaço que ainda não tem as obras acabadas, está tudo muito porco, muito sujo, muito... não tem luz nem tem água. O senhor vai ser condescendente, o meu senhorio, deixar-me estar ali no mês de junho.

Entrevistadora: Então mora agora no centro, só que tem que sair desse lugar?

Entrevistada: Exatamente.

Entrevistadora: E para onde vai é no centro também?

Entrevistada: Eu arranji um espaço. Eu fui ver muitos espaços aqui no centro, porque eu nasci aqui e quase sempre vivi aqui. E havia espaços, peço desculpa pela expressão, obscenos. E o espaço melhor que eu vi é aqui na cidade, é muito pequenino, mas foi o espaço melhor que eu vi dentro dos preços que se estão a praticar. Pedem 300 euros, tenho que pagar água, luz e gás, e eu ganho 410,56 euros. (P3.5_Guimarães, sexo feminino, 64 anos)

Em linha com o que ocorre nos perfis anteriores, constatam-se algumas regularidades. Embora os atores tenham trajetos de vida singulares, vivendo em territórios bem diferenciados entre si, de um modo geral sobressaem situações de privação, pobreza e, menos frequente, insegurança habitacional que atuam como expressões de exclusão social, por vezes muito severa. Sempre presente um certo fatalismo e resignação, sobretudo entre os mais velhos, já no outono da vida, tal interpela-nos não só sobre a dimensão e impactos das desigualdades sociais persistentes, mas também sobre as causas fundas que produzem o consentimento dos cidadãos.

8.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Cerca de metade das pessoas entrevistadas não teve dúvidas em afirmar viver numa situação de pobreza, algumas das quais justificando a perceção de si mesmo como pobre com considerações que remetem, afinal, para uma dimensão de miséria. Esta conceção acaba por tornar-se mais vincada entre os casos que hesitaram em considerar-se pobres, relativizando a sua situação no momento da entrevista perante situações piores do que era naquele momento a sua, sejam elas de outras pessoas ou do seu próprio passado. Tal como aconteceu relativamente a outros perfis, também aqui fica patente a confusão que é estabelecida relativamente a estas duas situações (Bellaing, 2000; AA.VV., 2010), sendo referenciadas, também como aconteceu noutros perfis, situações de fome e de carência habitacional grave.

Eu considero pobre aquele que tem muito pouco para se alimentar e que, para outras coisas como para higiene e para se vestir, qualquer coisa desse género, tem que ir pedir. (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 64 anos)

Em alguns casos, a reticência de algumas pessoas em assumir uma situação de pobreza parece prender-se com o facto de receberem apoio social. Do seu discurso parece perpassar a ideia de que esse apoio, ainda que considerado insuficiente, representará a barreira que, na sua opinião, os separa daquilo que consideram como sendo uma pobreza «extrema» que, realce-se uma vez mais, poderá também ser lida como uma situação de miséria. Nos restantes casos, as pessoas entrevistadas recusaram o rótulo de pobre, voltando a ser predominante a comparação com outras situações.

Ao contrário do que se registou noutros perfis, a maioria das pessoas deste perfil hesitou em considerar que a pobreza caracterizou toda

ou a maior parte da sua existência. Do discurso destes respondentes ressaltam, de forma muito evidente, os três D da pobreza, já explorados noutras partes deste texto (e sistematizados na conclusão): divórcio, desemprego e doença.

O divórcio surge como particularmente relevante em alguns discursos, marcando o momento charneira para algumas situações de pobreza, não experienciadas enquanto as pessoas entrevistadas residiam no agregado parental ou quando em situação de conjugalidade.

Da mesma forma, noutros discursos, é o desemprego que surge de forma vincada. É de realçar, porém, que este D, englobando o desemprego propriamente dito, assumido de forma explícita, parece também englobar, de forma implícita, o emprego sem qualidade, tal como definido neste livro. A situação de emprego, ainda que melhorando objetivamente a situação, não é assumida por alguns destes indivíduos como absolutamente marcante para a proteção face a uma situação de pobreza⁷⁶.

Já vivi em situações melhores, quando eu estou trabalhando. Quando estou desempregado, já se sabe que a gente vive um bocadinho mais apertada. Mas isso é quase sempre na mesma. [...] Há muitos anos que já ando nisso. Quem é pobre, é sempre pobre. Nunca chega a ser rico. Trabalhe ou que não trabalhe, é sempre pobre. Já se sabe que trabalhando a gente vive melhor um bocadinho, mas não é por aí a fora. É quase sempre igual. (P3.2_VFCampo, sexo masculino, 49 anos)

Confrontadas com uma situação de pobreza, uma parte significativa das pessoas exprime sentimentos de resignação, o que é consistente com o que nos apresenta a literatura científica, quer a nível nacional, quer internacional (por exemplo, AI/REAPN/SOCIUS/ISEG-UTL,

s.d.; Lötter, 2011). Aliás, a reflexão acerca da sua situação por parte de algumas pessoas é bem exemplificativa da argumentação de Lötter, já referida a propósito de outros perfis, de que atitudes de fatalismo e resignação podem levar as pessoas pobres a serem destituídas de poder (Lötter, 2011).

À semelhança do relatado relativamente a outros perfis, muitas das pessoas entrevistadas expressaram a necessidade de optar por uma estratégia de privação. E tal como noutros perfis, o discurso destas pessoas ilustra as situações de vida constringida e de sacrifício, onde o orçamentar e gerir do dinheiro se tornam centrais e quase competências de sobrevivência (Daly e Kelly, 2015).

É cortar! Cortar nos alimentos, cortar na roupa... Cortar em tudo, tudo, tudo! Tenho telefone, mas não tenho dinheiro. Não tenho televisão por cabo. Não tenho roupa nova. Esta roupa é dada. [...] O que eu tenho vestido, foi tudo dado. [...] É cortar em tudo para conseguir pagar as contas que são precisas: a renda, água, luz e gás. (P3.4_Caldas da Rainha, sexo masculino, 36 anos)

Instadas a identificar o que mudariam na sua vida, se pudessem, as respostas das pessoas entrevistadas dividiram-se por um conjunto alargado de áreas, sendo as mais frequentes as que realçaram mudanças ao nível do local de residência, da situação no mercado de trabalho, na conjugalidade e no percurso educativo.

Algumas referiram mudanças ao nível do local de residência, ganhando destaque a perspectiva assumida por pessoas residentes em áreas urbanas de querer mudar para uma área rural. Para outras tantas, na sua maioria homens, a mudança a operar passaria pela dimensão do emprego,

ficando bem realçada, nesses casos, a importância central atribuída à componente do trabalho. De registar algumas pessoas, poucas, que alterariam situações relacionadas com a conjugalidade, não casando com as pessoas com que o fizeram ou, pelo menos, não o tendo feito tão cedo, e outras para as quais o ter estudado mais seria mudança crucial a operar.

A diversidade de respostas dadas pelas pessoas entrevistadas manteve-se, quando instadas a partilhar quais as medidas que tomariam para combater a pobreza em Portugal, caso desempenhassem o cargo de primeiro-ministro. Evidenciou-se, a este nível, a opção de «ajudar os pobres», opção que deverá ser antes lida como «ajudando aqueles em situações mais miseráveis», assente numa perspetiva assistencialista baseada na provisão de alimentação e alojamento.

Evidenciou-se também a defesa do aumento dos rendimentos, nomeadamente através do aumento das pensões de reforma e do salário mínimo nacional. Note-se também a relação que algumas destas pessoas, ainda que poucas, estabeleceram relativamente à problemática da pobreza entre quem trabalha, já abordada a respeito do perfil anterior, e que salientaram o facto de haver pessoas que trabalham a tempo inteiro e que, ainda assim, ganham apenas o que classificaram como «salários de miséria».

A dimensão do emprego é igualmente referida, sendo apontada como o meio através do qual pode ser atingido o fim de obtenção de rendimento desde que caracterizado por condições adequadas.

Provavelmente por se tratar de um perfil em que as pessoas entrevistadas estavam, na sua maioria, a ser alvo de apoio do sistema de proteção social, é possível perceber, mais do que noutros perfis, o distanciamento

que algumas pessoas pretendem promover face aos que consideram como pobres não merecedores de apoio (Lister, 2004; Diogo, 2007), conceito também já abordado anteriormente neste texto.

Tratando-se de entrevistas a pessoas em situação (estatisticamente objetiva) de pobreza mas, mais do que isso, com percursos e sentimentos como os que têm vindo a ser explanados neste texto, não deixa de ser surpreendente que a quase totalidade dos respondentes se tenha considerado uma pessoa feliz.

Em alguns casos, poucos, esse sentimento não aparece fundamentado em concreto, mas antes assente numa perspetiva otimista perante a vida. Noutros casos, porém, são apresentados motivos, entre os quais as relações familiares, que parecem ecoar as considerações efetuadas, por exemplo, por Balancho de que:

a felicidade se encontra sobretudo dependente das relações sociais, de onde se destacam as familiares positivas, mais do que das condições materiais, [sobressaindo] como uma força reconhecida e investida pelos participantes, que apesar das condições difíceis de vida parecem sobrecompensar intencionalmente essas vulnerabilidades, lutando pela sua felicidade com estratégias afetivas, cognitivas, relacionais e espirituais, considerando-se mesmo, globalmente, felizes e gratos pelo que já possuem. (Balancho, 2010: iii)

No entanto, é preciso ter em linha de conta que, como refere a literatura, os indivíduos podem manifestar a sua felicidade ainda que estando em situação (muito) vulnerável, na medida em que tendem a ajustar os seus desejos ao que lhes parece alcançável. Tal leva a que o nível de satisfação que expressam ofereça, amiúde, um panorama

mais cor-de-rosa do que aquele em que efetivamente se encontram (Sen, 1999, Kimhur, 2020).

Nomeadamente os filhos, mas também netos ou o cônjuge são explicitamente apresentados, em alguns casos, como «responsáveis» diretos pela sensação de felicidade experienciada. Outras pessoas, embora oscilando nos termos utilizados, realçaram a importância de ir dando passos – assentes, em primeira instância, na obtenção de um emprego – no sentido de garantir que a situação de pobreza não cerceia toda a sua existência. Independentemente do termo utilizado fica, assim, refletida, de forma evidente, a associação da pobreza, feita por Sen, à liberdade, que só tem sentido quando associada às condições efetivas do seu exercício (Sen, 1999; Bruto da Costa *et al.*, 2008).

Um pouco mais de uma em cada cinco pessoas manifestou não ser feliz, algumas não apontando motivos concretos para tal e outras apontando as perdas associadas à morte de familiares ou questões ligadas à esfera do emprego.

8.9. Perspetivas face ao futuro

Na maior parte das situações aqui analisadas ressalta o desemprego de (muita) longa duração, em muitos casos remontando à crise de 2008-2014 e colocando em evidência processos de exclusão laboral e desqualificação social em que a idade, as qualificações e a degradação das condições de saúde constituem fatores de vulnerabilidade e de discriminação acrescida. O desemprego veio aumentar o processo de acumulação de vulnerabilidades precipitando processos de exclusão laboral que condicionam a forma de olhar os horizontes de vida e envolvem, nos casos mais extremos, uma profunda rutura dos laços sociais.

Também neste perfil é possível identificar a presença de trajetórias de emprego em carrossel, envolvendo a inserção em atividades pouco qualificadas e intercalando períodos de trabalho (formal e informal) com períodos de desemprego, sem que se perspetive a consolidação de uma carreira profissional. Mesmo em narrativas em que a quebra de sociabilidades é menos vincada e onde a inserção laboral ainda constitui um horizonte de vida, parece dominar o ceticismo quanto à obtenção de um emprego que permita garantir condições de vida dignas e à possibilidade de não depender de apoios sociais⁷⁷. Além disso, em vários casos a precariedade laboral dá-se em paralelo com alguma instabilidade afetiva constituindo, ela própria, parte importante do balanço do percurso de vida e da avaliação prospetiva relativamente ao futuro – dos seus ou da descendência. No caso de várias mulheres, os papéis de género entroncaram-se com o percurso de exclusão laboral, que se confunde com uma condição de inatividade, à semelhança do assinalado no capítulo anterior. No caso dos homens, são sobretudo as características do mercado de trabalho na generalidade dos setores e empregos de referência que cada vez são mais adversas à inclusão laboral e social.

Os períodos de desemprego terão contribuído para acentuar processos de privação e acumulação de desvantagens e, de certa forma, de marginalização social. Em situações de maior vulnerabilidade social e psicológica, as medidas ocupacionais e de inserção profissional podem contribuir para quebrar dinâmicas de isolamento, mas não parecem resolver o problema de fundo – ou seja, a conjuntura adversa em termos de mercado de trabalho – e, por isso, não permitem oferecer como horizonte de vida o acesso a um emprego estável e de qualidade. Muitas vezes, e apesar da motivação em lutar pela melhoria das condições, são

poucas as expectativas de melhoria e é na indeterminação e na sorte que parecem estar depositadas as expectativas e os sonhos.

Por outro lado, estando as medidas de proteção social não contributivas associadas a uma condição de recursos do agregado, essa falta de perspectivas coloca um *trade off* entre a manutenção de apoios sociais – que, apesar de baixos, são relativamente estáveis – e a obtenção de rendimentos de trabalho⁷⁸. Mesmo que estes rendimentos possam compensar a baixa cobertura da proteção, não garantem qualquer estabilidade. Este é o elemento da equação com maior peso nas situações de maior vulnerabilidade associadas à doença, às baixas qualificações e/ou à idade da pessoa e que está, por isso, mais desvalorizada enquanto força de trabalho nos setores onde desenvolveram grande parte do seu percurso laboral.

Entrevistadora: Acha que a sua vida pode vir a ser melhor no futuro?

Entrevistado: Na idade que eu já tenho, desconfio muito, minha senhora. Eu desconfio muito de ter uma vida melhor do que esta que eu tenho. Não...

Entrevistadora: E acha que vai poder vir a viver sem apoios sociais?

Entrevistado: [Suspiro] Não sei. Francamente eu não sei. Da maneira que isso vai andando aí, eu não sei. [...] É porque não se vê ninguém a dar empregos a essas pessoas de 50 anos, dessas pessoas que já têm mais uma idadezinha. Eles veem essas pessoas sempre para o lado. Vão buscar pessoas mais novas. [...]

Entrevistadora: Falou há bocado que se sente discriminado por receber do banco alimentar. E acha que é discriminado pela sua idade?

Entrevistado: Também é outra situação em que gente somos discriminados. Porque a gente chega a uma certa idade e a gente já não

servem. E não servem porque é?! Porque já não damos o rendimento já, aqueles que eles tanto precisam. [...]

Entrevistadora: [Pausa] O que é que seria necessário para viver sem esse subsídio? Às tantas já respondeu isso mas...

Entrevistado: Eh senhora, seria necessário é emprego. Um emprego. E que fosse um emprego para mim ficar efetivo o resto da minha vida. Não ter derramado por aqui e por lá, que isso não vai com nada. [...]

Entrevistadora: [...] E sonhos? Tem algum sonho que gostasse de ver realizado?

Entrevistado: Eu tenho tantos sonhos. Os meus sonhos... A primeira coisa era fugir daqui para fora, como eu disse à senhora. A segunda coisa era ter um emprego como deve de ser, para sustentar a minha família como deve de ser e querer nada do Governo. E para mim não ‘tar com gente sempre à perna. Porque a gente recebem isso, mas eles estão sempre a cobrar aquilo que a gente recebe. [...] Por exemplo, eu estou recebendo esse dinheiro, mas se me aparecesse um dia ou dois para trabalhar, não era bom, não ajudava mais a minha vida?! Mas não posso trabalhar. Porque se for apanhado, sou cortado. E eu não vou perder essa minha prestação do fundo de desemprego por causa de um dia ou dois. Uma pessoa tem medo... tem medo de dar um dia ou dois.

Entrevistadora: Por isso é que diz que precisava de um emprego estável?

Entrevistado: Exatamente! Se for esses trabalhos dos programas não dá para nada. Eu estou um ano e meio a trabalhar e depois Fundo de Desemprego. Estou mais um ano e meio a trabalhar, Fundo de Desemprego. Isso não dá nada. Por isso, eu digo que o Governo tinha [...] de abrir vagas para pôr o pessoal efetivo nessas empresas. [...]

Entrevistadora: Acredita que isso venha a acontecer?

Entrevistado: Da maneira que isso vai andando?! Vai lá nada! (P3.2_VFCampo, sexo masculino, 49 anos)

Nos casos mais extremos, ter-se-á assistido a um «encadeamento de negatividades» envolvendo um dinamismo recíproco que implica, por um lado, o enfraquecimento do sentido de pertença dos laços e do bem comum, por parte do indivíduo e, por outro, a exclusão do indivíduo por parte da sociedade, tendo em conta as suas circunstâncias específicas de vida (Amaro, 2015). Essa cadeia de negatividades pode também estar associada a uma condição física ou mental, que faz parte da sua autoperceção enquanto pobre, e as circunstâncias pessoais, relacionais e institucionais que se entroncam num emaranhado difícil de desatar. Nas suas dimensões materiais esse encadeamento poderá englobar fome, precariedade habitacional, exaustão física, desproteção social e a exclusão do mercado de trabalho; nas suas dimensões subjetivas, poderá incluir sentimentos de desconfiança, desamparo e exaustão mental.

Entrevistadora: E o que mudaria na sua vida?

Entrevistada: Ui. Dava corda aos patins e desaparecia, ia para longe para o meio do monte.

Entrevistadora: E no geral sente-se uma pessoa feliz?

Entrevistada: Não, não. Como é que eu posso ser feliz com isto tudo? Não sei se vou ter amanhã uma casa para dormir nem sei sequer se vou ter o que comer.

Entrevistadora: E sente que a sua vida vai melhorar no futuro?

Entrevistada: Não, vai é piorar.

Entrevistadora: Acha que pode vir a viver sem nenhum tipo de apoio?

Entrevistada: Não, não. Como é que eu posso, se o médico diz que daqui a dois ou três anos se não me resolvem a situação da casa... [...] Enfim. Se eu não arranjo a minha situação. Ele dizia dois-três [anos], isto já devia ter passado um, portanto tenho que esperar mais dois.

Estou com uma doença mental qualquer e estou cada vez estou mais pele e osso. A ganhar 142 euros a pagar luz, não pago renda porque é a minha tia que paga, mas pago luz, água, gás e tenho que comer, não é? (P3.1_Porto#2, sexo feminino, 55 anos).

Verifica-se aqui uma profunda rutura dos laços sociais, cuja recuperação passaria por abordar dimensões de natureza afetiva e material, começando por garantir condições básicas de subsistência.

Em algumas, poucas, entrevistas é possível identificar uma avaliação prospetiva mais assertiva e otimista sobre o futuro. Mais qualificados, ou pelo menos com mais recursos sociais e culturais (por exemplo atividade sindical), terão trilhado um longo caminho de privação, mas que envolveu um conjunto de esforços visando uma situação de maior vulnerabilidade e mais próximos do que anteriormente tem sido referido como uma agência transformadora. Assinale-se que são situações em que os laços afetivos, de natureza familiar (com descendentes, nos casos de divórcio), constituíram elemento de proteção face às vulnerabilidades e são parte importante das expectativas relativas ao futuro.

Assinale-se, por fim, que a maior parte das histórias de vida a que nos referimos anteriormente referem-se a situações de desemprego, muitas delas superiores a períodos de cinco anos, e que o acesso a emprego continua a estar, mesmo que vagamente, nas expectativas de futuro das pessoas entrevistadas. Há, no entanto, um conjunto de casos neste perfil em que as condições de saúde e/ou a idade fazem com que o acesso à reforma seja a forma mais almejada (e até adequada) para garantir o acesso a condições de vida um pouco mais dignas. Como as situações de inaptidão para o trabalho e de invalidez, sobretudo quando próximas à velhice, indicam um afastamento mais ou menos

definitivo do mercado de trabalho, seria expeável que isso se refletisse, também, nas disposições sobre o futuro. Deste ponto de vista os resultados não deixam de ser curiosos: o reconhecimento da condição de inatividade apenas faz parte fundamental das expectativas de futuro daqueles entrevistados que estão a aguardar deferimento do pedido de acesso a reforma⁷⁹.

Conclusão do capítulo

Este grupo integra indivíduos desempregados e inativos que, não obstante a situação atual, tiveram amplas experiências de trabalho ao longo da vida. Quando analisamos estas trajetórias profissionais destacam-se a instabilidade contratual, a alta rotatividade de emprego-desemprego, a informalidade das relações de trabalho, a ausência de uma carreira contributiva que assegure a reforma, algo que tem impacto na ausência de direitos de proteção na doença e no desemprego.

A maior parte das situações de desemprego aqui analisadas parecem remontar à crise de 2008-2014, o que sugere que não chegaram a recuperar do ambiente económico e social adverso que nessa altura se instalou, em especial para os trabalhadores não qualificados da construção civil, pelo menos entre os nossos entrevistados. Quando analisamos o lugar do desemprego nas trajetórias de vida destas pessoas salientam-se três factos muito evidentes: 1. na maior parte dos casos o desemprego surge muito precocemente, imediatamente após a primeira ou segunda experiência de trabalho que, à semelhança dos perfis anteriores, ocorre entre os seis e os dezasseis anos; 2. na trajetória de alguns inquiridos há um desemprego recorrente; 3. um número muito significativo de pessoas vivencia um desemprego de longa duração, ou mesmo de muito longa duração.

As explicações avançadas pelos entrevistados para ingressar ou permanecer desempregados são diversas, refletindo a diversidade das trajetórias sociais e a singularidade das histórias de vida de cada um. Um dos motivos que a análise discursiva permite evidenciar é a situação de doença, física e mental, que referimos anteriormente. Outro motivo referenciado remete para a idade, tendo os entrevistados consciência de que os empregadores são refratários ao recrutamento de trabalhadores mais velhos. A sorte e a discriminação também aparecem como motivos que justificam o afastamento do mercado de trabalho, sendo que no caso da discriminação ela deriva sobretudo da aparência física ou da pertença étnica.

Mas não é só a instabilidade profissional que assola a vida destas pessoas. Os discursos produzidos em torno da conjugalidade refletem e aprofundam o impacto da situação de desemprego na produção de uma instabilidade pessoal e conjugal, pois na vida de uma parte muito significativa deles, e em diferentes momentos do ciclo de vida, surgiram episódios de separação/divórcio. Salientam os impactos emocionais e o sofrimento associado a esta dissolução e dão a entender que aprofundou a situação de fragilidade económica em que se encontravam. Por seu turno, a transição para a parentalidade, apesar de ser objeto de diferentes apreciações por parte dos entrevistados, surgiu, para alguns, de uma forma tão inesperada que precipitou processos de autonomização residencial e de conjugalidade. A dissolução das relações conjugais teve como consequência que as obrigações e as responsabilidades parentais se concentrassem apenas num progenitor e a monoparentalidade – masculina e feminina – produziu um enorme impacto na situação de vulnerabilidade social.

Ainda assim, consideram que o foco atual de felicidade das suas vidas está nas relações familiares, nomeadamente na relação com os filhos.

Uma questão que se coloca com particular pertinência remete para a forma como os entrevistados compensam os desequilíbrios provocados pelos eventos críticos que ocorreram nas suas vidas. A maior parte das trajetórias de vida destes entrevistados revela o cumprimento de um «destino» de pobreza pela exposição precoce e de longa duração a contextos de privação e exclusão. À instabilidade e rutura nas relações laborais adicionam-se vários casos de ruturas familiares e formas manifestas e latentes de violência a que foram sujeitos na infância, pobreza extrema que, nalgumas situações, questionava o próprio processo de sobrevivência. Em muitos casos estas provações extremas inscreveram marcas indeléveis no corpo dos entrevistados, onde se verificam sequelas muito significativas e irreversíveis na saúde física e mental, amplificadas depois, enquanto adultos, por trabalhos realizados em condições muito duras e penosas. Noutras situações são justamente as questões de saúde que impedem o exercício de uma atividade profissional para providenciar algum rendimento para o agregado familiar, ficando muito explícito, neste perfil, o ciclo vicioso que se estabelece entre vulnerabilidade económica e condição de saúde.

A par da doença, também a morte de membros significativos das famílias se revela um aspeto importante nas trajetórias de vida, com impacto na harmonia familiar e nos montantes de rendimentos disponíveis, pois alguns depoimentos enfatizam como a morte de um provedor teve impacto nas dinâmicas de entrada na pobreza, em particular quando a intensidade laboral do agregado familiar é muito diminuta. A realidade do trabalho infantil, que impacta no percurso de vida das crianças, em particular porque motiva o abandono escolar,

continua também aqui presente, ainda que de modo menos expressivo do que noutros perfis; as dificuldades económicas dos agregados, as dificuldades de integração na cultura escolar e a desvalorização do papel da escola na construção do futuro surgem como fatores desencadeadores de um abandono precoce e desqualificado do sistema escolar.

Tendo em conta as circunstâncias de vida que os discursos produzidos deixam entrever, podemos dizer que a situação de desemprego veio avolumar o processo de acumulação de vulnerabilidades – que se desenham desde a infância –, precipitando processos de exclusão e desafiliação social. As dimensões materiais deste processo são sinalizadas pela privação material, incapacidade de garantir a subsistência, exaustão física; nas dimensões subjetivas, alguns entrevistados refletem como a trajetória de vida os tem conduzido a sentimentos de desamparo e desconfiança em relação aos outros, a processos complexos de exaustão mental.

Alguns evidenciam estratégias de natureza individual, referindo que as dificuldades de gestão dos poucos recursos os têm conduzido a prescindir de uns bens em detrimento de outros. Em alguns casos é preciso também gerir situações de dívida e, quando tal acontece, advêm situações evidentes de privação, pois alguns assumem que a não realização de despesa é, em muitos momentos, a única solução, seja na componente da alimentação, da saúde ou outras. Frequentemente, para enfrentarem estas dificuldades procuram realizar pequenos trabalhos («biscates»). A grande maioria das pessoas entrevistadas não teve qualquer dificuldade em identificar momentos precisos da sua vida em que se tornou evidente que o rendimento disponível não cobria as necessidades, tendo algumas exprimido sentimentos de resignação com esta situação.

Para muitos entrevistados, a gestão quotidiana seria insustentável sem a ajuda dos familiares ou das suas redes de amizade, quer para fazer face às despesas do quotidiano – ajuda alimentar –, quer para apoio à medicação e mesmo ajuda monetária, como é comprovado pelos depoimentos dos entrevistados, quer ainda em agregados isolados ou em famílias nucleares com filhos. Estas redes revelaram-se cruciais ainda para suportar processos de autonomização residencial requeridos pela transição para a conjugalidade e parentalidade. Diríamos que nalgumas situações foi a provisão de recursos por parte das redes de familiares e amigos – solidariedade para a subsistência – que evitou o aprofundamento das situações de pobreza que as políticas públicas não conseguem debelar.

Os dados explanados permitiram perceber os limites da providência estatal na proteção ao desemprego. No que se refere ao subsídio social de desemprego, tratando-se de uma prestação social de cidadania, sujeita a condição de recursos, os limiares de rendimento estabelecidos são um vetor de seletividade excluindo muitos indivíduos desempregados que, por via do carácter precário dos seus vínculos de trabalho, não satisfazem o prazo de garantia do subsídio de desemprego. A reduzida taxa de cobertura observada no que respeita à proteção social no desemprego leva a que a resposta mais frequente das políticas públicas a este problema social, e aos seus impactos na vida dos entrevistados e suas famílias, seja a assistência social no desemprego através do Rendimento Social de Inserção, enquanto dispositivo da rede universal com uma função de última rede de proteção. A ausência de rendimentos do trabalho e o elevado número de isolados e famílias monoparentais que caracteriza este perfil explica o número significativo de beneficiários do RSI por comparação, por exemplo, com o perfil dos trabalhadores

pobres. O baixo padrão de satisfação de necessidades proporcionado por esta prestação social é particularmente crítico, constituindo apenas uma forma de mitigação da pobreza mais extrema sem obstar à privação material, como se verifica noutros perfis.

A situação de desemprego levou a que uma parte significativa destes entrevistados regressassem ao sistema de ensino e formação, por instigação das instituições. Quando se pronunciam acerca desta experiência desenha-se uma diversidade de conceções, umas mais benignas e outras particularmente críticas, mas uma questão que se salienta remete para o fraco impacto destas formações no acesso e estabilização dos beneficiários no mercado de trabalho, o que releva de vários fatores, designadamente pelo facto de as modalidades de recrutamento em que se baseiam conduzirem a empregos precários, instáveis e mal remunerados. Se, por um lado, estes programas em que os contratos de emprego-inserção se inserem podem evitar a permanência por períodos longos de tempo dos desempregados nos dispositivos de assistência, por outro contribuem decisivamente para fomentar processos de inserção profissional que progressivamente se consolidam como «a instalação no provisório como regime de existência» (Castel, 1995, p. 422).

Considerando todos estes condicionalismos, não será de admirar que metade das pessoas entrevistadas tenha assumido, sem hesitação, viver numa situação de pobreza, algumas das quais justificando a perceção de si mesmo como pobre com considerações que remetem, afinal, para uma dimensão de miséria, nomeadamente ao nível de situações de fome e de carência habitacional grave. Em alguns casos, a reticência em assumir uma situação de pobreza parece prender-se com o facto de receberem apoio social. Do seu discurso parece perpassar a ideia

de que esse apoio, ainda que considerado insuficiente, representará a barreira que, na sua opinião, os separa daquilo que consideram como sendo um cenário de pobreza «extrema» ou de miséria.

Na generalidade, afirmam que não se sentem discriminados pela sua situação de pobreza, mas encaram o futuro com ansiedade e preocupação, salientando-se aqui os receios com a falta de estabilidade profissional, com os impactos da privação económica nas possibilidades de sobrevivência do agregado familiar, evidenciando-se ainda, nalguns discursos, um cansaço psicológico permanente resultante da dificuldade em gerir «uma mão cheia de nada e outra de coisa nenhuma»⁸⁰. De facto, mesmo nos trajetos onde a quebra dos laços sociais é menos profunda, parece predominar o ceticismo relativamente às perspectivas de acesso a emprego seguro e de qualidade, que permita a melhoria das condições de vida, sem recurso a apoios sociais.

Capítulo 9

Trabalhadores

Introdução

Os trabalhadores pobres⁸¹ constituem um *cluster* de pobreza com clara expressão no nosso país, representando 32,9% dos cidadãos em situação de risco de pobreza em Portugal. Não se trata, no entanto, de uma dimensão do fenómeno social da pobreza observável apenas em Portugal, mas igualmente noutros países da Europa do Sul e da União Europeia, ainda que com contornos e extensão distintas. Tal circunstância tem concitado a atenção quer da comunidade académica, quer das autoridades políticas e organizações independentes envolvidas na luta contra a pobreza, na procura de uma compreensão mais aprofundada das causalidades desta face do fenómeno da pobreza, inclusive levando a União Europeia, em 2003, a incluir no portefólio dos indicadores sociais o indicador *in-work poverty risk* (Ponthieux, 2010).

Não cabendo neste âmbito uma revisão sistemática da literatura que tem vindo a ser produzida neste domínio importa, no entanto, levar em consideração algumas contribuições relevantes. Um primeiro aspeto que deve ser assinalado prende-se com o facto de a literatura, como Filandri e Struffolino (2019) sublinham, fazer uso de duas definições ou abordagens distintas da pobreza no trabalho, que sendo analiticamente distintas estão estreitamente relacionadas em termos empíricos. Por um lado, uma dimensão individual, que identifica a pobreza no trabalho como os trabalhadores com baixos salários, trabalhadores que se situam abaixo de um dado limiar da mediana de rendimento do país.

Por outro lado, uma definição de pobreza no trabalho referenciada às características dos agregados familiares, sendo os trabalhadores pobres indivíduos que vivem em agregados familiares com um rendimento total abaixo de um dado limiar da mediana de rendimento do país, enfatizando deste modo a importância da estrutura do agregado familiar (o número de crianças dependentes, o número de membros angariadores de rendimento, etc.) (cf. p. 131).

No presente estudo privilegia-se, por referência à metodologia utilizada no ICOR, uma abordagem da pobreza no trabalho associada às características dos agregados familiares, no entanto sem se desvalorizar as dimensões individuais que caracterizam os trabalhadores pobres. Neste plano, a abordagem de Lohmann e Marx (2008) é relevante para a nossa análise, sustentando que a noção de *pobreza no trabalho* não pode ser explicada somente na perspetiva que se foca em baixos salários e desigualdade de rendimentos, mas deve, igualmente, dar relevo a diferentes causas, como as políticas públicas de bem-estar social e o papel da família (p. 17). Neste sentido, estes autores destacam a importância das transferências sociais na constituição dos rendimentos das famílias, reportando-se quer a benefícios sociais associados ao trabalho, de que é exemplo típico o crédito em impostos⁸², quer às prestações sociais em situações de não trabalho, como é o caso do subsídio de desemprego, quer ainda às prestações sociais não contributivas, nomeadamente as prestações familiares (Lohmann e Marx, 2008, p. 19). Em articulação com esta perspetiva analítica,

Lohmann (2008, p. 51) referencia um conjunto de fatores associados aos indivíduos e famílias identificados pela investigação como tendo influência no risco de pobreza. Em termos genéricos, fatores relativos às *necessidades*, nomeadamente impostas pela estrutura familiar, fatores relativos aos *recursos*, os quais influenciam a participação no mercado de trabalho (nomeadamente educação, experiência profissional e ocupação) e as *restrições* ou constrangimentos à participação no mercado de trabalho, como a obrigação da prestação de cuidados a crianças pequenas, pessoas idosas ou outras pessoas dependentes no agregado familiar.

Numa investigação mais recente, Halleröd *et al.* (2015), privilegiando uma abordagem dinâmica da pobreza na população trabalhadora, analisam a relação entre as trajetórias laborais típicas e o risco de pobreza entre indivíduos trabalhadores, distinguindo entre diversas trajetórias de modo a captar a participação dos indivíduos nos diferentes segmentos do mercado de trabalho e a relação emprego-desemprego-inatividade nos últimos três anos da trajetória profissional. A articulação entre estas diferentes dimensões referenciadas constitui uma lente analítica relevante, particularmente na exploração das relações entre risco de pobreza no trabalho, padrão de emprego, estruturas familiares e políticas públicas de proteção social.

Nas secções seguintes procede-se a uma análise do *corpus* de entrevistas deste perfil segundo as dimensões estruturantes das narrativas recolhidas. São assim analisadas quer as dimensões de natureza mais objetiva que retratam as trajetórias de vida dos entrevistados na infância, na escolaridade, na transição para a vida adulta, no mundo do trabalho, nas redes sociais em que se inscrevem e na relação com a proteção social, quer as perceções subjetivas destes trabalhadores sobre o seu percurso

de vida, relação com o sistema de proteção social e os serviços sociais, bem como as perceções de si enquanto pobres e as suas perspetivas face ao futuro, sem que no entanto a consideração das esferas mais objetivas e de cariz mais subjetivo possam ser objeto de uma distinção absoluta, uma vez que acabam por estar presentes em várias das dimensões em análise. O encadeamento das dimensões consideradas na reconstituição das trajetórias dos indivíduos entrevistados conduz, quase que inevitavelmente, a algumas zonas de sobreposição atendendo, nomeadamente, aos processos de transição escola-trabalho e às relações entre mundo do trabalho e proteção social.

9.1. Enquadramento familiar na infância

Tal como temos vindo a explorar nos diferentes perfis, o enquadramento familiar na infância estrutura-se em torno de duas dimensões centrais: as recordações e os contextos da infância e os eventos e situações potenciadoras da pobreza na infância.

Entre as recordações positivas encontram-se boas lembranças familiares, da escola e dos amigos e brincadeiras com amigos; noutras, que poderão ser definidas como ambivalentes, é possível encontrar elementos positivos mas, também, negativos, em particular associados a instabilidade familiar, a perdas de membros significativos da família, ou ainda a violência; noutras, particularmente negativas, salientam-se sobretudo a existência de violência familiar, alcoolismo, maus-tratos, e ainda um suicídio ou abandono infantil, quando eram crianças, como sucedeu com duas das entrevistadas.

Entrevistadora: Gostaria que falasse de como era a sua infância em geral, tem memórias boas ou menos boas?

Entrevistada: Eu tive uma infância horrível [ficou emocionada] fui abandonada pelos meus pais quando tinha seis anos. Fui para casa das pessoas, fui escravizada... [Chorando] fui violada... Minha mãe estava em Cabo Verde, havia muita situação de pobreza e ela deixou-me nas casas das pessoas aos seis anos, ela foi para Luanda, foi trabalhar. Meu pai, sabe que o homem da África tem filho com uma e depois tem filho com outra... O meu pai também tinha a vida dele e deixou-me. Entretanto a pessoa que a minha mãe confiava e que deixou-me, faleceu, que era uma tia. Ela faleceu e eu fiquei com outras pessoas. [Pausa] A partir dos seis anos... Nunca tive boa vida, até os dias de hoje, não é? (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Tal como verificamos nos restantes perfis, as recordações dos entrevistados em relação à infância são distintas e variáveis, sendo possível encontrar uma, relativa à institucionalização, de carácter positivo. Como já referido, apesar de os processos de estigmatização nas crianças institucionalizadas serem possíveis, também se observa em alguns discursos a ideia de que na instituição as rotinas e o cuidado são elementos valorizados pelos adolescentes (Faria; Salgueiro; Trigo e Alberto, 2008).

Entrevistadora: Sim. Mas então tem recordações boas do colégio?

Entrevistado: Tenho. Tenho boas recordações. Havia muita disciplina, mas por exemplo fazíamos bastantes amizades, que éramos bastantes, por isso... Tenho bastantes boas recordações.

Entrevistadora: Hum hum.

Entrevistado: Mas ficou tudo para trás. Depois de sair do colégio, uma pessoa segue a sua vida e perde os contactos. (P4.4._Porto, sexo masculino, 41 anos)

Em várias das narrativas, é possível observar que diferentes trajetórias no mercado de trabalho provocaram situações distintas ao nível dos rendimentos de que as famílias dispõem. Num dos casos, a conjugação entre a emigração de um dos progenitores (associada ao abandono da família) com um evento de saúde incapacitante da mãe, que cuidava das crianças, precipitou a insuficiência de rendimentos e, neste caso específico, o processo de institucionalização de dois dos filhos.

Entrevistadora: O que é que ela fazia?

Entrevistado: Ela era empregada de limpeza também. Trabalhou em restaurantes, trabalhou em fábricas, trabalhou um bocadinho em tudo. Trabalhou assim um bocadinho em várias áreas.

Entrevistadora: Hum hum. E depois ficou de baixa. Não se sabe com que idade?

Entrevistado: Por volta dos 50. Incapacidade, não é baixa. Ficou incapacitada.

Entrevistadora: Ah, sim.

Entrevistado: Teve um problema renal.

Entrevistadora: Sim. E depois o seu pai nunca mais se encontraram?

Entrevistado: O meu pai nunca mais teve contacto. (P4.4._Porto, sexo masculino, 41 anos)

Para alguns entrevistados, as recordações da infância são mais ambivalentes, compostas por memórias positivas e negativas, sobretudo pelas privações a que estiveram sujeitos enquanto crianças. Novamente, o impacto da privação material dos agregados familiares é lembrado pelos entrevistados, assumindo consequências nefastas ao seu desenvolvimento. Tal como tínhamos também observado nos restantes perfis, a presença de elementos da família como cuidadores das crianças volta aqui a estar presente, lembrando a importância destes

no cuidado das crianças, em particular os avós. Nas recordações de carácter mais negativo, encontram-se também fenómenos de violência familiar e de instabilidade, nomeadamente de alcoolismo de um dos progenitores. Um dado interessante revelado em duas das narrativas identifica famílias numerosas, em que os rendimentos dos agregados, apesar de os pais trabalharem, não eram suficientes para fazer face às necessidades familiares. A ideia do trabalho como fator protetor face à pobreza é, aqui, relativizada face às realidades específicas dos agregados familiares, como temos vindo a assinalar ao longo deste texto. Tal como referido, a presença do trabalho infantil é uma marca para a maior parte das entrevistas, algo que também se verifica no Perfil 1. Em muitas delas, um dos motivos importantes, referenciados para o abandono precoce da escola, retirando desse modo possibilidades futuras de uma maior prosperidade, como os próprios reconhecem.

Tal como argumenta a EAPN (s.d.), a forma de inserção dos pais no mercado de trabalho é essencial para perceber as condições de vida das crianças, sendo o desemprego um dos grandes fatores de risco de pobreza nas famílias com filhos. A existência de baixos salários, tal como relatado em algumas das narrativas, gera rendimentos desadequados às necessidades de adultos e crianças.

Neste perfil, continua a ser possível identificar como fatores potenciadores de pobreza problemas de saúde dos adultos ou crianças, a instabilidade no mundo de trabalho e a perda de um dos membros significativos do agregado familiar, com consequências negativas para as crianças.

Os diferentes eventos, associados à instabilidade do mercado de trabalho e à incerteza de rendimentos dos adultos, são também

particularmente importantes na análise dos processos de entrada e saída de situações de pobreza. Como observa Alves (2015), a persistência da pobreza é relativamente mais elevada nos indivíduos mais novos e mais velhos, quer em Portugal, quer na zona euro. Por outro lado, o mesmo autor, refletindo sobre os percursos de entrada e saída da pobreza, identifica um conjunto de elementos nos agregados familiares que ajudam a compreender esta problemática (Alves, 2015): os designados eventos no mercado de trabalho, isto é, o impacto que o facto de se estar empregado tem na distribuição de rendimento e nas situações de pobreza dos agregados.

Em alguns relatos, as perdas significativas, como é o caso da mãe, são referenciadas pelas entrevistadas. De resto, este aspeto merece uma análise aprofundada em todos os perfis, não apenas pelas consequências emocionais expectáveis nas crianças, mas pelos impactos múltiplos que têm nas trajetórias das mesmas. Este evento particular, neste relato, precipitou a saída da escola e o ingresso no mercado de trabalho, para obter alguma independência em relação ao pai.

Entrevistado: Sim, uma coisa... Que foi quando morreu a minha falecida mãe.

Entrevistadora: Quando morreu a sua mãe quantos anos tinha?

Entrevistadora: Tinha treze anos.

Entrevistadora: Treze anos, então ficou só com o seu pai?

Entrevistado: Só com o meu pai.

Entrevistadora: E acha que a partir daí ficou mais difícil a vida dentro de casa...

Entrevistado: Sim, porque, pronto... O que ela fazia... Arrumava a casa, fazia o que comer... O meu pai também ajudava e eu também, mas daí

comecei a amadurecer mais, comecei a trabalhar, comecei a ter a minha vidinha... Não ia estar sempre a depender do dinheiro do meu pai. [...] Dele, pois. Foi quando eu comecei a trabalhar. Comecei a trabalhar em carpinteiro. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Uma das consequências mais visíveis traduz-se no abandono do percurso escolar, como explicamos já nos perfis anteriores, para poderem auxiliar a família implicando, em várias situações, o ingresso no mundo de trabalho.

Entrevistadora: Disse que passou bastantes dificuldades quando era miúda. Lembra-se de alguma situação grave que tenha afetado alguém da sua família?

Entrevistada: Lembro-me de uma das minhas irmãs ficar muito doente com uma pneumonia. E o meu pai não ter dinheiro nenhum para o táxi para a levar para o hospital. Nem ter dinheiro para medicação. Meu avô – trabalhava nas terras, nas estufas – é que emprestou dinheiro ao meu pai, para ir comprar. Porque a gente nem isso tinha. E a minha avó... ajudava-me muito mais o meu avô.

Entrevistadora: Falou que os problemas de saúde das suas irmãs afetaram... Acha que afetaram a sua família?

Entrevistada: Elas não têm culpa, elas são doentes. Mas claro que sempre afeta.

Entrevistadora: Em que medida é que afetaram?

Entrevistada: Porque é assim, são miúdas que não são capaz de... Uma delas usa fralda. Não são capazes nem de tomar banho sozinhas. Tem que ter sempre alguém perto delas. (P4.3_PDelgada#1, sexo feminino, 40 anos)

Neste perfil, o abandono precoce da escola, o ingresso enquanto criança no mundo de trabalho, em particular no agrícola em contexto familiar, a gravidez precoce, e ambientes familiares instáveis, são traços caracterizadores, presentes nos restantes perfis, aparecendo pela primeira vez o suicídio de um dos progenitores. É também observável uma situação de institucionalização por ausência de rendimentos da progenitora para cuidar dos seus filhos, reforçando a ideia das implicações diretas da pobreza no presente e futuro das crianças.

Como argumenta a EAPN (s.d.), as crianças são um grupo particularmente vulnerável à pobreza e a grande preocupação não incide apenas sobre o número de crianças pobres, mas também sobre as consequências de viver na pobreza. De facto, os baixos rendimentos dos pais têm um impacto negativo a curto prazo – através das condições de vida – assim como a longo prazo – pelas consequências no desenvolvimento integral das crianças.

A emigração volta a ser, neste perfil, um fenómeno bastante presente, produzindo diferentes consequências nas experiências de vida das crianças. Num dos casos, a conjugação entre a emigração do pai com um evento de saúde incapacitante da mãe que cuidava das crianças, precipitou a insuficiência de rendimentos e, neste caso específico, o processo de institucionalização de dois dos filhos. Estes factos são relevantes, sobretudo quando pensamos nas consequências que apresentam no futuro, especialmente na interrupção da escolarização e num acesso menos qualificado ao mercado de trabalho.

9.2. Relação com o sistema educativo

Como temos vindo a afirmar ao longo dos diferentes perfis, a escola assume um papel central na análise das trajetórias de pobreza, quer nas experiências e nos percursos realizados, quer nas representações que os sujeitos lhe atribuem relativamente ao presente e ao futuro. No atual perfil, os níveis de habilitações identificados são relativamente baixos, encontrando-se em diferentes narrativas reprovações ao longo do percurso, histórias de insucesso escolar, abandonos para ajudar as famílias em situações de carência e necessidade (por exemplo, para cuidar de irmãos novos ou para ajudar no trabalho agrícola), entre outros fatores. Neste aspeto não se distingue dos perfis anteriores, com a relativa exceção do Perfil 2, o dos Precários.

Tal como havíamos referido no ponto anterior, diferentes situações de vulnerabilidade dos agregados, como as referentes à instabilidade no mercado de trabalho, têm efeito nas condições de vida das famílias e impactam, em medidas diferentes, na vida dos entrevistados.

Apesar destas vivências, uma parte dos entrevistados recorda a escola como uma experiência positiva, sobretudo pela presença dos amigos e das brincadeiras.

Entrevistadora: Hum. De que é que gostava mais na escola?

Entrevistado: De brincar [risos].

Entrevistadora: Só de brincar é?! [risos] E dos colegas?

Entrevistado: Sim, sim.

Entrevistadora: Tem boas recordações? Dos colegas, dos intervalos, das brincadeiras?

Entrevistado: Ai tenho, nos intervalos jogar futebol e essas coisas todas. (P4.4._Porto, sexo masculino, 41 anos)

Noutras narrativas, e como havíamos já observado em perfis anteriores, o desinteresse pela escola é frequentemente associado a pouco sucesso durante o percurso escolar. Esta ideia de insucesso é também referida por alguns dos entrevistados como sendo uma responsabilidade individual por «não se ter cabeça» para a escola. A convivialidade era vista de forma muito positiva mesmo que isso implicasse a fuga da escola, à cultura escolar e a todas as obrigações que esta implica.

Entrevistadora: Agora fale-me um bocadinho do período em que andou na escola. Até que ano é que andou na escola?

Entrevistada: É assim, eu andei na escola só que a maior parte eu fugia à escola. Eu gostava de andar atrás dos elétricos, de jogar à bola, de ir para o Bessa ver o Boavista a jogar!

Entrevistadora: E não ia à escola?

Entrevistada: Não ia à escola. (P4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

Em alguns casos, a interrupção dos percursos escolares aconteceu por viverem entre Portugal e outros países, ou para auxiliarem o agregado familiar, ingressando precocemente no mercado de trabalho, tal como havíamos identificado já nos restantes perfis analisados. É também possível encontrar neste perfil sujeitos que gostavam da escola e que tinham sucesso no percurso escolar, mas que o interromperam por motivos diversos – por exemplo, tornarem-se cuidadores de membros da família ou por necessidade de auxiliarem financeiramente as famílias.

Entrevistadora: Agora relativamente ao período escolar, podia-me falar um bocadinho da sua relação com a escola?

Entrevistada: Sim. Andei até ao sexto ano, sétimo incompleto, sempre tive boas notas, então a matemática sempre fui boa, ainda hoje faço contas de cabeça. Sempre foi boa por acaso.

Entrevistadora: Então andou até ao 6.º ano?

Entrevistada: Sexto, porque não acabei o sétimo.

Entrevistadora: E que idade é que tinha?

Entrevistada: Sinceramente, comecei a trabalhar com 14 anos, logo por isso devia ter 12/13 «aninhos» [quando terminou a escola].

Não, nunca reprovei. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Em alguns casos, como relatamos, essa vontade/necessidade surge depois da perda de um dos adultos do agregado familiar, agudizando a necessidade de auxiliar a família. A morte de elementos das famílias apresenta-se, assim, como um fator transversal a todos os perfis, assumindo um papel central nas opções de vários entrevistados.

Em muitos casos, a interrupção do percurso deveu-se à vontade de se tornarem mais independentes das suas famílias. Assim, em algumas narrativas, a saída da escola não se deveu a histórias de insucesso ou de pretensa falta de capacidade das crianças.

Para outros entrevistados, a saída da escola acontece pelo facto de se terem tornado crianças cuidadoras de irmãos e de avós, de um modo mais expressivo que nos restantes perfis. No entanto, para outros entrevistados, essa escolha foi forçada por condições familiares que exigiram a sua ajuda. Estas circunstâncias levam-nos a pensar na necessidade de refletir de modo aprofundado nesta relação entre políticas sociais de apoio às famílias, mas, também, no reforço das situações de proteção às crianças, garantindo que possam permanecer na escola pelo maior período de tempo possível, garantindo o seu direito à educação e a melhores possibilidades de futuro.

Em três das narrativas, o abandono escolar associou-se à gravidez precoce que, como vimos no perfil anterior, frequentemente precipita a saída da escola. No excerto abaixo, a entrevista associa o abandono escolar à vergonha de ir grávida para a escola.

Entrevistadora: Claro. E porque é que abandonou a escola, depois aos 16 anos? Porque é que isso aconteceu?

Entrevistada: Porque depois eu conheci o pai dos meus filhos, engravidei da minha filha e tive vergonha de ir para a escola, e nunca mais fui...

Entrevistadora: Portanto, engravidou muito novinha?

Entrevistada: Tinha 17 anos, ainda ia fazê-los. (P.4.5_Porto, sexo feminino, 48 anos)

No entanto, e apesar destas circunstâncias, a maioria dos entrevistados reflete sobre o percurso de escolarização, assumindo que se pudessem teriam continuado a estudar, e que o seu futuro poderia ter sido melhor, ao nível do emprego e também da valorização pessoal. Aqui, valorizam em particular um acesso mais qualificado ao mercado de trabalho, e à possibilidade de ler e escrever melhor, algo que possibilitaria uma maior compreensão do mundo. Mesmo nos relatos de maiores privações financeiras, que impossibilitaram a continuidade do percurso, alguns entrevistados sublinham a ideia de que gostavam de estudar e de aprender e do espaço de convívio e socialização da escola.

Entrevistadora: Gostaria de ter continuado a estudar?

Entrevistado: Acho que se calhar se fosse hoje sim continuava, agora.

Entrevistadora: Porquê?

Entrevistado: Porque a pessoa agora a nível de emprego quem não tiver um bocadinho de escolaridade não há quase nada, não é? Na altura a pessoa não pensava, pensava que não.

Entrevistadora: Nunca voltou a estudar depois disso?

Entrevistado: Não, não. (P4.2_VPAgiar_#2, sexo masculino, 49 anos)

É também possível encontrar algumas narrativas em que a associação entre mais escolaridade e melhores condições de vida não é feita pelos entrevistados, nomeadamente por terem tido diferentes experiências de insucesso na escola, associadas a desinteresse por um percurso escolar mais longo. Estes casos são frequentemente acompanhados da referência a situações de pessoas que, apesar de estudarem, não conseguiram uma melhor profissão e vida. No entanto, e como verificamos já em narrativas de perfis anteriores, esta associação entre mais escolaridade e uma vida melhor não implica que os entrevistados tenham optado por ingressar novamente num percurso formativo.

Apesar de existirem oportunidades de emprego para pessoas com qualificações mais baixas, as suas perspetivas de integração no mercado de trabalho são relativamente desafiadoras, como se dá notícia neste livro. Acresce que as pessoas com níveis de qualificação mais baixos têm, tendencialmente, rendimentos inferiores e trabalhos mais rotineiros (OCDE, 2019). Por outro lado, as desvantagens sociais experimentadas no início da vida – em especial as ligadas a uma fraca escolarização – também têm forte impacto nas oportunidades na vida adulta (Feinstein e Bynner, 2004), quer para os sujeitos, quer para a própria prosperidade nacional (Machin, 2006).

9.3. Transição para a vida adulta

Portugal é um dos países sinalizados pela União Europeia onde o risco de pobreza dos trabalhadores é maior do que a média europeia (Peña-Casas, Ghailani, Spasova e Vanhercke, 2019), sendo que os

fatores que mais contribuem para esta situação são as baixas qualificações, o trabalho por conta própria, a baixa intensidade de trabalho – mesmo que nesses agregados não existam crianças, mas a existência de crianças agrava a situação –, a monoparentalidade ou a existência de famílias complexas, ou seja, agregados compostos por famílias alargadas ou mesmo famílias múltiplas com vários núcleos familiares (Delgado e Wall, 2014). Os dados do ICOR (INE, 2019) confirmam que os baixos salários praticados aumentam o risco de pobreza para empregados, na linha dos resultados encontrados por Costa *et al.* (2008), em que mais de metade dos agregados pobres identificados tinha como principal fonte de rendimento o trabalho e um número muito significativo enquadravam trabalhadores por conta de outrem, com contrato de trabalho. No perfil-tipo destes trabalhadores figura o abandono precoce do sistema de ensino para ingressar precocemente no trabalho, baixos salários e uma reprodução intergeracional dos baixos níveis de qualificação escolar.

Como temos vindo a referir, em relação aos outros perfis, a transição para a adultez implica independência económica em relação à família de orientação, acontecimento que se pode associar à constituição de uma família procriativa. Neste perfil, as temporalidades e amplitude das transições públicas – saída da escola e entrada no mercado de trabalho – e das transições privadas – autonomia residencial, união conjugal e parentalidade – não diferem substancialmente do que observámos para o perfil dos Desempregados, mas há especificidades que derivam das estruturas familiares encontradas e do número de membros que as integram. Os agregados familiares neste perfil são muito numerosos e os entrevistados reportam-se, frequentemente, a famílias de origem igualmente muito numerosas.

Em termos genéricos, podemos referir que muitos dos inquiridos transitaram precocemente para o mundo do trabalho para desempenhar atividades profissionais variadas, destacando-se aqui ocupações profissionais na área da construção civil, agricultura, pesca e serviços. As razões invocadas para o abandono escolar e a inserção precoce no mercado de trabalho – como vimos no ponto antecedente – relevam, à semelhança do que acontece com os outros perfis, da necessidade de contribuir para a sobrevivência do grupo familiar, dadas as enormes fragilidades económicas das famílias de origem e a importância que, face à exiguidade dos rendimentos disponíveis, o contributo do trabalho do menor assume para o orçamento doméstico:

Entrevistado: eu deixei a escola tinha 11 anos.

Entrevistadora: porque é que deixou a escola?

Entrevistado: Eu deixei a escola, portanto, acabou e como outros, naquele tempo eu tinha de trabalhar...

Entrevistadora: Alguma vez reprovou de ano, naquela altura? Perdeu algum ano?

Entrevistado: Perdi duas vezes.

Entrevistadora: Porque é que acha que isso aconteceu?

Entrevistado: É como eu disse. Aconteceu porque eu tinha de ajudar o meu pai e depois não tinha tempo para estar em casa a fazer as coisas da escola e estudar.

(P4.2_PDelgada#2, masculino, 49 anos)

A par das situações de enorme fragilidade económica no contexto familiar, a transição precoce para o mundo do trabalho também surge justificada pelas enormes dificuldades de integração na comunidade escolar, quer por via dos insucessos precoces e cumulativos, quer por via das dificuldades de relacionamento com os pares e da violência escolar

de que alguns eram vítimas. Para diversos entrevistados, o afastamento da escola decorre da necessidade de assumir funções de cuidadores informais de familiares, na sequência de separações e divórcios dos progenitores e porque nas áreas onde residem se denota a escassez de infraestruturas de apoio aos cuidados a crianças e idosos, a custos comportáveis para as famílias mais fragilizadas. Há ainda entrevistadas que abandonam a escola e se sentem compelidas a uma integração profissional precoce, na decorrência de transições precoces para a maternidade e conjugalidade, realizadas ainda enquanto adolescentes.

O abandono precoce e desqualificado do sistema de ensino justifica que, enquanto adultos, e após algumas experiências laborais, reingressem em processos de educação e formação; acresce que na trajetória profissional destes inquiridos muitos experienciaram episódios mais ou menos prolongados, e alguns reincidentes, de desemprego, o que também justifica as trajetórias de formação posteriores.

Num contexto de crescimento do desemprego, bem como de maiores dificuldades de financiamento das políticas sociais, as políticas passivas de subsidiação do desemprego passam a ser substituídas, a partir dos anos 90, por propostas que valorizam a reintegração dos desempregados no mercado de trabalho, entendendo-se que o trabalho é um aspeto crucial da integração social dos indivíduos e de realização pessoal. Estas políticas pressupõem que o desemprego resulta de *deficits* de formação, pelo que se procura aumentar a «empregabilidade» através da inserção em programas de formação, pressupondo-se que o desemprego é um problema de ausência de qualificação suficiente para o exercer e não um fenómeno gerado pela forma como os sistemas económicos e políticos têm conduzido o processo de modernização das economias.

As perspetivas enunciadas acerca destes processos de formação são muito similares às observadas no perfil dos Desempregados: 1. para alguns, o reingresso em processos formativos deriva do analfabetismo funcional que evidenciam na sequência de um abandono precoce e desqualificado da escola, sem terem desenvolvido competências básicas que permitem a funcionalidade social, situação que torna complexa e difícil, na perspetiva dos inquiridos, a inserção na própria formação; 2. outros salientam o carácter compulsivo destas formações e a forma como foram coagidos, através das estruturas oficiais, a enveredar por formações nem sempre significativas tendo em conta a sua experiência de vida; 3. outros destacam a irrelevância dos cursos frequentados na reconversão profissional e na criação de oportunidades de emprego, apesar das elevadas expectativas que lhes foram criadas aquando da seleção para a frequência da formação; 4. outros, ainda, relevam o lado convival que a formação permitiu e a oportunidade de criação de redes de sociabilidade que obstam ao isolamento social que a situação de desemprego produz. Em regra, estas formações não têm impacto na sua trajetória profissional.

As transições familiares destes entrevistados originam uma diversidade de formas de estruturação das relações afetivas e de coresidência, salientando-se a existência de agregados familiares muito numerosos, com um número muito significativo de crianças, jovens e adultos dependentes de um número muito limitado de provedores, o que constitui um fator de aprofundamento da vulnerabilidade social destes agregados.

Também se denota que, por vezes, a autonomização residencial é posterior à transição para a conjugalidade e para a parentalidade, situação decorrente do facto de as restrições económicas sentidas pelo jovem casal o impedirem de ter acesso a uma habitação própria,

problema que as solidariedades familiares permitem minorar, através da cedência de espaço para habitação por parte dos progenitores. Aliás, são estas solidariedades familiares, presentes em diferentes momentos das trajetórias dos indivíduos, e que se estendem a vários membros da família alargada, que permitem perceber, por um lado, a elevada densidade ocupacional das habitações e, por outro, que muitos destes indivíduos escapem a processos complexos de privação material severa e de exclusão social:

Entrevistadora: Ok. E aí foi aí que saiu de casa então? Saiu de casa para ter uma família?

Entrevistado: Não. Nunca saí de casa.

Entrevistadora: A sua mulher foi viver consigo na sua casa?

Entrevistado: Foi viver comigo.

Entrevistadora: Com os seus pais?

Entrevistado: Com os meus pais, sim. Depois, mais tarde, reunimos e decidimos comprar uma coisinha aqui nas Caldas. (P4.2_Caldas da Rainha, masculino, 51 anos)

As dificuldades de acesso a bens essenciais à sobrevivência, como uma habitação, decorrente da instabilidade contratual das atividades profissionais, é recorrente numa parte muito expressiva de discursos, salientando-se como esta questão pode gerar situações de endividamento que dificultam a gestão do quotidiano e produzem instabilidade emocional. Dito de outra forma, as dificuldades financeiras que perpassam a vida destas pessoas afetam os processos de transição familiar. Alguns enfatizam a conflitualidade relacional presente na relação conjugal, as dificuldades inerentes à educação dos filhos pela concentração das responsabilidades parentais apenas num dos

progenitores, ou o impacto económico profundo que a interrupção da relação conjugal provoca nos agregados familiares:

Entrevistadora: Antes de passarmos a outro assunto, como é que a separação afetou a sua vida?

Entrevistada: A minha separação afeta a minha vida de todas as maneiras e feitios. Para já, é já não ter um membro da família, mas querer inseri-lo e querer educar ainda melhor do que tivesse uma família normal. Os meus filhos nunca deixaram de ter pai, mas eu fui pai e mãe, eu é que eduquei, à mesa é que se dá educação. (P 4.5_ Serpa, feminino, 51 anos)

Nalguns casos a parentalidade surge como um projeto cuja concretização se planeia e constitui um fator de realização pessoal, sendo particularmente enfatizada a ligação emocional com a descendência. Mas na maioria dos depoimentos salienta-se a forma como o nascimento dos filhos aprofunda a situação de vulnerabilidade económica, interfere e interrompe projetos de vida, obstaculiza processos formativos. À semelhança do que se observou nos outros perfis, algumas pessoas referem ter abandonado o mercado de trabalho, ou passado a recorrer ao trabalho exercido a tempo parcial, para se ocuparem de crianças, sendo esta uma ação assumida tanto por homens quanto por mulheres. Ora esta questão coloca em cena, uma vez mais, as limitações das políticas de conciliação trabalho-família em Portugal, na medida em que a inexistência de infraestruturas de apoio aos cuidados à infância, a custos acessíveis para estas famílias, obriga a que o cuidador se sinta coagido a abandonar o mercado de trabalho ou trajetos de educação e formação.

9.4. Relação com o mundo do trabalho

Neste ponto analisamos a relação com o mundo do trabalho num contexto em que esta é central na definição do perfil, como a sua própria designação indica. Todos os entrevistados desenvolvem uma atividade laboral e todos se integram em agregados familiares onde o trabalho é a principal fonte de rendimento familiar.

A forma como ingressaram no mercado laboral foi, em regra, precoce e com baixa escolaridade, não se distinguindo, neste aspeto, dos entrevistados dos restantes perfis, como vimos nos pontos anteriores (e com a relativa exceção de uma parte dos casos do Perfil 2, Precários). No que respeita às trajetórias de emprego, releve-se, em primeiro lugar, que as suas estratégias de acesso ao emprego, em especial ao primeiro emprego, tiveram por base, essencialmente, a mobilização de redes de relacionamento, também aqui como nos restantes perfis, fica claro o importante papel que os familiares desempenharam nessa instância. Existem alguns casos de iniciativa própria que sublinham a escassez de recursos dos indivíduos nessa busca, dado que se limitam às possibilidades existentes na vizinhança. Aqui está em causa um efeito de contexto, dado que se o território circunvizinho não apresentar ofertas de emprego, as possibilidades dos entrevistados ficam substancialmente limitadas. Esta situação é mais provável em meio rural. Por outro lado, existem três casos de concurso público, algo que, pela sua raridade e em contraste, sublinha a grande informalidade das contratações.

É em relação aos vínculos laborais que este perfil se distingue fortemente dos restantes. Mais de metade dos entrevistados encontrava-se em situação de contrato sem termo no momento da entrevista. Este primeiro facto, por si só, é muito relevante para se compreender que

a situação de pobreza não deriva exclusivamente de uma trajetória de emprego em carrossel onde a precariedade, a informalidade, o desemprego e as atividades intermédias entre emprego e desemprego campeiam. Encontramos, pois, uma parte das razões da pobreza nos baixos salários dos próprios, dos seus cônjuges (quando é caso disso) e nas estruturas familiares.

Entrevistado: Saí e fui trabalhar para XXXX [Nome de Aldeia], para uma fábrica de calçado, Fábrica de Calçado do XXXX. Trabalhei lá onze anos.

Entrevistadora: Onze anos?

Entrevistado: Aí já tinha descontos, já tinha tudo.

Entrevistadora: Então quando entrou para lá já era um emprego com os descontos, com direito a tudo?

Entrevistado: Sim. Depois, fui para a tropa. Fui para Braga.

[...]

Entrevistadora: Daí foi para a tropa e depois?

Entrevistado: Depois vim e pedi aumentos e ele: «ai, vou falar com o engenheiro, vou falar com o engenheiro.» E nunca se chegaram à frente. Muito bem, não se chegaram à frente. O meu falecido pai soube que [inaudível] dava-me muito bem com ele que já fez obras. Como ele é trolha fez obras lá no falecido pai dele e foi falar com ele e ele pronto: «ele que amanhã que apareça aqui». Mas nem meti carta de despedimento na outra fábrica nem nada. Isto foi uma quinta-feira e na segunda-feira arranquei logo para a outra fábrica. Perdi os direitos da outra fábrica, que eram onze anos.

[...]

Entrevistadora: Saindo dessa empresa de calçado o senhor já foi para essa empresa onde está hoje?

Entrevistador: Até hoje.

Entrevistadora: E faz quanto tempo que está nessa?

Entrevistado: Entrei em 2000, tamos em 2019... 19 anos. (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Alguns dos entrevistados em apreço passaram de uma situação de trajetória de emprego em carrossel para uma situação de estabilidade laboral sem que deixassem de ser pobres. Dois casos são também significativos, dado que apesar de estarem formalmente em situação de estabilidade laboral as suas situações concretas desafiam essa percepção. Quer dizer, é possível estar juridicamente em contrato sem termo e, ao mesmo tempo, encontrar-se, na prática, em situação de instabilidade, no limite, de precariedade.

Outros ainda passaram de uma situação de estabilidade laboral e de não pobreza para uma situação de trajetória de emprego em carrossel, onde se releva a precariedade e os baixos rendimentos do trabalho. Estes casos, conjugados com casos vistos em perfis anteriores, permitem um vislumbre para um público não abrangido neste estudo: os vulneráveis. Isto é, estamos a falar dos indivíduos que não são pobres, mas aos quais basta um acidente de percurso (relembremos os três D da pobreza: Divórcio, Desemprego e Doença) para os atirar, e às suas famílias, para esta situação. Trata-se de uma categoria social que aqui se sublinha e que urge analisar. Retomaremos este assunto na conclusão geral do livro.

Mas uma parte significativa dos entrevistados deste perfil está em trajetória de emprego em carrossel, verificando-se aqui todas as características definidas nos perfis anteriores: informalidade, precariedade, baixos salários, desemprego, zona intermédia entre emprego e

desemprego, multiplicação do tipo de atividades desenvolvidas e constância na sua desqualificação.

Se é verdade que todos os entrevistados estavam a trabalhar aquando da realização da entrevista, muitos passaram por períodos de desemprego. A análise das suas declarações sobre estes períodos permite concluir que uma parte importante indica não ter qualquer dificuldade em encontrar trabalho. Esta constatação, embora referente a um número reduzido de entrevistas, difere do que se passa nos perfis anteriores. Não é surpreendente, os entrevistados têm emprego, em contraste com a maioria dos casos dos perfis relativos aos Precários e aos Desempregos.

Entrevistadora: Depois está tudo bem. E já me explicou que não sentiu dificuldades em arranjar emprego...

Entrevistada: Não, eu não.

Entrevistadora: Em nenhum momento da sua vida...

Entrevistada: Não, não. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

Para além de questões mais objetivas relacionadas com a vinculação, a trajetória e o desemprego, encontramos nas entrevistas questões mais subjetivas, associadas à identidade social dos indivíduos, isto é, à identidade que pretendem construir para si e para os outros, transação identitária na linguagem de Dubar (1991).

Neste perfil, e em contraste com os anteriores, os indivíduos quase não se definem em relação ao trabalho como doentes e, quando o fazem, é mais no sentido de sublinhar o esforço de trabalhar em situação de penosidade provocada pela doença do que de justificar uma relação mais lassa com o mundo do trabalho. É também neste perfil que podemos encontrar mais casos de entrevistados que

conseguem definir-se a partir do nome de uma profissão, se bem que continuem a verificar-se casos em que isso é manifestamente difícil para os indivíduos, preferindo definir-se a partir da descrição das atividades realizadas. Em dois casos estas atividades não configuram uma profissão, dada a sua desqualificação. Interpretamos esta dificuldade como um indicador, precisamente, da desqualificação social das atividades que desenvolvem, algo que dificulta a sua identificação como trabalhadores (recordemos, num número reduzido de casos).

Os valores que os indivíduos associam ao trabalho configuram uma determinada identidade social como trabalhador, baseada em valores extrínsecos, ligados ao trabalho conformado, em esforço, penoso. Gosta-se do trabalho porque é o que se tem, porque tem de se gostar. Só em três casos se identificam discursos que associam o trabalho a valores intrínsecos, isto é, à valorização de si, à realização pessoal através do trabalho⁸³. Salientamos a ideia de que o trabalho é algo que serve para se ganhar um salário, para se sustentar os filhos, presente em boa parte das entrevistas.

[...] Pelo menos para arranjar um emprego melhor, porque o meu emprego é um trabalho cansativo, é um trabalho honesto. Porque estou, porque estou a viver do meu suor, trabalhar para ganhar o que eu ganho, mas se eu tinha escola, não estava neste trabalho, não é um trabalho, é um trabalho para sobreviver, não é para viver. É um vencimento tão baixo, que pronto, que se a senhora não tem outro ramo para pegar, tem que conformar, mas não é porque é um vencimento que dá para viver, a pessoa sobrevive porque leva vida de maneira do vencimento. Se eu tinha escola hoje não estava neste trabalho.

[...]

Trabalho umas horas, metade parte de manhã e outra metade da parte da tarde, vai duas vezes trabalhar. Muda de sítio, parte de manhã trabalha ao pé, e parte de tarde trabalha mais longe.

Trabalho porque eu preciso, é tudo sacrificado, a senhora tem que sacrificar para fazer. É tudo cansativo, é tudo a correr, a despachar, é tanto trabalho, na pouca hora de serviço. Depois a senhora fazer assim devagar, para fazer coisas devagar, a senhora não consegue fazer as coisas como deve ser, a senhora tem que correr, para cima para baixo, fazer tudo à pressa. Pode ficar serviço mais ou menos, senão fosse assim, fica a sujeira nos cantos.

À tarde faço quatro horas e meia e de manhã faço três horas e às vezes quatro horas. Tudo para a mesma empresa. (P4.1_Amadora#1, sexo feminino, 58 anos)

Finalmente, releve-se que a emigração é um assunto abordado nos discursos. Isso verifica-se mesmo tendo em consideração que não há qualquer pergunta que a sugira no Guião de Entrevista. A emigração é um escape à pobreza que resultou para uns, mantêm-se emigrados, mas não para os nossos entrevistados. É também de relevar a imigração. É neste perfil que podemos encontrar o maior número de imigrantes e seus descendentes. Nestes casos, a pobreza também não foi superada pelo processo migratório.

De notar que a emigração é um tema que, de uma forma geral, vai perpassando os discursos dos entrevistados nos vários perfis, no entanto, e considerando que não há questões específicas, as menções não são muito aprofundadas. Pouco mais permitem do que perceber que, em alguns casos, existem experiências migratórias e que

noutros estão em causa processos migratórios de indivíduos da sua família – como cônjuges, filhos, irmãos ou mesmo um progenitor – e da sua rede de amizades próximas.

Enfim, em regra os entrevistados deste perfil têm uma relação próxima com o mercado de trabalho, na maior parte dos casos mesmo muito próxima, vivida por muitos em situação de longos períodos em contratos sem termo. Mas isso não os impede de serem pobres e de se verem a si próprios como trabalhadores a partir de uma conceção do trabalho como sacrifício.

9.5. Autoperceção do percurso, comparação da vida presente com a passada

Na grande maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer hesitação na consideração de que os rendimentos de que dispunham não eram suficientes para as suas necessidades. No seu discurso a privação fica, sobretudo, implícita (ao contrário do que acontece noutros perfis em que aparece de forma mais explícita) e perpassam estratégias de gestão dos rendimentos disponíveis que entram em conta com essa dimensão. O rendimento, subjetivamente designado como insuficiente, é objetivamente tornado suficiente, afirmando muitas pessoas adaptar o seu consumo ao rendimento efetivamente disponível.

Com orçamentos geridos permanentemente «no fio da navalha», é óbvio que qualquer despesa extraordinária, ainda que para bens essenciais, pode representar um desequilíbrio difícil ou mesmo impossível de corrigir. Tal como referem (Halpern-Meekin *et al.*, 2015) «algumas pessoas conseguem demonstrar uma disciplina financeira

assinalável [...] apenas para se depararem com uma descida imprevista de rendimento ou uma despesa inesperada que corrói os seus fundos». (Halpern-Meekin *et al.*, 2015, p. 150). Este *input* da literatura fica perfeitamente ilustrado no discurso de uma entrevistada em Serpa.

Nunca! Eu, este mês, fui ao mercado comprar alguma roupa para mim, 30 euros gastos a mais, que me ficaram a fazer tanta falta! Eu estava a dizer isso mesmo à minha amiga. É impressionante como é que 30 euros me ficaram a fazer falta desta maneira! (P4.5_ Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Relembre-se, a este respeito que, de acordo com os mais recentes dados divulgados pelo Eurostat (relativos a 2018), duas em cada três pessoas em situação de pobreza manifestaram a sua incapacidade em fazer face a despesas inesperadas, o que se compara com cerca de duas em cada sete pessoas fora de uma situação de pobreza. Realce-se, ainda, que este valor representa uma ligeira descida face ao pico registado durante os anos da anterior crise (70,9% em 2013 e 2015), mas também uma subida assinalável face ao registado em 2007, antes dessa situação de crise se ter declarado: 43,1%.

Os relatos de algumas pessoas evidenciam a importância da ajuda por parte de outrem no evitar que as situações se tornem (mais) insustentáveis. Da mesma forma, outras pessoas salientaram a importância do abono de família e de outras prestações sociais para o equilíbrio do orçamento familiar.

Note-se, a este respeito, a situação particular de uma entrevistada, para quem os montantes recebidos com uma bonificação por dependência e um subsídio por assistência de terceira pessoa (em conjunto

com o abono de família) representavam complemento importante do rendimento do agregado. Deve notar-se também, porém, que estes acabavam por funcionar como substitutos (parciais) do rendimento perdido por parte do companheiro (pai da criança), que se desempregou para ficar a cuidar do filho (deficiente). Nesse contexto, não só o rendimento do agregado diminuiu como a despesa aumentou, associada à situação de deficiência, atirando esse agregado para uma situação de inequívoca maior vulnerabilidade à pobreza.

Noutros casos, apenas se consegue um maior equilíbrio financeiro devido ao autoabastecimento, à realização de biscates, conceito agregador de «modalidades múltiplas de luta pela vida» (Machado Pais, 2003) ou ao recurso a receitas «extraordinárias» (Halpern-Meekin *et al.*, 2015), entendidas pelos indivíduos como asseguradas, em concreto os subsídios de férias e de Natal.

Do discurso de inúmeras pessoas entrevistadas ressalta a estratégia, já mencionada a propósito de outros perfis, de fazer o dinheiro «esticar» tanto quanto possível (Daly e Kelly, 2015; Halpern-Meekin *et al.*, 2015). Esta expressão, a par de outras, como por exemplo a necessidade de efetuar «manobras muito grandes», ou mesmo a utilização de uma expressão como «não como bife todos os dias», permitir-lhes-á, de alguma forma, sentir que detêm algum controlo da situação (Dominy e Kempson, 2006; Finch e Elam, 1995), ao contrário do que acontece com expressões mais consentâneas com desesperança. Noutros casos ainda, e tal como noutros perfis, a estratégia para fazer face à insuficiência de recursos passa pela gestão (possível) de dívida contraída, muitas vezes «roubando a Pedro para pagar a Paulo» (Tach e Greene, 2014).

Na maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não manifestaram qualquer dificuldade em identificar momentos da vida em que sentiram, de forma mais evidente, que os seus rendimentos não eram suficientes. Num conjunto alargado de casos foram relatadas situações em que foi experienciada privação sendo, amiúde, feita menção à forma como essa privação afetou as crianças do agregado, e ficando igualmente evidente que, em muitos casos, apesar dos esforços do progenitor, o(s) filho(s) vão tomando consciência das dificuldades vividas. Aliás, os discursos de algumas pessoas acabam mesmo por ser ilustrativos da transmissão da pobreza ao longo das gerações.

Quando era criança, desde cedo percebi que vivíamos com dificuldades. É como os meus filhos, eles vão-se aperceber das dificuldades! (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Merece, ainda, destaque o discurso de uma outra entrevistada que «coloca o dedo na ferida», quando diz que a sua situação de pobreza, estando a trabalhar, não a envergonha a si mas antes ao país refletindo, em simultâneo, e ainda que inadvertidamente, acerca da sua situação enquanto trabalhadora pobre.

Residindo numa habitação emprestada por uma amiga, revela consciência de que a sua situação habitacional, embora vantajosa no curto prazo, se reveste de grande precariedade podendo, ainda, representar, em caso de alteração no médio-longo prazo, um claro elemento de risco acrescido.

Lembro-me todos os dias, todos os meses. É raro o mês em que eu não tenha de recorrer à reforma dos meus pais. Isto é vergonhoso! É uma vergonha para o país! Eu não tenho de ter vergonha porque eu trabalho

todos os dias. Mas envergonho-me, é humilhante! [...] A minha vida teve altos e baixos e já estive melhor do que agora. Quando me separei – e eu estou há 17 anos sozinha – eu conseguia pagar uma casa e agora não consigo. [...] Tenho trabalhado tanto e eu não consigo sequer ter um teto, portanto pior do que isto... Isto é trabalhar para aquecer! Não tem outro nome! (P4.5_Serpa, sexo feminino, 51 anos)

Parece importante, neste ponto, evidenciar um outro caso concreto. Não se trata aqui de identificar elementos desencadeadores da pobreza em sentido restrito, na medida em que a situação de vulnerabilidade ao longo da vida parece evidente, mas antes identificar momentos que representaram o desequilibrar das situações e a entrada, de forma mais notória, na pobreza.

Trata-se de um entrevistado que, até quatro meses antes da entrevista, recebia cerca de 1000 euros mensais pelo trabalho desempenhado. No entanto, esse valor era composto por um salário-base equivalente à retribuição mínima mensal garantida – 600 euros mensais em 2019 –, ao que acrescia o pagamento de horas extraordinárias. A paragem da obra de construção em que se encontrava envolvido levou a que sua empresa entrasse em regime de *lay-off*, ficando a receber apenas dois terços do seu salário-base, ou seja, cerca de 400 euros mensais, o que conduziu a alterações significativas na vida deste agregado.

Ficam aqui, pois, patentes, uma vez mais, as implicações de algo que continua a caracterizar parte do mercado de trabalho nacional: as diferenças entre valores de remuneração-base e ganho médio mensal.

Os momentos mais marcantes em termos de perceção da insuficiência dos rendimentos fundem-se, em muitos casos, com a recordação

dos momentos mais difíceis experienciados ao longo da vida. Assim, os momentos mais difíceis na vida identificados pelos respondentes disseram respeito, sobretudo, à doença, muitas vezes associando-se a ou desencadeando outras vulnerabilidades.

Duas situações específicas ajudam a ilustrar a importância disruptiva do surgimento de problemas de saúde e das implicações que tiveram na situação face ao emprego e também face à pobreza. Em ambos os casos, foram os maridos das entrevistadas a confrontarem-se, de forma mais direta, com a situação, em contexto de emigração e ainda muito cedo na vida. No primeiro caso, um acidente de trabalho aos 30 anos de idade, que o deixou em situação de dependência face a terceira pessoa; no segundo caso, um enfarte aos 37 anos de idade, que o levou a solicitar reforma por invalidez.

O desemprego, o processo de autonomização em relação ao agregado parental, a instabilidade e/ou rutura familiar e mesmo a vivência de uma situação de sem-abrigo foram outros momentos assinalados.

Já os aspetos mais positivos da vida foram associados sobretudo à componente familiar. Em alguns casos, poucos, as pessoas referiram-se ao relacionamento afetivo em que se encontravam. Foram, no entanto, os filhos que ocuparam o lugar de maior destaque originando, por vezes, discursos repletos de emoção.

A dimensão do trabalho foi também referida, mas apenas por algumas pessoas, havendo ainda quem referisse uma experiência migratória, considerada como tendo trazido responsabilidade e autonomia, a luta travada e vencida contra a dependência de estupefacientes e, de uma forma mais geral, o conseguir ir lutando e levando a vida. De realçar,

ainda, que algumas pessoas, poucas porém, associaram os aspetos positivos sobretudo ao facto de terem saúde.

Apesar de todas as dificuldades evidenciadas, a maioria das pessoas entrevistadas afirmaram que a sua vida, no momento da entrevista, era melhor do que no passado. O trabalho foi referido, por algumas, como elemento preponderante. Outras mencionaram aspetos relacionados com a componente familiar, com a habitação, com a saúde e com melhorias percebidas ao nível da forma de estar.

Outras pessoas, ainda, apontaram um maior equilíbrio entre rendimento e despesas, sendo de salientar que foram mais os casos expressos de diminuição de despesa do que de aumento de rendimento. Foi essa a situação concreta de um entrevistado que viu alguns dos sobrinhos, por quem foi responsável desde pequenos, autonomizarem-se e também a de uma entrevistada para a qual o maior equilíbrio advinha do facto de a filha mais nova ter, entretanto, deixado de ser bebé, deixando de ser necessário comprar produtos específicos como fraldas ou determinado tipo de leite.

Poucas foram as pessoas que referiram um percurso mais marcado por altos e baixos e poucas também as que consideraram ter a sua vida ficado na mesma ou piorado. Na génese desta última opinião radica a comparação que é estabelecida entre a vida no momento da entrevista e momentos de vida de não autonomização. Porém, mesmo nesses casos, parece sobrevir uma tomada de consciência de que tal «melhoria» era, de alguma forma ilusória e apenas explicada pelo facto de não terem, nessa altura, ainda sido dados os passos em direção à autonomização agora existente.

9.6. Sistemas de proteção social e redes de solidariedade informal

No estudo de Halleröd *et al.* (2015), desenvolvido a partir da base de dados EU-SILC, os autores argumentam que a evidência empírica revela, à semelhança de estudos anteriores, que a relação entre baixos salários e pobreza no trabalho é fraca, enquanto a relação entre falta de emprego e pobreza é forte, sustentando que a atenção deve focar-se no desemprego, no emprego precário de curto prazo e no padrão de proteção, duração e condicionalidade dos regimes de proteção social, com relevo para as prestações sociais no desemprego (p. 484).

De acordo com os dados recolhidos no nosso estudo, verifica-se a existência de dois subgrupos com dimensão e características distintas e contrastantes. Na grande maioria dos trabalhadores pobres entrevistados a situação no emprego, e particularmente a sua trajetória laboral, caracteriza-se por uma relação de trabalho estável com vínculo de longa duração (Trabalhadores Pobres com Trajetórias Laborais Estáveis – TLE). Um outro subgrupo, com menor expressão, apresenta trajetórias caracterizadas pela instabilidade e rotação entre empregos precários, desemprego e programas ocupacionais ou inatividade (Trabalhadores Pobres com Trajetórias Laborais Instáveis – TLI) na linha do que Diogo e Freitas (2014) designam de Trajetórias de Emprego em Carrocel.

A consideração das trajetórias laborais, sendo relevante numa análise dinâmica da pobreza no trabalho, não se revela suficiente para dar conta da multidimensionalidade dos fatores que produzem e reproduzem a condição de pobreza entre os trabalhadores. Assim, os fatores

determinantes da pobreza no plano individual parecem residir no efeito conjugado dos fatores institucionais de regulação dos salários, como o salário mínimo, e das baixas qualificações escolares associadas ao tipo de empregos socialmente desvalorizados que exercem. Mas residem igualmente nas estruturas familiares em que se integram, nas quais a existência de crianças, de filhos adultos ou outros membros adultos desempregados ou inativos, por regra sem proteção social no desemprego, tornando os rendimentos do trabalho baseados num único ganhador (ou provedor) insuficientes para retirar estas famílias do limiar da pobreza. No que respeita ao subgrupo dos TLI acrescem, além do impacto da alternância emprego/desemprego ou programas ocupacionais ou ainda inatividade na condição pobreza e privação, o trabalho temporário e a variabilidade do salário auferido por via da natureza sazonal ou não regular em atividades na agricultura e pescas.

A análise dos resultados apurados permite-nos compreender com maior profundidade o modo como o equilíbrio/desequilíbrio entre necessidades, recursos e restrições na família determina a situação de pobreza no trabalho. As famílias de pertença dos entrevistados apresentam uma dimensão superior ou muito superior à dimensão média dos agregados domésticos em Portugal, que era, em 2018, de 2,5 indivíduos (Pordata, 2020), e um número maioritário de famílias numerosas (com três ou mais filhos), se tivermos em consideração quer o número de crianças, quer o de filhos maiores, estudantes ou ativos que as integram. Filhos com deficiência ou crianças pequenas, requerem, em algumas situações, cuidados familiares específicos e o exercício do papel de cuidadores principais informais por membros da família, acompanhado de desemprego voluntário ou inatividade, quer por impossibilidade de conciliação do trabalho com este papel familiar, quer por decisão de natureza económica no

balanço custo-benefício face a outras alternativas de cuidados, ou face à limitação da oferta de serviços de apoio à família nos contextos territoriais em que estas famílias vivem.

O estudo evidencia que os membros desempregados nestas famílias não são beneficiários do subsídio de desemprego, o que revela que as trajetórias laborais estáveis que se observam para a maioria dos seus pais, ou outros familiares no caso das famílias alargadas, estas em número residual, coexistem com trajetórias laborais instáveis intrafamiliares, que condicionam o acesso à proteção social no desemprego, e reforçam a importância das oportunidades de emprego como meio de ampliar o número dos membros angariadores de rendimento dos agregados familiares, sublinhando a relevância da situação do emprego no seio do agregado familiar, considerando o que se poderá designar de desemprego familiar. A posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar assume assim uma particular relevância. No entanto, como o presente estudo revela, a existência de um duplo ou múltiplo provedor de rendimento não é condição suficiente para a superação da pobreza, dependendo esta quer da dimensão do agregado e das suas necessidades, quer igualmente dos níveis salariais auferidos, do regime de trabalho a tempo integral, parcial ou sazonal, e dos mecanismos fiscais e de proteção social.

No caso dos entrevistados abrangidos pelo presente estudo, o nível de proteção proporcionado pelas redes de proteção ocupacional e universal na compensação da perda ou ausência dos rendimentos do trabalho por motivo de desemprego é muito pouco significativo, quase ausente, entre os trabalhadores pobres entrevistados e seus familiares, explicável quer pela existência de uma parcela significativa de jovens sem experiência de trabalho e, portanto, excluídos desta proteção,

quer pelos critérios de elegibilidade observados no acesso a estes direitos sociais, revelando que as políticas de proteção no desemprego em Portugal não acompanham a crescente precariedade e o aumento de relações de trabalho atípicas. Estes indivíduos estão, portanto, ao abrigo do apoio das redes informais de solidariedade familiar constituídas pelos seus pais (aqui entrevistados), podendo colocar-se a hipótese de que constituem boa parte dos estudantes e desempregados entrevistados no Perfil 2, como temos vindo a referir.

Constata-se igualmente que o Rendimento Social de Inserção enquanto última *rede de segurança* na ausência de proteção no desemprego por parte da rede ocupacional não é adequado para exercer este papel protetor, revelando-se sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza. Contudo, o acesso dos trabalhadores pobres a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos está limitado de forma muito acentuada, considerando que os seus rendimentos familiares, em regra, colocam-nos acima do limiar do direito a esta prestação.

O regime de proteção social dos trabalhadores afetados por doenças profissionais e o regime de reparação de acidentes de trabalho apresentam-se como vetores importantes no âmbito das políticas públicas, verificando-se situações com impacto muito significativo na vida destes trabalhadores e das suas famílias, que podem estar na base da desestruturação das condições de vida e empobrecimento. No que se refere às doenças profissionais, uma das dificuldades prende-se com o reconhecimento da doença que afeta o trabalhador, como doença profissional, ou como tendo sido provocada pelas condições de trabalho. No que respeita ao regime de acidentes de trabalho, a responsabilidade recai nos empregadores, dando lugar a frequentes situações de desproteção por negligência ou irresponsabilidade

patronal, ou a litígios entre os trabalhadores e as entidades patronais e/ou companhias de seguros para obter a devida reparação em processos em regra de longa duração.

Entre os trabalhadores pobres e suas famílias é diversa a experiência quanto ao apoio assistencial recebido. Nalguns casos esse apoio cumpriu uma função de suporte importante em situações de crise, como evidenciam os depoimentos dos entrevistados. Na perspectiva de análise adotada importa igualmente ter em consideração as prestações sociais de apoio à família, designadamente o abono de família, que tem como objetivo compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens. A grande maioria dos trabalhadores em situação de pobreza com filhos (aqui entrevistados) beneficia desta prestação social, a qual é atribuída em função do escalão de rendimento familiar e do número e idade dos filhos, dependendo da sua eficácia na resposta às necessidades acrescidas das famílias com filhos menores o facto de se constituir ou não como fator de mitigação da pobreza no seio das famílias e da pobreza infantil em particular.

Outra dimensão relevante na situação dos trabalhadores em situação de pobreza e suas famílias respeita à sua experiência na relação com os serviços sociais, aqui tomados em sentido genérico, incluindo quer os serviços de segurança social desconcentrados, os serviços de ação social municipal e de instituições privadas de solidariedade social, e ainda os serviços de emprego e formação profissional.

A perceção dos entrevistados quanto à relação com os serviços sociais é, naturalmente, influenciada pela avaliação que fazem quer do apoio material prestado à sua situação, quer da qualidade do acompanhamento e suporte experimentado pelos trabalhadores e suas famílias.

Maioritariamente são expressas apreciações críticas, mas registam-se igualmente avaliações positivas dando testemunho do apoio quer de serviços públicos, quer de estruturas comunitárias (uma apreciação geral semelhante à dos restantes perfis). Algumas das perceções mais críticas refletem aspetos muito relevantes quando se equaciona a relação entre serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente a questão do respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados.

Entrevistada: Olhe, eu vou ser sincera: o meu marido tinha uma ajuda aqui, estava a ser acompanhado por uma técnica que não fazia nada pelo meu marido. Nós somos quatro, não é, então davam a ele um apoio, um apoio alimentar. O apoio era o quê? [...] Quando ele chegava com aquilo eu dizia assim: «oh, XXXX [nome do marido] isso é uma grande humilhação, tu te pões na fila lá em baixo, com tanta gente, para ir buscar uma latinha de salsicha, uma latinha de atum... um saco de esparguete, quando era isso.»

Era uma lata de salsicha, um de atum, um saco de esparguete, um saco de arroz, um pacote de leite. Às vezes, era só cenoura, massa e coiso... eh pá, era uma coisa que não... que é assim se calhar era o que tinham, era o que davam e a gente, mas... é muito bonito falar em termos de apoios sociais, mas eu acho que esse apoio social não chega a todos. E se chegar é uma gota de água no oceano. [...]

É humilhação. Está a ver o que é estar na fila para ir buscar um pedido de apoio para a família, para quando chegares a casa, tu entregas o saco... agora, pronto, entregas o saco eles te devolvem o saco assinas o papel, nem sabes, só assinas o papel em branco não diz o que vais levar, assinas, quando chegas a casa tu levas o saco e «É isso que eu venho buscar para dar à minha...»

[...]

Entrevistadora: Então, em termos gerais, qual é que é o seu grau de satisfação?

Entrevistada: [...] Sou sincera: medíocre, era medíocre. Chamar uma pessoa para... ir levantar apoios que é dado para ajudar as pessoas carenciadas, uma pessoa quando vai ver o que é, para mim é medíocre. Nem num país de terceiro mundo eles fazem isso, nem em Cabo Verde que é mais pobre que Portugal fazem isso. (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos, Almada)

A situação descrita, não sendo generalizável, não deixa de sublinhar a necessidade de uma análise crítica sobre o recurso crescente a formas de apoio social a pessoas em situação de pobreza e privação material com base na distribuição de bens alimentares e outros bens essenciais em detrimento do reconhecimento do direito a modalidades de assistência social que preservem a dignidade e autonomia dos assistidos.

Num plano contrastante, outro entrevistado expressa uma apreciação muito positiva do apoio recebido dos serviços sociais, sublinhando a importância do compromisso dos serviços em termos de acompanhamento social e procura de soluções em situações de dificuldade enfrentadas pelos cidadãos em situação de pobreza.

Entrevistadora: Qual é o seu grau de satisfação com os serviços? E a forma como tem sido atendido e o acompanhamento que tem?

Entrevistado: Ali, não, são espetaculares, são impecáveis, muito, muito, muito atenciosa mesmo.

Entrevistadora: E existe algum episódio para si que tenha sido marcante na relação com os serviços de apoio social pela positiva ou pela negativa?

Entrevistado: Não... pela positiva, que eles estão sempre presentes, sempre que a gente precisa eles dão sempre um *feedback*, dão sempre um *feedback*. Isso é que é o mais importante. Isso é que é o mais importante, às vezes nem sequer é a resolução do problema, porque o problema... se não tiver aquele vamos ter outro, portanto quando a gente tem um *feedback* constantemente é que a gente sabe que não está sozinho. O mais triste nesta história é quando a gente se sente sozinho. (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos, Almada)

Em síntese, a posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar apresenta-se como determinante do risco de pobreza nos entrevistados deste perfil, revelando-se a sua condição de trabalhadores como insuficiente para obstar à condição de pobreza. Na equação da pobreza, a proteção social, enquanto mecanismo de compensação do desequilíbrio entre necessidades e recursos das famílias, revela-se ineficaz face ao desemprego que afeta de modo muito significativo os membros dos seus agregados, quer devido à desadequação da proteção do desemprego relativamente à segmentação do mercado de trabalho, quer pelo baixo padrão de elegibilidade do esquema mínimo de garantia de recursos, quer ainda devido à baixa adequação das prestações familiares na prevenção da pobreza entre as crianças que integram este agregados.

9.7. Redes de apoio não institucional e território

Em linha com o que já foi acima discutido, este perfil apresenta-se, aparentemente, como o mais paradoxal e sobretudo inquietante. De facto, como explicar que entre os pobres existam trabalhadores? Pessoas que trabalham, muitas vezes de modo intenso e com horários prolongados, mas, mesmo assim, não escapam às teias da pobreza. Esta

situação é também grave pelas repercussões que tem no trajeto de vida dos indivíduos. Como foi assinalado para os reformados, são pessoas pobres porque foram toda a vida trabalhadores pobres. *Mutatis mutandis*, os trabalhadores pobres serão, no outono da vida, os reformados pobres. Também neste perfil a entreaajuda de base informal está presente na vida de muitos entrevistados, não sendo particularmente diferente do que ocorre nos outros perfis. Por exemplo, pode combinar ajuda com base na amizade com a ajuda fundada no parentesco. No caso abaixo mencionado trata-se de ajuda monetária que implica a devolução da respetiva importância num prazo curto, quase sempre depois de o próximo salário ser recebido:

Entrevistadora: E em termos de amigos fora da vizinhança, conta com o apoio de amigos?

Entrevistada: Olha, amigos, eu tenho os colegas de trabalho, nem... eu só tenho um senhor em Almada que é um senhor velhote, é moçambicano, mas é filho de português e vive em Almada. E às vezes quando eu estou aflita, eu vou a ele recorrer, para pedir alguma coisa emprestada e depois eu vou devolver. Ou uns vinte euros ou trinta e depois eu dou. Mas não tenho problema de... é o único, é ele.

Entrevistadora: Então, tem uma pessoa amiga que...

Entrevistada: Sim, quando eu estou aflita recorro a ele. Às vezes preciso comprar algum medicamento porque às vezes os meus filhos estão doentes e eu não tenho dinheiro, eu prefiro pedir a ele do que ir pedir noutro lado. É um senhor de 70 e tal anos, muito meu amigo.

Entrevistadora: Então, recorre a esse senhor quando precisa para um valor...

Entrevistada: Sim, simbólico, que quando eu receber, eu vou lá devolver.

Entrevistadora: Já vou voltar à questão dos apoios, mas só para terminar esta parte, em relação à sua família, tem alguém, digamos que fora de sua casa (e marido), que recorra se precisar de ajuda?

Entrevistada: A minha filha mais velha.

Entrevistadora: A sua filha mais velha? E à sua filha recorre para que tipo de ajuda?

Entrevistada: Eu peço a ela, às vezes preciso de alguma coisa também. Às vezes, por exemplo: o gás acaba, não é, não tenho dinheiro e ligo. Então: «Filha o gás acabou, não tenho dinheiro». Ela lá transfere-me trinta euros. E eu pago depois.

Entrevistadora: Então, são dois...

Entrevistada: A minha filha e o amigo, é verdade.

Entrevistadora: E o apoio é o mesmo? É para questões económicas, quando é necessário?

Entrevistada: É, eu não sou uma pessoa... se eu não tenho uma calça, eu visto a velha que eu tenho, quando puder eu compro outra. Não sou muito chegada à vaidade... (P4.1_Almada, sexo feminino, 45 anos)

É pertinente sublinhar que o papel dos vizinhos é manifestamente secundário, quando comparado com o desempenhado pelos familiares ou pelos amigos. Aliás, para uma parte dos entrevistados o recurso à rede de vizinhança deve ser evitado, pois entendem que tal revela as suas carências, constituindo-se em motivo de conversa que concorre para a desqualificação social e, logo, a perda da face, no sentido goffmaniano, de quem pede ajuda:

Entrevistadora: O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos?

Entrevistado: Depende o que se refere por ajudar. A minha família, sim, pode ajudar, o meu pai sobretudo porque a minha mãe está

desempregada. Hoje em dia ninguém vai pedir ajuda aos vizinhos. O meio é pequeno, tudo aqui é pequeno, menos a língua! Nós não dependemos dos vizinhos nem dos amigos. Vou ao peixe e ofereço, mas a mim ninguém me oferece. Mas doume bem com toda a gente. Já tive de ir ao hospital com o meu pai e levo sempre as minhas crianças.

Entrevistadora: Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema a quem recorre?

Entrevistado: Se desse pagava a uma ama para ficar com as crianças, mas não posso. Quando preciso recorro ao meu pai. E quando estou aflito e me faltam dois ou três dias para receber vou ali à mercearia e eles aviam-me alguma coisa que faça falta, depois vou logo pagar. E por isso nestes casos não vou pedir ao meu pai. (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Trata-se, como é bem evidente, de uma das expressões não desejadas da sociedade-providência. Mesmo quando a ajuda ocorre, ela não deixa de ser percebida como um gesto de caridade e não como expressão de um direito social a que o indivíduo tem acesso legítimo, como ocorre com as prestações concedidas no âmbito do Estado-Providência. Por outras palavras, pedir implica o reconhecimento de uma situação de privação que desqualifica quem o solicita. Neste sentido, como também vimos nos perfis anteriores, entre pedir e dar, a escolha, caso fosse possível, seria sempre por dar. A sociedade-providência tem também os seus limites, parecendo funcionar sobretudo num nível relativamente restrito do campo das pequenas ajudas, sejam elas monetários ou em géneros. Como veremos no excerto seguinte, nas situações mais graves a ajuda informal acaba por ser substituída pelas contribuições públicas, nomeadamente fornecidas pelas autarquias:

Entrevistadora: E quais foram os momentos mais difíceis na sua vida?

Entrevistada: Ui! Quando o meu marido teve o acidente. Nem é bom pensar.

Entrevistadora: Oito anos atrás?

Entrevistada: Sim. Foi muito difícil. Os primeiros anos não, que a gente ainda tinha dinheiro de lado, porque ele ganhava bem. Ele tirava quase os cinco mil euros, tinha mês de tirar, ele andava lá fora no estrangeiro, foi lá que ele teve o acidente, só que o patrão era de cá.

Entrevistadora: Qual era a profissão dele?

Entrevistada: Trolha.

Entrevistadora: Trolha. Ele estava emigrado onde?

Entrevistada: Estava na Espanha.

Entrevistadora: Espanha?

Entrevistada: E depois esteve em Luxemburgo.

Entrevistadora: Certo...

Entrevistada: E então é assim, a gente tinha dinheiro, não é? A gente tinha dinheiro de lado. No entanto houve e foi dando, foi dando... até que foi esgotando e depois foi uma situação terrível, né? A filha a chegar, as contas para pagar, o dinheiro não chegava para nada. Até que ele se desesperou. Eu não gosto de pedir nada a ninguém, porque eu não sou daquela gente de pedir, nunca fui. E então ele resolveu ir, foi à câmara amiga pedir. E foi aí que... é esse o apoio que nos estão a dar. Mas até aí foi muito difícil mesmo. É que nem ele nem eu queríamos pedir, porque tínhamos vergonha, não é? A gente estar tão bem na vida e de repente ter uma situação dessas é muito difícil. E então ele foi pedir e lá começou, tivemos que nos animar, não é? Não havia outra solução.

Entrevistadora: Há quanto tempo é que estão a receber esse apoio da câmara?

Entrevistada: Dois ou três anos. Porque até aí não foi... ainda tivemos com dívidas, começou a pedir à irmã e a irmã ajudava, emprestava o dinheiro, até que depois, resolveu ir ali que já não dava mais para estar sempre a pedir e então tudo se começou a resolver.

Entrevistadora: Tinham vergonha de pedir ajuda?

Entrevistada: Exatamente. (P4.3_Celorico de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Por fim, ser pobre implica, principalmente nas grandes cidades, viver em lugares periféricos, desqualificados e perigosos, enfrentando riscos físicos e medos que ficam cravados na memória de quem os sofre. De certo modo, convocando ao texto o título de um livro de (Wacquant, 2001) sobre violência urbana nos Estados Unidos da América e em França, são os «condenados da cidade», no caso homens e mulheres pobres que, sem poder escolher lugares diferentes para residir por força dos constrangimentos impostos pelos escassos rendimentos, convivem com a escassez de transporte e de policiamento e com a violência, nomeadamente nas suas deslocações laborais a horas que parte significativa da cidade, sobretudo a mais afluente, ainda está a dormir:

Entrevistadora: Na sua opinião o que faz falta no sítio onde mora?
[Pausa]

Entrevistadora: O que mudaria?

Entrevistada: Eu civilizava essa gente toda para fazer limpeza na rua, para não deitar o lixo na rua, para pôr os lixos dentro do caixote do lixo. Essas coisas, para não estragar as coisas que estão bem-feitas, que a Câmara faz. Por exemplo, a Câmara pôs árvores e tudo e eles estragam tudo, pelo amor de Deus.

Entrevistadora: Em termos de transporte e segurança?

Entrevistadora: Precisávamos de mais polícias, se calhar se tivesse mais polícia estava melhor. Autocarro nós só temos o XXXX [número de autocarro], estou a falar da Carris, claro que da Vimeca temos mais, mas nós aqui precisávamos mais da Carris e mais cedo. O XXXX [número de autocarro] por exemplo, começa quase às sete horas, no meu caso tenho que sair de casa às 5h15 não me adianta nada.

Entrevistadora: Como faz?

Entrevistadora: Eu vou a pé daqui do bairro ao bairro da XXXX lá em cima para pegar o autocarro, para pegar o autocarro às 5h30, tenho que sair de casa às 5h15, porque eu entro às seis da manhã. Já fui ameaçada várias vezes de assalto, está a perceber? Vinham com a cabeça tapada e com a navalha, o outro de trás gritou assim: «não mexe com ela, porque ela é a mãe do XXXX». Salvou-me de uma navalhada, porque é um bairro que vem grupos de outro bairro roubar aqui e os daqui vão para lá. (P4.1_Amadora#2, sexo feminino, 61 anos)

Sublinhe-se que entre os pobres que trabalham existem muitos pontos de contacto com a situação dos indivíduos dos perfis anteriores. No que respeita às redes de apoio não institucional e ao território são muitas as regularidades encontradas. A bem-dizer, não poderia ser diferente. A pobreza que os caracteriza, constrangendo as suas vidas e o seu futuro é também a responsável por os juntar. Longe de viverem de costas voltadas, estes pobres, independentemente da condição perante o trabalho e a posição que ocupam no percurso pessoal, partilham a vida nos mesmos bairros pobres das cidades, são vizinhos nas aldeias e vilas do interior do país. Uns mais, outros menos, desenvolvem laços sociais entre vizinhos, sem deixarem de manter, também em grau variável, as relações com base no parentesco e na amizade. Como vimos, para este perfil e para todos os outros, são estes laços

que acabam por valer nos momentos inesperados e sobretudo no quotidiano marcado pela privação, sob a forma de pequenas ajudas, os «pequenos favores» que muitas vezes permitem minimizar situações de aflição sem que os livrem da pobreza e mesmo da estigmatização que sobre eles ela projeta.

9.8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Quase uma em cada três pessoas entrevistadas considerou não estar, no momento da entrevista, em situação de pobreza. Tal como se registou em outros perfis, também aqui tal convicção se alicerça sobretudo na comparação estabelecida com situações piores do que a sua naquele momento, sejam elas do seu próprio passado (nomeadamente por comparação com situações de desemprego), sejam de outras pessoas (referência a quem passa fome e/ou em situação de sem-abrigo). É também notória, à semelhança do que aconteceu relativamente a outros perfis, a confusão estabelecida relativamente a uma situação de miséria (AA.VV, 2010; Bellaing, 2000).

Duas em cada cinco pessoas relativizaram a sua situação, hesitando em classificá-la como pobreza. É de notar, porém, que algumas delas expressaram raciocínios similares aos acima referidos para justificar a sua resposta. Outras, adotando um discurso com algumas semelhanças e hesitando também em caracterizar-se como pobres, pareceram mais capazes de fazer a distinção relativamente à miséria, assumindo que, muito embora as suas necessidades básicas pudessem estar garantidas, a privação a que tinham de se sujeitar configurava, também ela, uma situação de pobreza, ainda que não extrema. Note-se, ainda, que mesmo no caso de pessoas entrevistadas (cerca de uma em cada três) que não hesitaram em classificar-se em situação de pobreza foi

possível detetar alguns discursos de relativização, ainda que a maior parte ilustre de forma evidente a dificuldade que sentem presente na sua vida quotidiana.

Considero que vivo numa situação de pobreza porque o ordenado não dá. Se vem uma fatura da luz mais elevada e se acaba o gás, pronto está tudo estragado! Ou se os filhos precisam de medicamentos porque se constiparam já é um grande problema! Se for tudo no mesmo mês, não dá! (P4.4_Serpa, sexo masculino, 28 anos)

Para uma parte das pessoas entrevistadas, a situação de pobreza terá caracterizado grande parte da sua vida. Outras realçaram que, apesar desse facto, a situação vivida na infância era pior e outras ainda salientaram o facto de, ainda que num panorama de dificuldade, se tenham sucedido momentos mais e menos difíceis. Noutros casos, apesar do reconhecimento de uma situação estruturalmente difícil, foram apontadas conjunturas mais favoráveis, nomeadamente experiências de emigração, que permitiram algum alívio.

Tal como aconteceu relativamente aos outros perfis, a resignação é o sentimento dominante que perpassa do discurso das pessoas entrevistadas.

Temos que enfrentar, não é? Não dá de outra maneira. Eu, às vezes, bem fico triste, mas não quero ficar triste na frente do meu marido porque eu não o posso botar abaixo também. Tenho que o subir sempre p'ra cima. E então, olha, muitas vezes chorava por detrás dele, cá fora. Ia ao campo chorar e não sei quê, e depois voltava pra casa. (P4.3_Celorigo de Basto, sexo feminino, 38 anos)

Regista-se, porém, a menção que algumas pessoas, ainda que poucas, fizeram a uma dimensão proativa, seja através do trabalho, seja através da escolaridade. Registam-se, ainda, situações em que os respondentes evidenciaram alguma vergonha, optando por não dar (totalmente) a entender as dificuldades experienciadas.

Tal como realçado por Walker,

habitualmente, as pessoas em situação de pobreza sentem-se envergonhadas de terem falhado em viver de acordo com as expectativas da sociedade, as quais, pelos menos na sua maior parte, internalizaram também como sendo as suas. (2014, p. 65)

Saliente-se, a este respeito, que a literatura em torno da abordagem das capacidades realça que viver em situação de pobreza sem vergonha representa uma capacidade importante (Alkire, 2002; Sen, 1983). Tal é-o, sobretudo, na medida em que, apesar de os recursos materiais necessários para evitar o sentimento de vergonha dependerem do contexto cultural e de desenvolvimento socioeconómico (Sen, 1983), o sentimento de vergonha associado à pobreza e os seus impactos revestem-se de um carácter universal (Chase e Bantebya-Kyomuhendo, 2015; Gaisbauer *et al.*, 2019). Mais, como notam os autores,

é possível que a vergonha associada à pobreza se esteja crescentemente a intensificar à medida que as culturas, em redor do globo, se tornam mais individualistas e o consumismo conspícuo se torna a expressão dominante de status social. (Gaisbauer *et al.*, 2019)

Poucas das pessoas entrevistadas revelaram a capacidade de viver em pobreza sem vergonha, sendo raras as que, por exemplo, afirmaram não ter vergonha de pedir para não passar fome, discursos que parecem

ecoar, de alguma forma, a reflexão empreendida por Rodrigues *et al.*, quando afirmam que

a inserção social poderá passar pelo recurso regular ou esporádico aos serviços de ação social, estabelecendo-se uma situação de dependência, ou seja, de inferioridade social e de uma reduzida autoestima. As populações ajudadas ou assistidas negoceiam a inferioridade do seu estatuto social. Isto significa que os assistidos não são meras vítimas manipuladas por um «sistema», são antes atores sociais que dispõem de um espaço de manobra e de negociação. (Rodrigues *et al.*, 1999, 79)

Se, nos outros três perfis analisados, poucas foram as pessoas que identificaram situações de discriminação/exclusão social associadas à sua condição socioeconómica, o mesmo não se registou entre as pessoas trabalhadoras pobres. Cerca de uma em cada três mencionou situações associadas à aparência física, a serem alvo de (determinado tipo de) apoio social, ou em consequência de pedidos de apoio que efetuaram.

Sim, muito! É o olhar das pessoas, a gente nota quando está a falar com uma pessoa [...]. Às vezes, uma pessoa entra num sítio e nota que as pessoas são assim... Ou é porque a gente vai mais mal-vestida, ou porque não temos roupa de marca, ou seja pelo que for às vezes. [...] As pessoas ficam com um pé atrás e aí vê-se logo a discriminação. E a gente sente e dói tanto! Não é a pessoa dizer-nos, é a ação delas, o reagir delas. (P.4.3_Porto, sexo feminino, 39 anos)

Deve, ainda, ser realçado como alguns relatos acabaram por naturalizar a discriminação de que os respondentes haviam sido alvo, hesitando em classificá-la desta forma e designando-a até como «perfeitamente

normal» e aceitável. Em um ou outro caso foi mesmo possível identificar sentimentos de autoexclusão (Rodrigues *et al.*, 1999).

Apesar das dificuldades experienciadas, algumas pessoas entrevistadas, embora poucas, afirmaram não querer mudar nada na sua vida. As restantes apresentaram um leque alargado de áreas relativamente às quais optariam por efetuar mudanças, referindo as esferas do trabalho, educação, saúde e habitação. De realçar que, em alguns casos, a mudança de emprego é mencionada como consequência do que seria um investimento maior que se gostaria de ter efetuado na educação.

Noutros casos, foi referida a vontade de evitar a privação. No entanto, há que realçar a menorização de outras dimensões face à componente alimentar. Volta, pois, a estar-se em presença do estreitar de fronteiras entre pobreza e miséria, já anteriormente aludido neste texto, ficando patente a (inconsciente?) aceitação da primeira por parte dos respondentes «na condição» de que a segunda seja, a todo o custo, evitada.

Também no que se refere às medidas a tomar para combater a pobreza em Portugal, caso se tornassem chefes de governo, as pessoas entrevistadas dividiram-se por um leque alargado de opções. Para algumas pessoas, as medidas deveriam seguir uma lógica de redução das desigualdades, principalmente salariais, mas também no sentido da redução de assimetrias regionais. Outras pessoas mencionaram o aumento de rendimentos como medida a tomar, concretizado, nomeadamente, através do aumento de salários.

Algumas pessoas expressaram a sua indignação contra aquilo que consideram o valor extremamente reduzido do salário mínimo. Merecerá, a este respeito, realçar que o Pilar Europeu dos Direitos

Sociais estabelece uma relação entre a remuneração mínima e a pobreza entre quem trabalha, enfatizando que

deve ser garantido um salário mínimo adequado, de forma a permitir a satisfação das necessidades do trabalhador e da sua família, à luz das condições económicas e sociais nacionais, assegurando, ao mesmo tempo, o acesso ao emprego e incentivos à procura de trabalho.

A pobreza no trabalho deve ser evitada. (Comissão Europeia, 2017, p. 15)

A pesquisa científica, por seu turno, destacou a natureza complexa da ligação entre retribuição mínima e pobreza entre quem trabalha sugerindo, nomeadamente, que a primeira não é suficiente, por si só, para reduzir a segunda (Marx and Nolan, 2012; Matsaganis *et al.*, 2015; Marchal *et al.*, 2017; Eurofound, 2017) e convocando para o debate em torno do conceito de salário condigno que torne possível um padrão de vida e de participação na sociedade minimamente aceitável (Eurofound, 2017). É, por isso, também crucial recordar a análise levada a cabo por Pereirinha *et al.* (2017) acerca do nível de rendimento necessário para uma vida com dignidade em Portugal, retomando a discussão encetada no capítulo um. Da análise empreendida, que tomou em consideração diferentes cenários, atingiu-se um consenso relativamente ao que poderia ser considerado como um rendimento adequado. De acordo com os resultados, o rendimento adequado para uma pessoa entre os 18 e os 64 anos, residindo sozinha, seria de 783 euros por mês. Um casal com uma criança precisaria de cerca de 1800 euros por mês (Pereirinha *et al.*, 2017). Estes são valores que, apesar dos aumentos na retribuição mínima ocorridos nos últimos anos, continuam a situar-se claramente acima desta e acima do limiar oficial de pobreza definido anualmente.

Como realçado pelo estudo,

estes resultados sugerem que o uso deste limiar de pobreza subestima a medição da incidência da pobreza em Portugal, se considerarmos, como referência para este cálculo, o valor de rendimento necessário para obter um nível de vida digno. [...] Globalmente, do ponto de vista das políticas públicas, considera-se que estes resultados poderão ser utilizados para equacionar alterações nos valores mínimos garantidos por diferentes medidas de política e para diferentes configurações familiares, de acordo com as prioridades políticas legítimas estabelecidas. (Pereirinha *et al.*, 2017, p. 15)

De realçar, igualmente, que se, para algumas pessoas, a prioridade deveria passar pela ajuda à população mais desfavorecida, para outras deveria haver maior fiscalização ao nível das medidas de proteção social, de forma a excluir mais facilmente os indivíduos que consideram como não merecedores de apoio (Lister, 2004; Diogo, 2007), conceito também já abordado anteriormente neste texto.

Na quase totalidade dos casos, as pessoas entrevistadas afirmaram sentir-se felizes. Algumas pessoas não apresentaram razões concretas para tal e outras ainda apontaram um «otimismo por natureza» ou a «crença em Deus». No entanto, ao analisar-se as razões apontadas para o sentimento expresso de felicidade torna-se claro que, tal como os três D – divórcio, doença, desemprego – se revelam como fatores explicativos para a pobreza, também os seus «espelhos» família, saúde e trabalho se revelam elementos cruciais para o sentimento de felicidade expresso pelos/as respondentes.

Sabendo-se da situação difícil vivida por estas pessoas – e que levaram, nomeadamente, a que fossem elegíveis para a realização da entrevista – tornar-se-á, eventualmente, mais relevante analisar, de forma mais particular, as situações concretas vividas. Uma das nossas entrevistadas, por exemplo, perguntava «o que é que eu posso pedir mais?», já que tinha uma família, filhas e trabalho. Mas qual era a sua situação concreta?

Antes de se iniciar essa análise deve, porém, ser realçado que não se pretendeu aqui pôr em causa as opiniões veiculadas pelas pessoas ou a forma como as fundamentaram. As perceções são eminentemente subjetivas, pelo que duas pessoas em situação semelhante podem manifestar perceções radicalmente opostas. Como tal, pretendeu-se apenas, como acima referido, analisar de forma mais específica uma situação concreta de forma, sobretudo, a equacionar possíveis implicações que possam advir futuramente.

Começamos pelo que não foi referido, a dimensão da saúde. Trata-se de uma entrevistada jovem, de apenas 34 anos, mas que enumerou diversos problemas de saúde. Quanto à esfera do trabalho, esta entrevistada, cuja primeira atividade profissional ocorreu aos 17 anos, registava menos de três anos de descontos para o sistema de segurança social o que leva a que, mantendo-se as condições atuais, venha a atingir a idade de reforma sem ter cumprido o período necessário para a obtenção de uma pensão de reforma sem penalizações. A isso acresce o facto de o seu salário de referência ser o salário mínimo nacional.

Qual a importância deste exercício? Mais do que a – e independentemente da – situação concreta desta entrevistada, parece importante salientar que este é um perfil que, a curto, médio ou longo prazo,

poderá transformar-se facilmente em qualquer um dos outros perfis analisados em capítulos anteriores. Em termos hipotéticos, e tendo em atenção o acima referido, esta entrevistada poderá vir a engrossar o conjunto de pessoas reformadas em situação de pobreza, como salientámos acima. Da mesma forma, a não renovação do contrato a termo que tinha no momento da entrevista levá-la-ia a passar a fazer parte do que designámos de Perfil 3, Desempregados.

9.9. Perspetivas face ao futuro

Como se pode perceber do descrito anteriormente, na maior parte das narrativas a privação não é uma condição momentânea, é um traço que se foi inscrevendo nas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro. Algumas pessoas optam por viver o presente, não formulando prognósticos relativamente ao futuro. Outras estão expectantes, mas não se sentem capazes de formulá-los. Há ainda outras que dizem que o seu futuro não vai ser melhor e que até poderá ser pior. Assinale-se ainda que, de forma distinta do que acontece com a avaliação prospetiva pessoal, a tónica parece ser mais positiva, ou pelo menos indeterminada, quanto ao futuro dos descendentes.

Embora mais de metade das pessoas deste perfil tenha uma situação profissional estável, muitas começaram a trabalhar muito cedo, em muitos casos configurando situações de trabalho infantil, e em atividades penosas e mal pagas. Mesmo pessoas com trajetórias laborais mais estáveis têm no seu agregado familiar situações de desemprego e/ou de instabilidade laboral; de doença, incapacidade ou mesmo de invalidez, como vimos. Os agregados de pertença são relativamente grandes, na sua maior parte com crianças (21 em 24 casos), e a presença

de crianças ou pessoas em situação de dependência agrava a privação relatada. Deste modo, equacionar o futuro requer considerar as necessidades, os recursos e as restrições associadas ao agregado familiar.

Predomina a ideia da reprodução da pobreza – «Já nascemos pobres e assim continuamos até sempre», isto para aqueles que se consideram pobres – e o trabalho é encarado como algo que não se recusa e até se gosta, mas que «foi sempre duro», «ruim». Muitas pessoas desistiram de melhorar as suas qualificações, ficando apenas a satisfação de necessidades básicas, nomeadamente a saúde e a habitação, como referenciais das expectativas relativas ao futuro. Entre as mulheres existem várias situações de conjugalidade e parentalidade precoce, assim como experiências de violência conjugal, que contribuíram para agravar vulnerabilidades e colocaram a autonomia económica como uma questão central das suas trajetórias.

Em contexto rurais, de maior isolamento geográfico, onde parece ter maior relevância uma organização familiar assente na divisão sexual do trabalho segundo um modelo do provedor masculino, as oportunidades têm sido poucas, mesmo para os homens. Nos casos aqui analisados a emigração não constituiu saída bem-sucedida na melhoria das condições de vida e, perante um cenário de perda demográfica e de depressão económica, ficou o desencanto e a resignação. Em meios urbanos, a aposta na melhoria das qualificações até poderá ter constituído ambição, e feito caminho, mas é notória a renúncia em investir na realização pessoal. A imigração está presente em alguns destes percursos de vida e, também nestes casos, predomina a ideia da reprodução da pobreza e o desencanto – «Nunca tive boa vida». No caso das mulheres imigrantes, a trabalhar nos serviços domésticos e nas

limpezas, há situações de acumulação de dois trabalhos, aos quais ainda acrescem as tarefas domésticas.

Especialmente entre os segmentos mais velhos, um elemento de desânimo tem a ver com a necessidade de se continuar a trabalhar, mesmo enfrentando condições de saúde cada vez mais debilitadas. Quando, além do cansaço, também a doença começa a limitar a capacidade de trabalhar, o adiamento da reforma e as dificuldades de acesso à proteção acabam por constituir fatores de privação. No entanto, o mais marcante é a presença de um registo particularmente cauteloso, mesmo entre pessoas com cerca de quarenta anos de idade (virtualmente a meio do seu percurso laboral), especialmente quando enfrentaram períodos prolongados de desemprego ou quando este (ou a doença) afeta um membro do agregado familiar. Essa acumulação de privações e vulnerabilidades acaba por contribuir para limitar a esperança de melhoria das condições de vida.

Face à adversidade, a opção é a de viver um dia de cada vez, sem pensar muito no futuro. No excerto que se apresenta, o entrevistado é renitente em expressar sonhos mas, mesmo sendo contrariado pela filha, parece agarrar-se à convicção de que é feliz.

Entrevistadora: [...] E o que é que acha que vai ser da sua vida para o futuro?

Entrevistado: Não sei, para o futuro logo se vê. Um gajo não pode dizer... Um gajo tem que trabalhar no dia a dia e depois é que se vê o futuro.

Entrevistadora: Não pensa muito no que vai ser?

Entrevistado: Não penso. Um gajo está a pensar no que vou fazer para o ano e eu nem sei se vou chegar ao ano. Não é? Eu nem sei se vou chegar para o ano... Até posso hoje deitar-me e amanhã não acordar.

Entrevistadora: Então pensa mais no dia a dia?

Entrevistado: É no dia a dia. [...]

Entrevistadora: Qual é que é o seu maior sonho hoje?

Entrevistado: Hoje?

Entrevistadora: É.

Entrevistado: Não sei...

Filha do entrevistado: Ser feliz.

Entrevistado: Feliz já sou todos os dias, filha.

Filha do entrevistado: Nem todos os dias.

Entrevistado: Feliz sou todos os dias. Eu ponho-me a pé já sou feliz. De resto não tenho coisa... Feliz... Que eu todos os dias pôr-me a pé e ver o Sol do dia, já sou feliz... (P4.4_Guimarães#2, sexo masculino, 40 anos)

Há quem duvide que algum dia terá uma reforma digna, ou por insuficiência da carreira contributiva, ou pelas crescentes restrições de acesso a reformas. Há quem expresse ressentimento de não poder aceder a apoios sociais a partir do momento em que um dos cônjuges tem salário certo. Na prática, tal como já se tinha sugerido anteriormente, os seus critérios de atribuição parecem pressionar um *trade-off* entre trabalho e apoio social, particularmente delicado em situações de doença ou de retração do mercado de trabalho e quando a resolução desse *trade-off* pode implicar maiores custos pessoais e familiares.

É também de registar, de forma inversa, o estigma associado à pobreza e ao recurso a apoios sociais, como é o caso do RSI. Em alguns trajetos de maior exclusão social e recurso à assistência social, a importância dada ao trabalho vem associada à vontade de não depender de subsídios mesmo enfrentando dificuldades de acesso a emprego de qualidade – este será, quiçá, um desejo de aproximação à norma como

forma de lidar com o sofrimento e a desintegração social associado à desafiliação (Amaro, 2015).

São muito poucas as avaliações prospetivas mais otimistas quanto às possibilidades de melhoria de condições de vida no futuro e referem-se a alguns dos entrevistados mais jovens neste perfil, todos do sexo masculino⁸⁴. Essas avaliações não implicam necessariamente a negação ou falta de consciência sobre a situação de pobreza, antes incorporam a ideia de que é necessário «fazer caminho». Desenvolvendo uma série de esforços para ficar numa situação de menor vulnerabilidade, quem adota esse tipo de perspectiva parece ter necessidade em olhar a vida pelo lado positivo e acreditar que as coisas poderão mudar. Os esforços de melhoria são acompanhados por uma necessidade em acreditar que as coisas poderão mudar e, alguns casos, recorrendo à fé em Deus. Noutros casos, mesmo reconhecendo que a vida poderia ter seguido outros rumos – por exemplo, apostando nas qualificações – é valorizada a aprendizagem proporcionada pela experiência e as mudanças pessoais e profissionais são encaradas como desafios, oportunidades para trilhar novos caminhos. Os laços familiares são valorizados, por vezes na consciência de que a evolução futura não depende apenas das decisões pessoais, mas também das realizadas por outros membros do agregado familiar.

Entrevistadora: Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro?

Entrevistado: Vai.

Entrevistadora: E acredita que poderá viver, dessa forma que estava a dizer, um dia de não precisar da ajuda do apoio social ou de...?

Entrevistado: Sim, acredito. Acredito que isso não pode ser assim sempre, não é.

Entrevistadora: E o que é que acha que é necessário para que isso aconteça?

Entrevistado: Bem, a gente vai resolvendo os problemas. E quanto mais problemas a gente resolver, menos a gente vai precisar, porque hoje precisa-se por exemplo: cinco quilos de arroz, porque nós somos X pessoas, oito pessoas por exemplo. Se das oito pessoas saírem três, já não vamos precisar de cinco quilos, vamos precisar de menos quilos. E assim o problema vai-se resolvendo. Por exemplo: quando a minha sobrinha veio tinha 15 anos, hoje tem 20, amanhã ela vai para casa dela, ela não vai viver comigo para sempre. Isso vai diminuir sempre algum peso até ficarem só os que realmente, também, fazem falta. O que acontece que as nossas ajudas, pedir à Santa Casa e não sei quantas, também acontece lá dentro. Lá dentro também tem de haver evolução, nós não podemos ficar estagnados para sempre, à espera de que a Santa Casa nos ajude. Não, nós vamos pedir ajuda para a Santa Casa nos dar uma direção, não é para estarmos a viver da Santa Casa o resto da vida. Isso não, não é esse o meu objetivo.

Entrevistadora: Então, acaba por ser à medida também que o próprio agregado for...

Entrevistado: Diminuindo, a gente menos ajuda vai precisar. Assim, conforme, sucessivamente. [...] (P4.4_Almada, sexo masculino, 41 anos)

Com trajetos de vida de trabalho, por necessidade e com sacrifício, em que a realização pessoal cedo foi colocada de lado, e sem muitas perspetivas de melhoria das suas condições de vida, muitas das pessoas entrevistadas parecem investir a esperança de melhoria futura na descendência. Em algumas narrativas, especialmente de mulheres, esta toma a forma de renúncia, à custa do desinvestimento em si própria, olhando a descendência com o principal motivo da sua felicidade,

desejando que estes tenham uma vida melhor do que a sua e investindo as suas forças nesse sentido. O «desejo de fazê-los felizes» ou que tenham saúde, o aconselhamento para evitarem os próprios erros, mobilizando a sua experiência de vida – por exemplo quanto à forma de gestão de dinheiro ou na aposta nas qualificações – são algumas das formas de manifestar esse investimento.

Entrevistada: O meu futuro? Eu já estou a ficar velhinha, achas que vou ter futuro ainda?

Entrevistadora: És capaz de ter mais uns aninhos...

Entrevistada: [riso] Quer dizer eu não fui muito feliz...

Entrevistadora: A tua mãe que idade é que tem?

Entrevistada: A minha mãe tem 65.

Entrevistadora: Então, à partida...

Entrevistada: Não. Eu vou ser feliz, fazendo os meus filhos felizes, os meus filhos. Mas...

Entrevistadora: Não esperas muito mais do futuro...

Entrevistada: Não, não, acho que não.

Entrevistadora: E a vida dos teus filhos, achas que vai ser melhor?

Entrevistada: Eh pá!, eu tento fazer e dou muitos conselhos a eles para que façam também parte deles. Porque é assim, a minha filha está a trabalhar, tem dois trabalhos até. O meu filho está na tropa. Mas ainda não dão valor ao dinheiro. Porque é assim, estão a ganhar hoje, estão a gastar amanhã depois de amanhã já estão a pedir, «mamã dá-me um euro, mama dá-me dois euros». E eu com a lição de vida que eu já tive, eu estou sempre a dar o conselho, vocês poupem hoje, porque amanhã vai fazer falta, estás a perceber? Foi o que aconteceu comigo, eu como não soube poupar, quando queria poupar não tinha para poupar, por isso passei muitas dificuldades. E é isto, o conselho

que dou a eles. Vocês que ganhem hoje, poupem amanhã para usar depois de amanhã. (P4.3_Ponta Delgada#2, sexo feminino, 40 anos)

Garantir que os filhos não passem fome constitui uma espécie de baliza para avaliar o nível de privação passada, presente e futura. Há quem gostasse de poder deixar património habitacional e quem adiante que o essencial é que os filhos tenham saúde visto que, sendo jovens, de uma forma ou de outra terão oportunidades, mesmo que tenham de emigrar. Surge ainda a ideia da aposta na sua autonomização, também como forma de garantir algum bem-estar, alguma tranquilidade na velhice dos próprios entrevistados. O incentivo para que os filhos apostem nas qualificações é o tipo de investimento mais referido, o que é particularmente relevante considerando o predomínio de baixos níveis de escolaridade entre as pessoas entrevistadas. Ora apoiando materialmente, ora incentivando ao estudo ou, até, ao desenvolvimento vocacional, o aumento da escolaridade das próximas gerações parece ser uma preocupação presente em muitas das entrevistas analisadas. Em alguns casos, em que a aquisição de qualificações foi garantida sem que isso se traduzisse numa valorização profissional, é o desencanto que se insinua. Assinale-se por fim que em algumas narrativas predomina o sentimento de que a vida dos filhos não será melhor, ora pelas dificuldades económicas do agregado, ora por fatores que são imputados aos descendentes, ou ainda pelas condições socioeconómicas do país ou da região em que vivem.

Conclusão do capítulo

Os resultados apurados mostram que a pobreza entre os trabalhadores se tece numa malha complexa de fatores associados aos indivíduos, às suas famílias e ao papel das políticas públicas. Na primeira dimensão

estão em causa fatores relativos às necessidades impostas pela estrutura familiar, aos recursos que influenciam a participação no mercado de trabalho, como a educação, a experiência profissional e a ocupação; bem como as restrições ou os constrangimentos à participação no mercado de trabalho, como a obrigação da prestação de cuidados a crianças pequenas, pessoas idosas ou outras pessoas dependentes no agregado familiar. A segunda dimensão reporta-se ao papel das políticas públicas na compensação dos desequilíbrios ocorridos nas estruturas familiares no balanço entre necessidades, recursos e restrições.

A singularidade deste perfil reside, por um lado, na condição dos entrevistados perante o trabalho, uma vez que todos desenvolvem uma atividade laboral e todos se integram em agregados familiares onde o trabalho é a principal fonte de rendimento familiar. Mas, igualmente, na natureza dos vínculos laborais, registando-se que mais de metade dos entrevistados se encontrava em situação de contrato sem termo no momento da entrevista e com trajetórias laborais estáveis, em contraste com o que se verifica nos Perfis 2 (Precários) e 3 (Desempregados). Revela-se, assim, que a situação de pobreza não está exclusivamente associada a uma trajetória de relações laborais instáveis, em carrossel, onde a precariedade, a informalidade, o desemprego e as atividades intermédias entre emprego e desemprego constituem o padrão dominante. Aqui, a razão da pobreza reside na coexistência do trabalho com baixos salários e do que temos vindo a designar de desemprego familiar, enquanto forma de caracterizar a posição combinada no mercado de trabalho dos membros do agregado familiar (cônjuges, descendentes e outros familiares), tendo como consequência que a existência de um provedor singular, ou mesmo múltiplo, de rendimento não constitui condição suficiente para a superação da

pobreza, dependendo esta da dimensão do agregado e das suas necessidades, mas igualmente dos níveis salariais auferidos, do regime de trabalho a tempo integral, parcial ou sazonal, e dos mecanismos fiscais e de proteção social.

Os baixos salários auferidos pelos entrevistados refletem, por um lado, as características estruturais do mercado de trabalho em Portugal e, por outro lado, os efeitos de trajetória biográfica associados à pobreza na infância e na transição para a vida adulta. Problemas de saúde dos pais ou dos próprios enquanto crianças, a instabilidade laboral e a perda de membros significativos do agregado familiar traduziram-se no abandono do percurso escolar como forma de auxílio à família implicando, em várias situações, o ingresso no mundo de trabalho. Ainda que com menor expressão neste perfil, observam-se aqui, igualmente, repercussões projetadas no futuro e, especialmente, o acesso menos qualificado ao mercado de trabalho. De facto, a análise dos processos de transição para a vida adulta permite concluir que, em termos genéricos, muitos dos inquiridos deste perfil transitaram precocemente para o mundo do trabalho (em média, aos 15 anos, depois de terem frequentado a escola durante seis anos) para desempenharem atividades profissionais variadas, destacando-se aqui ocupações profissionais na área da construção civil, agricultura, pesca e serviços que, em regra, proporcionam baixas remunerações.

As transições familiares dos entrevistados deste perfil originam uma diversidade de formas de estruturação das relações afetivas e de coresidência, salientando-se a existência de agregados familiares muito numerosos, com um número muito significativo de crianças, jovens e adultos dependentes de um número muito limitado de provedores,

fator relevante no desequilíbrio entre necessidades e recursos no seio da família e na produção da condição de pobreza e experiência de privação.

A análise do papel das políticas públicas face à condição de pobreza dos entrevistados e suas famílias revela, à semelhança do que se observou nos outros perfis, as limitações das políticas de conciliação trabalho-família em Portugal, na medida em que a inexistência de infraestruturas de apoio aos cuidados à infância, a custos acessíveis para estas famílias, implica que o cuidador familiar/informal seja coagido a abandonar o mercado de trabalho, ou trajetos de educação e formação, ou ainda a recorrer ao trabalho a tempo parcial, para se ocupar de crianças pequenas e/ou portadoras de deficiência, bem como de adultos com deficiência ou incapacidade. Quanto ao papel das políticas públicas de proteção social, o estudo revela a sua ineficácia, quer na proteção face ao desemprego dos filhos adultos ativos, quer na garantia mínima de rendimentos, quer ainda na baixa adequação das prestações familiares na prevenção da pobreza entre as crianças que, em número superior à média nacional, integram estes agregados familiares. Revela-se, deste modo, que as políticas de proteção no desemprego em Portugal não vêm acompanhando a crescente precariedade, associada ao aumento das relações de trabalho atípicas. Constatam-se, igualmente, que o Rendimento Social de Inserção, enquanto última rede de proteção, na ausência de proteção no desemprego, não está adequado a exercer este papel protetor.

Face ao resultado negativo da equação da pobreza, não constitui efeito inesperado que, na grande maioria dos casos, as pessoas entrevistadas não tenham manifestado qualquer hesitação na consideração de que os rendimentos de que dispunham não eram suficientes para as suas necessidades, ainda que, nas suas narrativas, a privação assumia um

carácter mais implícito do que acontece noutros perfis, e perpassem estratégias de gestão da privação e mitigação da pobreza, nas quais se incluem o recurso à solidariedade próxima, ao autoabastecimento ou à realização de atividades informais. De facto, também neste perfil, a entajada de base informal está presente na vida de muitos entrevistados, com algumas diferenças em relação ao que ocorre nos demais⁸⁵, combinando a ajuda com base na amizade com a ajuda fundada no parentesco, sendo estes laços que, procurando compensar a ausência ou insuficiência das políticas públicas, acabam, a par de alguns apoios assistenciais não públicos, por valer nos momentos inesperados e sobretudo no quotidiano marcado pela privação, sob a forma de pequenas ajudas, os «pequenos favores» que muitas vezes permitem minimizar situações de aflição, sem que os afastem da condição de pobreza e mesmo da estigmatização que sobre eles ela projeta.

Reportando-nos às perceções dos trabalhadores pobres deste perfil sobre as suas trajetórias e quotidiano, os momentos mais difíceis na vida disseram respeito, sobretudo, à doença, muitas vezes associando-se a ou desencadeando outras vulnerabilidades. O desemprego, a instabilidade e/ou rutura familiar foram outros dos momentos assinalados. Já os aspetos mais positivos da vida foram associados sobretudo à vida familiar, nomeadamente aos filhos. A experiência de momentos difíceis e privação material não dá no entanto lugar, de forma direta, à autorrepresentação de si como pobre, verificando-se nas suas perceções lugar para a hesitação, para a negação. Mas isso não impede, em alguns casos, a explícita autotransclassificação como pessoa em situação de pobreza.

Como já se assinalou relativamente aos outros perfis, a resignação é o sentimento dominante que perpassa do discurso das pessoas entrevistadas, registando-se, no entanto, em alguns poucos entrevistados uma

predisposição mais proativa projetada no âmbito do trabalho ou da escolaridade. Menção deve também fazer-se a situações reveladoras do sentimento de vergonha na exposição das dificuldades experienciadas e a referência mais numerosa (em relação aos outros perfis) à experiência de situações de discriminação/exclusão social associadas à sua condição socioeconómica envolvendo a aparência física, a condição de beneficiárias de determinado tipo de apoio social ou em consequência de pedidos de apoio que efetuaram. Vivência que não se limita, no entanto, somente à esfera das relações sociais em geral, mas é igualmente testemunhada em avaliações mais críticas relativas à relação entre os serviços de apoio social e as pessoas em situação de vulnerabilidade, mormente quando está em questão o respeito pelo princípio da dignidade dos cidadãos apoiados.

Concluindo, na maior parte das narrativas das expectativas dos entrevistados em relação ao futuro, a privação não é encarada como uma condição momentânea, mas antes um traço que se foi inscrevendo nas suas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro e, sem muitas perspectivas de melhoria das suas condições de vida, projetando-se a esperança de melhoria futura na descendência.

Conclusão geral

De acordo com os últimos dados disponíveis do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, 17,2% dos portugueses estavam em risco de pobreza em 2018 (ICOR de 2019). Se olharmos bem para este número podemos observar que é composto por três algarismos e por dois sinais matemáticos. No entanto, condensa as vidas de mais de 1,7 milhões de portugueses. Aliás, neste livro, com os dados do ICOR 2017 referentes aos rendimentos de 2016, identificámos 1,9 milhões (18,3%) de indivíduos em situação de pobreza em Portugal (cf. O capítulo 2).

Algumas destas pessoas são homens, outros são mulheres; alguns são velhos, outros são novos. Alguns são crianças e jovens, outros estão em idade ativa e outros, ainda, reformados. Alguns têm doenças graves ou menos graves, outros são saudáveis. Alguns trabalham a tempo inteiro com estabilidade, outros têm atividades laborais ao dia, à tarefa ou à semana. Alguns estão claramente empregados, outros estão numa zona intermédia (difusa) entre emprego e não emprego. Alguns têm contratos aos quais estão associados direitos e deveres e outros desenvolvem trabalho informal. Alguns definem-se em função da sua condição perante o trabalho, outros em função da sua condição de saúde. Alguns vivem em situações de grande violência física e emocional, outros consideram-se felizes. Alguns estão resignados, outros estão otimistas. Alguns têm planos, outros vivem o dia a dia. Alguns consideram-se pobres, outros não.

A pobreza em Portugal é **una**, porque reúne um conjunto de indivíduos que tem em comum essa condição social e **diversa**, porque cada situação é única, vivida no singular e no seio de um contexto e de uma

família concreta. O valor da taxa oficial de pobreza dá-nos boa conta da unidade da pobreza, sendo um bom ponto de partida para a gestão política da *res publica*. É uma ferramenta construída para fins estatísticos e políticos e cumpre a sua função. A taxa de risco de pobreza, e todas as estatísticas que à volta dela gravitam, permite uma primeira e importante aproximação à pobreza em Portugal, de uma forma rápida, comparável no tempo e no espaço – com os restantes países da UE, bem como entre regiões. Permite ainda uma primeira aproximação à caracterização dos indivíduos em situação de pobreza: podemos saber, por exemplo, além de quantos são, em que tipo de *habitat* vivem, como se posicionam em relação à ocupação (são ativos, reformados, etc.), bem como o seu sexo e a sua idade e algumas das características das suas estruturas familiares, ou como se distribuem por regiões.

Ao mesmo tempo, esta taxa é o resultado de escolhas técnicas e, como todas as escolhas, envolve limitações. Neste livro identificamos algumas importantes, em especial no primeiro capítulo. Por exemplo, a taxa: 1. subestima a pobreza das mulheres e das crianças, 2. restringe-se aos rendimentos monetários, 3. não englobando o património mas, sobretudo, 4. tem alcance limitado na captação da variabilidade espacial, temporal e social das situações de pobreza que se verificam em Portugal. Esses limites, aliás, ecoam no nosso próprio trabalho: a base de construção dos perfis de pobreza que utilizámos é o próprio ICOR e este não nos permite ir além do que existe nos dados. Por mais que os investigadores tenham por base os microdados, disponibilizados pelo INE, nas suas investigações; por mais que usem

técnicas estatísticas para os «fazer falar», os dados estatísticos não nos podem dizer mais do que aquilo que em si encerram.

As estatísticas oficiais, tão bem representadas por esse número-síntese que é a taxa de risco de pobreza, cumprem a função de nos mostrar a unicidade da pobreza, mas ficam aquém da necessidade de compreendermos a sua diversidade. E a compreensão da pluralidade de situações de pobreza é uma exigência para compreendermos a sociedade portuguesa no seu todo. Afinal, estamos a falar de, sensivelmente, um quinto da população residente em Portugal. Sem termos uma noção de quem é e de como vive esta parte da população, a partir da perspetiva da pobreza, dificilmente compreenderemos o país no seu todo. Neste caso, a quantidade é uma qualidade em si própria.

Mas a compreensão da diversidade das situações de pobreza é também importante para a gestão da *res publica*, isto é, para a condução dos destinos políticos do país com vista à promoção do **desenvolvimento**. Este, por sua vez, pode ser entendido como a busca, realizada por uma sociedade, para proporcionar a todos os seus membros condições que lhes permitam desenvolver as suas capacidades e alcançar a felicidade, tendo como pano de fundo um padrão de vida com dignidade.

Mas a variabilidade das situações de pobreza também está na forma como os indivíduos se veem e vivem a sua situação. E esta dimensão subjetiva tem um papel importante na agência dos indivíduos. Não foi por acaso que este projeto se designou «Quotidianos e trajetos de pobreza em Portugal». Sem uma janela para a compreensão destas questões, a gestão da *res publica* não terá informações suficientes para a promoção de políticas eficazes e eficientes, quer para promover o desenvolvimento (sentido lato), quer para combater a pobreza (sentido estrito).

Não é humanamente possível ter em conta toda a diversidade de situações corporizadas pelos indivíduos em situação de pobreza, mas é possível identificar, dentro delas, regularidades sociais e efeitos estruturais – económicos, sociais e culturais – que permitam guiar políticas, implementando novas e avaliando as que estão em execução.

Quer dizer, para que haja desenvolvimento é condição necessária, ainda que não suficiente, a implementação de políticas sociais e económicas que tenham em atenção a diversidade de públicos que abrangem, por contraponto com a produção e implementação de políticas generalistas de baixo impacto. Estas últimas têm o seu lugar e é um lugar importante: proporcionam a universalidade de acesso a direitos, um esteio fundamental da democracia – a igualdade. Mas são, também, necessárias políticas que se orientem por princípios de redistribuição e de solidariedade, atentas às situações de maior vulnerabilidade social e económica e à diversidade de públicos. Afinal, tentar tratar por igual o que é diferente é algo que produzirá resultados diferentes para públicos diferentes. Só tratando públicos distintos de forma distinta é possível conseguir resultados semelhantes. A ideia pode ser contraindicativa, mas um pouco de atenção permite verificar a sua solidez.

O projeto de investigação de que este livro é resultado constitui-se como um observatório para conhecer com maior profundidade a variabilidade da pobreza em Portugal e, nesse sentido, um importante contributo para a gestão da *res publica*. As decisões políticas (sociais ou económicas), numa sociedade ao mesmo tempo complexa e em crescendo de complexificação não podem ser feitas por intuição ou convicção. Precisam, inequivocamente, de ser fundamentadas no conhecimento da realidade social, e este tem como única fonte o trabalho das ciências sociais. Aliás, a própria avaliação das políticas implementadas,

outro requisito da complexidade e da complexificação social, também deverá ser baseado nos trabalhos realizados nesta área disciplinar.

Esperamos, com os nossos resultados, contribuir para um melhor conhecimento da pobreza, nos seus cambiantes, em ordem a proporcionar à sociedade portuguesa, e aos seus governantes, mais informação para se poderem implementar melhores políticas, generalistas e *on target*. Cremos, também, contribuir para o avanço do conhecimento sobre o problema da pobreza em Portugal.

No que se refere, mais concretamente, à pesquisa, a primeira opção que condicionou o desenho do projeto de investigação que desenvolvemos e, por consequência, os resultados que apresentamos, foi a de realizar uma abordagem mista, com uma fase intensiva e uma fase extensiva.

Na fase extensiva foi-nos possível, em primeiro lugar, desenvolver uma reflexão sobre as limitações dos conceitos e dos dados que serviram de base ao nosso trabalho. De seguida, revisitámos os principais indicadores da pobreza e da exclusão social em Portugal, atualizando e complementando de forma aprofundada trabalho anteriormente feito. Este exercício serviu também para identificar as principais variáveis que, dentro das limitações do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR), caracterizam a pobreza em Portugal. De seguida usámos duas técnicas de análise estatística raramente mobilizadas para analisar a pobreza, a nível nacional e mesmo internacional – Probit e Análise das Correspondências Múltiplas (ACM). Em si, os resultados obtidos com estas técnicas são inovadores e trazem novo conhecimento ao estudo sobre a pobreza em Portugal. Por um lado, permitem-nos perceber que categorias estatísticas apresentam uma maior probabilidade de pobreza; por outro, ajudam-nos a

perceber quais os principais perfis de pobreza em Portugal. Em particular, esta última bateria de resultados é um passo muito importante em direção à maior compreensão da diversidade da pobreza no país, dado ser baseado numa amostra estatística representativa da população portuguesa da maior robustez, o ICOR. Por si só, a definição das probabilidades de pobreza e dos perfis de indivíduos em situação de pobreza, em especial a segunda, são produtos da maior relevância, pelo que trazem de novo ao estudo deste fenómeno social. Em especial, e pela primeira vez, é apresentada uma proposta de perfis de pobreza em Portugal com uma sólida base estatística.

Mas o maior objetivo da realização desta parte quantitativa foi constituir um quadro de referência inicial para a análise qualitativa, através da construção de perfis de indivíduos em situação de pobreza. Foi nosso objetivo usar estes perfis para fundamentar a nossa seleção de entrevistados por ordem a, por um lado, compreender de forma mais aprofundada a diversidade de características e de trajetórias de vida dos indivíduos em situação de pobreza e, por outro, a partir da dimensão subjetiva, recolher narrativas quanto à forma como as pessoas em situação de pobreza se veem e como veem (e vivem) a sua situação.

Assim, a maneira como escolhemos as pessoas a entrevistar foi alvo de aturada consideração e foi desenvolvida minuciosamente e com grande cuidado, em ordem a conseguirmos encontrar a maior variabilidade possível de situações de pobreza, quer entre os perfis, quer tendo em conta a diversidade interna de cada perfil. Foi, pois, dada grande atenção ao procedimento de operacionalização dos perfis encontrados, isto é, à passagem dos perfis de pobreza para as quotas dos indivíduos a entrevistar, bem como aos procedimentos de seleção dos entrevistados no terreno. Entrevistámos pessoas por todo o país, fomos a

aldeias com 30 habitantes no interior, e a freguesias da insularidade periférica, estivemos no centro da cidade de Lisboa, nas sedes dos maiores concelhos e nas mais pequenas freguesias rurais do país, tendo concretizado 87 entrevistas e ainda quatro entrevistas exploratórias.

Mobilizámos um elevado número de entidades e pessoas (a quem muito agradecemos!) para conseguirmos contactar os nossos entrevistados e tivemos muito cuidado para evitar que a seleção final incluisse apenas indivíduos alvo de apoio social, aqueles cuja identificação inicial e posterior contacto se revela mais fácil. A ultrapassagem deste desafio foi crucial, quer porque as características dos perfis assim o exigiam, quer porque permitiu trazer à análise categorias de pessoas em situação de pobreza, em regra mais afastados dos estudos realizados anteriormente, dado o seu afastamento dos principais motores de recrutamento para pesquisas sobre a pobreza (para além das estatísticas): as instituições de apoio social.

Não obstante todos estes cuidados, reafirmamos uma questão metodológica central neste estudo: os nossos resultados qualitativos dão conta da diversidade de situações de pobreza vividas em Portugal mas não são, obviamente, estatisticamente representativos dessa realidade, como é decorrente da natureza dos estudos intensivos.

Na análise quantitativa destacamos, em concreto e em primeiro lugar, a probabilidade de pobreza associada às variáveis selecionadas. Entre estas, destacamos as categorias de variável que estão associadas a uma maior probabilidade de pobreza na população portuguesa, em particular as referentes a características dos agregados em situação de pobreza: os que têm como principal fonte de rendimento «Outras transferências sociais»⁸⁶ e agregados com um maior número

de crianças (três ou mais), bem como variáveis referentes aos indivíduos de referência dos agregados⁸⁷, em particular duas condições socioprofissionais (trabalhadores da agricultura, pescas e florestas e trabalhadores não qualificados) e a condição de desempregado.

Estas probabilidades de pobreza estão claramente associadas à evolução da taxa de pobreza (taxa de risco de pobreza no léxico do Eurostat e do INE⁸⁸), algo que, por sua vez, está associado aos ciclos económicos: são identificáveis três períodos desde que existe a série estatística em Portugal (2003 até 2016). Um primeiro que vai praticamente desde o início da série em 2003 até ao início da crise económica e corresponde à diminuição gradual, ainda que não contínua, da taxa de pobreza. Um segundo, com incidência nos anos de maior impacto dos efeitos sociais da crise, entre 2012 e 2014. Neste período verificou-se um agravamento da incidência da pobreza, anulando-se uma parte muito significativa dos ganhos na sua redução ocorridos no período anterior. Finalmente, após 2014, o ciclo descendente da incidência da pobreza é retomado ainda que, até 2016, a descida observada não tenha sido suficiente para repor os valores pré-crise⁸⁹. Não será difícil perceber qual a tendência dos próximos tempos, considerando o impacto da crise pandémica.

Concomitantemente ao uso da análise Probit, para se encontrar as probabilidades de pobreza por categoria estatística foi possível identificar alguns conjuntos como sendo particularmente vulneráveis à pobreza, mobilizando as estatísticas fornecidas pelo INE: em primeiro lugar, as crianças e jovens, mas também as famílias monoparentais, as famílias alargadas com crianças, os indivíduos com baixíssimos níveis de instrução (inferior ao primeiro ciclo do Ensino Básico), os indivíduos em situação de desemprego e a população inativa. Claramente estes grupos cruzam-se

em grande medida e, por isso, fez todo o sentido recorrer à análise multi-variada para encontrar perfis de pobreza em Portugal.

Foi o que fizemos de seguida: assim, foi possível identificar quatro perfis da pobreza no país, definidos a partir de duas dimensões: uma mais associada à idade e questões geracionais e outra ao rendimento e às variáveis associadas ao mundo do trabalho, envolvendo características dos ADP e dos indivíduos de referência. Os perfis encontrados são: 1. Reformados, correspondendo a 27,5% do total dos pobres em Portugal; 2. Precários, com um peso de 26,6% da amostra; 3. Desempregados, correspondendo a um total de 13,0%; e, finalmente, 4. Trabalhadores que, com 32,9%, corresponde a cerca de um terço do total dos pobres em idade adulta (18 e mais anos) em Portugal e constituem a categoria mais numerosa. Estes perfis foram confrontados com a literatura sobre o assunto, tendo sido verificada a sua robustez teórica (cf. o capítulo metodológico).

A análise apresenta diferenças entre os diversos perfis, e delas damos conta nos capítulos 3 a 4 e nesta própria conclusão. Essas diferenças estão associadas às variáveis que os enformam, em particular a relação com o mundo do trabalho e a idade, bem como as variáveis de composição familiar. Contudo, as semelhanças entre perfis são, ao mesmo tempo, assinaláveis. A existência destas semelhanças é, em si, algo que se podia antecipar, considerando que todos os entrevistados partilham de uma importante característica comum: a situação de pobreza. Com efeito, a condição da pobreza constringe as possibilidades de escolha dos indivíduos, o seu quotidiano, afetando os seus trajetos de vida. A inexistência de recursos de todo o tipo, ou a sua relativa escassez, reduz a margem de manobra dos indivíduos, fazendo com que estes acabem por experienciar, agir e trilhar caminhos que, mau grado as

diferenças, têm pontos em comum. Está em causa, aqui, a unicidade da pobreza de que acima se falava.

Organizámos a apresentação dos resultados empíricos de natureza qualitativa em quatro capítulos, em que cada um corresponde a um dos perfis identificados. Cada um destes capítulos, por sua vez, desdobra-se em nove secções. Nestas, está expressa a diversidade dos olhares dos investigadores que analisaram o material. Há limites para a segmentação da informação e cada um dos pontos identificados, com regularidade, retoma questões já tratadas num ponto anterior, a partir de uma outra perspetiva e como ponto de partida para novas análises.

Note-se que os resultados apresentados neste livro são condensações dos resultados do projeto. No que respeitam aos perfis, as evidências empíricas que os sustentam podem ser encontradas, de forma muito mais aprofundada, nos quatro livros eletrónicos que o complementam, sendo que cada livro corresponde a um perfil trabalhado.

Uma primeira questão que desafia a apresentação dos resultados para os diferentes perfis é o elemento comum da pobreza, de que temos vindo a falar. Afinal, todos os entrevistados partilham essa condição social. Deste modo, um primeiro ponto da apresentação dos resultados da análise qualitativa reporta-se à apresentação geral dos resultados, só depois sendo possível passar às principais diferenças.

Assim, em todos os perfis é possível identificar, para a grande maioria dos entrevistados, um processo de reprodução intergeracional da pobreza. Estamos, pois, em presença do que podemos designar por pobreza tradicional. Estes indivíduos cresceram num contexto mais ou menos continuado de privação, o que condiciona, à partida, as suas

oportunidades de vida, nomeadamente contribuindo para antecipar a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho e consequentemente ingressando em empregos pouco qualificados. Em muitos casos, o que está em causa é simplesmente a própria escassez de rendimentos. Na maior parte dos casos, essa é já a condição dos progenitores aquando do seu nascimento, noutras verifica-se a existência de elementos desestruturadores das condições de vida familiar, abaixo identificados.

Para alguns, a infância é recordada como um tempo feliz, onde puderam brincar e interagir com os familiares e as outras crianças, mesmo reconhecendo-se os fortes constrangimentos financeiros. Para outros, a privação cedo se entrecruza com o sofrimento pessoal, em alguns casos marcando as suas memórias e trajetórias. Nas nossas entrevistas, registam-se alguns momentos de grande intensidade emocional, ao evocarem-se recordações. Ora o que está em causa é a doença ou a morte de um progenitor, ora é o alcoolismo do pai, ora está em causa a violência doméstica, ou ainda o abandono por parte da mãe ou do pai. Os motivos são diversos, mas a sua natureza é semelhante – a desestruturação familiar – e, por vezes, são cumulativos. Em alguns casos, não tão poucos quanto isso, são relatadas situações de grande violência física e psicológica.

Para a grande maioria, independentemente do perfil, o acesso ao mundo do trabalho aconteceu de forma precoce, frequentemente em situação de trabalho infantil. Este acesso precoce esteve associado a um percurso escolar curto, por vezes de sucesso, mas frequentemente com algum insucesso escolar, relevando a dificuldade do sistema escolar em chegar a indivíduos que dele estão culturalmente afastados. O que aqui é mais relevante, contudo, é a associação do sucesso escolar a alguns destes percursos curtos. É verdade que muitos declararam não gostar da escola

nem concebiam ter tido uma vida melhor com mais escolaridade, mas outros «adoraram» a frequência do sistema de ensino, tinham sucesso escolar e encaram a escolaridade como elemento importante.

Os entrevistados, na maior parte dos casos, deixaram a escola para ajudar a sua família de enquadramento, monetariamente ou com o seu trabalho. Aqui, as situações concretas variam: a necessidade de tomar conta de uma avó, de substituir a mãe ausente na lida da casa, de tomar conta dos irmãos, ou ainda, simplesmente, de complementar o orçamento familiar. Os trabalhos agrícolas são importantes, mesmo para os entrevistados em ambiente urbano, algo que se fundamenta nos processos de migração rural-urbana. As ideias de sair da escola para se conseguir uma independência económica para si ou para entrar em conjugalidade não estão ausentes, mas são francamente minoritárias.

Neste momento cremos ser já possível salientar três ideias: 1. o forte papel dos constrangimentos monetários (pobreza familiar) na definição precoce do destino escolar e laboral dos entrevistados, dado que o abandono precoce não permitiu o acesso a atividades laborais qualificadas; 2. a existência de percursos de sucesso escolar associados ao gosto pela escola, interrompidos para se prestar apoio à família de origem em alguns casos; 3. e o efeito desafilante da vida familiar em muitos casos, para retomar o conceito de Castel.

A grande exceção a este estado das coisas refere-se aos mais novos, concentrados no Perfil 2, dos Precários. Estes abandonaram a escola com escolaridades mais altas, em comparação, mas sem que isso tenha impedido a sua situação de pobreza, considerando as suas estruturas familiares e os rendimentos do trabalho que obtêm (quando os obtêm). Por sua vez, os motivos do seu abandono não diferem dos já referenciados.

De qualquer forma, observa-se uma importante inflexão no discurso dos indivíduos em relação à escola: muitos mostram-se arrependidos de a terem deixado (os que o fizeram por sua iniciativa e não por imposição parental) e a grande maioria assume que, se tivesse continuado a estudar, poderia ter tido uma vida melhor. Trata-se de uma importante rutura com a posição habitual de desvalorização da escola que era comum nos meios menos escolarizados, sobretudo rurais, fazendo antever que a resistência à escola esteja a desvanecer-se, mesmo no seu reduto mais irredutível. Mesmo assim, alguns, como referimos, não se arrependem de terem deixado precocemente a escola e não visualizam que a sua vida teria sido melhor com mais escolaridade. Nestes casos, não parece haver nenhuma boa recordação da passagem pelo sistema de ensino, registando-se uma descrença nas suas próprias capacidades ou na capacidade do mercado de trabalho em absorver uma mão de obra mais qualificada.

Um dos pontos onde se verifica uma maior diversidade de situações é na transição para a vida adulta, acompanhando-se as profundas transformações da família e da conjugalidade que perpassaram a sociedade portuguesa nas últimas décadas. É possível, aliás, verificar entre os entrevistados uma clara marcação geracional. Alguns apresentam uma situação conjugal clássica, sobretudo os mais velhos, concentrados no Perfil 1 (Reformados). No polo oposto podemos verificar a existência de todo o tipo de situações, desde a mulher ou o homem solteiros na casa dos 50 anos, até diversas situações de monoparentalidade, feminina mas também masculina, ou à sucessão de experiências conjugais, com filhos de progenitores distintos, e ainda diversas outras situações. A esta diversidade de conjugalidades pode associar-se a existência de bastantes famílias alargadas e extensas, sobretudo no Perfil 4, dos Trabalhadores. Não espanta que, nesse perfil, este tipo de famílias seja particularmente

abundante, dado que a pobreza é definida a partir da conjugação dos rendimentos (neste caso do trabalho) com as características dos agregados (neste caso de maior dimensão) e de insuficiência de apoios – de todo o género – proporcionados pelas políticas públicas. Mas, se no Perfil 4 todos os entrevistados estão a trabalhar, há que dar relevância à situação de instabilidade no emprego no seio do agregado familiar, considerando o que se poderá designar por desemprego familiar, dado que, em regra, diversos membros destes agregados dependem do entrevistado(a) como provedor único ou deste e de um cônjuge.

Há aqui uma importante conclusão a recordar: em muitos casos, a pobreza está associada à conjugação dos baixos rendimentos de trabalho com a estrutura familiar, e mesmo a existência de dois provedores não é suficiente para impedir a pobreza dos membros do agregado. Isto em contextos em que a fraqueza dos apoios sociais se evidencia.

Algumas pessoas tiveram a possibilidade de voltar à escola (ou de fazer formação) na idade adulta. Essas atividades foram quase sempre de iniciativa institucional, dos serviços de emprego ou de ação social. Os resultados não foram bons, na generalidade dos casos. Alguns sentiram-se obrigados, ou sentiram que a formação a que tiveram acesso não teve qualquer utilidade. Outros retiraram deste regresso algum orgulho, ou gostaram de conviver com os colegas na formação, ou até a acharam interessante. Mas não se verificam impactos positivos duradouros destas novas passagens pelo sistema de formação. O cenário de melhoria das condições de emprego por via do regresso à escola (ou formação) não se verifica, para os indivíduos em situação de pobreza que entrevistámos⁹⁰.

Entre as diferentes estratégias de acesso ao emprego, verifica-se que são mais os casos de mobilização de redes de conhecimento interpessoal do que de estratégias individuais (procura através do jornal ou da *internet*, ida a empresas, etc.) do que as institucionais (concursos, por iniciativa dos centros de emprego ou das instituições de ação social). De facto, as estratégias institucionais estão completamente ausentes do Perfil 1, os Reformados. As redes sociais mobilizadas para o emprego têm como protagonistas os familiares mais próximos (sobretudo para as primeiras experiências de trabalho), mas também amigos e conhecidos.

Como seria de esperar, muitos têm uma relação complexa com o mundo do trabalho. Desde logo, a análise do seu percurso laboral permite ver o que se tem vindo a designar, noutros estudos, como trajetória de emprego em carrossel. Nestas entrevistas, foi possível identificar as principais características deste tipo de trajetória: por muito que os nossos entrevistados tenham mudado de emprego ou de atividade, por muitas atividades que tenham desenvolvido ao longo da sua vida, não saem da mesma posição social. Isto é, movem-se, por vezes vertiginosamente, entre atividades laborais mas não saem do mesmo sítio, em termos sociais. Uma trajetória de emprego em carrossel é caracterizada pela precariedade das atividades desenvolvidas ao longo do tempo, pela sua informalidade (sem direitos ou deveres laborais) e por períodos de desemprego, mas também pela existência de atividades que se situam numa zona difusa entre emprego e desemprego.

Sobre esta zona difusa, nas entrevistas foi possível identificar um conjunto de atividades que partilham uma característica: não são bem emprego, nem são bem inatividade. Há trabalho, há rendimento (embora nem sempre), mas não há claramente uma relação laboral. Existe, portanto, uma zona intermédia em que se está a trabalhar

mas não se está exatamente a desenvolver um trabalho: uma bolsa de estágio ou de formação profissional, um programa ocupacional, um biscate, a acumulação de um biscate com uma reforma, um *part-time* involuntário, um *lay-off* (mesmo antes da atual crise encontramos um caso), ou ainda diversos casos de pessoas que se dizem domésticas, mas que vão exercendo as mais variadas atividades laborais informais, algumas não remuneradas, mas todas envolvendo trabalho. Aliás, os nossos entrevistados sabem muito bem fazer a distinção entre o estar a trabalhar e o ter um trabalho. Um «empregozito», como foi referido e almejado por uma entrevistada. A existência desta zona difusa entre trabalho e não trabalho é um marcador importante da difícil relação de muitos dos entrevistados com o mundo do trabalho e desafia mesmo a definição do que é trabalho e do que é emprego.

Quer dizer, há um peso importante da trajetória laboral em carrossel, entre os casos estudados. Contudo, existe um importante e flagrante contraste. Referimo-nos a um grupo relativamente numeroso de indivíduos que se encontram em contrato sem termo, muitos há mais de dez anos, alguns há mais de 20. Este grupo está muito concentrado no Perfil 4, dos Trabalhadores pobres, constituindo, aliás, a maioria dos entrevistados deste perfil. Há também um ou outro caso no Perfil 2. Aqui, o que se salienta é a constatação de que não basta ter um emprego seguro para não se ser pobre. A conjugação entre os baixos rendimentos do trabalho e a estrutura familiar (famílias com alguma dimensão e tipologia diversa bem como com desemprego familiar), num contexto de fraqueza dos apoios sociais, explica que se possa ser um trabalhador contratualmente estável e, ao mesmo tempo, ser-se pobre.

Aqui levanta-se uma outra questão importante, a da intensidade da precariedade laboral. Entre os nossos entrevistados a precariedade

não é a mesma para todos, alguns encontram-se no polo da precariedade extrema, com atividades ao dia, à semana ou à tarefa (ou na zona difusa entre trabalho e não trabalho) e outros encontram-se no outro polo, com contratos a termo certo (com todos os direitos e deveres que implicam). Pelo meio, existem diferentes cambiantes e formas de viver em precariedade laboral. Cremos que esta diversidade justifica a criação de uma escala da intensidade da precariedade laboral, por forma a que exista um indicador capaz de ajudar o combate a este problema social, caracterizando-o com algum rigor. Os indicadores existentes, em Portugal e na Europa, estão longe de satisfazer a necessidade de compreensão deste fenómeno social.

Na dimensão mais subjetiva da análise, do ponto de vista da maneira como o emprego contribui para a formação das identidades sociais dos entrevistados, verifica-se que existe uma grande dificuldade em condensar a atividade desenvolvida numa palavra ou pequena expressão, isto é, no nome de uma profissão. Esta dificuldade é especialmente forte nos entrevistados com atividades ligadas ao mundo rural. Em alguns casos, a desqualificação das atividades desenvolvidas é muito grande, algo que dificulta sobremaneira a sua condensação no nome de uma profissão. Noutros casos, as dificuldades manifestadas não têm essa origem. Em todos os casos, o efeito é o mesmo: indicia a dificuldade de os indivíduos se definirem como trabalhadores e, ao mesmo tempo, a desqualificação das atividades desempenhadas.

De resto, aquando da menção da atividade profissional, e a ela associada, verifica-se que boa parte dos indivíduos se definia mais como doente do que como trabalhador, no que ao trabalho respeita. Esta definição de si como doente está praticamente ausente do Perfil 4, dos Trabalhadores, e nos poucos casos em que essa menção aparece

nesse perfil é mais para sublinhar a definição de si como trabalhador (apesar da penosidade acrescida causada pela doença, crónica ou limitativa da atividade física do indivíduo, é-se trabalhador).

Independentemente dos aspetos mais subjetivos, objetivamente a doença constrange e limita os entrevistados na sua atividade profissional (ou constrangia no passado, no caso dos reformados), quer para si quer para outro membro do seu agregado familiar. Um resultado relevante deste estudo passa, precisamente, por esta questão da doença. Assim, a menção à doença, sua ou de alguém do seu agregado (e falamos de doenças crónicas ou incapacitantes), surge de forma consistente nos diferentes perfis. No Perfil 1, dos Reformados, a sua presença é ainda mais sentida. E não apenas nas referências ao presente, mas ao longo de todo o seu percurso de vida...

Em geral, a presença da doença no discurso dos nossos entrevistados é tanto mais significativa quanto apenas era referida numa pergunta do guião e a título de exemplo, um entre vários, quando se falava em acontecimentos disruptivos na infância, logo no início da entrevista. É um caso claro de concretização prática de uma das maiores virtudes das análises qualitativas em entrevista semiestruturada: a capacidade de encontrar na realidade questões importantes que não são antecipadas pelos investigadores.

O que está em causa são os impactos da doença, quer limitando a possibilidade de os entrevistados trabalharem (ou outro doente no agregado familiar), quer desviando os poucos recursos destes agregados para os procedimentos da sua minimização (ou cura, quando possível), incluindo a ocupação de alguém como cuidador (na maioria dos casos como cuidadora). A relevância da doença nas narrativas dos nossos

entrevistados, cremos, mostra bem que este é um aspeto que tem sido subestimado na análise da pobreza em Portugal.

No que respeita à satisfação (ou gosto) pelo trabalho desenvolvido, pudemos observar que parte dos entrevistados releva desgosto para com diversas atividades laborais desenvolvidas ao longo da sua trajetória de emprego. Entre os motivos evocados destacam-se a penosidade das tarefas desempenhadas, os baixos salários e a relação com os outros (colegas ou patrões). No discurso de alguns, pode observar-se uma situação intermédia; declaram gosto pelo trabalho, mas associam-no a questões que remetem para o conformismo com o trabalho ou para a sua associação à penosidade e não para o que se pode classificar como gosto. Muitos dos nossos entrevistados, portanto, são conformados em relação ao trabalho que desenvolvem e executam-no em situações que, com regularidade, apresentam algum grau de penosidade. Excetuando alguns entrevistados mais jovens (concentrados no Perfil 2, dos Precários), a relação com o trabalho é orientada pela necessidade e não tanto pela realização pessoal e profissional. Existem muito poucos casos de entrevistados que expressem um qualquer gosto pelo trabalho assente na realização pessoal e na satisfação proporcionada pelas tarefas desenvolvidas.

Uma outra questão que sobressai da análise das entrevistas, no que ao trabalho respeita, é a menção à emigração (e em diversos casos a processos imigratórios; afinal entrevistámos imigrantes, dispersos pelos 4 perfis). Estas menções são de grande relevo, na medida em que não existe no guião qualquer questão, exemplo ou sugestão. São, pois, menções espontâneas dos entrevistados. Quanto à emigração, é possível perceber: a existência de períodos de emigração, para diversos países; planos para emigração (próprias e de outros membros

do agregado familiar); e ainda diversas situações de membros da família emigrados (pais, irmãos/ãs, filhos e outros) e mesmo amigos. A emigração é um processo que tem permitido aos indivíduos fugir à pobreza (nos relatos dos nossos entrevistados, mas não nos seus casos particulares, embora alguns afirmem que estiveram melhor como emigrados). O mesmo não pode ser dito em relação aos processos imigratórios. Se a intenção tem sido essa, no caso dos imigrantes por nós entrevistados os resultados estão longe de corresponder.

Na dimensão mais subjetiva de análise das entrevistas, é ainda possível encontrar a avaliação dos entrevistados sobre a adequação dos seus níveis de rendimento. Neste sentido, quase todos consideram que estes são desadequados às suas necessidades e conseguem identificar com facilidade momentos concretos em que o seu rendimento não foi suficiente, com alguma exceção dos mais novos. Em alguns casos, há referência ao autoabastecimento (ou autoprovisão) enquanto forma de minimizar as dificuldades sentidas, algo possível nos meios rurais. Fica muito claro nos discursos dos entrevistados que pequenas quantias, como 20 ou 30 euros por mês, têm um impacto muito grande na sua gestão do orçamento doméstico.

A resignação é o sentimento predominante no que se refere à avaliação que fazem da sua vida até ao momento da entrevista. Os aspetos positivos identificados giram, no seu essencial, à volta da família, em particular dos filhos. Acresce que quase todos consideraram que, apesar de tudo, vivem agora melhor que no passado, em especial entre os reformados do Perfil 1. Entre os aspetos negativos avulta a doença, a sua ou a de alguém próximo, a morte e situações de instabilidade familiar, bem como desemprego e instabilidade laboral.

No que respeita à sua relação com os serviços de segurança social e outros sistemas de proteção do Estado, a maioria é crítica, outros são elogiosos e alguns nunca tiveram qualquer relação. As críticas estão associadas, por um lado, à exiguidade dos apoios oferecidos e, por outro, ao escrutínio que é exigido em troca, invadindo a dignidade, a privacidade e a autonomia dos entrevistados. Alguns entrevistados recusam recorrer a este tipo de apoios por vergonha, algo que se verifica mesmo em diversos casos em que se recorre. A família-providência é um recurso importante para a maioria dos entrevistados, quer estes estejam no papel de recetor, quer no de provedor, em boa parte através de apoios à subsistência, por contraponto aos apoios à promoção social existentes noutras categorias e grupos sociais. Isto num contexto em que a maioria, aquando de algum período de desemprego, atual ou passado, não beneficiou dos apoios aos desempregados. Uma alternativa tem sido o RSI, mas alguns não lograram aceder a essa medida de apoio social, por rendimentos acima do limiar da elegibilidade. De qualquer forma, fica claro nos discursos a exiguidade dos apoios, quer dos informais quer dos públicos.

Ainda assim, uma boa parte dos entrevistados considera que não se encontra em situação de pobreza, comparando-se com outros mais pobres do que eles e referenciando, amiúde, as situações de quem passa fome ou de quem vive numa situação de sem-abrigo, confundindo, pois, pobreza com miséria. Outros, ainda, assumem-se como pobres mas relativizam essa condição por relação ao seu passado. Quer dizer, temos aqui presente o mecanismo de racionalização discursiva que permite impedir que uma identidade para os outros negativa se transforme numa identidade para si negativa (Diogo, 2007). Este mecanismo é importante para permitir aos indivíduos minimizar os impactos emocionais negativos

associados a um lugar no fundo da escala social. Outros consideram que a pobreza sempre persistiu ao longo da sua vida.

Independentemente da forma como adjetivavam a sua situação, quase todas as pessoas entrevistadas viviam-na com resignação. Contudo, e surpreendentemente, a maioria considera-se feliz. A exceção é o Perfil 1. Contudo, essa felicidade está associada à resignação com a sua situação e ao seu enquadramento familiar. As esperanças estão, para a maioria, depositadas numa vida melhor para os seus filhos (e netos). Mas o trabalho (Perfil 4) e a saúde também são motores desse sentimento de felicidade.

Por fim, uma referência às expectativas relativamente ao futuro. Na maioria das entrevistas, a resignação, a falta de esperança ou, pelo menos, indeterminação em relação ao futuro, são as tónicas que predominam nas narrativas relacionadas com a avaliação prospetiva. Em muitos casos, há pouca esperança na melhoria das condições de vida e os sonhos estão direcionadas para a realização de necessidades básicas essenciais como ter saúde, habitação ou emprego. É também frequente que os esforços de imaginação estejam concentrados no futuro dos descendentes – pelo desejo de que venham a ter garantidas essas necessidades básicas, que sejam felizes ou que constituam família. Estas disposições estão particularmente presentes no Perfil 1 e, de certo modo, também no Perfil 4, ganhando contornos mais diversos nos Perfis 2 e 3.

A análise das entrevistas do Perfil 2 sugere a existência de diferenças geracionais na forma de encarar o futuro, sendo possível distinguir aqui um grupo mais otimista. Nestes casos, constata-se uma maior ênfase nas qualificações, como forma de alargar as oportunidades de

vida ou com objetivos de aprendizagem ou de realização; e as perspetivas de trabalho são definidas não apenas segundo critérios de necessidade, mas também de realização profissional e pessoal.

Um outro aspeto que foi alvo de atenção tem a ver com os motivos de entrada em situação de pobreza. Sendo certo que está em causa um número pequeno de entrevistados que, apenas recentemente, entrou em situação de pobreza, há duas questões muito relevantes que se podem concluir. A primeira tem a ver com aquilo que temos vindo a designar como os três D da pobreza. Quer dizer, os fatores que vão justificando a entrada numa situação de pobreza entre os entrevistados respeitam a eventos associados: ao Desemprego; à Doença; e ao Divórcio.

De facto, por alturas do 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas traçou três objetivos: Democratizar, Descolonizar e Desenvolver. A pobreza é algo cujo processo de entrada está associado, quase 50 anos depois, a outros três D.

Todos envolvem ruturas com impacto na vida dos indivíduos e das suas famílias. O Desemprego parece ser um termo óbvio, contudo existem alguns cambiantes que é preciso ter em atenção, nomeadamente o referente à zona difusa entre emprego e desemprego. Além disso, este desemprego não é apenas referente ao próprio, mas envolve também os membros em idade ativa do seu agregado familiar. Como vimos, há uma inequívoca dimensão familiar na pobreza e no desemprego. Portanto, este D representa mais do que sugere o sentido imediato do termo desemprego; estão aqui contidas todas as dificuldades no mercado de trabalho que impelem indivíduos e famílias para a pobreza e se manifestam como ruturas.

A Doença corresponde, desde logo, a doenças crónicas ou prolongadas com impactos: na capacidade de os indivíduos desenvolverem uma atividade laboral; no seu bem-estar; na necessidade de, eventualmente, existir um cuidador assim impedido de exercer outras atividades ou, no mínimo, ficando em sobrecarga; e em despesas adicionais (medicamentos e outros bens de saúde). A doença de um indivíduo não é um problema meramente individual, tendo em atenção o impacto alargado no seu círculo familiar. À doença propriamente dita há que juntar a morte. Esta última tem, também, um importante impacto disruptivo e, quando nos referimos ao D da doença estamos a incluir aqui também os impactos disruptivos da morte de um familiar. A par da doença, também a morte de membros significativos das famílias se revela um aspeto importante nas trajetórias de vida, com impacto na harmonia familiar e nos montantes de rendimentos disponíveis, pois alguns depoimentos enfatizam como a morte de um provedor teve impacto nas dinâmicas de entrada na pobreza, em particular quando a intensidade laboral do agregado familiar é muito diminuta. Note-se que, como a doença e a emigração, a morte não foi alvo de nenhuma questão específica. Apenas aparece como exemplo numa questão sobre a infância, mas é bastante relevada pelos entrevistados. Neste sentido, a identificação do impacto significativo da morte na situação de pobreza dos entrevistados é um resultado de grande relevo neste trabalho.

Finalmente, o Divórcio. No contexto da modernidade tardia, este é frequente e deve ser conjugado com a coabitação. Mesmo nos casos em que o casamento não foi formalizado, a separação definitiva dos casais em união de facto é, para todos os efeitos, divórcio. O divórcio próprio ou dos pais, com a exceção do Perfil 1, é algo que, em situações que já de si são de grande fragilidade, leva facilmente os indivíduos à pobreza,

considerando o corte de rendimentos e os seus efeitos em cascata, incluindo na atividade laboral. Além disso, o D de Divórcio também inclui outro tipo de ruturas familiares com impacto na produção ou reprodução das situações de pobreza, como as que acima se referenciaram.

No entanto, mau grado a sua inegável capacidade heurística, a abordagem a partir dos três D da pobreza tem evidentes limitações. É que analisar as desigualdades sociais a partir da perspectiva da pobreza é uma opção com uma forte componente política. Ao centrar-se a atenção na pobreza em termos individuais, minimiza-se a análise dos fatores políticos, sociais e estruturais que contribuem para produzir e reproduzir a pobreza numa dada sociedade. Neste sentido, ao usarmos a perspectiva dos três D – uma abordagem microsocial – não podemos perder de vista o contexto social em que eles impactam a vida dos indivíduos: a questão da desregulação do mercado de trabalho; as características do tecido económico que levam a determinadas ofertas de emprego, segmentadas e desqualificadas mas exercendo um papel importante para a sobrevivência do sistema como um todo⁹¹; a incapacidade do sistema de ensino em cumprir as suas promessas de universalidade; a fragilidade da rede de segurança que o Estado proporciona, precisamente, em caso de eventos disruptivos da vida dos indivíduos e das famílias associados a perdas de rendimento; as insuficiências do apoio público à conciliação trabalho-família, entre outros. E não são apenas as questões mais estruturais que impactam a pobreza; nos testemunhos recolhidos ficou claro o impacto da conjuntura, em concreto a crise político-económica de 2008-2014⁹².

Os três D são uma janela para os processos de produção da pobreza, mas fazem-no parcialmente, na perspectiva microsociológica. A estes há que acrescentar o contexto social, as dimensões societárias,

de entre as quais se destaca o papel estruturador, da economia, do mercado de trabalho e das políticas públicas.

Contudo, os três D não existem apenas nos processos de produção da pobreza, de entrada em pobreza, mas também estão presentes nos seus processos de reprodução e, até, da sua intensificação. Com efeito, é claro que estes elementos estão presentes na trajetória de vida dos entrevistados, agravando situações já de si difíceis ou condicionando fortemente a vida dos indivíduos, reduzindo a sua margem de manobra e tornando mais remotas as suas possibilidades de sair da situação de pobreza. Mas, tal como nos processos de produção de pobreza, não é possível centrarmo-nos apenas nos três D e ignorarmos os efeitos contextuais, quer sejam estruturais, mais associados ao funcionamento da sociedade (incluindo economia e Estado), quer os mais conjunturais, em particular os associados aos momentos de crise (como vivemos recentemente e estamos a viver no momento em que se escreve esta conclusão) ou de prosperidade.

Ainda sobre a entrada em situação de pobreza existe um segundo aspeto muito relevante. Referimo-nos à questão da vulnerabilidade. Com efeito, as nossas entrevistas permitem abrir uma janela para uma categoria social que não é analisada neste estudo, os vulneráveis, entendidos como indivíduos que estão acima do limiar da pobreza, mas para os quais qualquer acidente, como os condensados nos três D, os atira, e às suas famílias, para essa situação. O vislumbre que temos deles é, precisamente, nos (poucos) casos que identificámos entre os nossos entrevistados, de indivíduos que entraram mais ou menos recentemente em situação de pobreza.

Quer dizer, o que está em causa não são as características principais da sua relação com o trabalho, trajetória de emprego e enquadramento familiar, mas o facto de terem rendimentos um pouco mais elevados (que o limiar da pobreza) e de não apresentarem fatores disruptivos. Contudo, uma situação de crise como a que vivemos em 2008-2014 ou a que atravessamos, ou um evento crítico de um dos três D, leva-os, com facilidade, para uma situação de pobreza. Com efeito, os nossos dados complementam trabalhos anteriores (Capucha, 2005; Costa *et al.*, 2008; Alves, 2015, entre outros) onde já se tinha compreendido que existe um importante grupo de vulneráveis à pobreza que, rapidamente, pode aí cair *ou voltar a cair*. Em concreto, Costa *et al.* (2008, p. 106 e ss.) mostram que, entre 1995 e 2000, 46% dos portugueses passaram pela pobreza pelo menos durante um desses anos. A análise sistemática dos vulneráveis é uma necessidade que emerge dos resultados deste estudo. Para mais no atual contexto de crise grave.

Não obstante, a existência de amplas questões comuns à pobreza entre os nossos entrevistados, existem especificidades em cada perfil. Já fomos avançando com algumas; existem muitas mais. De seguida apresentamos aquelas que nos parecem mais relevantes para marcar a sua diversidade e a identidade de cada um.

Assim, no que ao Perfil 1, dos Reformados, respeita, o que se salienta é o efeito geracional. E este efeito é sentido de uma dupla maneira: por um lado, na sua posição no ciclo de vida, por outro, a sua posição no tempo histórico. Em relação ao primeiro, isso traduz-se pela sua idade e condição de reformados, mas também pelo facto de em regra serem os mais descrentes no seu futuro e os que mais referem a doença e a morte. Por si só, estas características dão a este perfil uma grande coerência e solidez. No que respeita à sua posição no tempo histórico,

o que se verifica é que a marca do Estado Novo é muito forte na sua vida, nomeadamente pelo contraste com o período democrático. Estão em causa a educação, a saúde, a proteção social e o emprego, nas suas condições e salário e até na transição para o emprego na situação de trabalho infantil (na conceção atualmente em vigor), quase sem exceções. Se as trajetórias de emprego remetem essencialmente para o período democrático, isso não impediu que as formas de organização económica e social do Estado Novo continuassem a manifestar-se com força nas suas vidas. Como bem lembra Santos (1993), o dia 25 de abril de 1974 não revolucionou magicamente as estruturas sociais. Iniciou-se um novo processo democrático que, com vicissitudes e em camadas, veio coexistir com o que já existia, modificando a realidade, mas não de forma revolucionária. O Estado Novo é, portanto, a grande marca que caracteriza a pobreza deste primeiro perfil e o distingue de todos os outros. Do ponto de vista da sua vida familiar, este perfil também contrasta com os outros, quer pela linearidade da transição para a idade adulta, quer pelo facto de a maioria viver no contexto do que se designa como família tradicional (casamento duradouro, diferenciação de papéis de género...). É também o grupo mais descrente no seu futuro.

No polo oposto está o Perfil 2, referente aos Precários. Desde logo porque, se o Perfil 1 é o mais marcado e coerente, o Perfil 2 é o mais heterogéneo e menos coerente. A indefinição deste perfil está associada à posição que ocupa no mapa percetual da Análise de Correspondências Múltiplas, dado que apresentam um lugar intermédio entre os Perfis 3, dos Desempregados e 4, dos Trabalhadores.

Não obstante, é aqui que se concentram os mais novos e mais escolarizados. O que marca bastante este perfil é, por um lado, o facto

de os agregados onde se inserem não terem baixa intensidade de trabalho e, por outro, ser o grupo onde a família-providência é mais importante e onde os indivíduos (mais jovens) são mais otimistas em relação ao futuro. De facto, é possível perceber, sem que seja possível ter a certeza absoluta, que estamos aqui em presença, em boa parte, dos filhos adultos (e outros dependentes) dos indivíduos do Perfil 4. Dependendo, portanto, do trabalho que estes desenvolvem para a sua sobrevivência. Não obstante, há uma relação em nome próprio com o mundo do trabalho: quase todos, de uma forma ou de outra, exercem, ou exerceram recentemente, uma atividade laboral. A atividade em causa é exercida à margem das normas e regras que regulam a relação salarial, frequentemente em condições de grande penosidade, em precariedade, e com salários muito baixos, o que justifica a situação de pobreza em que se encontram e a sua dependência de outros (apenas há uma ou duas exceções, de pessoas em melhor condição).

O Perfil 3, Desempregados, em contraste com o anterior, é constituído por indivíduos um pouco mais velhos, menos escolarizados e, na sua maioria, com situações de desemprego prolongadas ou muito prolongadas, sendo mais dependentes do que os do Perfil 2 dos apoios sociais do Estado e de outras instituições. Este tipo de apoios está presente nos diferentes perfis, mas é especialmente marcado neste. O Perfil 3 é, justamente, em conjunto com o Perfil 1, aquele onde as questões da doença, e do obstáculo que esta constitui para o emprego, mais se salientam. A doença está presente com algum peso no Perfil 2, mas francamente menos do que naquele. Muitos estão desempregados desde a crise de 2008-2014 (ou 2010-2013). Portanto, a ligação complexa com a atividade laboral presente no Perfil 2 é aqui muito mais ténue.

Já o Perfil 4, dos Trabalhadores, contrasta com os restantes por uma ligação forte com o mundo do trabalho. Esta força é construída de várias maneiras. Desde logo, é aqui que a doença se manifesta menos. Quando aparece, é para sublinhar a ética do trabalho – trabalha-se em sacrifício, pela penosidade imposta pela doença, mas trabalha-se. Outra força desta ligação, que contrasta com todos os três perfis anteriores, tem a ver com o facto de a maior parte destes entrevistados ter uma situação estável no mercado de trabalho. E é também aqui que as famílias onde se enquadram têm o trabalho como principal fonte de rendimento do agregado familiar. Mas isso não impede que existam outras situações de grande fragilidade em relação ao trabalho, no seio do seu agregado familiar. De facto, pelo que pudemos observar, deste fazem parte indivíduos classificáveis no Perfil 2, como já tínhamos referido. Além disso, existem neste perfil alguns casos de dois provedores de rendimentos que, mesmo assim, não são suficientes para obviar uma situação de pobreza. Mas mesmo neste perfil uma parte, minoritária, mas importante, encontra-se em situação de emprego frágil, no contexto de uma trajetória de emprego em carrossel, indicando que um qualquer evento disruptivo, caracterizado nos três D, pode tornar a sua situação, com facilidade, na identificada no Perfil 3. Isto tendo como contexto o facto de este perfil partilhar com o Perfil 2 a característica de não ter uma relação forte com os apoios sociais providenciados pelo sistema de segurança social.

Durante a fase de redação deste livro as consequências sanitárias, sociais, económicas e políticas da pandemia desabrocharam em força, pelo que achámos por bem incluir um posfácio, no qual realizámos um exercício, naturalmente limitado, de projeção dos efeitos da pandemia nos resultados que encontramos.

Posfácio

Durante o período em que se analisavam os dados e redigia este livro, fomos confrontados com a crise sanitária, económica e social provocada pela doença Covid-19, surgida dos interstícios da globalização.

Os últimos dados para este estudo foram recolhidos em dezembro de 2019 e a pandemia começou a fazer sentir os seus efeitos em Portugal em março de 2020. Não podemos, contudo, ignorar as consequências desta crise nos indivíduos em situação de pobreza e, por isso, escrevemos este texto. Sendo este um exercício fortemente limitado é, também, uma reflexão inevitável.

Esta crise traduz-se numa situação excepcional, com um impacto intenso e rápido, com consequências profundas no bem-estar e nos modos de vida dos indivíduos, bem como ao nível da organização da sociedade (tanto na economia como na organização social e política).

Compomos esta reflexão apresentando os impactos nos quatro perfis por nós encontrados, cruzando a dimensão mais individual, dos percursos de vida dos indivíduos, com a referente aos aspetos mais estruturais. Para isso, mobilizamos os resultados das entrevistas mas também os da análise quantitativa.

Antes de iniciarmos a reflexão propriamente dita é importante começar por sublinhar dois aspetos da maior importância: é que a crise – no momento em que escrevemos – está longe de estar terminada; e que as suas dimensões, quantitativa e qualitativa, são de tal maneira grandes, que nos impedem de ver com clareza como se desenvolverá.

Não obstante o elevado grau de incerteza que se move no centro desta crise, há já uma questão relevante que parece certa: não está a atingir todos por igual e os mais pobres estão a ser mais afetados do que outras categoriais sociais. Não há nada de surpreendente nesta questão, estes já tinham sido os mais atingidos pela crise anterior. Essencialmente, devido à escassez de todo o tipo de recursos que apresentam, nesta instância destaca-se a falta de capacidade de mobilização política e as fragilidades da sua inserção no mundo do trabalho.

Uma primeira questão que se levanta, em relação ao impacto da crise, tem a ver com a relação com a saúde. Designadamente, está em causa o acesso a serviços de saúde. Num contexto condicionado pela prioridade ao despiste e tratamento de doentes com Covid, os indivíduos com menores recursos não têm possibilidade de procurar uma alternativa privada. Esta questão é tanto mais relevante quanto se verifica nos diferentes perfis a existência de doenças, crónicas e/ou incapacitantes, com um importante impacto na capacidade de trabalhar e na qualidade de vida em geral. Isto é especialmente verdade no Perfil 1, dos Reformados, mas é uma questão que está presente de forma regular nos restantes.

Uma importante constatação impõe-se: é que o impacto da crise é potencialmente desigual para os diversos perfis em análise. Uma primeira e relevante diferença organiza-se em função da condição perante o trabalho. Mais concretamente, e em primeiro lugar, é nossa opinião que os impactos desta crise serão distintos para os indivíduos do Perfil 1, os Reformados.

É certo que este grupo é particularmente vulnerável aos efeitos da doença, apresentando uma maior probabilidade de esta lhes causar sequelas permanentes ou mesmo a morte, mau grado a atenuação desta possibilidade pelo processo de vacinação em curso. Porém, no que respeita à dimensão social propriamente dita, o impacto da crise (económica, política, social e financeira) deverá ser menor do que entre os restantes perfis.

Por baixas que sejam as suas pensões, a sua regularidade coloca-os ao abrigo de uma perda súbita da sua principal fonte de rendimento. Pelo menos se não se verificarem cortes nas pensões, em especial nas mais baixas. Estes cortes podem acontecer por via direta, pela redução nominal das pensões – menos provável – mas também por via indireta, através da não atualização e conseqüente redução por via da inflação.

Se a inflação é baixa e a erosão anual que provoca é pequena (não se prevendo que aumente), os seus efeitos são, porém, amplificados entre os indivíduos em situação de pobreza. Como vimos nas nossas análises, o valor relativo de um dado montante pode ser considerado pequeno para indivíduos não pobres, mas muito grande para os indivíduos em situação de pobreza (40, 30 ou mesmo dez ou cinco euros por mês, fazem toda a diferença).

Não obstante, existem diversas formas que poderão tornar a vida da população pensionista mais difícil por via da pressão sobre os seus recursos. Uma primeira forma de pressão tem a ver com os apoios complementares à pensão que alguns recebem. Portugal é um país em que a maior parte dos apoios sociais são dirigidos à população idosa e, neste momento, o agravamento das situações sociais pode aumentar a concorrência, pelo menos do ponto de vista teórico, para estes apoios,

em especial aos montantes atribuídos ao Complemento Solidário para Idosos, nomeadamente se vierem a ser implementadas medidas de austeridade. O mesmo verificando-se nos apoios dos municípios ou de entidades privadas que alguns, como vimos, vão recebendo. Há aqui potencial para uma degradação das condições de vida das pessoas mais idosas pelo facto de estes apoios, em especial os privados e os autárquicos, terem de ser redistribuídos por mais indivíduos.

Uma outra forma de pressão sobre os recursos das pessoas idosas tem a ver com a solidariedade intergeracional. Estamos já a falar de uma questão de natureza mais microsocial. Fomos observando nos nossos resultados que os idosos são, muitas vezes, um elemento importante das redes de solidariedade familiar que se tecem entre as pessoas pobres, por limitadas que essas redes sejam e por limitados que sejam os recursos que nelas circulam. A atual crise tem todo o potencial para pressionar os recursos dos idosos no sentido de aumentarem (ou iniciarem) o apoio aos seus filhos e netos, nuns casos, e para deixarem de receber o apoio dos seus filhos, noutras situações. No primeiro cenário, os recursos à disposição dos idosos diminuirão por via da maior necessidade de os transferir para outros, e no segundo diminuirão por deixarem de receber um complemento financeiro, informal mas importante para o seu bem-estar. É o próprio funcionamento da sociedade-providência, na sua variante família-providência que poderá ter um efeito no aumento da privação entre os mais idosos.

Uma segunda questão que perpassa os nossos perfis tem a ver com o desemprego e a desocupação. Estes atributos caracterizam o Perfil 3, Desempregados, mas também existem entre os entrevistados do Perfil 2, Precários.

Aqui, há dois principais impactos possíveis a reportar em relação ao desemprego. Um deles está centrado no Perfil 2. Referimo-nos à possibilidade de se ficar desempregado. Acreditamos que esta possibilidade é especialmente grande entre os indivíduos em situação de pobreza, pelo que acima foi dito: o que, em regra (e neste perfil), caracteriza a sua relação com o trabalho é a precariedade, à qual a informalidade está amiúde associada.

Formalmente, à luz da regulação laboral, muitos destes indivíduos não serão, sequer, despedidos, dado que a relação que têm com a vinculação não é típica e não se configura dessa forma. Isso implica que muitos não terão, sequer, direito ao subsídio de desemprego ou ao subsídio social de desemprego.

No contexto das empresas, são os mais precários e os informais que mais facilmente podem ser dispensados e é isso que tem vindo a acontecer. Evitamos aqui o termo «despedidos», dado que essa categorização não se lhes pode aplicar, apesar de as consequências para os indivíduos serem as mesmas.

Acresce que muitas das atividades desenvolvidas pelos indivíduos em situação de pobreza, por exemplo no setor dos serviços, são especialmente vulneráveis aos efeitos da crise e, como tal, apresentam maior probabilidade de falência, daí resultando a perda do posto de trabalho. Isso verificou-se especialmente com o setor da construção na crise anterior. Nesta crise, há que dar destaque à restauração e aos serviços associados ao turismo. De notar que um número indeterminado de desempregados da construção na crise anterior tinha vindo a ser absorvido pelas atividades que gravitam à volta do turismo estando, estes indivíduos, novamente, em (elevado) risco de desemprego ou mesmo já nessa situação.

Quer dizer, estes indivíduos têm todo o potencial para passar nos interstícios da malha social, considerando a pluralidade de formas atípicas, precárias e informais como se vinculam ao mundo do trabalho. Os travões que o governo criou para o desemprego não se lhes aplicam e a proteção social primária aos desempregados também não. Cremos que este tipo de cenário é mais plausível para a pobreza urbana, nos grandes centros do litoral, onde se situa a maior parte da população e onde são mais notórias as atividades ligadas ao turismo, e deverá ser menos evidente nos espaços rurais, onde as atividades desenvolvidas na agricultura terão menos tendência a serem afetadas. Não obstante, tudo dependerá da intensidade e da duração da crise. Se esta for intensa e prolongada, torna-se mais provável que estas distinções percam pertinência.

O segundo impacto no desemprego e na desocupação tem a ver com uma questão simples de se enunciar, mas com um grande efeito na vida dos indivíduos: com mais desemprego e menos emprego, a probabilidade de os indivíduos aumentarem os seus rendimentos por via do acesso ao emprego é, desde já, bastante menor. Quer dizer, quem está desempregado (ou desocupado) terá menos possibilidades de conseguir uma atividade remunerada, por precária e informal que seja. A probabilidade de os indivíduos do Perfil 3, Desempregados, conseguirem um emprego tornou-se bem menor. O mesmo pode ser dito para os novos desempregados, classificados nos outros dois perfis em que faz sentido colocar o cenário (excluindo, portanto, os Reformados). Acresce que uma maior taxa de desemprego pode pressionar uma menor qualidade das ofertas, designadamente em termos contratuais e salariais.

Também em relação ao desemprego se verifica um aumento da concorrência, com consequências na vida dos indivíduos. Por um lado, e como vimos, mais desempregados concorrerão por menos postos de trabalho. Por outro, os apoios ao desemprego terão que ser distribuídos por mais indivíduos durante mais tempo e também estarão em concorrência direta com outro tipo de apoios que serão solicitados ao Estado, como os apoios às empresas. No Perfil 3, Desempregados, encontramos alguns indivíduos em programas ocupacionais. Consideramos que, neste momento, e num futuro próximo, será muito mais difícil aos pobres conseguir atenuar a intensidade da pobreza através da adesão a um destes instrumentos de política social, dada a maior concorrência para um lugar (isto na perspectiva de que os recursos alocados pelo Estado se mantenham constantes ou de que o aumento venha a ser menor do que o necessário). Por outro lado, um elevado número de pessoas nestes programas terá como consequência disfarçar o desemprego e a ocupação de postos de trabalho de forma «barata», prejudicando o emprego desses trabalhadores (mas esta é uma preocupação que apenas ganha peso num contexto de retoma do emprego).

As questões relativas à mobilização das redes de solidariedade familiar, constitutivas da sociedade e família-providência são, também para estes dois perfis, desafiadas pela pressão generalizada sobre os recursos dos indivíduos pobres, nos mesmos moldes em que foram definidas para o Perfil 1, dos Reformados. Em especial no caso do Perfil 2, os indivíduos empregados que aí se inscrevem deverão receber solicitações de apoio de familiares que pressionarão os recursos que terão disponíveis para si próprios, quer no seio do seu agregado familiar, quer da sua família mais próxima (pais, irmãos, filhos autonomizados, etc.). Vimos, aliás, que uma parte importante dos elementos

deste perfil é especialmente dependente destes apoios familiares, por comparação com os restantes perfis.

No caso do Perfil 2, o potencial desemprego (ou potencial desocupação) tem ainda um outro efeito, o do Provedor Único. Isto é, em alguns casos estamos na presença de famílias monoparentais ou unipessoais (em especial femininas) e ainda outras tipologias de famílias com diversos membros em que existe um único provedor de recursos por via do trabalho. O potencial despedimento (ou dispensa de atividade laboral) deste provedor é um cenário de amplas consequências para os próprios e para as famílias que deles dependem. Dado que esta pandemia afeta a economia a nível global, o escape da emigração para o desenvolvimento de atividades de carácter sazonal ou temporário noutros países europeus, para os indivíduos pertencentes a este perfil, deverá ser diminuto (verificando-se o mesmo para os indivíduos pertencentes aos Perfis 3 e 4). Nestas situações, a possibilidade de agravamento da pobreza, e da sua intensidade, é enorme.

Dito isto, há que chamar a atenção para dois fatores que matizam e complexificam a análise que estamos a realizar. Desde logo, a diversidade que caracteriza cada perfil, resultado das distintas trajetórias de vida, em especial no mundo do trabalho. A esta diversidade há que juntar a aleatoriedade provocada pela complexidade da sociedade e da situação. Se os cenários que estamos a tecer são, em nosso entender, os mais prováveis, nada impede que existam casos em que, como vimos em várias situações, os rendimentos dos indivíduos estabilizem (em situação de pobreza), ou mesmo que os retirem dessa condição. Por exemplo, conseguir um emprego com alguma qualidade pode ter um desses efeitos. Não obstante, se isto pode acontecer é, neste momento e no futuro próximo, algo de mais difícil concretização.

O segundo fator tem a ver com o facto de, no Perfil 2, existirem alguns indivíduos, poucos, que apresentam uma trajetória laboral estável por oposição à trajetória laboral em carrossel apresentada pela maioria. Indivíduos que tenham a possibilidade de manter os seus empregos (e neste caso pode falar-se de empregos) terão a possibilidade de ver, para si e para os seus, a sua situação de pobreza não se agravar. Não obstante, mesmo estes casos poderão ver os seus rendimentos pressionados por poderem vir ser chamados a prestar solidariedade familiar, no contexto da família-providência.

Resta-nos falar do quarto e último perfil, o dos Trabalhadores (pobres). Boa parte das questões relevantes foram já referenciadas. Considerando que o que define a pertença a este perfil é, em primeiro lugar, a existência de uma situação de emprego, as questões que os desafiam respeitam à precariedade, à informalidade, ao desemprego e à pressão para o apoio a outros no âmbito da família-providência. Tudo isto sob o pano de fundo constituído pelos baixos rendimentos familiares.

A forma como se apresentam no mercado de trabalho, onde se salienta a escassez dos rendimentos auferidos, bem como a presença em setores de atividade particularmente vulneráveis à crise, potencia, amplifica, a possibilidade de por ela serem afetados. Mesmo nos casos, maioritários neste perfil, em que existe estabilidade laboral, a falência das empresas onde trabalham é uma ameaça importante.

Se ficarem em situação de desemprego, alguns passarão entre as malhas da rede de proteção social, dada a informalidade dos seus vínculos contratuais. Apenas o rendimento social de inserção estará ao seu alcance e os montantes que proporciona estão bastante abaixo do limiar de pobreza.

No caso deste perfil, coloca-se com acuidade a questão do Provedor Único, fazendo com que as suas famílias sejam especialmente vulneráveis ao desemprego do seu único elemento com atividade remunerada. Também nos casos em que existem dois provedores, o desemprego de um deles terá consequências, com grande potencial para agravar a intensidade da pobreza em que vivem.

E mesmo que não fiquem desempregados, é possível que vejam os seus recursos pressionados pela necessidade de prestar solidariedade a outros familiares. Neste caso, os filhos adultos, ainda que não tão numerosos como no Perfil 1, dos Reformados, existem. Aliás, possivelmente ligados a pessoas como as que representam uma parte importante dos identificados no Perfil 2, Precários, como referenciamos neste trabalho. Designadamente os estudantes e outros inativos que aí se concentram.

Se estamos a focar esta análise nos diversos perfis por nós encontrados não podemos, no entanto, perder de vista que, na realidade social, todos estes perfis estão interligados pelos mais variados laços, desde logo familiares (como acabamos de sublinhar), mas também de vizinhança, de trabalho e outros. Isso significa que um efeito num dos pontos desta rede terá repercussões em toda a rede que, através dos laços sociais, liga os indivíduos.

Por outro lado, existe aqui a possibilidade do efeito acumulado no tempo. Sendo certo que, em regra, e pelo que vimos nas entrevistas, estes indivíduos não dispõem de grandes recursos em reserva (poupanças) para fazer face a um agravamento da situação (desemprego, solicitações no âmbito da família providência, etc.), se a situação se prolongar no tempo cremos que a solidariedade tenderá a erodir-se,

em alguns casos, e as escassas reservas a desaparecer. Afinal, ninguém consegue fazer um *sprint* que dure toda a corrida quando esta tem uma maior duração... O tempo, portanto, tem a capacidade de amplificar os efeitos negativos da atual crise, intensificando a pobreza e tornando a vida destes indivíduos bastante mais difícil.

Referenciamos, também, duas categorias sociais que, em boa parte, não estão dentro dos nossos perfis, mas que estão já a ser afetadas pela crise pandémica. Referimo-nos, em primeiro lugar, aos estudantes⁹³ em situação de pobreza (e complementarmente às crianças).

Chamamos a atenção para o facto de que as crianças, mas também os estudantes, não são pobres em si mesmos, dado que não dispõem de rendimento individual. São pobres porque integram agregados familiares pobres, os que estão referenciados nos perfis por nós identificados.

Os indivíduos dos perfis que analisámos estão, com regularidade, inseridos em agregados familiares onde existem crianças. Aliás, como já salientámos noutros estudos e como vimos na primeira parte deste, a pobreza na infância (0-17 anos, segundo a ONU e o Eurostat), bem como a dos agregados com filhos (na sua diversidade), é mais elevada do que a média geral.

A conjugação destes fatores faz-nos salientar que a crise atual, com as medidas restritivas que impôs no ensino, estará a ter um impacto desigual, designadamente no sucesso escolar e até no absentismo. Cremos que, também aqui, se está a verificar um exacerbar das diferenças, um agravar dos problemas, seguindo as mesmas linhas de fratura que existiam previamente à crise. No caso dos alunos em situação de pobreza (crianças e jovens) podemos, pois, projetar um aumento do insucesso escolar.

Por sua vez, o insucesso escolar, independentemente da crise, é um dos principais problemas que desafia o desenvolvimento do país, a nível macro, e a intergeracionalidade da pobreza, a nível micro. Não é uma inevitabilidade, os estudos mostram que há um efeito de escola que pode atenuar os efeitos de classe e de agregado familiar. Isto é, há escolas que conseguem ter melhores resultados do que se esperaria pela origem social dos seus estudantes. Contudo, o insucesso escolar caracteriza-se, precisamente, por ser massivo em Portugal e centrado nas categorias sociais mais baixas. O ensino à distância (por inevitável que seja) parece-nos especialmente desadequado para as crianças e jovens em situação de pobreza e esta desadequação não se esgota, longe disso, na inexistência de recursos materiais (computador, *tablet* e *internet*), antes vai beber à fonte das dificuldades escolares previamente existentes, amplificando-as. De resto, o aumento das desigualdades poderá dar-se não apenas pela dificuldade de acesso a equipamentos e à rede digital mas, também, pelas dificuldades de acompanhamento por parte de várias famílias às crianças nas tarefas escolares, bem como pela dificuldade de gerir o esforço escolar próprio em contextos de maior exigência de autonomia.

Se estamos a falar dos estudantes, não podemos esquecer as crianças (0-17 anos), categoria que se intersecciona fortemente com ela, mas com a qual não se confunde. Como referimos, os apoios sociais em Portugal são bastante focados nos mais idosos, pelo que a vulnerabilidade dos mais novos tenderá a acentuar-se, mais uma vez seguindo e amplificando as linhas de fratura, de vulnerabilidade, e de desigualdades, previamente existentes.

A segunda categoria social são os, assim designados, novos pobres. Sendo esta uma categoria importada de contextos externos, a sua

aplicabilidade a Portugal tem sido limitada pelas especificidades da pobreza portuguesa. As subcategorias sociais a ela associadas têm um peso demográfico reduzido no contexto da pobreza portuguesa, mais adequadamente caracterizada pela pobreza tradicional. Aliás este estudo, na sua parte qualitativa, mostra bem a intergeracionalidade da pobreza portuguesa, aspeto que já foi abordado por outros autores a partir dos dados do ICOR.

A crise que se iniciou em 2008 veio alterar esta situação, designadamente naquilo que é a subcategoria central da nova pobreza, os desempregados e suas famílias. Não obstante, o crescimento económico que se verificou nos últimos anos, assim como a consequente redução do desemprego, deverão ter tido o efeito de voltar e erodir a categoria dos novos pobres. O aumento exponencial do desemprego associado à atual crise, quer o que já se verifica quer o que potencialmente se verificará nos próximos tempos, deverá, contudo, dar novamente força numérica a esta categoria. Contudo, alguns estudos realizados em Portugal desafiam a pertinência da utilização deste conceito para caracterizar a pobreza em Portugal. Estes mostram que parte importante dos pobres em Portugal são indivíduos que alternam entre a pobreza e a vulnerabilidade. Qualquer incidente de percurso, como o desemprego numa situação de crise, os faz voltar à situação de pobreza, não sendo por isso exatamente novos pobres, mas indivíduos com retorno à condição de pobreza. O que está em causa, portanto, mais do que novos pobres, são os vulneráveis empobrecidos, muitos regressados à situação de pobreza.

Em particular, o que está em causa é o facto do desemprego de um dos membros de um dado agregado familiar poder provocar a queda na pobreza, ou o retorno à pobreza, de todos os seus membros. Isto é

especialmente provável em duas situações. A primeira, quando está em causa o único provedor de rendimentos de uma dada família; a segunda quando o rendimento de trabalho é, já de si, baixo, fazendo com que a súbita inexistência de um segundo salário arraste os indivíduos para a pobreza (indivíduos e agregados vulneráveis à pobreza). Faz, portanto, mais sentido falar de vulneráveis empobrecidos (e regressados à pobreza) do que de novos pobres.

Acrescente-se que, no contexto atual, nem todos os indivíduos terão a mesma probabilidade de ficar desempregados. Notoriamente, os que se encontram nos setores do turismo e da restauração deverão ser particularmente vulneráveis, sem esquecer os serviços em geral. Mesmo dentro destes setores, a probabilidade não é igual para todos. Os que estão em situação de precariedade e (eventualmente) de informalidade, em regra com rendimentos mais baixos, são mais vulneráveis ao ingresso numa situação de pobreza. Contudo, a falência das empresas trará, potencialmente, para a pobreza mesmo os indivíduos com vínculos mais sólidos.

Se, para os quatro perfis que identificámos neste estudo, a questão que se coloca, no que a esta crise respeita, se refere a um possível aumento da intensidade da pobreza, para o caso dos vulneráveis o que está em causa é um (re)ingresso nessa situação.

De notar que esta categoria acaba por se interseccionar com os quatro perfis definidos. Dependendo da configuração do agregado familiar, estes vulneráveis poderão encaixar-se em qualquer um deles. Se um trabalhador ficar desempregado, pode levar todo o seu agregado para a pobreza; isto num dos contextos acima referidos, colocando-se e colocando os restantes membros do seu agregado nos quatro perfis identificados nesta pesquisa.

Note-se que o tempo pode ter um efeito cumulativo no desenvolvimento desta situação: à medida que os subsídios de desemprego terminarem, os rendimentos das famílias diminuirão em consonância. Refira-se que os novos desempregados que, enquanto empregados não eram pobres, têm uma maior probabilidade de beneficiar de subsídio de desemprego, associado a uma maior probabilidade de vinculação dentro da norma antes de terem perdido o emprego.

Releve-se que a situação de *lay-off* pode implicar que um indivíduo e/ou uma família caia/m abaixo do limiar de pobreza, por temporária que seja a situação, e o número de trabalhadores nesta situação foi muito grande. A questão não é apenas a da redução do salário, mas o efeito no Ganho (conjunto dos rendimentos de trabalho que inclui outros ganhos para além do salário-base), dado que muitos indivíduos só não são pobres porque complementam o salário com horas extraordinárias que, nesta circunstância, não se concretizaram. Vimos, precisamente, um caso de *lay-off* com este efeito entre os nossos entrevistados (anterior à crise).

De notar que a quebra de rendimento que já se está a verificar terá, aquando da apresentação dos próximos dados do ICOR, um efeito estatístico potencialmente desestabilizador das medidas de combate à pobreza: é que, com a queda do rendimento mediano, cairá a linha de pobreza (ou limiar de pobreza) fazendo que, com o mesmo rendimento, indivíduos que eram pobres em 2019 deixem de o ser em 2020 ou 2021. O efeito agregado deste problema estatístico será o de subestimação do impacto desta crise no aumento da pobreza em Portugal, como damos nota no capítulo 2 deste livro. Trata-se de um problema que aconteceu na crise anterior, uma vez que durante vários anos se verificou um aumento da pobreza sem grande correspondência no aumento na taxa de risco de pobreza. Neste sentido, será importante

o INE produzir uma taxa ancorada a 2019 (à semelhança do que fez em 2014, quando apresentou dados ancorados a 2009 para os anos seguintes) de forma a minimizar o impacto deste problema estatístico na produção de políticas sociais adequadas ao combate à pobreza nesta situação de crise.

Em conclusão, parece claro que a pandemia e suas consequências estão já a ter um efeito na pobreza em Portugal, intensificando-a e aumentando o número de pessoas nessa situação. A inexistência de uma solução rápida levará, necessariamente, ao agravamento do problema. Cabe ao Estado (cooperando com outros atores institucionais) gerir as inúmeras solicitações que lhe são feitas, vindas de todos os lados, mobilizando recursos para os indivíduos mais vulneráveis, de forma a tentar reduzir a intensidade da pobreza; minimizar a probabilidade de os indivíduos nela caírem; e criar condições para que os pobres possam deixar de o ser o mais depressa possível. Tal só será possível se os políticos responsáveis, no governo e na oposição, resistirem à pressão de alocar todos os recursos a interesses capazes de se mobilizar politicamente.

Bibliografia

AA.VV. (2010), *Pauvreté et misère dans l'histoire de la pensée économique, Cahiers d'économie politique*, 59. Paris: L'Harmattan.

ABER, L.; BENNETT, N. G.; CONLEY, D. C.; LI, J. (1997), «The Effects of Poverty on Child Health and Development», *Annual Review of Public Health*, 18, pp. 468-483.

ABOIM, S. (2006), *Conjugalidades em mudança: percursos e dinâmicas da vida a dois*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

AGGARWAL, A.; MONSIVAIS, P.; COOK, A. J.; DREWNOWSKI, A. (2011), «Does Diet Cost Mediate the Relation between Socioeconomic Position and Diet Quality?», *European Journal of Clinical Nutrition*, 65(9), 1059-66.

AI/REAPN/SOCIUS/ISEG-UTL (s.d.), *Estudo sobre a percepção da pobreza em Portugal. Algumas considerações e recomendações*. Disponível [aqui](#).

ALDENDERFER, M. S. e BLASHFIELD, R. K. (1984), *Cluster Analysis*. Beverly Hills, CA: Sage Publications.

ALKIRE, S. (2002), «Dimensions of Human Development», *World Development*, 30(2), 181-205. [DOI](#).

ALMEIDA, J. F. de; CAPUCHA, L.; COSTA, A. F. da; MACHADO, F. L.; NICOLAU, I.; REIS, E. (1992), *Exclusão social: factores e tipos de pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.

ALVES, N. (2009), «Novos factos sobre a pobreza em Portugal», *Boletim Económico do Banco de Portugal*, 15(1), pp. 125-156.

ALVES, N. (2015), «A dinâmica da pobreza em Portugal», in F. Diogo, A. Castro e P. Perista, (ed.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus, pp. 65-78.

ALVES, N.; CANTANTE, F.; BAPTISTA, I. e CARMO, R. (2011), *Jovens em transições precárias: trabalho, quotidiano e futuro*. Lisboa: Mundos Sociais.

AMARO, A. R. (2008), «O modelo de previdência social do Estado Novo (1933-1962)», in L. R. Torgal e H. Paulo (orgs.), *Estados autoritários e totalitários e suas representações: propaganda, ideologia, historiografia e memória*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

AMARO, I. (2015), «A dimensão relacional do fenómeno da pobreza contemporânea: desafiliação, laço social e vida urbana», in F. Diogo, A. Castro e P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.

AMARO, I.; BRANCO, F. (2010), «Perfis de pobreza na cidade de Lisboa, notas metodológicas e principais resultados do estudo qualitativo dos utentes do Serviço de Acolhimento Social da SCML», *Cidade Solidária*, s/n, pp. 6-11.

APFEL, N.; SEITZ, V. (1997), «The Firstborn Sons of African American Teenage Mothers: Perspectives on risk and resilience», *Developmental Psychopathology: Perspectives on adjustment, risk, and disorder*, pp. 486-506.

ATKINSON, T.; CANTILLON, B.; MARLIER, E.; NOLAN, B. (2002), *Social Indicators: The EU and social inclusion*. Oxford: Oxford University Press.

- ATTREE, P. (2006), «The Social Costs of Child Poverty: A systematic review of the qualitative evidence», *Children & Society*, 20, pp. 54-66.
- BAGANHA, M. I. (1996), *Immigrant Integration in the Informal Economy – The Portuguese case (1st Report)*. Coimbra: CES – Universidade de Coimbra.
- BAKER, S. E.; EDWARDS, R. (org.) (2012), *How Many Qualitative Interviews is Enough? Expert voices and early career reflections on sampling and cases in qualitative research*. Southampton: National Centre for Research Methods.
- BALANCHO, M. L. (2010), *Concepções e razões de felicidade de pessoas a viver em condições de pobreza: um estudo exploratório com beneficiários de rendimento social de inserção dos Açores*. Lisboa, ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Tese de doutoramento.
- BANDT, J.; DEJOURS, C.; DUBAR, C. (1995), *La France malade du travail*. Paris: Bayard Editions.
- BAPTISTA, I.; PERISTA, P. (2015), *ESPN Thematic Report on Minimum Income Schemes – Portugal*, European Social Policy Network (ESPN). Brussels: European Commission.
- BELLAING, L. M. (2000), «Economie de la pauvreté et économie de la misère», *Socio-anthropologie*, 7. Disponível [aqui](#).
- BEN-ARIEH, A.; CASAS, F.; FRØNES, I.; KORBIN, Jill E. (2014), «Multifaceted Concept of Child Well-Being», in A. Ben-Arieh; F. Casas; I. Frønes; Jill E. ; Korbin (org.), *Handbook of Child Well-Being*. New York: Springer Science+Business Media Dordrech, pp. 1-27.
- BENAVENTE, A. (org.); ROSA, A.; COSTA, A. F.; ÁVILA, P. (1996), *A literacia em Portugal: resultados de uma pesquisa extensiva e monográfica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Conselho Nacional de Educação.
- BENNETT, K. M.; SMITH, P. T.; HUGHES, G. M. (2005), «Coping, Depressive Feelings and Gender Differences in Late Life Widowhood», *Aging & Mental Health*, 9(4), pp. 348-53.
- BENZÉCRI, J. P. (1992), *Correspondence Analysis Handbook*. New York: Marcell Dekker.
- BLANK, R. M. (2005), «Poverty, Policy, and Place: How poverty and policies to alleviate poverty are shaped by local characteristics», *International Regional Science Review*, 28(4), 441-64.
- BLISS, C. I. (1934a), «The Method of Probits», *Science*, 2037(79), pp. 38-39.
- BLISS, C. I. (1934b), «The Method of Probits – A correction», *Science*, 2053(79), pp. 409-10.
- BONNY, Y.; BOSCO, N. (2002), Income Support Measures for The Poor in European Cities, in C. Saraceno, (ed.), *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press, pp. 81-126.
- BOUDON, R. (1974), *Education, Opportunity and Social Inequality: Changing prospects in Western Society*. Michigan: Wiley.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993b]), «Pós-escrito», in P. Bourdieu (Dir.), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 733-736.
- BOURDIEU, P. (2008 [1993c]), «O espaço dos pontos de vista», in Pierre Bourdieu (Dr.), *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, pp. 11-4.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, C. (1970), *La reproduction*. Paris: Minuit.
- BRANCO, F. (2001), *A face lunar dos direitos sociais*, Tese de Doutoramento em Serviço Social. São Paulo, PUC.

- BRANCO, F. (2015), «A procura da assistência social em Portugal como revelador da pobreza e vulnerabilidade social», in F. Diogo; A. Castro; P. Perista (org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Braga: Húmus, pp. 231-49.
- BRÉVILLE, B. (2014), «Quando os cidadãos substituem o estado de bem-estar». *Le monde diplomatique* (edição brasileira), ano 8, 89, pp. 20-2.
- BRÉVILLE, B. (2020), Em nome do progressismo: quando as grandes cidades entram em secessão. *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), 2.ª Série, n.º 161, 26-29.
- BURAWOY, M. (2015), «Facing an Unequal World», *Current Sociology*, 63(1), pp. 5-34.
- CABRAL, M. V.; VALA, J.; FREIRE, J. (orgs.) (2000), *Trabalho e cidadania*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- CALEIRAS, J. (2011), *Para além dos números. As consequências pessoais do desemprego. Trajectórias de empobrecimento, experiências e políticas*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- CANTILLON, S.; NOLAN, B. (2001), «Poverty Within Households: Measuring gender differences using nonmonetary indicators», *Feminist Economics*, 7(1), pp. 5-23.
- CAPUCHA, L. (2005), *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta.
- CAPUCHA, L. (2015), «Conhecimento para a ação: avanços, lacunas e caminhos para o estudo da pobreza», in F. Diogo; A. Castro; P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.
- CARMO, R. M.; MATIAS, A. R. (2019), *Retratos da precariedade: quotidianos e aspirações dos trabalhadores jovens*. Lisboa: Tinta da China.
- CARMO, R.; CANTANTE, F.; BAPTISTA, I. (2010). *Desigualdades sociais 2010. Estudos e indicadores*. Lisboa: Mundos Sociais.
- CARMO, R. M.; CANTANTE, F. (2015), «Desigualdades, redistribuição e o impacto do desemprego: tendências recentes e efeitos da crise económico-financeira», *Sociologia, problemas e práticas*, 77, pp. 33-51.
- CARNELLEY, K. B.; WORTMAN, C. B.; BOLGER, N.; BURKE, C. T. (2006), «The Time Course of Grief Reactions to Spousal Loss: Evidence from a national probability sample», *Journal of Personality and Social Psychology*, 91(3), pp. 476-492.
- CARREIRA, M. (1996), *As políticas sociais em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- CARVALHO, H. (2004), *Análise multivariada de dados qualitativos – Utilização da HOMALS com o SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- CASTEL, R. (1995), *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.
- CASTELLS, M. (2005), *A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura (Vol I)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTRO, A. (coord.), COSTA, S.; ANTUNES, M. J. L.; SANTOS, M.; GUERRA I. (2012), *A cidade incerta – Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa*. Porto: EAPN Portugal.
- CASTRO, A.; CAVALHEIRO, C.; QUEDAS, M. J.; RODRIGUES, F.; GUERRA, F.; GUERRA, I. (2002a), *Os beneficiários do RMG: trajectórias de vida, vivências e impactes diferenciados (avaliação de impactes do RMG)*. Lisboa: IDS.
- (2002b), *Os beneficiários do RMG: síntese e recomendações*. Lisboa: IDS.

CASTRO, A.; GUERRA, I. (coord.); AMARO, I.; BRANCO, F.; OLIVEIRA, A.; SANTOS, M. (2010), *Os caminhos da pobreza: perfis e políticas sociais na cidade de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

CHAMPAGNE, P. (1993), «La vision médiatique», in P. Bourdieu (dir.), *La misère du monde*, Coll. Libre examen. Paris: Seuil. pp. 61-79.

CHASE, E.; BANTEBYA-KYOMUHENDO, G. (2015), *Elaine Chase and Grace Bantebya-Kyomuhendo*. Oxford: Oxford University Press.

CITRO, C.; MICHAEL, R. (1995), *Measuring Poverty: A new approach*. Washington, D. C.: National Academy Press.

COMISSÃO EUROPEIA (2019a), Documento de trabalho dos serviços da Comissão – Relatório relativo a Portugal de 2019 que inclui a apreciação aprofundada da prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos que acompanha o documento comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho Europeu, ao Conselho, ao Banco Central Europeu e ao Eurogrupo – Semestre Europeu de 2019: avaliação dos progressos realizados em matéria de reformas estruturais, prevenção e correção dos desequilíbrios macroeconómicos, e resultados das apreciações aprofundadas efetuadas no âmbito do Regulamento (UE) n.º 1176/2011, SWD(2019) 1021 final, Bruxelas, Comissão Europeia.

——— (2019b), Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal de 2019 e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal de 2019, COM(2019) 522 final, Bruxelas, Comissão Europeia.

——— (2020), Recomendação do Conselho relativa ao Programa Nacional de Reformas de Portugal de 2020 e que emite um parecer do Conselho sobre o Programa de Estabilidade de Portugal de 2020, COM (2020) 522 final, Bruxelas, Comissão Europeia.

COOK, J. (2015), «Young People’s Strategies for Coping with Parallel Imaginings of the Future», *Time & Society*, 25(3), 700-717.

COSTA, A. B. d.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARRILHO, P. (org.) (2008), *Um olhar sobre a pobreza, vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.

COSTA, A. B.; MAIA, F. (1985), «Segurança social em Portugal: principais características e análise dos seus efeitos redistributivos», *Desenvolvimento*, 2, pp. 81-114.

COSTA, A. B.; SILVA, M.; PEREIRINHA, J.; MATOS, M. (1985), *A pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas.

COST, S. (org.); SANTOS, M.; GUERRA, I. (2015), *Evolução na continuidade. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II*. Ribeirão: Húmus.

COSTA, S. (org.); SANTOS, M.; GUERRA, I. (2017), *Trânsito condicionado. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa – Fase III*. Lisboa: EAPN Portugal/Rede Europeia Anti-Pobreza. Observatório de Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa.

COTTER, D. (2002), «Poor People in Poor Place: Local opportunity structures and household poverty», *Rural Sociology*, 67(4), pp. 534-55.

- DAGDEVIREN, H.; DONOGHUE, M. (2019), «Resilience, Agency and Coping with Hardship: Evidence from Europe during the Great Recession», *Journal of Social Policy*, 48(3), 547-67. [DOI](#).
- DALY, M.; KELLY, G. (2015), *Families and Poverty: Everyday life on a low income*. Bristol, UK; Chicago, IL, USA: Bristol University Press.
- DELGADO, A.; WALL, K. (2014), *Famílias nos Censos 2011. Diversidade e Mudança*. Lisboa: INE/ICS.
- DEMAZIÈRE, D. (2014), «Does Unemployment Still Have a Meaning? Findings from a comparison of three conurbations», *Sociologie du Travail*, pp. 56, 21 e 42.
- DGEC (2016), *Desigualdades socioeconómicas e resultados escolares II – 2.º Ciclo do Ensino Público Geral*. DGEC: Lisboa.
- DIOGO, A. M. (2013), «Investimento das famílias em escolarização e contextos escolares», in A. M. DIOGO; F. DIOGO (orgs.) (2013), *Desigualdades no sistema educativo. Percursos, transições e contextos*. Lisboa: Editora Mundos Sociais, pp. 89-108.
- DIOGO, F.; FREITAS, F. (2014), «Precários em trajetórias de emprego em carrossel: trabalhadores pobres em Portugal». VIII Congresso de Sociologia, Évora.
- DIOGO, F. (2007), *Pobreza, trabalho, identidade*. Oeiras: Celta.
- DIOGO, F. (2010), «Precários voláteis e trajetórias de emprego em carrossel, o caso dos beneficiários do RSI», *Fórum Sociológico*, 20, pp. 29-38.
- DIOGO, F. (2015), Pobreza, emprego e escolaridade: notas sobre o caso português, in F. Diogo, A. Castro, P. Perista (org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 117-28.
- DIOGO, F.; CASTRO, A.; PERISTA, P. (orgs.) (2015), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.
- DOMINY, N.; KEMPSON, E. (2006), *Understanding Older People's Experiences of Poverty and Material Deprivation*. Bristol, Dept. for Work and Pensions – University of Bristol.
- DUBAR, C. (1991), *La socialization: constrution des identités sociales et professionnelles*. Paris: Armand Colin.
- DUNCAN, G. J.; BROOKS-GUNN, J.; Klebanov, P. K., (1994), Economic Deprivation and Early Childhood Development, *Child Development*, 65(2), pp. 296-318.
- DURKHEIM, É. (1991 [1893]), *De la division du travail social*. Paris: PUF.
- DURKHEIM, É. (1999 [1897]), *Le suicide: étude de sociologie*. Paris: PUF.
- ELDER, G. H. (1994), «Time, Human Agency, and Social Change: Perspectives on the Life Course», *Social Psychology Quarterly*, 57(1), pp. 4-15.
- ESPING-ANDERSEN, G. (1999), *Social Foundations of Postindustrial Economies*. Oxford: Oxford University Press.
- EUROSTAT (2007), *Comparative EU Statistics on Income and Living Conditions: Issues and challenge*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- EUROSTAT (2010), *Combating Poverty and Social Exclusion: A statistical portrait of the European Union 2010*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.
- (2018), *Comparative Final EU Quality Report 2005. Version 2 – September 2008*. Disponível [aqui](#).

EXPERT GROUP ON HOUSEHOLD INCOME STATISTICS (The Canberra Group) (2001), *Final Report and Recommendations*. Ottawa: Expert Group on Household Income Statistics.

EXPERT GROUP ON POVERTY STATISTICS (2006), *Compendium of Best Practices in Poverty Measurement*. Rio de Janeiro: Expert Group on Poverty Statistics.

FARIA, S.; SALGUEIRO, G.; TRIGO, L. R.; ALBERTO, I. (2008), «As narrativas de adolescentes institucionalizadas: percepções em torno das vivências de institucionalização», in *Congresso Internacional em Estudos da Criança*, Braga, Portugal, 02-04 Fevereiro, 2008 – Atas eletrónicas do Congresso Internacional em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho (CD-ROM).

FEINSTEIN, L.; BYNNER, J. (2004), «The Importance of Cognitive Development in Middle Childhood for Adulthood Socioeconomic Status, Mental Health, and Problem Behavior», *Child Development*, 75(5), pp. 1329-39. DOI.

FERNANDES, L. (2011), *Desemprego e acção colectiva: um estudo exploratório*, Dissertação de Mestrado em Sociologia – Ramo Investigação. Lisboa: ISCTE-IUL.

——— (2019), *Ação coletiva de pessoas desempregadas. Tese no âmbito do Doutoramento em Sociologia – Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo*. Coimbra: Universidade de Coimbra.

FERNANDES, S. G. (2017), *Insegurança alimentar em idosos a viver na comunidade em Portugal*, Dissertação de mestrado. Universidade Nova de Lisboa – Escola Nacional de Saúde Pública.

FERREIRA, L. V. (2000), *A pobreza em Portugal na década de oitenta*. Lisboa: Conselho Económico e Social.

FIGUEIREDO, B. (2000), «Maternidade na adolescência: consequências e trajectórias desenvolvimentais», *Análise Psicológica*, 4(XVIII), pp. 485-98.

FILANDRI, M.; STRUFFOLINO, E. (2019), «Individual and Household In-work Poverty in Europe: Understanding the role of labor market characteristics», *European Societies*, 21(1), pp. 130-157.

FINCH, H.; ELAM, G. (1995), *Managing Money in Later Life: Qualitative research among retirement pensioners*. Dept. of Social Security, Social and Community Planning Research.

FINNEY, D. J. (1952), *Probit Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.

FLICK, U. (2002), *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.

FREITAS, J.; MICHEL, L. (2014), «A maior dor do mundo: o luto materno em uma perspectiva fenomenológica», *Psicologia em Estudo*, 19(2), pp. 273-83.

FREYSSINET, J. (2004), *Le chômage* (11 ed.). Paris: Éditions La Découvert.

FURLONG, A.; CARTMEL, F. (1997), *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham e Filadélfia: Open University Press.

GAISBAUER, H.; SCHWEIGER, G.; SEDMARK, C. (2019), *Absolute Poverty in Europe: Interdisciplinary perspectives on a hidden phenomenon*. Bristol: Policy Press.

GALLIE, D.; PAUGAM, S. (2000), *Welfare Regimes and the Experience of Unemployment in Europe*. Oxford: Oxford University Press.

GALLIE, D. (2002), «The Quality of Working Life in Welfare Strategy», in Gøsta Esping-Andersen et al. (org.), *Why we need a New Welfare State*. Oxford: Oxford University Press.

GALLIE, D.; PAUGAM S.; JACOBS, S. (2003); «Unemployment, Poverty and Social Isolation: Is there a vicious circle of social exclusion?», *European Societies*, 5(1), pp. 1-32.

GARCIA, J.; JERÓNIMO, L.; MATEUS, H.; NORBERTO, R.; AMARO, M. I. (2000), *Estranhos: juventude e dinâmicas de exclusão social em Lisboa*. Oeiras: Celta.

GARCIA, M.; KAZEPOV, Y. (2002), «Why Some People are More Likely to Be on Social Assistance than Others», in C. Saraceno (org.), *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press, pp. 127-72.

GAULEJAC, V.; LÉONETTI, I. T. (orgs.) (1994), *La lutte des places*. Paris/Marselha: Hommes et Perspectives e Desclée de Brouwer.

GAZIER, B. (2001), «Employability: The complexity of a policy notion», in P. Weinert et al. (orgs.), *Employability: From theory to practice*. New Brunswick: Transaction, pp. 3-23.

GEP-MTSSS – Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2019), *Salário mínimo nacional – 45 anos depois: balanço e perspetivas atuais sobre emprego e salários em Portugal*. Lisboa, GEP-MTSSS.

GOUVEIA, M.; RODRIGUES, C. F. (2003), «Para que servem as pensões mínimas?» Apresentado na II Conferência do Banco de Portugal, Lisboa.

GREENACRE, M.; BLASIUS, J. (2006), *Multiple Correspondence Analysis*. New York: Chapman & Hall/CRC.

GUERRA, I.; PINTO, T. C. (2015), «Da pobreza à vulnerabilidade: transformações identitárias e no agir coletivo», in F. Diogo, A. Castro, P. Perista (orgs.), *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Humos.

GUERREIRO, M. D.; ABRANTES, P. (2007), *Transições incertas: os jovens perante o trabalho e a família*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

GUERREIRO, M. D.; TORRES, A.; LOBO, C. (2007), «Famílias em mudança: configurações, valores e processos de recomposição», in M. D. Guerreiro, A. Torres e L. Capucha (org.), *Quotidiano e qualidade de vida. Portugal no contexto europeu*. Oeiras: Celta. pp. 7-37.

GUSTAFSSON, B.; MULLER, R.; NEGRI, N.; VOGES, W. (2002), «Paths through (and out) Social Assistance», in C. Saraceno (org.), *Social Assistance Dynamics in Europe*. Bristol: The Policy Press, pp. 173-234.

HACKSTAFF, K. B.; KUPFERBERG, F.; NÉGRONI, C. (2012), *Biography and Turning points in Europe and America* (1.ª ed.). Bristol University Press.

HALPERN-MEEKIN, S.; EDIN, K.; TACH, L.; SYKES, J. (2015), *It's Not Like I'm Poor: How working families make ends meet in a post-welfare world*. Oakland, California: University of California Press.

HARPER C.; MARCUS R.; MOORE K. (2003), «Enduring Poverty and the Conditions of Childhood: Lifecourse and intergenerational poverty transmissions», *World Development*, 31(3), pp. 535-54.

HERMAN, M.; PENTEK, T.; OTTO, B. (2015), *Design Principles for Industrie 4.0 Scenarios: A literature review*. Dortmund, Technische Universität Dortmund (working paper). Disponível [aqui](#).

IESE (2015), *Referencial de coesão social 2014*. Lisboa: Instituto de Segurança Social.

INE – INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2015, janeiro), *Inquérito às despesas das famílias*. Documento Metodológico Versão 2.0. Setembro de 2011. Obtido de Sistema de Metainformação do INE, disponível [aqui](#).

———(2016, março), *Inquérito às condições de vida e rendimento*. Documento Metodológico Versão 3.6. Obtido de Sistema de Metainformação do INE, disponível [aqui](#).

———(2017), *Inquérito às despesas das famílias 2015/2016*. Lisboa, INE.

ISS – INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2005), Tipificação das situações de exclusão em Portugal Continental. Documento de trabalho realizado pela Área de Investigação e Conhecimento e da Rede Social, ISS, I.P. com a colaboração da Geoideia para o tratamento estatístico. Lisboa: Instituto da Segurança Social.

JURAS, M. M.; COSTA, L. F. (2016), «Não foi bom pai, nem bom marido: conjugalidade e parentalidade em famílias separadas de baixa renda», *Psicologia: teoria e pesquisa*, Vol. 32 n.º esp., pp. 1-9.

KARLSSON, JAN C. (2004), «The Ontology of Work: Social relations and doing in the sphere of necessity», in Steve Fleetwood; Stephen Ackroyd, *Critical Realist Applications in Organization and Management Studies*. London: Routledge.

KELLERHALS, J.; F. PERRIN, J. F.; STEINAUER-CRESSON, G.; VONECHE, L.; WIRTH, G. (1982), *Mariages au quotidien: inégalités sociales, tensions culturelles et organisation familiale*, Coll. Regards Sociologiques. Lausanne: Éd. Favre.

KIMHUR, B. (2020), «How to Apply the Capability Approach to Housing Policy? Concepts, Theories and Challenges», *Housing, Theory and Society*, 37(3), pp. 257-77.

LISTER, R. (2004), *Poverty*. Cambridge: Polity Press.

LOHMANN, H.; MARX, I. (2008), «The Different Faces of In-work Poverty Across Welfare State Regimes», in H.-J. r. Andreß; H. Lohmann (orgs.), *The Working Poor in Europe*, Cheltenham: Edward Elgar, pp. 17-46.

LOPES, A. (2008), *Rendimento e privação entre os idosos portugueses. Uma análise dos dados do Painel dos agregados da Comunidade Europeia*. Porto: FL/UP.

LOPES, A. (2015), «Pobres que envelhecem ou velhos que empobrecem? Alguns apontamentos sobre o tema da pobreza na população idosa», in F. Diogo; A. Castro; P. Perista, *Pobreza e exclusão social em Portugal: contextos, transformações e estudos*. Ribeirão: Húmus.

LÖTTER, H. (2011), *Poverty, Ethics and Justice*. Cardiff: University of Wales Press.

LOURENÇO, T. (2018), *Sentimentos de solidão e depressão em idosos institucionalizados*. Dissertação de mestrado, Escola Superior de Educação de Castelo Branco, Instituto Politécnico de Castelo Branco.

LUCENA, M. d. (1999), «Previdência Social», in A. Barreto; M. F. Mónica (org.), *Dicionário de História de Portugal* (Vol. XIX). Porto: Figueirinhas, pp. 152-67.

MACDONALD, R.; Shildrick, T.; Webster, C; Simpson, D. (2005), «Growing up in Poor Neighbourhoods: The Significance of Class and Place in the Extended Transitions of ‘Socially Excluded’ Young Adults», *Sociology*, 39(5), pp. 873-91.

MACHIN, S. (2006), «Social Disadvantage and Education Experiences», *OECD Social, Employment And Migration Working Papers*, n.º 32. DELSA/ELSA/WD/SEM (2006) 1.

MACQUEEN, J. B. (1967), Some Methods for Classification and Analysis of Multivariate Observations, in L. M. Le Cam; J. Neyman (orgs.), *Proceedings of the Fifth Berkeley Symposium on Mathematical Statistics and Probability*, Vol. 1: Statistics, pp. 281-97. California: University of California Press.

MAIA, F. (1985), *Segurança social em Portugal*. Lisboa: IED.

MAIN, G. (2017), «Money Matters: A nuanced approach to understanding the relationship between household income and child subjective well-being», *Child Indicators Research*, 12, pp. 1125-45.

MARCUS, G. (1998), *Ethnography through Thick and Thin*. Princeton: Princeton University Press.

MARQUES, P.; Salavisa, I.; Lagoa, S. (2015), «What Are The Best Policies for Fighting Poverty? Learning from recent European experience», *Portuguese Journal of Social Science*, 14(2), 207-223.

MARTIN, C. (1997), Social Welfare and the Family in Southern Europe, in M. Rhodes (org.), *Southern European Welfare States. Between crisis and reform*. London: Frank Cass, pp. 23-41.

MAURITTI, R. (2002), «Padrões de vida dos estudantes universitários nos processos de transição para a vida adulta», *Sociologia, problemas e práticas*, 39, pp. 85-116.

MAUSS, Marcel (1988 [1925]), *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

MCLOYD, V. C. (1998), «Socioeconomic Disadvantage and Child Development», *American Psychologist*, 53(2), pp. 185-204.

MIDDLETON, S.; Ashworth, K.; Walker, R. (1994), *Family Fortunes: Pressures on Parents and Children in the 1990s*. London: Child Poverty Action Group (CPAG).

MILBOURNE, P. (2014), «Poverty, Place, and Rurality: Material and sociocultural disconnections», *Environmental and Planning A*, 46, pp. 566-580.

MITCHELL, William; Muysken, Joan (2008), *Full Employment Abandoned: Shifting Sands and Policy Failures*. Cheltenham: Edward Elgar.

MONTEIRO, R. (2010), «Genealogia da lei da igualdade no trabalho e no emprego desde finais do Estado Novo», in V. Ferreira (org.), *A igualdade de mulheres e homens no trabalho e no emprego em Portugal – Políticas e circunstâncias*. Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, pp. 31-56.

MORENO Mínguez, A. (coord.) (2012), *The transition to Adulthood in Spain Economic Crisis and Late Emancipation*. Barcelona: Fundación La Caixa.

MORSE, J. M.; Niehaus, L. (2009), *Mixed Method Design. Principles and procedures*. California: Lerrf Coast Press.

MORTIMOR, J. T.; SHANAHAN, M. J. (orgs.) (2003), *Handbook of the Life Course*. New York: Kluwer Academic Publishers.

OCDE/OECD (2019), *Health at a Glance 2019: OECD Indicators*. Paris: OECD Publishing.

——— (2019), *OECD Reviews of Pension Systems: Portugal*. [DOI](#).

OPSS – Observatório Português dos Sistemas de Saúde (2017), *Relatório Primavera 2017 – Viver em tempos incertos: sustentabilidade e equidade na saúde*, OPSS.

OSIER, G.; BERGER, Y.; GOEDEMÉ, T. (2013), *Standard Error Estimation for the EU-SILC Indicators of Poverty and Social Exclusion*, Eurostat Methodologies and Working papers. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

PAIS, J. M. (2001), *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto: Âmbar.

PARKER, R.; CAMARGO, K. (2000), «Pobreza e HIV/AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos», *Cadernos de Saúde Pública*, 16 (sup. 1), pp. 89-102.

PAUGAM, S. (2000), *Le salarié de la précarité*. Paris: PUF.

———(2012), *Les formes contemporaines de la disqualification sociale. CERISCOPE Pauvreté*. Disponível [aqui](#).

PEÑA-CASAS, R.; GHAILANI, R.; SPASOVA, S.; VANHERCKE, B. (2019), *In-work Poverty in Europe: A study of national policies*. Brussels: European Commission.

PEREIRA, A.; SILVA, D. S.; REBELO, M.; BAPTISTA, I.; PERISTA, P.; CARDOSO, A. (2011), *Habitat e minorias. O que pode a promoção pública da habitação?*, ITECS 36, LNEC, Lisboa.

PEREIRA, A.; PEREIRA, E.; COSTA, D. (2016), «De que necessitam as pessoas idosas para viver com dignidade em Portugal?», *Análise Social*, (219), pp. 366-401.

PEREIRA, E. (2010a), *Pobreza e ruralidade: uma análise espacial em Portugal Continental*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.

———(2010b), «Observar a pobreza em Portugal: uma leitura crítica das principais abordagens à operacionalização do conceito de pobreza», *Fórum Sociológico*, série II (20), pp. 57-66.

PEREIRINHA, J. A. (1995), «Pobreza e exclusão social: fronteiras conceptuais, relevância para a política social e implicações na sua medida», in *Ensaios de homenagem a Francisco Pereira de Moura*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão, pp. 169-187.

———(1997a), «Welfare States and Anti-poverty Regimes: The case of Portugal», in M. Rhodes (org.), *Southern European Welfare States. Between crisis and reform*. Londres: Frank Cass, pp. 198-239.

———(coord.); NUNES, F.; BASTOS, A.; CASACA, S. F.; MACHADO, C. (2008), *Género e pobreza: impacto e determinante da pobreza no feminino*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

PEREIRINHA, José (coord.); PEREIRA, Elvira; BRANCO, Francisco; AMARO, Inês; COSTA, Dália e NUNES, Francisco (2017), *Rendimento adequado em Portugal: quanto é necessário para uma pessoa viver com dignidade em Portugal?* Acessível [aqui](#).

PERISTA, P. (2018), *ESPN Thematic Report on Inequalities in Access to Healthcare – Portugal*, European Social Policy Network, Brussels, European Commission.

———(2019), *ESPN Thematic Report on In-work Poverty – Portugal*, European Social Policy Network (ESPN). Brussels: European Commission.

PERISTA, P.; BAPTISTA, I. (2010), «A estruturalidade da pobreza e da exclusão social na sociedade portuguesa: conceitos, dinâmicas e desafios para a acção», *Fórum Sociológico*, 20, 39-46.

———(2012), «Pobreza em Portugal: retrato de um fenómeno insuspeitadamente extenso», *Revista Angolana de Sociologia*, 9, 153-169.

PORTELA, J. (2008), «Urge pensar a pobreza portuguesa, a partir do chão e muito para lá dos pobres», in A. A. Monteiro; F. B. Ribeiro (org.) (2008), *Redes sociais: experiências, políticas e perspectivas*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 109-136.

RAVALLION, M. (1998), «Poor areas», in D. Giles; A. Ullah, *The Handbook of Applied Economic Statistics*. New York: Marcel Dekker, pp. 63-91.

REBELO, G. (2006), *Flexibilidade e diversidade laboral em Portugal*. Lisboa: DINAMIA.

REIS, J. (2020), *Cuidar de Portugal: hipóteses de economia política em tempos convulsos*. Coimbra: Almedina.

REIS, J.; RODRIGUES, J.; SANTOS, A.; TELES, N. (2013), «Compreender a crise: a economia portuguesa num quadro europeu desfavorável», in *Anatomia da crise: identificar os problemas para construir as alternativas*. Observatório das Crises e Alternativas, Vol. 1.º Lisboa: Centro de Estudos Sociais (CES).

REPÚBLICA PORTUGUESA (2019), *Programa Nacional de Reformas 2016-2023* (atualização de abril 2019).

RHODES, M. (1997), «Southern European Welfare States: Identity, problems and prospects for reform», in M. Rhodes (org.), *Southern European Welfare States. Between crisis and reform*. Londres: Frank Cass, pp. 1-22.

RIBEIRO, F. B. (2017), *Uma sociologia do desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão: Húmus.

RIBEIRO, F. B.; SACRAMENTO O.; MAIA, M. (2018), «Les seniors, le VIH et les politiques de santé en Europe», in M. Banens, *Vieillir avec le VIH: seniors séro-positifs entre précarité, solitude et sérénité*. Paris: L'Harmattan, pp. 159-80.

RIDGE, T. (2011), «The Everyday Costs of Poverty in Childhood: A review of qualitative research exploring the lives and experiences of low-income children», *Children & Society*, 25, pp. 73-84.

RIDGE, T. (2002), *Childhood and Social Exclusion: From a child's perspective*. Bristol: Polity Press.

RODRIGUES, C. F. (2007), *Distribuição do rendimento, desigualdade e pobreza: Portugal nos anos 90*. Coimbra: Almedina.

———(coord.) (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal*. Lisboa: FFMS.

———(coord.); Figueiras, R.; Junqueira, V. (2012), *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

RODRIGUES, C. F.; FIGUEIRAS, R.; JUNQUEIRA, V. (2016), *Desigualdade do rendimento e pobreza em Portugal: as consequências sociais do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

RODRIGUES, F. (1999), *Assistência social e políticas sociais em Portugal*. Lisboa: ISSSL/CHIPTS.

ROKER, D. (1998), *Worth More than This: Young people growing up in family poverty*. London: The Children's Society.

ROSAS, F. (2001), «O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social*, XXXV(157), pp. 1031-54.

- SAGLIO, J. (1998), «Qualification et classification», in J. Kergoat et al. (dir.), *Le monde du travail*. Paris: La Découverte.
- SANTOS, B. De S. (1985), Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português, *Análise Social*, 87/88/89, pp. 869-901.
- (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar social na semi-periferia: o caso português», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Portugal: um retrato singular*. Porto: Afrontamento, pp. 17-56.
- SARMENTO, M. J. (2015), «‘O trabalho das crianças é na escola’: debates e controvérsias sobre trabalho infantil e a educação como trabalho», in M. G. Arroyo; M. A. Viella; M. R. Silva (orgs.), *Trabalho infância. Exercícios tensos de ser criança. Haverá espaço na agenda pedagógica?* Petrópolis: Vozes, pp. 55-82.
- SARMENTO, M.; FERNANDES, N.; TREVISAN, G. (2015), «A redefinição das condições estruturais da infância e a crise económica em Portugal», in F. Diogo, A. Castro; P. Perista (org.), *Pobreza e exclusão social em Portugal. Contextos, transformações e estudos*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 81-100.
- SCHNAPPER, D. (1994), *L'épreuve du chômage*. Paris: Gallimard.
- SCOTTISH GOVERNMENT (2017), *Child Poverty in Scotland. What we know and what the public's views are*. Edinburgh.
- SEN, A. (1983), «Poor relatively speaking», *Oxford Economic Papers*, 35, pp. 153-169.
- SEN, A. (1992), *Inequality reexamined*. Oxford: Clarendon Press.
- (1999), *Development as Freedom*. Anchor Books: New York.
- SENNET, R. (2001), *A corrosão de carácter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Lisboa: Terramar.
- SERRACANT, P. (2011), «Changing Youth? Continuities and Ruptures in Transitions into Adulthood among Catalan Young People», *Journal of Youth Studies*, 15(2), pp. 161-76.
- SHEEHY-SKEFFINGTON, J.; REA, J. (2017), *How Poverty Affects People's Decision-making Processes*. York: Joseph Rowntree Foundation.
- SILVA, M. C. (2018), «Pobreza, exclusão social e desigualdades: breve revisão de conceitos e alguns dados a nível global e nacional», in S. Gomes; V. Duarte; F. B. Ribeiro; L. Cunha; A. Brandão; A. Jorge (orgs.) (2018), *Desigualdades sociais e políticas públicas: homenagem a Manuel Carlos Silva*. Vila Nova de Famalicão: Húmus, pp. 689-733.
- SILVA, M. C.; RIBEIRO, F. B. (2015), «Ciências sociais, ética e bioética: o caso do trabalho sexual», *Revista Brasileira de Sociologia*, 3(5), pp. 178-202.
- SILVA, M. C.; RIBEIRO, F. B.; CARDOSO, A.; FELIZES, J. (2017), «O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga», in F. M. Rodrigues, M. C. Silva, A. C. Fontes, S. Mourão e L. Baptista (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico*. Porto, Afrontamento, pp. 169-183.
- SILVA, P. A.; PEREIRA, M. T. (2012), «As políticas de proteção no desemprego em Portugal», *Sociologia, Problemas e Práticas*, pp. 133-150.
- SILVA, P. A. (2002), «O modelo de welfare da Europa do Sul – Reflexões sobre a utilidade do conceito», *Sociologia, Problemas e Práticas* (38), pp. 25-59.

- SINGER, P. (2010), *A erradicação da miséria – Uma abordagem Inicial*. Disponível [aqui](#).
- SPOSATI, A.; RODRIGUES, F. (1995), «Sociedade-Providência: uma estratégia de regulação social consentida», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 42, pp. 77-104.
- STANDING, G. (2011), *The Precariat: The new dangerous class*. London: Bloomsbury Academic.
- SUBRAMANIAN, S.; DUNCAN, C. (2000), *Capability and Contextuality*, Working Paper Series, 10 (10). Harvard Center for Population and Development Studies.
- TACH, L.; GREENE, S. S. (2014), «'Robbing Peter to Pay Paul': Economic and Cultural Explanations for How Lower-Income Families Manage Debt», *Social Problems*, 61(1), pp. 1-21.
- TELES, N. (2017), «O trabalho como variável de ajustamento: da teoria à prática», in *Trabalho e políticas de emprego. Um retrocesso evitável*. Coimbra: Autores e Conjuntura Atual Editora, pp. 35-78.
- THERBORN, G. (2013), *The Killing Fields of Inequality*. Cambridge: Polity Press.
- TORRES, A. (2002), «Casamento: conversa a duas vozes e em três andamentos», *Análise Social*, XXXVII (163), pp. 569-602.
- TOWNSEND, P. (1979), *Poverty in the United Kingdom: A survey of households and standards of living*. Harmondsworth: Penguin Books.
- UNICEF (2017), *Narrowing the Gaps: The power of investing in the poorest children*. New York: Unicef.
- VALA, J. (2000), Mudanças nos valores associados ao trabalho e satisfação com o trabalho, in Manuel Villaverde Cabral; Jorge Vala; João Freire, *Trabalho e cidadania*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- VALA, J.; CABRAL, VILLAVÉRDE, M.; RAMOS, A. (orgs) (2003), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais [ICS].
- VANDECASTEELE, L. (2010), Poverty Trajectories after Risky Life Course Events in Different European Welfare Regimes, *European Societies*, 12(2), 257-78.
- WACQUANT, L. (2002), *Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- WALL, K. (1998), *Famílias no campo. Passado e presente em duas freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- WALL, K.; ABOIM, S.; CUNHA, V.; VASCONCELOS, P. (2001), Families and Informal Support Networks in Portugal: The reproduction of inequality, *Journal of European Social Policy*, 3, pp. 213-33.
- WALL, K.; ALMEIDA, A. N. d.; VIEIRA, M. M.; CUNHA, V. (2015), *Impactos da crise nas crianças portuguesas. Indicadores, políticas, representações*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- WALKER, R. (2014), *The Shame of Poverty*. Oxford: Oxford University Press.
- WEBER, B.; JENSEN, L.; MILLER, K.; MOSLEY, J.; FISHER, M. (2005), A Critical Review of Rural Poverty Literature: Is there truly a rural effect?, *International Regional Science Review*, 28(4), pp. 381-414.

WEZIAK-BIALOWOLSKA, D. (2016), «Spatial Variation in EU Poverty with Respect to Health, Education and Living Standard, *Social Indicators Research*, 125, pp. 451-79.

Legislação

LEI n.º 31/2012, de 14 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 59-A/2012.

LEI n.º 83/2019 de 3 de setembro.

PROJETO de Lei n.º 843/XIII do Partido Socialista.

Agradecimentos

Os autores desejam agradecer, em primeiro lugar, a todos aqueles que responderam às questões, contribuindo dessa forma para nos permitir uma melhor compreensão dos quotidianos e das perceções de quem vive em situação de pobreza.

Agradecemos, também, ao INE a cedência dos microdados do ICOR 2017. O serviço público também é o serviço dos investigadores, levando assim mais longe os dados recolhidos.

Uma palavra de apreço para o Dr. Filipe Machado do CICS.NOVA. UAçores pela sua preciosa ajuda na redação do aprofundamento da ACM e na paginação dos relatórios intermédios, bem como ao Professor Doutor Cabral Vieira da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, pelo seu apoio na análise Probit, quer na sua execução quer ainda na análise crítica desse capítulo. Agradecemos também à Dra. Heraldina Belchior o seu trabalho de paginação do relatório final. Ao ISCTE-IUL e à Universidade Católica agradecemos a cedência de instalações para a realização de algumas atividades do projeto, bem como aos tarefeiros que, com espírito de missão, realizaram as entrevistas nos mais variados locais do país.

Finalmente, agradecemos a todas as instituições e pessoas que nos têm ajudado ao longo de todo o processo de identificação das pessoas a entrevistar. Concretamente, manifestamos o nosso apreço à Rede Europeia Anti-Pobreza, quer a sede quer as filiais espalhadas pelo território nacional; ao Professor Doutor Marcos Olímpio Santos, da Universidade de Évora, e a todos os técnicos e responsáveis das

instituições abaixo listadas (por ordem alfabética), na identificação dos nossos entrevistados (e esperemos não ter deixado nenhum agradecimento por fazer!):

Associação Cristã de Reinserção e Apoio Social (ACRAS)
Associação Moradores Bairro São Gonçalo (Guimarães)
Associação Qualificar para Incluir (Porto)
Câmara Municipal das Caldas da Rainha
Câmara Municipal de Alvito
Câmara Municipal de Castelo do Paiva
Câmara Municipal de Celorico de Basto
Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo
Câmara Municipal de Montalegre
Câmara Municipal de Sernancelhe
Câmara Municipal de Vila Franca do Campo
Câmara Municipal de Vila Nova de Paiva
Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar
Cáritas Diocesana de Lisboa
Centro Comunitário do Exército de Salvação (Porto)
Centro Social do Barredo (Porto)
Centro Social Paroquial de Arroios (Lisboa)
Centro Social Paroquial de Mafra
Centro Social Paroquial de São José (Ponta Delgada)
CooperActiva – Cooperativa de Desenvolvimento Social (Amadora)
Escola Profissional e Tecnológica Psicossocial do Porto
Exército da Salvação

Fundação Mundos de Vida (Famalicão)
Habita – Associação pelo Direito à Habitação e à Cidade
IEFP (Évora)
Junta de Freguesia de Bornes de Aguiar (Vila Pouca de Aguiar)
Junta de Freguesia de Fornos (Castelo de Paiva)
Junta de Freguesia de Ponta Garça (Vila Franca do Campo)
Junta de Freguesia de São Martinho de Sardora (Castelo de Paiva)
Junta de Freguesia de Valoura (Vila Pouca de Aguiar)
Kairós – Cooperativa Incubação Iniciativas Economia Solidária
(Ponta Delgada)
Movimento de Defesa da Vida (Porto)
Projeto A Rodada (Amadora)
Projeto Mira Jovem (Amadora)
Santa Casa da Misericórdia de Almada
Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Santa Casa da Misericórdia de Serpa
Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância,
Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD)
UMAR – Açores (Ponta Delgada)
União de Freguesias de Oliveira, Sampaio e São Sebastião (Guimarães)
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso (Castelo de Paiva)
União de Sindicatos de São Miguel e Santa Maria (Açores)

Pessoas (para além das referidas acima)

Acksana Silva (Amadora)
Alfredo Brigas (Vila Pouca de Aguiar)
Ana Luísa Monteiro (Boticas)
Francisca Branco (Aljustrel)
Manuel Chaves (Vila Pouca de Aguiar)
Marcelino de Sousa Lopes (UTAD)
Maria de Assis (SCMAImada)
Padre António Fonte (Montalegre)
Rogério Ramos

Anexos

A. Tabela dos perfis dos *clusters*

		N.º CLUSTER				Total
		C1 (27,5%)	C2 (26,6%)	C3 (13,0%)	C4 (32,9%)	
Sexo	Masculino	37,0%	46,9%	49,0%	48,2%	44,9%
	Feminino	63,0%	53,1%	51,0%	51,8%	55,1%
Idade 4 categorias	18-24	0,00%	29,6%	17,7%	5,5%	12,0%
	25-44	0,2%	33,0%	30,4%	40,7%	26,2%
	45-64	14,6%	36,5%	50,3%	52,3%	37,5%
	65+	85,2%	0,9%	1,6%	1,5%	24,4%
Estado civil	Solteiro(a)	11,0%	61,0%	49,3%	23,4%	33,4%
	Casado(a)	52,6%	23,4%	21,0%	70,8%	46,7%
	Viúvo(a)	29,8%	1,2%	7,0%	0,8%	9,7%
	Divorciado(a)	6,6%	14,4%	22,7%	5,0%	10,2%
Educação	Básico	98,6%	66,4%	79,5%	74,2%	79,5%
	Secundário	1,1%	26,9%	14,4%	20,0%	15,9%
	Superior	0,3%	6,6%	6,1%	5,8%	4,5%
n_adultos	1_ad	34,5%	13,9%	33,5%	0,9%	17,9%
	2_ad	50,1%	33,2%	40,8%	49,2%	44,1%
	3+_ad	15,4%	52,8%	25,6%	49,8%	38,0%
n_crianças	0_cr	95,8%	56,9%	57,7%	42,8%	63,1%
	1_cr	2,1%	25,4%	18,2%	29,8%	19,5%
	2_cr	1,8%	13,2%	14,3%	19,4%	12,2%
	3+_cr	0,2%	4,5%	9,8%	8,0%	5,2%

		N.º CLUSTER				Total
		C1 (27,5%)	C2 (26,6%)	C3 (13,0%)	C4 (32,9%)	
Composição familiar do agregado	1_ad	34,3%	8,6%	26,8%	0,6%	15,4%
	2_ad_s_crian_dep_amb_65-	3,2%	15,2%	17,4%	16,5%	12,6%
	2_ad_s_crian_dep_1+ad_65+	46,2%	3,6%	0,9%	1,9%	14,4%
	Out_agr_s_crian_dep	11,4%	18,9%	6,5%	14,4%	13,8%
	Um adulto com uma ou mais crianças dependentes	0,1%	9,5%	15,5%	0,6%	4,8%
	Dois adultos com uma criança dependente	1,5%	10,4%	7,4%	18,7%	10,3%
	Dois adultos com duas crianças dependentes		12,7%	9,2%	20,7%	11,4%
	Dois adultos com três ou mais crianças dependentes	0,1%	4,3%	4,5%	6,7%	4,0%
	Outros agregados com uma ou mais crianças dependentes	3,2%	16,8%	11,8%	19,8%	13,4%
Indivíduo com doença crónica do ADP	Não	15,7%	34,6%	32,4%	34,4%	29,1%
	Sim	84,3%	65,4%	67,6%	65,6%	70,9%
Grau de urbanização	Urbano	57,4%	68,3%	71,4%	67,1%	65,3%
	Rural	42,6%	31,7%	28,6%	32,9%	34,7%

		N.º CLUSTER				Total	
		C1 (27,5%)	C2 (26,6%)	C3 (13,0%)	C4 (32,9%)		
Principal Fonte de Rendimento do ADP	Rend_Trab	1,5%	54,5%	4,8%	94,3%	46,6%	
	Pensões	97,5%	27,7%	18,8%	4,2%	38,0%	
	Out_Tr_Sociais	0,6%	13,3%	67,8%		12,5%	
	Out_Tip_Rend	0,4%	4,5%	8,6%	1,5%	2,9%	
Profissão	F_Armadas		0,6%		0,1%	0,2%	
	Dirig_Direct	4,0%	3,7%	2,3%	6,6%	4,7%	
	Espec_at_int_cientif	0,4%	3,6%	4,0%	3,4%	2,6%	
	Tec_p_n_inter	3,1%	3,2%	3,4%	5,0%	3,9%	
	Pess_adm	1,6%	5,5%	4,5%	6,1%	4,4%	
	Trab_ser_pess	11,4%	21,8%	15,9%	22,3%	18,2%	
	Agr_trab_qual_APF	13,8%	6,7%	4,2%	6,0%	8,2%	
	Trab_qual_ICA	13,7%	14,8%	20,1%	17,4%	16,0%	
	Oper_Inst_MTM	16,5%	13,6%	14,2%	12,3%	14,1%	
	Trab_n_qual	35,4%	26,5%	31,4%	20,8%	27,7%	
	Nacionalidade do indivíduo de referência	União Europeia		0,1%		0,2%	0,1%
		Local / PT	99,6%	97,7%	98,1%	96,5%	97,8%
		Outra	0,4%	2,2%	1,9%	3,3%	2,0%
Condição perante trabalho	Empregados	3,2%	29,0%	4,2%	76,8%	34,4%	
	Desempregados	0,9%	33,2%	61,1%	9,0%	20,0%	
	Estudantes	0%	19,4%	8,8%	0%	6,3%	
	Reformados	78,5%	0,6%	3,7%	1,8%	22,8%	
	Domésticos	15,0%	10,4%	8,5%	11,0%	11,6%	
	Out. inativos	2,3%	7,4%	13,7%	1,4%	4,8%	

		N.º CLUSTER				Total
		C1 (27,5%)	C2 (26,6%)	C3 (13,0%)	C4 (32,9%)	
Intensidade laboral per capita muito reduzida (LWI)	Não está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1,6%	62,9%	3,3%	92,8%	48,1%
	Está em intensidade laboral per capita muito reduzida	1,2%	6,6%	83,6%		13,0%
	Não se aplica	97,2%	30,5%	13,1%	7,2%	38,9%

B. Distribuição dos perfis por quotas

Lista de Quotas

(Combinação das variáveis caracterizadoras nos perfis)

Notas relativas ao cálculo do limiar de pobreza:

O limiar de pobreza definido para 2017 era de 5 610 euros por ano, por indivíduo.

Em agregados familiares de apenas 1 pessoa, considera-se o peso de 1. Nos restantes casos terá de ser calculado o limiar usando a escala modificada da OCDE:

- Peso de 1 ao primeiro adulto;
- Peso de 0,5 aos restantes adultos;
- Peso de 0,3 às crianças.

De notar que para as nossas análises criança é todo o indivíduo até aos 17 anos de idade (de acordo com a definição da Convenção dos Direitos das Crianças da ONU, também usada pelo INE), sendo que na escala modificada da OCDE as crianças são os indivíduos até aos 14 anos.

Exemplo:

- Agregado de 1 adulto (1) – 5 610 euros
- Agregado de 2 adultos (1,5) – 8 415 euros
- Agregado de 3 adultos (2) – 11 220 euros
- Agregado de 1 adulto e uma criança (1,3) – 7 293 euros
- Agregado de 1 adulto e duas crianças (1,6) – 8 976 euros
- Agregado de 2 adultos e uma criança (1,8) – 10 098 euros

e assim sucessivamente (as combinações podem ser muitas e dependem dos casos concretos).

Perfil	Características			
Cluster	Subperfil	Individuais	Agregado	Observações
		1	Mulheres com 65 ou mais anos, casadas ou em união de facto, reformadas	
1 – Reformados	2	Mulheres com 65 ou mais anos, viúvas, reformadas	Isolados; Pensões como principal fonte de rendimento	
	3	Homens com 65 ou mais anos, casados ou em união de facto, reformados	2 adultos com 65 anos ou mais e sem crianças dependentes; pensões como a principal fonte de rendimento	
	4	Homens ou mulheres com idades entre os 45 e os 64 anos, casado(a)s, em união de facto ou viúvos, reformados ou doméstico(a)s ⁹⁴	Sem crianças dependentes; Pensões como a principal fonte de rendimento	Em agregados com a) um único adulto sem crianças dependentes ou b) com dois adultos sem crianças dependentes e com pelo menos um adulto com 65 ou mais anos
	5	Homens ou mulheres, solteiros ou divorciados, com 65 ou mais anos, reformados	Isolados; Pensões como a principal fonte de rendimento	

Perfil	Características			
Cluster	Subperfil	Individuais	Agregado	Observações
2 – Indivíduo em idade ativa, dependentes ou trabalhadores, em agregados sem baixa intensidade de trabalho	1	Estudantes com idades entre 18 e 24 anos, solteiros, a viverem em casa dos pais	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento	
	2	Homens ou mulheres, desempregados, com idades entre 18 e 44 anos, solteiros	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como a principal fonte de rendimento; a viver em casa dos pais	
	3	Mulheres com idades entre 25 e 64 anos, solteiras, casadas ou em união de facto, ou divorciadas; domésticas	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho ou as Pensões como fonte principal de rendimento; No caso dos agregados sem crianças, integram predominantemente agregados com dois adultos, ambos com menos de 65 anos; no caso dos agregados com crianças dependentes integram dois ou mais adultos	Inclui agregados sem crianças (59,3%) e agregados com crianças (40,7%). No primeiro caso, distinguem-se do 1.4 por predominarem os casos de dois adultos, sem crianças dependentes, ambos com menos de 65 anos.
	4	Homens ou mulheres com idades entre 25 e 64 anos, casados, em união de facto (com mais frequência), solteiros ou divorciados (apenas um caso); desempregados	Sem crianças dependentes; trabalho como a principal fonte de rendimento; não vivem com os pais, vivem com cônjuge ou outro	
	5	Homens ou mulheres com idades entre os 18 e os 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Agregados de um adulto com ou sem crianças; Trabalho como principal fonte de rendimento	

Perfil	Características			
Cluster	Subperfil	Individuais	Agregado	Observações
3 – Desempregados e outros inativos mais velhos	1	Mulheres com idades entre 45 e 64 anos, casadas ou em união de facto, divorciadas, desempregadas	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil).
	2	Homens com idades entre 45 e 64 anos, casados ou em união de facto, divorciados ou solteiros, desempregados	Agregado cuja principal fonte de rendimento são outras transferências sociais	Predominam os agregados sem crianças dependentes (3/4 deste subperfil).
	3	Mulheres, entre 18 e 44 anos, solteiras, casadas, em união de facto ou divorciadas, desempregadas	Com uma ou mais crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Predominam os agregados com crianças dependentes (mais de 3/4 deste subperfil).
	4	Homens, entre os 18 e os 44 anos, solteiros, casados, ou em união de facto, desempregados	Com e sem crianças dependentes; Outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	Cerca de metade dos agregados com crianças dependentes
	5	Homens ou mulheres, solteiros, com idades entre os 18 e os 64 anos, com invalidez permanente ou inaptos para o trabalho	Sem crianças dependentes com um ou dois adultos; outras transferências sociais como principal fonte de rendimento	

Perfil	Características			
Cluster	Subperfil	Individuais	Agregado	Observações
		4 – Trabalhadores	1	
	2	Homens, com idades entre os 45 e os 64 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	3	Mulheres, com idade entre os 25 e os 44 anos, casadas ou em união de facto, empregadas	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	4	Homens, com idades entre os 25 e os 44 anos, casados ou em união de facto, empregados	Com crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	
	5	Homens ou mulheres, com idades entre 18 e 64 anos, solteiros ou divorciados, empregados	Com ou sem crianças dependentes; Trabalho como principal fonte de rendimento	

C. Guião de entrevista

Nota para os entrevistadores

Trajectos e quotidianos de pobreza em Portugal

Guião de Entrevista

Procurando responder à pergunta de partida da pesquisa – «Quem são e como vivem os pobres em Portugal» –, esta entrevista é pensada como uma ENTREVISTA DE ORIENTAÇÃO BIOGRÁFICA pelo que se organiza em termos cronológicos, a partir do qual se procurará identificar um evento estruturador da situação de pobreza (por exemplo, requerimento do RSI/RMG desemprego, doença grave, acidente de trabalho...).

Pressupõe-se que esse evento estruturador pode ajudar a orientar a entrevista para um **registo narrativo**, não apenas nas suas dimensões biográficas (as trajetórias e os quotidianos), mas também nas suas dimensões mais subjetivas (percepções e reflexões).

Entende-se também que a SITUAÇÃO ATUAL NO MUNDO DO TRABALHO é o eixo estruturador que melhor pode ajudar a explorar o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos.

Sublinha-se que, tratando-se de uma entrevista de orientação biográfica e natureza semiestruturada, esta pode fluir de uma forma que não siga obrigatoriamente a ordem dos blocos temáticos, sendo, no entanto, desejável que uma vez que seja oportuno abordar um

desses tópicos, pelo desenrolar da entrevista, ele deve ser preferencialmente explorado nas suas diferentes dimensões, evitando saltar excessivamente entre assuntos.

Parte importante do trabalho de preparação da entrevista implica, assim, adaptar a entrevista ao perfil da pessoa a entrevistar, procurando ter em mente todos os tópicos considerados no guião mas, que este seja usado para que aquela decorra não tanto na forma de coleção de dados biográficos, mas antes de narrativa em torno do trajetória e experiência de pobreza.

1. Enquadramento familiar na infância

Esta secção pretende explorar a visão que a pessoa entrevistada tem sobre os seus primeiros anos de vida, a sua família de origem e aquilo que era o seu contexto de vida. Será importante perceber que visão constroem dessa fase: passaram por dificuldades? Havia problemas? Eram felizes? A família era um suporte?

O importante é deixar falar e perceber que imagem subjetiva têm desses tempos e identificar os principais episódios e os respetivos protagonistas, mesmo que estes não sejam da família.

1. Pedia-lhe que me falasse um pouco das suas recordações de infância. No geral, considera que teve uma infância boa ou má?
2. Que recordações positivas e negativas guarda desse período? (Exemplos de contextos: em casa, na escola, no grupo de amigos, na comunidade...)
3. Lembra-se de a sua família receber algum tipo de apoio, de alguma instituição social, religiosa ou comunitária? Que tipo de apoios eram esses? Ajudavam a resolver algumas situações difíceis que possam ter existido?
4. Recorda-se de existirem situações graves que tenham afetado membros da sua família durante a sua infância (perdas significativas, problemas de saúde, problemas com a justiça...)? De que forma afetaram a sua família?

2. Relação com o sistema educativo

2.1. Relação com a escola

Nesta secção, procura-se explorar como foi – ou é, no caso de estudantes – construída a relação com a escola, enquanto espaço de sociabilidade, de aprendizagem e de «embate com a sociedade». Será fundamental explorar se a escola foi/é vivenciada como um local de oportunidade e desenvolvimento (mesmo que não ligada às aprendizagens formais) ou se foi/é, sobretudo, um lugar de estigma e confrontação ou ainda se foi/é, em alternativa, um lugar de convívio com os pares. Explorar as razões dessas imagens da vivência escolar.

Explorar, também, os fatores de permanência ou de recusa da escola, se isso mudou com a idade e porquê.

Podíamos agora falar um pouco sobre a sua relação com a Escola. Fale-me um pouco acerca do período em que andou na escola em criança/jovem. (adaptar perguntas para o caso dos estudantes)

1. Até que ano andou na escola? E até que idade? Alguma vez reprovou de ano? Quantas vezes? Porque acha que isso aconteceu?
2. Do que é que gostava mais e gostava menos na escola? Como era a sua relação com os professores?
3. Porque deixou/abandonou a escola? (está a pensar abandonar a escola? porquê?)

2.2. A escola e o futuro

Interessa aqui explorar de que forma e até que ponto a escola é encarada como uma plataforma de distribuição e democratização de oportunidades. Por outro lado, perceber se a pessoa entrevistada sente que foi condicionada no seu projeto de vida por um eventual *drop-out* e o que é que o motivou.

1. Gostaria de (continuar) ter continuado a estudar? Porquê?
2. Acha que a sua vida (será) seria melhor se (continuar) tivesse continuado a estudar? Porque tem essa opinião? (termos laborais, sociais, etc.)
3. Mais tarde voltou a estudar ou fez formação profissional? Fale-me desse período.

3. Transições para a vida adulta
<p>Transição Escola-Trabalho (se aplicável).</p> <p>Esta secção cruza-se com a anterior e será expectável que muitas das perguntas sejam respondidas numa sequência narrativa despoletada pelas perguntas sobre a saída da escola. Aqui interessa perceber se houve um trajeto direto entre a saída da escola e a entrada no mercado de trabalho (e até se houve uma relação de efeito-cause entre estas variáveis) ou se a transição foi mais sinuosa, intermitente, permeada por períodos de inatividade. Neste último caso, explorar também que inatividade foi esta: tratou-se de não participar no mercado de trabalho formal, mas exercendo outras atividades informais?</p>
<p>Fale-me um pouco da fase da sua vida depois de sair da escola. (se aplicável).</p> <p>1. Começou logo a trabalhar? Que idade tinha? Tinha algum contrato? Como é que conseguiu esse primeiro emprego? O que é que fazia? Durante quanto tempo esteve nesse primeiro emprego?</p>
<p>3.2. Saída de casa dos pais (se aplicável)</p> <p>Explorar as condições de construção da autonomia e de ameaças a essa autonomia.</p>
<p>E sobre a fase da sua vida em que deixou de morar com os seus pais... (no caso de já ter saído da casa dos pais.)</p> <p>1. Que idade tinha? Com quem foi viver? Como se sustentava?</p> <p>2. Depois de ter saído da casa dos seus pais teve de regressar alguma vez? Porquê? Já tinha companheiro (a) nessa altura?</p>
<p>3.3. Primeira experiência conjugal e parental (se aplicável)</p> <p>Fale-me agora da época da sua vida em que casou/se juntou com um/a companheiro (a) (pela primeira vez)?</p> <p>1. Já tinha saído da escola? Já estava a trabalhar? Que idade tinha?</p> <p>1. Teve filhos? O seu primeiro filho ou filha nasceu em que momento da sua vida?</p> <p>2. Continua a viver com o seu/sua companheiro(a)?</p> <p>3. Em que é que essa separação alterou a sua vida? (se aplicável)</p>

4. Relação com o mundo do trabalho
<p>Trajetória Profissional/Laboral</p> <p>Nesta secção pretende-se explorar qual tem sido o caminho da pessoa entrevistada no mercado de trabalho, mas também como se tem sentido nas suas experiências laborais, se se sente recompensada, realizada, se consegue permanecer no mercado de forma estável e prolongada, etc.</p> <p>É importante começar por referir a condição em relação ao mundo laboral em que se encontra atualmente quem está a ser entrevistado, convidando-o a falar dela, tenho em mente o(s) acontecimento(s) decisivos para entender a questão da escassez de recursos (evento estruturador). Procurar desenvolver a entrevista a partir desse evento.</p> <p>Comecemos, então, a entrevista pela sua situação atual em relação ao trabalho.</p> <p>Pelo que percebi neste momento está empregado/desempregado/reformado/a estudar/ não está a trabalhar. É assim? (explorar situação laboral; explorar restantes eixos a partir de evento estruturador).</p>
<p>1) O que faz e como conseguiu o emprego atual (ou o último que teve), pode contar-nos a história? E que tipo de contrato tem (teve)? [se nunca teve um emprego passar para a questão 6]</p> <p>2) O que é que gosta mais no trabalho que faz (ou no último que teve)? E o que gosta (gostava) menos? Se pudesse mudar o que é que mudava? Em geral está satisfeito com o seu trabalho (esteve satisfeito com o último que teve)?</p> <p>3) Mais ou menos quantos trabalhos/empregos diferentes já teve na sua vida? E que tipos de contrato teve?</p> <p>4) Está ou esteve alguma vez desempregado/a? Por que motivo está/esteve desempregado/a? Por quanto tempo é que está/esteve desempregado/a? Lembra-se especialmente de alguma vez em que esteve desempregado/a? E como lidou com essa situação?</p> <p>5) Qual é que foi o emprego que mais gostou? Porquê?</p> <p>6) Acha que tem dificuldades em arranjar emprego? Porque motivos?</p> <p>7) Se nunca trabalhou porque é que isso aconteceu?</p> <p>8) Se está reformado, quando se reformou e porque motivo (atingiu a idade de reforma, por questões de saúde / incapacidade para o trabalho, outra situação..)?</p>

<p>5. Autopercepção do percurso, comparação da vida presente com a passada</p> <p>Explorar a visão geral sobre a sua vida e a avaliação que faz sobre o percurso, os pontos de destaque e os momentos-crítico.</p> <ol style="list-style-type: none"> Qual é a sua principal fonte de rendimento (trabalho, reforma, outra, qual)? Acha que os rendimentos que tem são suficientes para responder as suas necessidades? Lembra-se duma situação/momento da sua vida em que tenha sentido/percebido que os seus rendimentos não são suficientes? (se resposta negativa) Como vê o seu percurso de vida até agora? Quais foram os aspetos positivos, os sucessos, as vitórias? Nesse percurso quais foram os momentos mais difíceis? Em algum desses momentos a sua vida mudou muito? (saída de casa dos pais, saída da escola, entrada no mercado de trabalho, conjugalidade, parentalidade, doenças, institucionalização, relação com sistema de justiça...) Quando olha para trás, para o seu percurso, acha que teve altos e baixos, que tem vindo a melhorar ou que já esteve melhor do que agora? Em que aspetos? Porquê?
<p>6. Redes de apoio não institucional e território</p> <p>6.1. Redes de apoio não institucional</p> <p>Explorar qual é a rede de suporte informal que a pessoa entrevistada considera que tem e em que medida lhe dá a ajuda e segurança que considera que necessita. Quais os atores chave que suportam a sua sobrevivência (mãe, outro/a familiar, amigo/a, técnica...) e que recursos se utiliza na relação com esses atores.</p> <ol style="list-style-type: none"> O que é que pensa da relação que tem com os seus familiares, amigos e vizinhos? (explorar os três tipos de atores) Quando necessita de alguma ajuda ou tem algum problema, a quem recorre? <p>6.2. Avaliação dos territórios de habitação</p> <p>Exploração da relação entre o território habitacional e a condição de vida. A forma como, eventualmente, o território produz exclusão e segregação, mas também redes informais de suporte. A vizinhança (o local onde vive) constitui-se como um recurso ou uma ameaça?</p> <ol style="list-style-type: none"> O que pensa do lugar onde vive? Quais os aspetos mais positivos e os mais negativos. Quando e como veio/foi viver para este/esse lugar? Na sua opinião o que faz falta no lugar onde mora? O que mudaria se pudesse? (serviços, transportes, segurança...) Em relação à sua casa: Que dificuldades é que sente?

<p>7. Relação com os sistemas e subsistemas de proteção social</p> <p>Nesta secção explora-se a forma como no passado e no presente a pessoa entrevistada se relaciona com os apoios públicos de proteção social e de que forma estes são recursos ou se constituem como formas rituais de humilhação.</p> <p>7.1. Histórico</p> <p>Nesta secção, há que explorar toda a relação com os apoios do Estado, desde a Segurança Social (RSI, subsídio de desemprego, baixas médicas, etc.) até à ação social (banco alimentar, ajudas pontuais, ...). Explorar também momentos em que se beneficiou de apoios pontuais ou mais focalizados (ação social escolar, etc.).</p> <ol style="list-style-type: none"> Ao longo da sua vida fez descontos para a Segurança Social e sistemas semelhantes? Sempre ou apenas em alguns períodos? Se não porquê? Ao longo da sua vida recorreu a apoios ou serviços de apoio, públicos ou privados? De que tipo? <p>7.2. Situação Atual</p> <ol style="list-style-type: none"> Atualmente é beneficiário de algumas prestações/subsídios da Segurança Social? Quais? (Subsídio de desemprego/ Subsídio de Doença/Pensão de Reforma/ RMG-RSI/CSI/Prestação Social para a Inclusão)...? E do abono de família e da Ação Social Escolar (para os/as filhos/as)? É apoiado(a) por alguma outra Instituição de Apoio Social? Qual/Quais? Em que medida essas prestações e apoios são importantes na fase atual da sua vida? <p>7.3. Perceção da relação com os Serviços Sociais</p> <ol style="list-style-type: none"> Qual o seu grau de satisfação quanto ao modo como tem sido atendido/a e acompanhado/a nos diferentes serviços de apoio social? Existe algum episódio que tenha sido para si especialmente marcante (positivo ou negativo) na sua relação com os serviços de apoio social, saúde ou outros...? (discriminação, ajuda...)

8. Perceção de si como pobre e do combate à pobreza

Nesta secção vai ser explorada a Autoperceção da pessoa entrevistada enquanto pobre, procurando ainda perceber como é que considera que o problema da pobreza poderia ser resolvido.

É preciso ter em conta tudo o que foi dito e interessa perceber como é que a pessoa entrevistada se sente consigo e com a sua vida.

1. Quando pensa na sua vida atual considera-se uma pessoa/família que vive em situação de pobreza? Porquê? É uma perceção da sua situação no presente ou acha que sempre esteve nessa condição?
2. Como tem lidado com essa condição? (idem) (resignação, isolamento, manter as aparências) [**se aplicável**]
3. Alguma vez se sentiu discriminado ou excluído? O que o/a fez sentir-se assim?
4. Se pudesse, o que mudaria na sua vida?
5. E se fosse primeiro/a-ministro/a que medida(s) tomaria para combater a pobreza no nosso país?
6. Em geral, sente-se uma pessoa feliz? Qual a principal razão de se sentir como refere?

9. Perspetivas face ao futuro

Explorar como a entrevistado/a se projeta no futuro, que esperança deposita no futuro.

1. Acha que a sua vida vai ser melhor no futuro? Acha que poderá vir a viver sem subsídios e apoios do estado e de instituições de apoio social? [**se aplicável**] Se sim, o que é necessário para que isso aconteça? Se não, porquê?
2. E a vida dos seus filhos e/ou filhas?
3. Quais os seus maiores sonhos que gostaria de ver realizados? Acha que vai conseguir concretizá-los?

Notas

- < 1. A equipa contou com 11 pessoas, de diversas áreas, desde a sociologia ao serviço social, passando pela economia e pela estatística, sem esquecer competências formais dos membros da equipa em psicologia e antropologia. Estes investigadores representam neste projeto oito universidades e instituições de pesquisa distintas.
- < 2. Os resultados estão centrados em indivíduos em idade adulta. A infância é considerada na abordagem aos Agregados Domésticos Privados (ADP) na componente quantitativa e em dois pontos nas entrevistas. Num primeiro, quando é referenciada a infância dos próprios respondentes; num segundo, quando se aborda a sua parentalidade. Os nossos entrevistados vão, também, falando sobre os seus filhos nos mais diversos momentos, por exemplo, quando abordam o futuro.
- < 3. Em 2015 comemoraram-se 30 anos sobre a realização do primeiro estudo de grande fôlego sobre a pobreza em Portugal (Costa, Silva, Pereirinha e Matos, 1985) no colóquio «Políticas de combate à pobreza em Portugal: debates e (re)configurações», uma coorganização da Secção de Pobreza, Exclusão Social e Política Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia e do CISC.S.NOVA.
- < 4. Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, cada vez mais uma forma de organização política do território nacional.
- < 5. Para uma referência recente aos trabalhos sobre a pobreza em Portugal veja-se Diogo, Castro e Perista (2015).
- < 6. Note-se que o erro padrão associado à taxa de intensidade da pobreza é relativamente mais elevado do que o associado à taxa de pobreza.
- < 7. Importa notar que em 2010, 2011 e 2012 se observou uma redução no valor do limiar de pobreza, o que significa que baixou nestes três anos o valor de rendimento que origina a classificação dos indivíduos em situação de pobreza.
- < 8. De acordo com o relatório de qualidade do SILC 2005 (Eurostat, 2008), o intervalo de confiança a 95% para o valor deste indicador situava-se entre 23,7% e 28% (valores para o ano de 2004). No caso da taxa de pobreza, o intervalo de confiança a 95% situava-se entre 18% e 20,8%.
- < 9. (1) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados; (2) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência; (3) Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.
- < 10. (1) Antes de qualquer transferência social; (2) Após transferências relativas a pensões; (3) Após transferências sociais.
- < 11. Importa notar que as estimativas para a taxa de pobreza persistente têm uma precisão mais baixa do que as estimativas para a taxa de pobreza. Em 2010, por exemplo, o intervalo de confiança a 95% para este indicador situava-se entre 10,1% e 16,3% (Osier, Berger e Goedemé, 2013).
- < 12. Nos cálculos deste quadro consideram-se exclusivamente as pessoas com 18 anos ou mais.
- < 13. Foi utilizado o software NLOGIT – LIMDEP.
- < 14. De notar que a categoria «outras transferências sociais» está incluída numa variável explicativa mas, ela própria, resulta em boa parte de rendimentos que advêm aos indivíduos e às famílias por estarem em situação de pobreza. Com efeito, 72,1 % dos ADP cuja principal fonte de rendimento são as outras transferências sociais estão em situação de pobreza.
- < 15. Relembramos que, em boa parte, esta categoria não é apenas explicativa da situação de pobreza, mas uma consequência. Ficam aqui consignados, por exemplo, o Rendimento Social de Inserção, ou o Complemento Solidário para Idosos.
- < 16. Para mais pormenores sobre a ACM, veja-se o capítulo 1.
- < 17. Aliás, essa é uma constante dos vários perfis, pelo que não se apresentará a informação para os restantes. Apenas o último perfil apresenta um peso dos não nacionais ligeiramente diferente dos outros, em que 96,5 % tem nacionalidade portuguesa. Mesmo neste, o peso dos estrangeiros é bastante modesto.
- < 18. Inclui união de facto.
- < 19. No caso da composição dos ADP, um estudante é considerado criança dependente até aos 24 anos. Quando considerado individualmente, são crianças todos os indivíduos com menos de 18 anos.
- < 20. A forma como a questão é colocada limita a pertinência da resposta: Tem alguma doença crónica ou algum problema de saúde prolongado? Com a seguinte nota: «Doença ou problema de saúde prolongado que dura ou que possa vir a durar seis ou mais meses. Inclui problemas de saúde controlados com medicação, problemas sazonais (por exemplo, alergias) ou problemas de saúde causados por lesões, patologias congénitas ou malformações à nascença. EXCLUI problemas temporários.».
- < 21. Segundo o INE, (metainformação) a baixa entidade laboral reporta-se a «agregados familiares cujos adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20 % do tempo de trabalho potencial». Portanto, a intensidade laboral já não é medida nos agregados que integram apenas indivíduos com 60 anos ou mais, como parece ser o caso típico deste perfil.
- < 22. O termo usado no ICOR é *doméstico*.
- < 23. Como veremos na análise das entrevistas, os indivíduos com as características que os enquadram neste perfil tendem a ter uma relação precária com o mundo do trabalho mas, ao mesmo tempo, relativamente próxima e distinta da que o perfil seguinte apresenta (os desempregados).

- < 24. Esta percepção foi confirmada por análises posteriores à incidência de indivíduos adultos a residir com o pai e/ou a mãe em cada um dos perfis. Neste perfil, esta situação corresponde a 45% dos indivíduos (o que compara com 2% no Perfil 1, 22% no Perfil 3 e 13% no Perfil 4).
- < 25. Na ACM foram agregados sob a designação de «outros inativos», juntamente com outras categorias que não têm peso estatístico significativo no total da amostra, como por exemplo: «outra pessoa inativa», 1%, ou «a cumprir o serviço militar», 0%.
- < 26. A questão do sexo apenas é relevante nesta condição perante o trabalho e na anterior. Nas restantes categorias da condição perante o trabalho as diferenças são, em regra, relativamente pequenas.
- < 27. Não se pretende minorizar a importância dos resultados estatísticos. Sobre o seu papel já falámos no primeiro capítulo, nomeadamente acerca das potencialidades e limitações na análise da pobreza.
- < 28. Lembremos o peso relativo de cada um dos perfis: Reformados, correspondendo a 27,5% da amostra; Precários (26,6%); Desempregados, correspondendo a um total de 13,0% da amostra e constituindo o perfil menos numeroso; e, finalmente, os Trabalhadores, cerca de um terço do total, 32,9%, sendo o mais numeroso.
- < 29. Vimos, nos primeiros capítulos, que existem razões estatísticas para suspeitar que a pobreza feminina se encontra subestimada no ICOR, tendo em conta a forma como se pressupõe que o rendimento está distribuído no agregado.
- < 30. Como vimos anteriormente, o *habitat* não tem um grande peso diferenciador dos grupos encontrados; todos são maioritariamente urbanos. Apenas o primeiro, referente aos reformados, apresenta um maior número de indivíduos vivendo em ambiente rural. Contudo, como também vimos no capítulo 2, a pobreza apresenta maior incidência em ambiente rural. Por outro lado, existem algumas diferenças regionais importantes na incidência da pobreza, das quais daremos conta mais adiante.
- < 31. As edições seguintes deste estudo, da responsabilidade do Observatório da Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa, viram o seu público ampliado, abrangendo todos os indivíduos em situação de pobreza dessa cidade.
- < 32. O estudo original é composto por dez publicações das quais destacamos: Castro, *et al.*, 2002a e 2002b.
- < 33. Existem diversos estudos anteriores do autor onde este vai desenvolvendo a tipologia, por exemplo Almeida *et al.*, 1992.
- < 34. A este estudo seguiu-se um painel que usou os perfis aqui definidos para compreender a pobreza na cidade de Lisboa no contexto do Observatório da Luta Contra a Pobreza da Cidade de Lisboa. Uma primeira fase desse painel foi publicada em Castro *et al.* (2012), *A cidade incerta. Barómetro do Observatório de Luta Contra a Pobreza na cidade de Lisboa*. A fase de 2014 foi alvo de nova publicação, mas sem mudanças substanciais nos perfis: Costa (org.), Santos e Guerra (2015), *Evolução na continuidade. Barómetro do Observatório de Luta contra a Pobreza na cidade de Lisboa – Fase II*.
- < 35. De recordar que o indivíduo de referência é a pessoa que mais contribui para o rendimento do agregado familiar.
- < 36. A folha de registo incluiu uma questão relativa à origem étnico-racial. Estes dados foram tratados considerando as reflexões e recomendações apresentadas pelo Grupo de Trabalho Censos 2021 sobre Questões «Étnico-Raciais» (GT), criado pelo Despacho n.º 7363/2018, de 3 de agosto.
- < 37. Chamamos a atenção, na sequência do que se escreveu no capítulo 4, para o facto de a pergunta em apreço «Tem alguma doença crónica ou algum problema de saúde prolongado?», incluindo a nota «Doença ou problema de saúde prolongado que dura ou que possa vir a durar 6 ou mais meses.», estar formulada de uma forma muito aberta, o que não permite a discriminação de situações potencialmente muito distintas e potencia as respostas positivas.
- < 38. Estes aspetos constituíram, aliás, um resultado da maior relevância, alvo de análise aprofundada nos capítulos seguintes.
- < 39. A incidência de indivíduos adultos a residir com o pai e/ou a mãe corresponde a: 2% no Perfil 1, 45% no Perfil 2, 22% no Perfil 3 e 13% no Perfil 4, como já se tinha referido.
- < 40. Esta forma de sistematização permitiu abarcar de maneira mais clara a complexidade dos perfis que, embora elaborados em função de indivíduos, dependem das características associadas ao seu enquadramento em agregados domésticos (as características dos agregados onde se inserem os indivíduos em situação de pobreza têm peso importante na diferenciação dos vários perfis).
- < 41. O mesmo princípio foi seguido, por exemplo, procurando-se o contacto com entrevistados que representassem essa heterogeneidade também dentro de um território já limitado (com o objetivo de garantir a proveniência de diferentes freguesias/localidades, dentro de um dado concelho e não apenas a sede de concelho, algo que foi conseguido). Esta questão é especialmente importante nos concelhos mais populosos, como Lisboa ou Porto, mas é relevante mesmo nos mais rurais, considerando as diferenças entre as sedes de concelho e as freguesias com um maior grau de ruralidade e de distância à sede de concelho.
- < 42. Este estudo apresenta como limitação importante o facto de ter sido desenvolvido apenas para o continente.
- < 43. Estas foram as entrevistas consideradas para efeitos de análise dos dados. Foram realizadas mais entrevistas, incluindo as que tiveram por fim a aferição do guião e as que não foram validadas pelas seguintes razões: não corresponderem às características de perfil pretendidas; não cumprirem o critério de estar abaixo limiar de pobreza; ou por má qualidade, em especial das respostas.
- < 44. É o caso de Portugal. Tendo uma das mais baixas taxas de fecundidade do mundo, tal não impediu o aumento da população em 2019, quando comparado com o ano anterior.

- < 45. Como foi já abordado por Ribeiro (2017, p. 153), a expressão «indústria 4.0» tem origem numa iniciativa realizada em 2011 mobilizando empresários, gestores, políticos e académicos. O governo alemão concordou em apoiá-la, incorporando a designada «High-Tech Strategy 2020 for Germany» (Herman, Pentk e Otto, 2015, p. 5). Ancorada na «internet das coisas», nos sistemas ciberfísicos e nas fábricas ditas inteligentes, a indústria 4.0 conceptualiza uma nova revolução tecnocientífica e industrial que se traduz numa automatização radical da produção, alargando as possibilidades de redução da utilização do trabalho humano. Tal coloca um novo e imenso desafio ao modo como os sistemas de proteção social se organizam. Capaz de produzir cada vez mais riqueza recorrendo cada vez menos à força de trabalho, tal implica um debate sobre a definição de soluções, nomeadamente tributárias, que possam dar sustentação aos sistemas de proteção social, assegurando deste modo um futuro decente aos cidadãos.
- < 46. Ao longo de todo o livro, sempre que se justificar substituímos nomes de pessoas, organizações e lugares por «XXXX», em ordem a conservar o anonimato dos entrevistados.
- < 47. Contudo, chama-se a atenção para que a amplitude da distribuição do tempo de trabalho sob o Estado Novo é muito grande, variando, aproximadamente, de um mínimo de quatro anos a um máximo de 30 anos ou mais.
- < 48. Temos vindo a definir a qualidade do emprego com base em quatro indicadores: a precariedade; a penosidade; a perigosidade e o salário (Diogo, 2007).
- < 49. Regime Geral da Segurança Social.
- < 50. Lei n.º 31/2012, de 14 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 59-A/2012, de 12 de outubro. Sendo um fator crucial na pobreza de muitos cidadãos em Portugal, a habitação é uma questão velha (cf., entre outros, M. C. Silva *et al.*, 2017) que se coloca como problema social da maior grandeza, sobretudo nas grandes metrópoles que procuram afirmar-se como cidades globais, algumas ensaiando mesmo formas subtis de secessão em relação aos Estados a que pertencem (cf. Brévillle 2020).
- < 51. Considerando que esta pergunta foi feita a seguir à das expectativas quanto à vida dos filhos(as), estes resultados foram analisados com cautela, considerando as representações sobre o percurso de vida e as respostas anteriores sobre as próprias expectativas face ao futuro.
- < 52. Paugam (2012) critica o surgimento de um regime de «precariedade assistida» abrangendo pessoas em situação laboral precária, enquanto não acedem a um emprego não assistido, na medida em que tal contribui para a institucionalização da precariedade, para o aprofundamento da dualização dos mercados de trabalho e para a «banalização dos empregos degradantes e pouco qualificados» (p. 10). Ironicamente, e como veremos na secção 6, os entrevistados enquadrados neste perfil nem chegam a estar habilitados a aceder a esse tipo de proteção.
- < 53. Um relatório da OIT sobre a evolução da situação do mercado de trabalho entre 2008 e 2018 assinalou que, apesar do aumento do emprego, o mercado de trabalho tornou-se mais segmentado, com um grande peso do trabalho temporário, sendo o emprego mais estável muito reduzido entre as coortes mais jovens (OIT, 2018).
- < 54. Trata-se de estudos desenvolvidos pelo CIES/ISCTE para a Direção-Geral do Ensino Superior. O relatório de 2005 está disponível [aqui](#).
- < 55. Neste sentido, serão excluídos desta análise quatro jovens que, pertencendo a este perfil, ainda se encontram em processo de escolarização e dois que abandonaram os estudos, mas ainda não estão inseridos no mundo do trabalho.
- < 56. Dada a sua relevância, repetimos aqui um trecho apresentado no ponto anterior, aprofundando-o, algo que faremos com regularidade neste livro.
- < 57. Colocando a questão das quatro dimensões da qualidade do emprego já referidas no capítulo anterior: precariedade, penosidade, perigosidade e salário (Diogo, 2007).
- < 58. É, a este respeito, muito marcada a linhagem feminina, ao contrário do que acontece em relação a outras relações de parentesco.
- < 59. Com uma exceção: a propósito da infância perguntava-se por problemas graves que a tenham marcado, sendo que um dos exemplos que se dava dizia respeito a um problema de saúde.
- < 60. Note-se, porém, que este tipo de afirmações tem sido contestado com o argumento de que a solidariedade informal que existia no país já se não verifica. Ver, por exemplo, Wall *et al.*, 2001.
- < 61. Sublinhe-se que é em contexto rural que encontramos a maior parte das narrativas marcadas pela resignação enquadradas neste perfil. Tal como verificado no Perfil 1, trata-se de biografias marcadas pela vivência de situações de pobreza na infância, abandono precoce da escola e a sua substituição pelo trabalho, em muitos casos ainda durante a adolescência. São também percursos bastante marcados pela precariedade laboral e o desemprego e, na medida em que corresponderam também à ausência de uma carreira profissional, tomam a forma de trajetórias de emprego em carrossel (Diogo, 2010).
- < 62. E também aqui parece ser notório que as oportunidades são particularmente reduzidas em meio rural.

- < 63. Alguns destes casos referem-se à quota P2.5 – empregados(as) em agregados de um adulto com ou sem crianças – e todos no litoral urbano.
- < 64. É também de destacar que duas destas narrativas se aproximam do ideal-tipo da dupla referência descrito por Capucha (2005), sinalizando um trajeto marcado por circunstâncias de vida de grande penúria – e num dos casos por uma guerra civil – mas valorizado no plano afetivo, definindo um modo de vida marcado pelo inconformismo, e orientado para o futuro.
- < 65. Este caso também é interessante por cruzar a mobilidade descendente da entrevistada com a situação administrativa ainda não regularizada do cônjuge, que é imigrante, e com quem vive em união de facto e tem um filho.
- < 66. Quer em relações laborais de natureza informal, biscates, quer envolvendo relação contratual de assalariamento.
- < 67. Este princípio foi acolhido na Constituição da República Portuguesa de 1975, numa altura em que o modelo social do Pós-Guerra estava já a entrar em crise.
- < 68. Ou seja, contrasta com o Perfil 1, dos reformados, por se referir sobretudo a pessoas em idade ativa; e com o dos precários (Perfil 2, onde também pode se encontram categorias relacionadas com o desemprego e inatividade) pelo facto de, ao contrário destes, não fazerem parte de agregados domésticos em que a principal fonte de rendimento é o trabalho.
- < 69. Refere-se a aspetos normativos do mercado de trabalho, na linha da abordagem institucionalista adotada por Marques *et al.* (2015). Há três tipos de instituições consideradas chave: salário mínimo, proteção social no desemprego e legislação relativa à proteção no emprego.
- < 70. Processo de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências, adquiridas ao longo da vida.
- < 71. Recordemos que definimos a qualidade do emprego a partir de quatro indicadores: salário, penosidade, perigosidade e precariedade.
- < 72. Relembre-se que a questão da saúde não foi alvo de uma secção específica no guião de entrevista, resultando sobretudo da introdução espontânea pelos entrevistados do tema no discurso.
- < 73. Esta rede última de proteção social de cidadania revela-se sobretudo eficaz na redução da intensidade da pobreza (Rodrigues *et al.*, 2016, p. 134), agravada pelas alterações profundas introduzidas em 2010 e 2012 nas regras de elegibilidade. As características apontadas e as alterações introduzidas limitaram de forma muito acentuada o acesso dos indivíduos em situação de pobreza a esta prestação social de garantia mínima de rendimentos e a sua eficácia na redução da intensidade da pobreza.
- < 74. PROSA, CTTS, Recuperar são programas ocupacionais da Região Autónoma dos Açores.
- < 75. Relembremos que, como vimos anteriormente, os reformados por invalidez com menos de 65 anos surgem neste perfil (classificados como outros inativos) e não no Perfil 1, dos Reformados, não se registando sobreposição entre os dois perfis.
- < 76. Situação que remete, de forma evidente, para a problemática da população trabalhadora pobre, objeto de análise específica no próximo capítulo.
- < 77. O acesso à habitação e o futuro da descendência são outras preocupações identificadas. Aqui focamos este tema por estar em causa uma forma de exclusão do mercado de trabalho.
- < 78. Este *trade-off* ganha forma diversa conforme as medidas e a composição do agregado familiar. Por exemplo, num dos casos, o CEI+ acabava por ser vantajoso relativamente ao RSI, pois não está dependente da composição do agregado familiar.
- < 79. Em dois destes casos, os entrevistados já apresentaram pedido para acesso a reforma (num casos por velhice, noutro por invalidez), estando a aguardar o seu deferimento mas que, se do ponto de vista das instituições de proteção social é considerado como desempregado, do ponto de vista conceptual, e dada a sua indisponibilidade para o trabalho, estará mais próximo de uma categoria de inatividade. Nos restantes três, a sua condição de inatividade é atestada pela situação de reforma por invalidez.
- < 80. Na medida em que o desencorajamento está presente em muitas das entrevistas, é impressionante como o afastamento que aqui se verifica relativamente às definições estatísticas oficiais de desemprego coincide com uma aproximação às de inativo-desencorajado.
- < 81. Dimensão designada na literatura como *working-poor* ou *in-work poverty*.
- < 82. Isto é, o pagamento de uma compensação aos indivíduos em sede de acerto de impostos, caso os seus rendimentos de trabalho fiquem abaixo de um determinado limiar previamente definido.
- < 83. Lembremos que classificamos a relação com os outros nos valores extrínsecos.
- < 84. É importante salientar, no entanto, que grande parte das entrevistas das quotas relativas aos segmentos etários mais baixos (quotas 4.3 e P4.4) são de casos de idades próximas dos 40 anos. Neste sentido, neste perfil há poucos dados que nos permitam avançar conclusões sobre dimensões geracionais baseadas no contraste de coortes etárias, mesmo dentro do grupo de entrevistados.
- < 85. Este perfil diferencia-se, sobretudo, do Perfil 3, Desempregados. Neste último recorre-se mais aos apoios públicos. Em contraste, aproxima-se mais do 2, Precários.

- < **86.** Inclui «transferências sociais relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social» (como o Rendimento Social de Inserção, o abono de família ou o subsídio de desemprego), mas exclui as pensões, cf. INE ([link](#)). De notar que esta categoria de variável é tanto descritiva da situação de pobreza como uma consequência dessa situação, tal como indicado no capítulo 3.
- < **87.** Recordemos que estes são os indivíduos que mais contribuem para a formação do rendimento de cada agregado.
- < **88.** No capítulo 1 da parte quantitativa explicamos os limites da designação oficial e o porquê da opção, neste livro, pela designação, simplesmente, de taxa de pobreza.
- < **89.** Somente em 2017 os valores da taxa de pobreza alcançaram níveis inferiores aos existentes antes do início da crise.
- < **90.** Contudo, chamamos a atenção sobre o facto de que poderão existir casos com impactos positivos no combate à pobreza – por exemplo pelo acesso a melhores empregos – mas que não estão aqui tratados, visto que nos concentramos em casos de pessoas que estão abaixo do limiar da pobreza.
- < **91.** Quem limpa os escritórios? Quem cuida dos jardins? Quem recolhe o lixo? Quem constrói edifícios e estradas? Quem realiza os trabalhos agrícolas mais pesados? Entre outras questões. Aliás, algumas das profissões subjacentes às tarefas elencadas poderiam com facilidade ser alvo de processos de qualificação, com evidentes impactos na produtividade de indivíduos e empresas, como na construção ou na agricultura.
- < **92.** Veja-se o posfácio, para uma análise dos possíveis impactos da atual crise pandémica nos perfis definidos e na pobreza em geral.
- < **93.** Existem alguns estudantes adultos no Perfil 2.
- < **94.** A cumprir tarefas domésticas e responsabilidades de assistência.

Índice de Tabelas

- 27** **Quadro 1** Taxa de pobreza e da intensidade da pobreza (%)
- 28** **Quadro 2** Taxa de pobreza por escalões etários e por sexo (%)
- 29** **Quadro 3** Evolução da taxa de pobreza por escalões etários (número índice)
- 29** **Quadro 4** Taxa de pobreza usando um limiar ancorado – ICOR 2005 (%)
- 30** **Quadro 5** Taxas de pobreza para diferentes limiares de pobreza do rendimento equivalente mediano (%)
- 30** **Quadro 6** Taxas de pobreza para diferentes limiares de pobreza do rendimento equivalente mediano por grupo etário (%)
- 31** **Quadro 7** Taxas de pobreza antes de e após transferências sociais (%)⁹
- 32** **Quadro 8** Diferença (em pontos percentuais) entre as taxas de pobreza antes de e após transferências sociais¹⁰
- 32** **Quadro 9** Taxa de pobreza persistente (%)
- 33** **Quadro 10** Taxa de pobreza do rendimento monetário e não monetário, com base nos dados do IDEF (%)
- 34** **Quadro 11** Indicadores de Privação Material (%)
- 34** **Quadro 12** Indivíduos com menos de 60 anos vivendo em famílias com baixa intensidade laboral (%)
- 35** **Quadro 13** Taxa de pobreza ou exclusão social (%)
- 36** **Quadro 14** Interseção das várias dimensões da exclusão social (2017)
- 37** **Quadro 15** Itens de privação material (2017) (%)
- 37** **Quadro 16** Número de itens de privação material (2017)
- 37** **Quadro 17** Indicadores de privação habitacional por grupo de rendimento (2017) (%)
- 38** **Quadro 18** Indicadores de pobreza segundo o sexo e grupo etário (2016) (%)
- 39** **Quadro 19** Indicadores de pobreza segundo a nacionalidade do indivíduo de referência (2016) (%)
- 40** **Quadro 20** Indicadores de pobreza segundo o tipo de família (2016) (%)
- 40** **Quadro 21** Indicadores de pobreza segundo o nível de escolaridade (2016) (%)
- 41** **Quadro 22** Indicadores de pobreza segundo a condição perante o trabalho (2016) (%)¹²
- 41** **Quadro 23** Indicadores de pobreza segundo o regime de ocupação do alojamento (2017) (%)
- 42** **Quadro 24** Indicadores de pobreza segundo o grau de urbanização do alojamento (2016) (%)
- 45** **Quadro 25** Resultados utilizando um modelo com função de ligação Probit para a variável dependente Indicador de Pobreza
- 50** **Quadro 26** Contribuições das variáveis em cada uma das dimensões
- 51** **Quadro 27** Quantificação das categorias das variáveis nas dimensões 1 e 2
- 56** **Quadro 28** Resumo dos perfis
- 67** **Quadro 29** Revisão das tipologias de pobreza na literatura portuguesa
- 70** **Quadro 30** Distribuição das entrevistas pelas modalidades de variável, primeira aproximação
- 71** **Quadro 31** Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) Portugal e NUTS II, 2017 (%)
- 73** **Quadro 32** Distribuição das entrevistas realizadas, por perfil e dicotomia territorial

Índice de Figuras

- 50 **Figura 1** Medidas de discriminação
(disposição das variáveis ativas)
- 52 **Figura 2** – Mapa percetual: perfis dos
indivíduos em situação de pobreza

Autores

DIOGO, Fernando

Sociólogo, doutorado em Ciências Sociais, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento. É professor associado com agregação da Universidade dos Açores e investigador do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza, do RSI e da pobreza infantil, entre outras. É diretor do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais e cocoordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. Colabora com a Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN) e foi coautor da Estratégia Regional de Luta Contra a Pobreza dos Açores. É membro do Conselho Económico e Social desta Região.

PALOS, Ana Cristina

Socióloga, doutorada em Sociologia da Educação, é professora auxiliar no Departamento de Sociologia da Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). Os seus principais interesses de investigação centram-se na sociologia da infância e na sociologia da educação. Tem desenvolvido várias investigações e publicado acerca da relação dos jovens com a educação e com o mundo do trabalho.

FARINHA RODRIGUES, Carlos

Economista, professor associado do ISEG – Universidade de Lisboa. Investigador do CEMAPRE (Centro de Matemática Aplicada à Previsão e Decisão Económica). É coordenador do Mestrado em Economia e Políticas Públicas do ISEG. É assessor do Instituto Nacional de Estatística nas áreas de distribuição do rendimento e das estatísticas das famílias. Membro da comissão de coordenação de preparação de uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza em Portugal. É consultor científico do Programa Proinfância promovido pela Fundação La Caixa. É coordenador científico em Portugal do projeto europeu «EUROMOD – Tax-benefit Microsimulation Model for the European Union».

PEREIRA, Elvira

Cientista social, professora auxiliar no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) da Universidade de Lisboa e investigadora no Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP), onde coordena o grupo de investigação Sociedade, Comunicação e Cultura. Ensina na Licenciatura em Serviço Social e no Mestrado e Doutoramento em Política Social no ISCSP, tendo sido coordenadora executiva do Mestrado em Política Social. Os seus interesses de investigação situam-se nas áreas do bem-estar e da política social, incidindo em especial sobre a pobreza, a adequação do rendimento e as políticas de rendimento mínimo.

BESSA RIBEIRO, Fernando

Doutorado em Ciências Sociais, é professor associado com agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e investigador integrado do CICS.NOVA, sendo o atual coordenador do polo da Universidade do Minho. É também cocoordenador da área temática «Globalização, Política e Cidadania» da Associação Portuguesa de Sociologia. Capitalismo e desenvolvimento, género, sexualidade e questões urbanas constituem os seus principais temas de investigação, sobre os quais publicou diversos livros e artigos em revistas nacionais e estrangeiras.

BRANCO, Francisco

Doutorado em Serviço Social, com especialização em Política Social e Movimentos Sociais, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa e investigador do *Católica Research Center for Individual, Family and Social Wellbeing*. É membro dos grupos de pesquisa *Social Work, History and Research* e *Social Work and Policy Practice* da *European Social Work Research Association*. A sua investigação centra-se nos estudos da pobreza e nas políticas públicas, especialmente as políticas de proteção social de cidadania e mínimos sociais. Participou como investigador no projeto *Rendimento Adequado em Portugal*.

PINA TREVISAN, Gabriela de

Doutorada em estudos da criança, especialidade de Sociologia da Infância. Investigadora do *Prochild CoLAB Against Poverty and Social Exclusion*. Membro colaborador externo do CIEC, Universidade do Minho. A sua investigação centra-se nos domínios dos direitos das crianças, da participação, das políticas públicas com ênfase na pobreza infantil e na relação das crianças com o espaço urbano, entre outros. É coordenadora da secção temática de Sociologia da Infância da Associação Portuguesa de Sociologia e colabora com o grupo de trabalho sobre pobreza infantil da Rede Anti-Pobreza (EAPN).

CANHA FERNANDES, Lídia

Doutorada em Sociologia: Relações de trabalho, desigualdades sociais e sindicalismo (FEUC, 2019), mestre em Sociologia (ISCTE, 2011) e licenciada em Psicologia (Universidade do Minho, 1998). É investigadora Integrada do DINÂMIA'CET-ISCTE desde 2013 e colabora com o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc) desde 2019. Tem abordado temas como: (des)emprego, conflito e ação coletiva; trabalho temporário e negociação coletiva; reflexão participativa com grupos marginalizados; (des)valorização do trabalho; pobreza e desigualdades; género e imigração.

SILVA, Osvaldo

Doutorado em Matemática, especialidade de Probabilidade e Estatística, é Professor Auxiliar na Universidade dos Açores e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAçores e CICS.UAc). Os seus principais interesses de investigação incluem a análise de dados, em especial a análise de dados multivariados, aplicada às Ciências Sociais, abrangendo múltiplas temáticas associadas ao desenvolvimento local e regional. Participa em diversos projetos de investigação e é co(autor) de diversos livros e artigos, nacionais e internacionais.

PERISTA, Pedro

Sociólogo, Investigador sénior no CESIS – Centro de Estudos para a Intervenção Social. Participou, ao longo dos anos, em inúmeros projetos de investigação, ao nível nacional e internacional, nas áreas da pobreza e exclusão social, proteção social e políticas sociais, entre outras. Atualmente, representa Portugal na Rede Europeia sobre Política Social e na equipa responsável pelo Estudo de Exequibilidade para a Criação de uma Garantia Europeia para as Crianças Vulneráveis e é coordenador da secção de Pobreza, Exclusão Social e Políticas Sociais da Associação Portuguesa de Sociologia. É (co)autor de cerca de cinquenta publicações.

AMARO, Maria Inês

Assistente social, doutorada em Serviço Social. É Professora Auxiliar no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa e investigadora do CIES-IUL. A sua investigação centra-se em torno das temáticas da pobreza e exclusão social, das políticas de rendimento mínimo, entre outras. É vice-presidente da Associação de Profissionais de Serviço Social e vice-presidente da *European Association of Schools of Social Work*. Atualmente, exerce funções em regime de comissão de serviço como diretora do Departamento de Desenvolvimento Social do Instituto da Segurança Social, IP.

Francisco Manuel dos Santos Foundation

Published studies

Economics

O Cadastro e a Propriedade Rústica em Portugal

Coordenado por Rodrigo Sarmento de Beires; 2013.

Custos e Preços na Saúde: Passado, presente e futuro

Coordenado por Carlos Costa; 2013.

25 anos de Portugal Europeu: A economia, a sociedade e os fundos estruturais

Coordenado por Augusto Mateus; 2013.

Que economia queremos?

Coordenado por João Ferrão; 2014.

A Economia do Futuro: A visão de cidadãos, empresários e autarcas

Coordenado por João Ferrão; 2014.

Três Décadas de Portugal Europeu: Balanço e perspectivas

Coordenado por Augusto Mateus; 2015.

Empresas Privadas e Municípios: Dinâmicas e desempenhos

Coordenado por José Tavares; 2016.

Investimento em Infra-Estruturas em Portugal

Coordenado por Alfredo Marvão Pereira; 2016.

Benefícios do Ensino Superior

Coordenado por Hugo Figueiredo e Miguel Portela; 2017.

Diversificação e Crescimento da Economia Portuguesa

Coordenado por Leonor Sopas; 2018.

Dinâmica Empresarial e Desigualdade

Coordenado por Rui Baptista; 2018.

Encerramento de Multinacionais: O capital que fica

Coordenado por Pedro de Faria; 2018.

GDP-linked bonds in the Portuguese Economy

Coordenado por Gonçalo Pina

Features of Portuguese International Trade: a Firm-level Perspective

Coordenado por João Amador; 2020

Financial Constraints and Business Dynamics: Lessons from the 2008-2013 Recession

Coordenado por Carlos Carreira, Paulino Teixeira, Ernesto Nieto-Carrillo e João Eira; 2021.

Institutions

Droga e Propinas: Avaliações de impacto legislativo

Coordenado por Ricardo Gonçalves; 2012.

Justiça Económica em Portugal: A citação do réu no processo civil

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Factos e números

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Gestão processual e oralidade

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Meios de resolução alternativa de litígios

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Novo modelo processual

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: O sistema judiciário

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Produção de prova

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Recuperação do IVA

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Justiça Económica em Portugal: Síntese e propostas

Coordenado por Mariana França Gouveia, Nuno Garoupa, Pedro Magalhães; 2012.

Segredo de Justiça

Coordenado por Fernando Gascón Inchausti; 2013.

Feitura das Leis: Portugal e a Europa

Coordenado por João Caupers, Marta Tavares de Almeida e Pierre Guibentif; 2014.

Portugal nas Decisões Europeias

Coordenado por Alexander Trechsel, Richard Rose; 2014.

Valores, Qualidade Institucional e Desenvolvimento em Portugal

Coordenado por Alejandro Portes e M. Margarida Marques; 2015.

O Ministério Público na Europa

Coordenado por José Martín Pastor, Pedro Garcia Marques e Luís Eloy Azevedo; 2015.

Juízes na Europa: Formação, selecção, promoção e avaliação

Coordenado por Carlos Gómez Ligüerre; 2015.

Limitação de Mandatos: O impacto nas finanças locais e na participação eleitoral

Coordenado por Francisco Veiga e Linda Veiga; 2017.

O Estado por Dentro: Uma etnografia do poder e da administração pública em Portugal

Coordenado por Daniel Seabra Lopes; 2017.

O Impacto Económico dos Fundos Europeus: A experiência dos municípios portugueses

Coordenado por José Tavares; 2017.

Orçamento, Economia e Democracia: Uma proposta de arquitetura institucional

Coordenado por Abel M. Mateus; 2018.

Instituições e Qualidade da Democracia: Cultura política na Europa do Sul

Coordenado por Tiago Fernandes; 2019.

Os Tribunais e a Crise Económica e Financeira: Uma análise ao processo decisório em contexto de crise económico-financeira

Patrícia André, Teresa Violante e Maria Inês Gameiro; 2019.

Society

Como se aprende a ler?

Coordenado por Isabel Leite; 2010.

Fazer contas ensina a pensar?

Coordenado por António Bivar; 2010.

Desigualdade Económica em Portugal

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2012.

Projeções 2030 e o Futuro

Coordenado por Maria Filomena Mendes e Maria João Valente Rosa; 2012.

Envelhecimento Activo em Portugal: Trabalho, reforma, lazer e redes sociais

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Escolas para o Século XXI: Liberdade e autonomia na educação

Coordenado por Alexandre Homem Cristo; 2013.

Informação e Saúde

Coordenado por Rita Espanha; 2013.

Literatura e Ensino do Português

Coordenado por José Cardoso Bernardes e Rui Afonso Mateus; 2013.

Processos de Envelhecimento em Portugal: Usos do tempo, redes sociais e condições de vida

Coordenado por Manuel Villaverde Cabral; 2013.

Que ciência se aprende na escola?

Coordenado por Margarida Afonso; 2013.

Inquérito à Fecundidade 2013

INE e FFMS; 2014.

A Ciência na Educação Pré-Escolar

Coordenado por Maria Lúcia Santos, Maria Filomena Gaspar, Sofia Saraiva Santos; 2014.

Dinâmicas Demográficas e Envelhecimento da População Portuguesa (1950–2011):

Evolução e perspectivas

Coordenado por Mário Leston Bandeira; 2014.

Ensino da Leitura no 1.º Ciclo do Ensino Básico: Crenças,

conhecimentos e formação dos professores

Coordenado por João A. Lopes; 2014.

Ciência e Tecnologia em Portugal: Métricas e impacto (1995–2012)

Coordenado por Armando Vieira e Carlos Fiolhais; 2014.

Mortalidade Infantil em Portugal:

Evolução dos indicadores e factores associados de 1988 a 2008

Coordenado por Xavier Barreto e José Pedro Correia; 2014.

Os Tempos na Escola:

Estudo comparativo da carga horária em Portugal e noutros países

Coordenado por Maria Isabel Festas; 2014.

Cultura Científica em Portugal

Coordenado por António Granado e José Vítor Malheiros; 2015.

O Multimédia no Ensino das Ciências

Coordenado por João Paiva; 2015.

O Quinto Compromisso: Desenvolvimento de um sistema de garantia de desempenho educativo em Portugal

Coordenado por Margaret E. Raymond; 2015.

Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências sociais do programa de ajustamento

Coordenado por Carlos Farinha Rodrigues; 2016.

Determinantes da Fecundidade em Portugal

Coordenado por Maria Filomena Mendes; 2016.

Será a repetição de ano benéfica para os alunos?

Coordenado por Luís Catela Nunes; 2016.

Justiça entre Gerações: Perspectivas interdisciplinares

Coordenado por Jorge Pereira da Silva e Gonçalo Almeida Ribeiro; 2017.

Migrações e Sustentabilidade Demográfica: Perspectivas de evolução da sociedade e economia portuguesas

Coordenado por João Peixoto; 2017.

Mobilidade Social em Portugal

Coordenado por Teresa Bago d’Uva; 2017.

Porque melhoraram os resultados do PISA em Portugal?

Estudo longitudinal e comparado (2000–2015)

Coordenado por Anália Torres; 2018.

Igualdade de Género ao Longo da Vida: Portugal no contexto europeu

Coordenado por Anália Torres; 2018.

As mulheres em Portugal, Hoje: Quem são, o que pensam e como se sentem

Coordenado por Laura Sagnier e Alex Morell; 2019.

Financial and Social Sustainability of the Portuguese Pension System

Coordenado por Amílcar Moreira; 2019.

Identidades Religiosas e Dinâmica Social na Área Metropolitana de Lisboa

Coordenado por Alfredo Teixeira; 2019.

A evolução da ciência em Portugal (1987–2016)

Elizabeth Vieira, João Mesquita, Jorge Silva, Raquel Vasconcelos, Joana Torres, Sylwia Bugla, Fernando Silva, Ester Serrão e Nuno Ferrand; 2019.



FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS